



## CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

### IGREJA: COMUNHÃO E MISSÃO NA EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS, NO MUNDO DO TRABALHO, DA POLÍTICA E DA CULTURA

**26ª Assembléia Geral  
Vila Kostka, Itaiaci, Indaiatuba  
13 a 22 de abril de 1988**

#### APRESENTAÇÃO

“Igreja, Comunhão e Missão” é o título do tema central da 26ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos bispos do Brasil. Foi escolhido pelo Conselho Permanente. Em seguida, preparou-se o tema com a colaboração de todos os bispos e outros organismos de Igreja.

Na Assembléia Geral foi estudado e discutido em grupos de trabalho e sessões plenárias conforme o Regimento. Na votação final alcançou a aprovação por 236 votos, dentre os 246 participantes. É, com alegria, que entregamos às Igrejas particulares este documento para que incentive e oriente a reflexão e ação pastoral dos fiéis e possa ser analisado, aprofundado e enriquecido especialmente nas questões concretas da 2ª parte, mais ligadas à vida quotidiana dos cristãos leigos.

Lembramos a este propósito, o proveito pastoral alcançado pelo estudo feito pelas Igrejas particulares sobre os documentos da “Catequese Renovada” e “Por uma nova ordem constitucional”.

O resultado destas contribuições há de permitir a elaboração futura de outros subsídios. Confiamos a Deus o fruto pastoral do documento de nossa 26ª Assembléia, na certeza de que será recebido, com renovado empenho, pelas Igrejas particulares.

† Luciano Mendes de Almeida  
Presidente da CNBB

† Paulo Andrade Ponte  
Vice Presidente da CNBB

† Antônio Celso de Queiroz  
Secretário Geral da CNBB

#### INTRODUÇÃO

##### Sentido do documento

1. Reunidos na 26ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB), nós, os bispos da Igreja Católica no Brasil, escolhemos como tema principal da nossa reflexão a Comunhão e a Missão da Igreja no atual momento histórico. Consideramos os fundamentos da missão no próprio ser da Igreja-Comunhão, buscando uma Comunhão Missionária. Elaboramos orientações práticas que daí decorrem para a vida e a atuação da pastoral da Igreja, na tarefa de anunciar Jesus Cristo a todos os povos, particularmente, no mundo do trabalho, da política e da cultura.

2. Escolhemos este tema abrangente na convicção de que ele nos ajudará a realizar melhor a Missão da Igreja em nosso país e contribuirá para o fortalecimento da comunhão eclesial e a renovação de nossa fidelidade Àquele que nos chamou e nos reuniu na mesma unidade que é do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

3. Dirigimo-nos a todos os irmãos e irmãs, membros das comunidades eclesiais, que procuram escutar os apelos de Deus e compreender a vocação da Igreja e sua missão em nosso país. Oferecemos nossas reflexões, em primeiro lugar, aos nossos colaboradores, presbíteros, diáconos, religiosos e, de modo especial, aos cristãos leigos, com os quais queremos aprofundar a co-responsabilidade na formação do povo de Deus e na ação da Igreja no mundo, prolongando, assim, a reflexão sobre o tema do último Sínodo dos bispos<sup>1</sup> e preparando uma nova etapa de conscientização que deverá ser enriquecida com o documento que esperamos receber do Santo Padre.

4. Em espírito fraterno, queremos partilhar nossas reflexões com os irmãos de outras Igrejas cristãs, para que, na medida em que nos seja possível, cheguemos a exercer, em comum, a nossa missão. Dirigimo-nos a todas as pessoas de boa vontade que lutam pela libertação integral do homem e buscam participar da construção de uma sociedade justa e fraterna.

5. Este texto deve ser lido no contexto de outras reflexões do Magistério da Igreja Universal e da América Latina. Especialmente consideramos este texto como desdobramento das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil<sup>2</sup>.

### **Desafios à missão da Igreja**

6. Voltando-nos para o tema “Igreja: Comunhão e Missão”, não nos afastamos dos problemas mais urgentes do país, aos quais dedicamos a II parte deste documento. Temos, pois, certeza de que a compreensão da missão nos levará a enfrentar melhor seus desafios.

7. O mundo em que vivemos e, particularmente, neste momento, a sociedade brasileira, precisam de uma atuação evangélica dos cristãos, que contribua para a recuperação dos valores éticos e religiosos fundamentais, sem os quais nenhum plano econômico, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao povo um destino digno<sup>3</sup>.

8. No plano mundial, o trágico contraste entre as condições de vida de grande parte da humanidade, condenada à fome e à miséria, e o desenvolvimento econômico e técnico alcançado pelas nações privilegiadas, mostra que estamos diante de um grande desafio político e ético: construir uma nova sociedade política internacional, edificar uma sociedade justa em nível mundial. Sem isto, a própria unidade e desenvolvimento digno do gênero humano estão ameaçados<sup>4</sup>.

9. No plano nacional, como apontamos em muitos pronunciamentos, estamos diante de desafios igualmente graves. Também no Brasil, o desenvolvimento técnico e econômico não conseguiu vencer a miséria e garantir condições de vida digna à maior parte de sua população. Antes, frustrou as expectativas e tornou mais dolorosa e grave a exploração e marginalização da maioria.

10. O mesmo desafio se apresenta no plano político. Ainda não se conseguiu integrar no exercício efetivo da cidadania a grande parcela de cidadãos que estão à margem do processo de participação democrática, embora tenham sido criados novos instrumentos legais e políticos para viabilizar a participação popular.

11. Nos últimos anos foram despertadas na consciência nacional grandes esperanças de reformas estruturais profundas que correspondessem às necessidades básicas da população. Até hoje, essas expectativas vêm sendo indefinidamente adiadas.

12. Sem dúvida, as dificuldades econômicas e sociais se tornaram dramáticas em decorrência da pesada dívida externa. Mas não é apenas a dependência econômica que marca a nossa sociedade. Também no plano cultural vêm se realizando mudanças decorrentes – em grande parte – das transformações econômicas. Assistimos à urbanização desorganizada e a uma modernização elitista, dirigida através da criação e manipulação de necessidades próprias do modelo exportador e consumista. Esta situação tende a acentuar a massificação anônima das pessoas, desenraizadas de seu ambiente de origem, a desvalorização das tradições e dos valores éticos, cívicos e religiosos.

13. Todos esses fatos estão na origem de manifestações sociais negativas que se configuram na sensação de frustração da juventude na desagregação familiar sem precedentes, nas facilidades abertas à indústria da droga e da pornografia. É particularmente preocupante, no Brasil, a corrupção e imoralidade no trato das coisas públicas e a freqüente concepção do poder público como meio de favorecer interesses próprios ou de grupos e não como instrumento de promoção do bem comum.

14. A todos esses desafios acrescenta-se, hoje, o fenômeno do esvaziamento da formação e da prática religiosa de boa parte da população católica, particularmente nas áreas urbanas; o fenômeno da multiplicação de novos movimentos e seitas religiosas autônomas; a carência de sacerdotes, apesar do recente florescimento de vocações sacerdotais, e as deficiências na formação teológica dos agentes de pastoral; a falta de um sério compromisso da maioria dos católicos com a vivência da fé na vida e, inclusive, a falta de um compromisso efetivo na sustentação da própria Igreja.

15. Preocupa-nos a tendência a identificar o Reino de Deus com as simples mudanças sociais que podem ser conquistadas na luta popular. Como também, de um lado, a facilidade com que alguns agentes de pastoral apelam para a análise marxista como sendo o único instrumento de compreensão da realidade<sup>5</sup> e, do outro, a ausência de qualquer compromisso de transformação social por parte de grupos, movimentos ou organismos pastorais<sup>6</sup>.

16. Longe de se apresentar como possuindo a chave de soluções fáceis para problemas tão complexos, a Igreja fala com toda a ousadia, porque acredita na mensagem de Jesus Cristo e na presença do mesmo Cristo e de seu Espírito entre nós. Mas, ao mesmo tempo, deve falar com plena consciência de suas limitações e de sua condição de comunidade composta de pessoas pobres e pecadoras. Quando dizemos, com o Concílio Vaticano II, que a Igreja é santa e pecadora<sup>7</sup>, estamos afirmando, também, nossos próprios pecados e deficiências como pessoas e como grupos de bispos, padres, religiosos e leigos, assim como reconhecemos as limitações da Igreja enquanto organização no meio da sociedade.

17. Ao analisar a realidade eclesial, parece-nos necessário focalizar alguns aspectos que constituem não só motivo de tensão e sofrimento, mas chegam a ser reais obstáculos ao desempenho da missão da Igreja.

18. Temos que reconhecer que há, hoje, como sempre houve, modos de pensar diferentes e diversidade de posições dentro da mesma Igreja. Entretanto, nem sempre é claro o limite entre uma válida diversidade de opiniões e práticas pastorais e a ruptura da comunhão eclesial.

19. Não é fácil assumir a existência de tais divergências, nem conviver em meio às tensões e conflitos que delas decorrem. Ainda hoje, é necessário repetir aquilo que afirmávamos em nossa 23ª Assembléia Geral: “Todos precisamos aprender a trilhar o caminho da UNIDADE, que não é o mesmo que uniformidade”<sup>8</sup>.

20. O próprio dinamismo da Igreja gera tensões, que não podem ser suprimidas com a eliminação de um dos pólos.

21. Há, muitas vezes, na Igreja, tensão entre comunidade e missão. A comunidade é tentada a recolher-se em si mesma, renunciando à missão, à abertura aos outros, ou reduzindo-a a segundo plano. No extremo oposto, muitos temem que a comunidade venha a dissolver-se na missão, perdendo sua identidade. O desafio consiste em se formar uma comunidade missionária, onde a comunidade sustente a missão e a missão dinamize permanentemente a comunidade.

22. Há na Igreja, sobretudo em decorrência de opções de caráter sociológico ou teológico, uma divisão de tarefas que acaba se enrijecendo e mal servindo à sua própria finalidade. É, por exemplo, um certo modo de opor clero e laicato, pelo qual o laicato acaba perdendo a sua condição de sujeito da missão e deixando de assumir sua responsabilidade na evangelização. De outro lado, os pastores, às vezes, centralizam ou monopolizam o ministério, dificultando, assim, a construção de uma comunidade toda ministerial. O desafio é encontrar uma comunidade toda missionária e harmoniosamente unida pelo exercício adequado da liderança e uma sábia partilha das responsabilidades.

23. Há, ainda, tensões e dificuldades de entendimento, por parte de pessoas e grupos, igualmente movidos pelo sincero desejo de servir à Igreja, mas que nascem de preocupações e perspectivas diferentes, que deveriam ser complementares, mas podem se tornar concorrentes ou conflitivas. É o caso, por exemplo, das relações entre as atividades pastorais e missionárias das comunidades eclesiais ligadas ao território (comunidades de base, paróquias, dioceses) e as atividades ou iniciativas pastorais comuns a "setores" ou aspectos da vida social (pastoral da terra, pastoral operária, pastoral universitária, pastoral da escola ou da cultura etc.). O mesmo diga-se de associações e movimentos, especialmente dos que vão além da realidade diocesana e se organizam em nível nacional ou transnacional.

24. A situação torna-se mais grave quando um determinado grupo, movimento ou tendência pretende monopolizar a pastoral de maneira excludente, sem respeitar a pluralidade. E acaba tornando-se irreversível ou insolúvel, quando uma ou as duas partes cedem à tentação de marginalizar ou até condenar o adversário. Neste caso, o diálogo torna-se impossível e se compromete a credibilidade da missão.

25. Em síntese, parece-nos que essas tensões e conflitos nascem tanto da própria evolução histórica e da complexidade das situações em que se desenvolve a missão quanto da condição de pecado e imperfeição humana, da qual não se subtrai nem o cristão, como indivíduo (bispo, presbítero, diácono, religioso ou leigo), nem a Igreja, em sua trajetória humana.

26. Os muitos desafios internos e externos, as situações novas e inéditas, as contestações que a ação da Igreja sofre, às vezes, e a própria necessidade de o cristão articular melhor seu engajamento, tudo isso exige um aprofundamento sobre a missão da Igreja à luz de sua história e de sua fonte.

## **PARTE I: COMUNHÃO E MISSÃO**

### **1. A MISSÃO REVELA A COMUNHÃO**

27. Para compreender a missão da Igreja, devemos nos voltar para a história da revelação de Deus, como fez o Concílio Vaticano<sup>2</sup>. É na história que Deus se revela a si mesmo e dialoga com os homens, "como a amigos"<sup>10</sup>, "para os convidar à comunhão consigo e nela os receber"<sup>11</sup>.

28. A Bíblia registra a experiência de Deus que o povo israelita viveu: experiência do "Deus Conosco", que age na história dos homens, que intervém na economia, na política, nas relações sociais, que manifesta uma particular atenção aos pobres, oprimidos e esquecidos. Este mesmo Deus, que ama seu povo com um amor "ciumento", impede que Israel se feche em si mesmo e no falso orgulho de ser o "eleito". Israel descobre, progressivamente, que é chamado a uma missão: ser "luz das nações", testemunha do

amor universal e misericordioso de Deus entre os povos, mesmo e sobretudo, na hora da servidão e do sofrimento<sup>12</sup>.

29. A “condescendência” de Deus, a sua aproximação da humanidade, chega à sua expressão plena e insuperável na encarnação do Filho de Deus, em Jesus de Nazaré. Ele realiza em si mesmo a perfeita comunhão da humanidade com Deus. Revela, em sua humanidade, mediante suas ações e palavras, Deus que é Pai, Amor, Comunhão<sup>13</sup>. Anuncia a chegada do “Reino de Deus” como perdão e misericórdia que se estende a todos os homens, também aos impuros e pecadores, e cuja presença é manifestada por sinais bem concretos que repercutem na ordem social de seu tempo (acolher o leproso, curar os doentes, comer com os pecadores...) <sup>14</sup>.

30. O gesto supremo da doação de Jesus, em que se manifesta seu amor ao Pai e o amor do Pai pelos homens, é a entrega da vida na cruz<sup>15</sup>. A ela Deus responde com a ressurreição e glorificação de seu Filho Jesus<sup>16</sup>. Por isso Jesus, exaltado como Messias (Cristo) e Senhor, pode enviar o Espírito Santo. O Espírito Santo faz os discípulos de Jesus compreenderem plenamente o sentido de sua vida e mensagem e, ao mesmo tempo, a unidade “do Pai e do Filho e do Espírito Santo”<sup>17</sup>.

31. Impulsionada pelo Espírito de Cristo, a comunidade dos discípulos de Jesus – a “Igreja de Deus”, o povo da nova Aliança – se dirige a todas as nações, para inverter Babel e anunciar a “Boa notícia” do Reino de Deus, o Evangelho<sup>18</sup>. O mandato de Jesus não é apenas de anunciar ou ensinar. Ele espera que seus discípulos suscitem outros discípulos e irmãos que entrem na comunhão fraterna com os mensageiros do Evangelho<sup>19</sup>.

32. O Evangelho exige uma conversão, uma mudança<sup>20</sup>, não apenas na mente e no coração das pessoas, mas em suas atitudes, relações, instituições, estruturas sociais. A fé exige adesão das pessoas, mas gera ao mesmo tempo uma nova realidade social e cultural, tende a transformar a sociedade e a cultura. A novidade da fé não é apenas acolhida com fervor e entusiasmo<sup>21</sup>; ela encontra também dúvidas, resistência, hostilidade<sup>22</sup>, principalmente porque exige uma transformação radical.

33. A história da missão da Igreja é a história do encontro entre o anúncio do Evangelho e a acolhida que pessoas, grupos, sociedades e culturas lhe oferecem. O encontro pode ser pacífico; outras vezes se torna choque, conflito, rejeição, perseguição. Muitas vezes surgem atitudes contraditórias: a mensagem evangélica divide<sup>23</sup>. O encontro pode tornar-se mais difícil porque os mensageiros do Evangelho, esquecendo o exemplo do Mestre, usam da violência para impor uma mensagem de paz, ou se tornam contra-testemunho, inclusive pela sua própria desunião e o desentendimento acerca dos caminhos da própria missão<sup>24</sup>.

34. A história da missão coincide substancialmente com a história da Igreja. Está marcada pela dedicação heróica de santos, pela fidelidade perseverante de muitos fiéis. Está também marcada pela intransigência e a imposição em nome da verdade ou, às vezes, por uma deplorável perda de identidade dos discípulos de Cristo, que abandonam a autêntica profissão de fé, cedendo aos compromissos com a mentalidade mundana.

35. Apesar das infidelidades e fraquezas, pode-se reconhecer na história da missão três grandes atitudes que a caracterizam e que continuam como ideais para o cristão:

36. – A atitude do diálogo. O próprio Deus é o primeiro a se abrir ao diálogo com a humanidade, a qual dirige a sua palavra através dos profetas e principalmente da Palavra por excelência, o Verbo encarnado. Jesus Cristo também utiliza o diálogo para comunicar e explicitar a revelação<sup>25</sup>. A Igreja encontra no diálogo o primeiro passo de sua atividade missionária: “Os discípulos (de Cristo), profundamente impregnados de seu Espírito, conheçam seus concidadãos e relacionem-se com eles, para que esses mediante um diálogo cheio de sinceridade e paciência venham a conhecer quantas riquezas o munificente Deus prodigalizou aos povos”<sup>26</sup>. Neste diálogo, o cristão não apenas anuncia

a Boa Nova e comunica a sua fé, mas também aprende a descobrir nos outros as riquezas da experiência religiosa que Deus suscitou.

37. – *A atitude da crítica-profética.* Na medida em que o diálogo tiver propiciado o mútuo conhecimento, torna-se possível e necessário um segundo momento: o do exame e do juízo crítico. Chega a hora em que se impõe examinar e discernir<sup>27</sup>. É preciso não apenas anunciar o bem e reconhecer o que é comum: deve-se também denunciar o mal, o erro, o que é incompatível com o plano de Deus. Como os antigos profetas bíblicos, Jesus não deixou de denunciar o que Deus não podia aprovar, e o fez com grande vigor<sup>28</sup>. Também o evangelizador é chamado, em muitas situações, ao exercício humilde e corajoso da crítica profética. Não apenas as sociedades pagãs ou secularizadas precisam dela. Também sociedades que se querem “cristãs”, exigem o discernimento, que separa joio e trigo. Até hoje, o nosso Continente está marcado por conflitos entre missionários que anunciam o Evangelho e outros cristãos que, seduzidos pelo espírito de conquista ou a cobiça da riqueza, perderam o sentido autêntico da ética cristã<sup>29</sup>. Entretanto, também os missionários, como toda a Igreja, devem submeter-se permanentemente ao juízo da Palavra de Deus.

38. – *O testemunho de vida até o martírio.* Como o próprio Jesus, cuja voz profética foi cortada muito cedo pelas autoridades de Jerusalém, o missionário pode ser chamado à forma suprema do testemunho, que é o martírio, a entrega da própria vida. Ela é a prova maior da fé do mártir e, por isso, também a atitude missionária mais eficaz. O sangue é semente de cristãos<sup>30</sup>. Também na América Latina e em nosso país, o testemunho cotidiano, na perseverança do dia-a-dia até mesmo o martírio continua sendo uma presença e um dom, que enriquece e fortifica o espírito missionário da Igreja e sua fidelidade ao Evangelho e à causa dos injustiçados.

39. Na história recente, a consciência missionária da Igreja está se renovando profundamente. A missão não é pensada unicamente como missão “ad gentes”, limitada às áreas geográficas menos penetradas pela evangelização. Este aspecto da missão se revigora e se completa com a descoberta de que todo país é “terra de missão”. Cresce a convicção de que a missão é condição essencial e permanente da Igreja, em todo tempo e lugar. Ela não é apenas tarefa de alguns institutos específicos ou da hierarquia eclesial, mas responsabilidade e dever de todo o Povo de Deus, de toda Igreja particular, de todo cristão.

40. Ao mesmo tempo, cresceu a consciência de que a Igreja é chamada a partilhar solidariamente das alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos homens. Ela explicita hoje mais claramente que “não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhe ressoe no coração”<sup>31</sup>. O compromisso com a promoção da paz e da justiça, afirmado pelo Concílio Vaticano II na “Gaudium et Spes”, foi reafirmado vigorosamente pela II Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín (1968) e pelo Sínodo dos bispos de 1971<sup>32</sup>. O Papa Paulo VI, na “Evangelii Nuntiandi” (1975), ressaltou os laços profundos que unem evangelização e libertação, como também o fez Puebla<sup>33</sup>.

41. O papa João Paulo II nos lembrou recentemente a mesma coisa: missão da Igreja é “evangelizar, isto é, prestar ao mundo o ministério da salvação, mediante o ‘dialogus salutis’ (diálogo da salvação) instaurado com ele (...) Essencialmente religioso, porque nasce de uma iniciativa de Deus e se finaliza no absoluto de Deus, o ‘ministerium salutis’ (ministério da salvação) é ao mesmo tempo serviço do homem – pessoa e sociedade – às suas necessidades espirituais e temporais, aos seus direitos fundamentais, à sua convivência humana e civil”<sup>34</sup>.

42. Cresce assim na Igreja a consciência dos desafios que ela deve enfrentar para realizar a sua missão. Cresce também a convicção de que a Igreja será tanto mais capaz de realizá-la e de estar aberta às expectativas do mundo, quanto mais se voltar para a origem e fonte da sua missão.

## 2. O MISTÉRIO DA COMUNHÃO, ORIGEM DA MISSÃO

43. A missão da Igreja tem sua origem e sua razão de ser no próprio mistério de Deus e desígnio do Pai de chamar a humanidade a participar da comunhão com Ele<sup>35</sup>.

44. Através da missão do Filho e do Espírito, revela-se aos homens o amor de Deus-Pai e nos é dado penetrar, de algum modo, no mistério da comunhão trinitária. Ele se nos revela como comunhão de um mesmo ser na alteridade de três pessoas. As pessoas divinas existem na mesma natureza como relações de uma para as outras. Em Deus, ser pessoa é ser para as outras numa doação mútua. O dar e o receber, o gerar e o ser gerado não implicam em diminuição de uma pessoa frente às outras. Plena comunhão no mesmo ser, sem dominação, sem absorção, sem subordinação. Tudo entre elas é comum. Por isso, Jesus diz ao Pai “tudo o que é meu é teu e tudo o que é teu é meu”<sup>36</sup>. E referindo-se ao Espírito Santo, afirma: “Tudo o que o Pai tem é meu; por isso disse: Ele (o Espírito) recebe do que é meu e vo-lo anunciará”<sup>37</sup>.

45. O mistério trinitário suscita antes de tudo, a adoração. Toda a oração da liturgia se dirige a Deus Pai, por Cristo, no Espírito Santo. Especialmente a Eucaristia expressa e celebra, da forma mais plena, a fé trinitária, reunindo em comunhão fraterna os cristãos, já inseridos pelo batismo na Trindade Santa, que neles veio habitar<sup>38</sup>.

46. A comunhão trinitária ilumina também o sentido da história e da realidade cósmica. Nessa luz, toda a criação e toda a humanidade aparecem chamadas a um destino de comunhão e ansiosas por ele. “A comunhão que se há de construir entre os homens abrange-lhes todo o ser desde as raízes do amor, e há de se manifestar em toda a sua vida, até na sua dimensão econômica, social e política. Produzida pelo Pai, o Filho e Espírito é a comunicação de sua própria comunhão trinitária”<sup>39</sup>. Esta é a comunhão que as multidões de nosso continente procuram com ânsia”...<sup>40</sup>.

47. Nesta perspectiva, destaca-se também o sentido da Igreja, como sacramento, “sinal” e “instrumento de comunhão”<sup>41</sup>. Ela aponta à humanidade o caminho de Cristo como aquele que leva à comunhão com o Pai e à realização da paz e unidade, pela qual a humanidade anseia. Por isso a participação na comunhão trinitária constitui o cerne da missão evangelizadora da Igreja<sup>42</sup>.

48. A comunhão não apenas ilumina o sentido da história humana e da missão da Igreja. Diante da profunda desigualdade social que caracteriza nosso continente, gerando marginalização e discriminação, Puebla convoca os cristãos para uma “evangelização libertadora” que transforme a América Latina pelos caminhos da “comunhão e participação”, cujas exigências aponta de forma riquíssima<sup>43</sup>.

49. “Cada comunidade eclesial – conclui o documento de Puebla – deveria esforçar-se por constituir um exemplo de modo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminhos para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo, qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem”<sup>44</sup>.

50. A comunhão é a origem da missão. A comunhão é igualmente seu termo, seu objetivo. Mas também é, de algum modo, o próprio caminho e a condição da missão. Já o lembrava aos primeiros cristãos o evangelista João com as palavras da Oração de Jesus: “Que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia”<sup>45</sup>.

### 3. A MISSÃO A SERVIÇO DA COMUNHÃO

51. O desígnio de Deus, de levar os homens à comunhão plena entre si e à participação na própria comunhão divina, ainda não está plenamente realizado. A Igreja está a serviço dessa realização; a missão continua. A Igreja ainda se encontra a caminho, até que Deus seja tudo em todos<sup>46</sup> e se afirme plenamente o seu Reino.

52. Nesta caminhada, a Igreja tem algumas referências e orientações, que provêm da sua fonte e da sua história. Brevemente assinalamos algumas capazes de imprimir um particular impulso evangélico em nossa ação pastoral e missionária.

53. A primeira e fundamental referência é o próprio Cristo. Com a graça do Espírito, a Igreja apostólica compreendeu plenamente que Jesus de Nazaré é Filho de Deus, o Verbo encarnado. Já o apóstolo Paulo apontava o sentido da Encarnação e suas implicações para a existência da Igreja. Cristo é aquele que “sendo de condição divina, não se prevaleceu de sua igualdade com Deus, mas aniquilou-se assumindo a condição de servo (...), tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz”<sup>47</sup>. Ele “se fez pobre, embora fosse rico”<sup>48</sup>. O Concílio Vaticano II reafirmou que o caminho da Igreja não pode ser diferente. “Assim como Cristo consumou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho (...) A Igreja não foi instituída para buscar a glória terrestre, mas para proclamar, também pelo seu próprio exemplo, a humildade e a abnegação”<sup>49</sup>. A Igreja Latino-americana, sem excluir ninguém do convite para participar do Reino de Deus, prolonga a preocupação do Concílio pela evangelização dos pobres e sofredores, em que reconhece o rosto de Cristo, ao assumir uma “clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres”<sup>50</sup>. Todos os cristãos são chamados ao amor preferencial pelos pobres<sup>51</sup>.

54. Ao lado de Jesus, a figura de Maria, sua Mãe, também é modelo para a Igreja e para cada um dos cristãos. Seguindo o exemplo do Concílio Vaticano II e da Encíclica “Redemptoris Mater” do Papa João Paulo II, contemplamos neste Ano Mariano a figura da Santíssima Virgem Maria, peregrina da fé, como Mãe e modelo da Igreja, “Estrela da evangelização”. “É para ela que a Igreja deve olhar para compreender, na sua integralidade, o sentido de sua missão”<sup>52</sup>. No coração de Maria, na profundidade da sua fé, expressa no ‘Magnificat’, a Igreja renova a certeza de que não se pode separar a verdade a respeito de Deus que salva, de Deus que é fonte de toda dádiva, da manifestação do seu amor preferencial pelos pobres e pelos humildes<sup>53</sup>.

55. Maria aviva na Igreja a consciência de sua condição de peregrina, que caminha pela história dos homens em direção ao Reino de Deus. O Povo de Deus vive, de fato, na esperança de “nova terra e novo céu”, que supere a figura deste mundo deformado pelo pecado, vença a morte e liberte a criação<sup>54</sup>. “Contudo, a esperança de uma nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra. Nela cresce o corpo da nova família humana que já pode apresentar algum esboço do novo século. Por isso, ainda que o progresso terreno deva ser cuidadosamente distinguido do aumento do Reino de Cristo, contudo é de grande interesse para o Reino de Deus, na medida em que pode contribuir para organizar a sociedade humana”<sup>55</sup>.

56. Esta afirmação do Concílio Vaticano II tem dois aspectos. De um lado, ressalta que a Igreja é “germe e início” do Reino de Deus<sup>56</sup>. Ela torna visível e histórica a realidade desse Reino na sua maneira de ser e agir. Há uma profunda unidade entre o ser e o agir da Igreja. Por isso, sua missão não é algo que lhe advém facultativa e posteriormente a seu ser. Antes, faz parte de sua própria constituição. De modo que, se deixasse de agir na defesa do ser humano e especialmente do pobre, deixaria de estar a serviço do Reino. Ser germe do Reino significa, precisamente, tornar o seu profundo mistério visível na história, através de eventos concretos, de ações perceptíveis. Ser germe do Reino é manifestar que o desígnio salvífico de Deus não se realiza somente na interioridade insondável do coração humano, no mundo estritamente subjetivo de suas motivações, no santuário inacessível da consciência. Ele se manifesta, na experiência de comunhão entre os cristãos. Esta comunhão é sinal de que são possíveis relacionamentos novos entre pessoas, baseados na atenção ao mistério do outro e no respeito à sua dignidade. Esta comunhão é experiência, já agora, do começo do Reino. Leva a uma paixão



transformadora da realidade na prática da justiça, da defesa do pobre, inspirando o surgimento de sociedades alternativas às opressivas existentes.

57. De outro lado, o Concílio ressalta que a Igreja ainda não é o Reino definitivo de Deus. Daqui também derivam conseqüências importantes. Significa que há um "mundo", o mundo humano, o mundo das realidades "terrestres" ou "temporais": família, educação, cultura, economia, política. A este mundo a Igreja reconhece uma justa autonomia<sup>57</sup>, mas também espera que seja libertado do pecado e assumido no mistério salvífico de Cristo.

Significa que a Igreja se reconhece ao serviço do Reino, ou seja, de Deus, e não em função de si mesma. Sabe-se sempre necessitada de purificação e renovação<sup>58</sup>. Sempre submetida ao juízo da Palavra de Deus, que é semente e antecipação do Reino. Numa palavra, a Igreja "tem sempre necessidade de ser evangelizada"<sup>59</sup>.

58. Significa, ainda, que a Igreja reconhece que o Espírito Santo desperta, também, no mundo, fora da comunidade dos batizados, homens empenhados na construção de uma sociedade justa e fraterna. Eles assim estão a caminho do Reino.

O Concílio Vaticano II afirma que todos os homens são chamados à unidade do Povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal<sup>60</sup>. A Igreja é, em Cristo, "como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano"<sup>61</sup>. Sobre este fundamento, a Igreja constrói suas relações de diálogo com as outras Igrejas cristãs<sup>62</sup> e com outras religiões<sup>63</sup> ou com pessoas que não chegaram ao conhecimento expreso de Deus<sup>64</sup>. Os cristãos devem colaborar com todos na edificação de uma sociedade justa, na busca da paz e na procura da verdade.

59. Para realizar sua missão no mundo, neste tempo que se estende entre Pentecostes e a Parusia, a Igreja precisa de uma constituição estável. Esta constituição, baseada na "comunhão", é característica. Por ela a Igreja Católica, una e única, existe nas e pelas Igrejas particulares<sup>65</sup>. Em outras palavras, a Igreja é uma comunhão de comunidades. "Em cada uma dessas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres, está presente Cristo, por cujo poder se congrega a Igreja una, santa, católica e apostólica"<sup>66</sup>.

60. A natureza da Igreja se torna evidente na Eucaristia. De fato, "o pão que partimos é a comunhão com o corpo do Senhor"<sup>67</sup>. E, "uma vez que há um único pão, nós, embora sendo muitos, formamos um só corpo, porque todos nós comemos de um mesmo pão"<sup>68</sup>. Assim Cristo é o vínculo profundo de união de uma comunidade e aquele que une "em comunhão" todas as comunidades eclesiais, que somente podem ser Igreja de Cristo enquanto permanecem unidas nele e, através dele, a todas as outras comunidades.

61. Em conseqüência, todo batizado participa da comunhão eclesial e deve contribuir para sua edificação, acolhendo a graça de Cristo e os dons do Espírito Santo. Os dons do Espírito, os carismas, nunca faltaram aos fiéis. O Concílio Vaticano II quis valorizá-los, principalmente aqueles que se colocam em benefício da comunidade. Após o Concílio assistimos a um florescimento de novos ministérios, recebidos e incentivados pela hierarquia da Igreja<sup>69</sup>. No mesmo Espírito, foram incentivadas as diversas vocações – laicais e religiosas – que enriquecem a vida da Igreja e seu testemunho evangélico. Foi reconhecida e valorizada a iniciativa dos fiéis e sua organização em associações e movimentos.

62. A grande variedade de vocações e ministérios exigiu também um renovado empenho do ministério da unidade confiado, especialmente, ao ministério apostólico. Jesus escolheu doze dentre seus discípulos, e em particular a Pedro, como sinais e princípio visível da unidade de seu povo e testemunhas fiéis de sua vontade e palavra<sup>70</sup>. Também dotou a sua Igreja de sucessores dos Apóstolos, os bispos, os quais formam um colégio ou corpo episcopal, cuja cabeça visível é o Bispo de Roma e sucessor de Pedro<sup>71</sup>.

63. Os bispos, com a cooperação dos presbíteros e diáconos, são princípio visível da unidade das Igrejas particulares ou dioceses. Mas, também, unidos ao bispo de Roma e Sucessor de Pedro, o Papa, representam a comunhão das Igrejas particulares unidas em Cristo pelos vínculos da paz, do amor e da unidade<sup>72</sup>.

64. Assim, a realidade da “comunhão”, que tem sua origem na Trindade Santa, assume na vida da Igreja diversas manifestações. Sobre os diversos sentidos da comunhão (“communio”), são particularmente esclarecedoras estas palavras do Papa João Paulo II: “No âmago da autoconsciência da Igreja está a noção de *Communio*; em primeiro lugar uma participação pela graça na vida do Pai que nos foi dada por Cristo e no Espírito Santo (...) Esta comunhão tem sua origem num chamamento divino, no eterno desígnio que nos predestinou a sermos conformes à imagem do Filho. Realiza-se isto por meio da união sacramental com Cristo mediante a participação orgânica em tudo que constitui a realidade divina e humana da Igreja, o Corpo de Cristo, a qual se estende pelos séculos e é enviada ao mundo para abraçar todas as pessoas sem distinção.

65. “É óbvio que nas décadas após o Concílio esta dimensão vertical da comunhão eclesial tem sido menos profundamente experimentada por muitos que, por outro lado, têm um vivo sentido de sua dimensão horizontal. Todavia, se a comunidade cristã não tiver consciência da maravilhosa e gratuita efusão da bondade de Deus, que nos salvou, não por causa das obras de justiça que tivéssemos feito, mas por misericórdia (Tt 3,4-5) a missão da Igreja a serviço da família humana estará radicalmente enfraquecida e jamais alcançará o nível pretendido pelo Concílio.

66. “O corpo eclesial é sadio na medida em que a graça de Cristo, efundida por meio do Espírito Santo, é aceita pelos membros. Nossos esforços pastorais são fecundos, em última análise, quando o Povo de Deus – nós, bispos com o clero, religiosos e leigos – é conduzido a Cristo, crescendo na fé, na esperança e na caridade e se torna autêntica testemunha do amor de Deus num mundo necessitado de transfiguração”<sup>73</sup>.

#### 4. CAMINHOS E TAREFAS

67. A missão da Igreja é uma só. As tarefas que decorrem da missão são muitas. As circunstâncias concretas podem exigir a acentuação de algumas, em determinadas situações. Mas é essencial que não se perca de vista a unidade da missão e que a acentuação não se torne unilateralismo ou deformação.

68. A tarefa missionária é hoje, freqüentemente, expressa numa única palavra: evangelização<sup>74</sup>. Mas se reconhece que a evangelização é uma ação complexa, que abrange vários aspectos. Encontramos em nossas comunidades, e também entre bispos e teólogos, divergências e, às vezes, até conflitos acerca da importância dos diversos aspectos da evangelização e das prioridades a estabelecer entre eles.

69. Parece-nos que pode trazer alguma luz a distinção entre a ordem dos fins e a ordem dos meios. Na ordem da finalidade, não se pode deixar de colocar como objetivo da evangelização a comunhão plena dos homens com Deus e, portanto, a comunicação explícita e quanto possível integral do próprio plano de Deus e de Jesus Cristo como caminho para a comunhão.

70. O anúncio explícito de Jesus Cristo e de sua mensagem exige uma pedagogia. Deve atingir o homem em sua situação e conduzi-lo, sem prender-se a etapas cronológicas, mas progressivamente, à plena maturidade da fé. De fato, num ambiente não evangelizado, a atuação do cristão pode começar pela simples presença, por um testemunho silencioso de solidariedade que vai crescendo num empenho ativo pela justiça e a libertação, num testemunho de oração e de caridade fraterna, para culminar no anúncio explícito e pleno da riqueza da mensagem evangélica<sup>75</sup>.

71. Mais importante ainda é frisar que todos esses aspectos ou momentos são evangelização; fazem parte de um único processo e se voltam para uma única intenção:

testemunhar Jesus Cristo, convidar à comunhão com o Pai e os irmãos. Por isso o cristão está sempre pronto a “dar razão da esperança” que está nele<sup>76</sup>. Por isso também o cristão, no seu engajamento pela justiça e a libertação humana, procura a libertação “integral”, a que se projeta na plena comunhão com Deus e com os irmãos<sup>77</sup>.

72. Visando aqui confirmar e completar as nossas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, destacaremos algumas tarefas da Igreja no Brasil com relação à participação na sociedade e à formação do Povo de Deus.

#### 4.1. Participação na sociedade

73. Investida de uma missão divina, a Igreja, “mistério” e realidade transcendente, é, ao mesmo tempo, realidade visível, corpo social, povo que vive na história e cujos membros são solidários com a sociedade humana<sup>78</sup>.

74. É, por isso, levada a participar da construção da comunidade dos homens, a dar sua contribuição à sociedade civil, da qual por sua vez muito recebe<sup>79</sup>. Nesta participação, a Igreja, procurando a justiça e a paz, respeita a autonomia das “realidades terrestres”, das instituições humanas sociais e políticas<sup>80</sup>. Não pretende definir tecnicamente a forma desta sociedade ou determinar sua gestão política e econômica<sup>81</sup>.

75. De outro lado, a Igreja reivindica a liberdade de exercer sua missão e de agir segundo os princípios evangélicos e, portanto, de poder, sempre e em toda a parte, pregar a fé, realizar o seu culto, ensinar a doutrina social, exercer livremente a sua função entre os homens e proferir o juízo moral sobre realidades que se relacionam com o bem comum. Porque a Igreja tem consciência de que a humanidade será profundamente prejudicada, se não lhe for oferecida a mensagem evangélica em toda a sua riqueza<sup>82</sup>.

76. Tal atitude da Igreja não exorbita de sua esfera nem fere a razão humana. Pois todo corpo social, pelo fato de existir, constrói a sociedade dos homens, influencia o mundo das pessoas, faz história. Ele é, por sua vez, construído pela sociedade, influenciado pelo mundo, criado pela história. A Igreja não pode, portanto, esquivar-se de tal realidade. Mas a Igreja, pode, sim, querer discernir e decidir sobre a natureza e a qualidade de sua presença. A ideologia liberal quer negar tal direito à Igreja e relegá-la ao silêncio, tornando-a desencarnada e preocupada apenas com sua vida interna. Calaria, assim, toda crítica ética e evangélica que a Igreja pudesse fazer. Mas se a Igreja fosse conivente com tal ideologia, estaria apoiando, sem mais, o “*status quo*” de regimes que produzem tantas injustiças sociais. As ideologias totalitárias foram, muitas vezes, além, não apenas afastando radicalmente a Igreja de qualquer atuação social, mas limitando severamente até sua liberdade interna.

77. Hoje, com mais clarividência, a Igreja sabe que sua presença na história e na sociedade não pode ser neutra e totalmente apolítica, já que, estabelecendo necessariamente relações com outros corpos sociais com o Estado, influencia de alguma maneira o exercício do poder. Toca-lhe, pois, apurar os critérios evangélicos para nortear-lhe as ações<sup>83</sup>.

78. Em face da situação concreta da sociedade humana, organizada de forma injusta e desigual, a Igreja não pode ficar numa tranqüila posição de indiferença ou neutralidade que terminaria em convivência. A Igreja traz à sociedade humana, profundamente marcada pela injustiça e opressão, principalmente uma orientação ética (que se expressa num “ensinamento social”) e, ao mesmo tempo, um impulso libertador, que mantém viva a esperança daqueles que lutam pela libertação integral do homem, a partir da fé e da força que vem do alto.

79. Nessa contribuição para a construção de uma sociedade humana, justa e fraterna, a Igreja inspira-se nas próprias fontes de sua missão: o Plano de Deus sobre a história humana que se manifestou de forma definitiva e irrevogável no caminho de Jesus e na

sua mensagem, tão singelamente expressa nas bem-aventuranças<sup>84</sup>. Para ser coerente com a mensagem profética e libertadora do Evangelho, a Igreja não pode deixar de denunciar situações e estruturas iníquas<sup>85</sup>, colocar-se prioritariamente ao lado dos pobres e oprimidos<sup>86</sup> e participar, dentro de suas condições específicas, da construção de uma nova sociedade<sup>87</sup>.

80. A partir de seus fundamentos evangélicos, a Igreja procura formular princípios éticos e critérios para discernir estruturas e situações, mesmo contingentes, e impulsionar a participação dos cristãos na vida e organização da sociedade.

81. A reflexão sobre os princípios da vida social conduz ao julgamento das situações históricas contingentes e à formulação de projetos ou diretrizes de ação<sup>88</sup>. O ensinamento social da Igreja é “essencialmente voltado para a ação”<sup>89</sup>. Por isso, muitas vezes, refere-se a circunstâncias mutáveis e “permanece constantemente aberto às questões novas que não cessam de se apresentar”<sup>90</sup>. Assim a Igreja deve rever constantemente seu modo de inserção na sociedade e a maneira de organizar a tarefa de evangelizar a realidade humana, inclusive em sua dimensão social e política<sup>91</sup>.

82. A participação da Igreja na sociedade desdobra-se em muitas formas, que decorrem tanto da urgência dos problemas sociais, econômicos e culturais, quanto dos critérios evangélicos que norteiam a missão da Igreja e dos cristãos. Em nosso país, é necessário mais do que nunca aquele “imenso esforço de educação”<sup>92</sup> para uma civilização do trabalho, para a solidariedade e para o acesso de todos à cultura, sem o que uma nova sociedade não será possível. O Santo Padre nos recomendou recentemente, como tarefa de alta relevância, conexas com a função episcopal, “a de educar para a libertação educando para a liberdade”<sup>93</sup>.

83. Voltaremos a aspectos mais específicos da participação da Igreja na sociedade, na segunda parte do nosso documento.

#### 4.2. Formação do Povo de Deus

84. A primeira tarefa da Igreja, anterior a qualquer outra, é a formação do Povo de Deus e a construção da própria unidade. Com razão nos lembra isso o Concílio, quando afirmou que a unidade é um dom, de Cristo à sua Igreja, acrescentando “esperamos que ela cresça, dia após dia, até a consumação dos séculos”<sup>94</sup>.

85. A preocupação com a unidade que é dádiva do Pai e ao mesmo tempo fruto de um esforço constante e inculcado pelo Vaticano II: “Em virtude de sua missão que é iluminar o mundo inteiro com a mensagem evangélica e reunir em um único Espírito todos os homens de todas as raças e culturas, a Igreja torna-se o sinal daquela fraternidade que permite e consolida um diálogo sincero. Isto, porém, requer em primeiro lugar, que promovamos no seio da própria Igreja a mútua estima, respeito e concórdia, admitindo toda a diversidade legítima, para que se estabeleça o diálogo cada vez mais frutífero entre todos os que constituem o único Povo de Deus, sejam pastores, sejam demais cristãos. O que une os fiéis, é com efeito, muito mais forte do que aquilo que os separa. Nas coisas necessárias reine a unidade, nas duvidosas a liberdade, em tudo a caridade”<sup>95</sup>.

86. A preocupação com a construção da unidade corresponde ao desejo expresso de Jesus: “que cheguem à plenitude da unidade e o mundo reconheça que me enviaste”<sup>96</sup>. Paulo VI comentou esta oração de Jesus: “Como evangelizadores, nós devemos apresentar aos fiéis de Cristo, não já a imagem de homens divididos e separados por litígios que nada edificam, mas, sim, a imagem de pessoas amadurecidas na fé, capazes de se encontrar para além de tensões que se verifiquem, graças à procura comum, sincera e desinteressada da verdade. Sim, a sorte da evangelização anda sem dúvida ligada ao testemunho da unidade dado pela Igreja”<sup>97</sup>.

87. Na sociedade a presença dos cristãos exige a existência da comunidade eclesial, que é sinal e sacramento da comunhão, para a qual caminha a humanidade, e que é o lugar onde os próprios cristãos, escutando a Palavra de Deus, vivendo sua fé e caridade, participando dos sacramentos, renovando sua formação, sob o cuidado dos pastores, realimentam seu espírito missionário e seu empenho na construção da sociedade justa e fraterna<sup>98</sup>.

88. Esta exigência é mais forte hoje porque a cultura em que vivemos não é inspirada pelo Evangelho<sup>99</sup>. As pessoas e grupos sociais encontram-se, freqüentemente, diante de um dilema, nem sempre conscientemente percebido: ou aceitar o individualismo e os padrões dominantes da cultura da sociedade capitalista, ou buscar ativamente a resistência e a preservação de outros valores culturais e religiosos em comunidades e grupos, que assumem uma distância crítica em face da sociedade<sup>100</sup>. Sem cair no isolamento e sem abandonar uma participação ativa e crítica na vida social, os católicos necessitam, hoje mais que no passado, encontrar momentos de vivenciar e expressar sua identidade e pertença à Igreja.

89. A comunidade eclesial – diocese, paróquia, comunidade de base, família, associação ou movimento – pode contribuir para que o povo saia da dispersão e marginalização civil e social a que é reduzido. As comunidades eclesiais são, na base da sociedade, fermento de união e de solidariedade, de conscientização e participação. O desenvolvimento das comunidades eclesiais de base e a ação pastoral da Igreja têm contribuído, nos últimos anos, para que os pobres se tornem, mais corajosamente, protagonistas de um processo paciente e não violento de libertação, apesar dos grandes obstáculos econômicos e políticos que enfrentam. Também grupos de intelectuais e profissionais se sensibilizam com o clamor dos pobres e com eles se solidarizam na busca de uma sociedade justa e fraterna.

90. Toda comunidade eclesial é, por sua natureza, ministerial e missionária. Ela está a serviço dos irmãos, especialmente dos mais pobres e sofredores. Ela anuncia o Evangelho do Reino, para indicar a todos os homens o caminho da salvação em Cristo. Toda comunidade eclesial, portanto, deve interrogar-se permanentemente sobre seu espírito missionário, sobre sua real disposição e seu empenho no serviço do mundo e do Evangelho. Mas não basta que o espírito missionário se limite a suscitar em alguns atitudes subjetivas, pessoais: vontade de doação ou disposição de servir. Muitas de nossas comunidades, examinando-se a si mesmas, constatarão – como outras já o fizeram – que uma parte muito pequena de seus recursos humanos e materiais está efetivamente voltada para a missão. É preciso que a comunidade se organize de forma que, no seu conjunto e pela repartição dos diversos serviços ou ministérios, toda ela mereça o nome de “comunidade missionária”.

Tal fim ainda não é alcançado, muitas vezes, porque continua vigorando a falsa concepção que atribui unicamente aos ministros ordenados (Bispos, padres, diáconos) e aos religiosos a responsabilidade pela evangelização e missão da Igreja. Essa responsabilidade é de todos os batizados<sup>101</sup>.

91. As comunidades eclesiais, em sua ação evangelizadora e em seu serviço ao mundo, sabem que são chamadas a uma responsabilidade altíssima, que o evangelista Mateus define com as mesmas palavras que designam a missão de Cristo: “Vós sois o sal da terra (...) Vós sois a luz do mundo”<sup>102</sup>. Elas devem se tornar um fermento e um modelo de “comunhão e participação”, que manifeste inequivocamente comunhão que brota da comunhão trinitária<sup>103</sup>.

92. Para responder melhor à complexidade da realidade social e eclesial atual, as comunidades eclesiais devem atender às exigências de sua ação evangelizadora e libertadora nos diversos níveis em que ela se põe:

93. – O nível da pessoa. Cada pessoa sempre tem direito ao seu próprio desenvolvimento e à sua privacidade. Ela deve encontrar apoio e comunhão na comunidade, mesmo

quando as circunstâncias não lhe permitem uma participação freqüente na vida comunitária ou até mesmo a isolam e marginalizam. Nossa ação missionária e pastoral, quer com grupos seletos, quer com grandes massas, deve abrir espaço para a comunicação pessoal, o diálogo paciente, o atendimento individual e deve criar novos ministérios e iniciativas para atender as pessoas;

94. – O nível do grupo ou da pequena comunidade. É na comunidade que os fiéis podem compartilhar sua experiência cristã e fraterna, aprofundar sua visão crítica da realidade e seu conhecimento da Palavra de Deus, organizar e fortalecer sua cooperação e sua ação a serviço do Evangelho e da sociedade. Levando em conta o contexto social e a experiência já acumulada, devem ser procuradas formas associativas adequadas: comunidades locais ou de base, associações e grupos, movimentos novos ou já tradicionais. Condição comum é que todos eles mantenham uma efetiva comunhão com a paróquia e a Igreja diocesana, inserindo-se no planejamento pastoral de conjunto e evitando a atitude quase sectária de quem se pretende detentor da única forma válida de seguir e servir a Cristo;

95. – O nível da articulação mais ampla. Pessoas e grupos são hoje, freqüentemente, envolvidos em situações e movimentos mais amplos, seja nos grandes sistemas burocratizados, seja nos comportamentos de massa. A pastoral deve procurar levar em conta também estas situações, que exigirão das próprias comunidades eclesiais um esforço de integração em nível paroquial, diocesano, regional e mesmo nacional. Nisso serão ajudadas por uma consciência viva de sua catolicidade, que leva à prática efetiva da solidariedade entre as Igrejas particulares e ao aprofundamento dos laços com o centro da Igreja Universal, a Sé de Pedro e do Papa.

96. Nesses vários níveis deve-se ter sempre em mente: a) é pela pregação do Evangelho que são geradas as Igrejas e somos, como cristãos, nelas incorporados<sup>104</sup>; b) pela Eucaristia se realiza em plenitude a comunhão eclesial em vista da formação do povo de Deus; c) a vivência da plena Comunhão (Koinonia) expressa e faz crescer o Povo de Deus.

97. A comunhão radical com Deus, a comunhão fraterna e a visão profética e evangélica da realidade se renovam nas próprias fontes da vida cristã. Se toda a vida eclesial é de algum modo “sacramento” isto é, sinal e instrumento da união com Deus e dos homens entre si, dois momentos expressam, de modo mais pleno, e realimentam esta vida: a escuta da Palavra de Deus e a celebração da liturgia<sup>105</sup>. Palavra e liturgia são fonte e ápice da vida cristã, particularmente quando se realizam na plenitude da vida eclesial, na Eucaristia<sup>106</sup>.

É importante, porém, que a celebração da missa, dos Sacramentos e da Palavra de Deus mantenham seu vigor e sua autenticidade, ou os readquiram, se por ventura os tiverem perdido. Por isso, o Concílio Vaticano II e os inúmeros documentos, com que a Santa Sé realizou a reforma litúrgica e renovou a leitura da Bíblia e a catequese<sup>107</sup>, insistem na participação ativa dos fiéis e na apresentação das verdades da fé na linguagem de nosso tempo. Aqui também deve-se procurar incessantemente aquela unidade entre fé e vida, que é característica da religião bíblica e da ação salvífica do “Deus-conosco”. Essa unidade se expressa na iluminação da vida pela Palavra e numa liturgia que, sendo celebração do Mistério Pascal, procura celebrar e santificar a vida.

## 5. ESPIRITUALIDADE CRISTÃ

98. Condição para que a Igreja realize sua missão é o engajamento generoso e firme, pessoal e livre, de cada cristão. O compromisso e a doação de uma pessoa à missão da Igreja é, ao mesmo tempo, consagração a Deus e caminho de santidade. Há diversas formas de concretizar tal compromisso, dando origem a diferentes tipos de “espiritualidade”<sup>108</sup>.

E, todavia, há uma base comum: a espiritualidade cristã. Ela quer oferecer a todos o meio de viver coerentemente, segundo a vontade de Deus, as tarefas da missão cristã: o louvor a Deus, a construção da sociedade humana, a comunhão eclesial e a atividade missionária. Pois toda a vida em Cristo é um culto oferecido a Deus e o cristão que vive no mundo é sacerdote e profeta.

99. O Concílio Vaticano II reafirmou com força uma verdade que andava em certa medida ofuscada, a vocação universal à santidade<sup>109</sup>: “Sede perfeitos como o Pai do céu é perfeito”<sup>110</sup>.

100. Desse apelo se aproxima a exortação da “Evangelii Nuntiandi”, quando diz que “não haverá humanidade nova, se não houver, em primeiro lugar, homens novos, pela novidade do Batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização (...) é, precisamente, esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando (...) procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios”<sup>111</sup>. Na mesma linha, Puebla exige uma “conversão do coração”, que não esteja desligada do empenho na transformação das estruturas sociais<sup>112</sup>.

101. O caminho da conversão ao Evangelho, que leva a assumir o “homem novo”<sup>113</sup> é o caminho do seguimento de Jesus. Os próprios Evangelhos, trazendo-nos a pregação e a vida de Cristo, não se limitaram a fazer memória do passado, mas propuseram aos cristãos de todos os tempos um roteiro a ser percorrido novamente, que lhes possibilitasse seguir os passos de Jesus. O mesmo faz freqüentemente o apóstolo Paulo, que indica aos seus irmãos o caminho da imitação de Cristo<sup>114</sup>, para que tenham as mesmas atitudes e os mesmos sentimentos de Jesus<sup>115</sup>. Hoje, em nosso contexto latino-americano, muitos cristãos redescobrem a espiritualidade do seguimento de Jesus, na imitação de suas virtudes, no serviço dos irmãos pobres e sofredores, abraçando a cruz, doando a vida<sup>116</sup>.

102. A identificação do cristão com Cristo pode ser descrita com outra linguagem, inspirada, igualmente, pela Bíblia. O Novo Testamento, que leva a termo o Antigo, e a Tradição eclesial apresentam o Filho de Deus feito homem, como Aquele que, por um título totalmente novo, é profeta, sacerdote e rei. Também os cristãos unidos na comunidade eclesial, novo Templo de Deus, participam, desde o Batismo, da dignidade profética, sacerdotal e real<sup>117</sup>.

103. Há, portanto, um sacerdócio comum a todos os fieis cristãos, participação no sacerdócio de Cristo. Jesus Cristo realiza em plenitude seu sacerdócio na entrega da própria vida ao Pai por nós<sup>118</sup> e na sua Ressurreição gloriosa... Por consequência, também o sacerdócio dos cristãos consiste, antes de tudo, na oferta da vida ao Pai: “Eu vos exorto, irmãos, a oferecer vossos corpos em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus”<sup>119</sup>. É a mesma doutrina do apóstolo Pedro: “Achevai-vos a Cristo, pedra viva (...) e quais outras pedras vivas vos tornais os materiais deste edifício espiritual, um sacerdócio santo, para oferecer vítimas espirituais, agradáveis a Deus”<sup>120</sup>. Estas palavras inspiradas apontam para todos os cristãos – leigos ou ministros, inseridos em comunidades religiosas ou não – a perspectiva que deve dar sentido a toda sua existência.

104. Tudo pode ser feito “para a glória de Deus”<sup>121</sup>. As atividades cotidianas da existência, o trabalho, o empenho pela justiça e a edificação de uma sociedade fraterna, tornam-se caminho de santificação e de santidade. As próprias dificuldades e tribulações que, o cristão enfrenta no mundo, não são motivo para fugir ou retirar-se no isolamento, mas ao contrário, constituem dado fundamental do seguimento de Cristo, testemunho de sua esperança e motivo que podem conduzir os outros a reconhecerem e glorificarem a Deus<sup>122</sup>. Os sacramentos<sup>123</sup> e o próprio ministério dos bispos, presbíteros e diáconos estão orientados para a santificação dos cristãos e o exercício deste sacerdócio comum a todos os fiéis.

105. Da mesma forma, os cristãos podem exercer sua missão profética pelo testemunho de vida, mais do que pela palavra, quando em suas atitudes e opções revelam sua esperança no Reino e procuram lutar contra o espírito das trevas<sup>124</sup>. Também manifestam sua dignidade real, quando vivem na liberdade dos filhos de Deus, sem deixar-se escravizar e submeter pelos poderes deste mundo: antes contribuem para que os bens da criação e a história humana se ordenem para o Reino de Deus<sup>125</sup>.

106. Em poucas palavras, pode-se dizer que a existência cristã vive na tensão entre dois pólos: o pólo do compromisso atual e cotidiano na construção de uma sociedade segundo o plano de Deus, no trabalho, na fadiga, no sofrimento; e o pólo da esperança na plena revelação da glória de Deus e da realização do seu Reino, que somente pode ser anunciada na profecia, antecipada na contemplação, no louvor, nos símbolos festivos que a evocam e preparam. As duas dimensões – a da ação e a da contemplação, a do serviço e do louvor, a do trabalho e a da festa – devem marcar a vida do cristão. Sem uma delas, a existência cristã perde seu sentido. Sem trabalho, compromisso, ação, a vida se torna fuga e evasão. Sem oração, louvor, esperança, a vida se torna escravidão e fadiga sem razão. No seguimento de Cristo, o cristão vive indissolúvelmente o sofrimento da cruz e a alegria da ressurreição.

## PARTE II: URGÊNCIAS DA MISSÃO

107. A reflexão desenvolvida na Parte I deste documento quer contribuir não apenas para aprofundar a consciência da missão da Igreja, como também, levar-nos, a nós, a todos os cristãos engajados e a todas as pessoas de boa vontade a compreender melhor a missão da Igreja em nossa realidade nacional e a participar mais eficazmente da construção da sociedade justa e fraterna, que almejamos.

108. Vamos, portanto, voltar-nos agora para quatro aspectos fundamentais e urgentes da missão da Igreja: a evangelização dos povos, o mundo do trabalho, a política e a cultura.

109. Vamos fazê-lo a partir do ponto de vista da fé, ou seja, visando àquele “discernimento” da vontade de Deus, que é também procura do verdadeiro bem da sociedade<sup>126</sup>.

110. Este discernimento exige cuidado metodológico, porque se exerce em torno de realidades complexas. Um esforço sistemático de compreensão e discernimento da missão evangelizadora da Igreja na América Latina foi realizado pela III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Puebla (1979). Ela iluminou e impulsionou nossa ação pastoral nos últimos anos. Ela adotou, também, uma metodologia que continua preciosa: análise dos fatos a partir de uma perspectiva ou “visão” pastoral; reflexão crítica à luz da Palavra de Deus e do Magistério da Igreja; a partir disso, elaboração de diretrizes para a ação pastoral.

111. A tarefa iniciada por Puebla não está terminada. O próprio documento final de Puebla destaca a necessidade de continuar o trabalho de discernimento e a elaboração de uma ética social cristã, com a participação dos leigos<sup>127</sup>. De forma semelhante, a recente instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação explica como o Ensino Social da Igreja oferece não apenas princípios, mas também critérios de julgamento para discernir situações, estruturas e sistemas sociais<sup>128</sup>.

112. O trabalho de discernimento que aqui realizamos não pretende concluir esta tarefa, mas oferecer subsídios. O que aqui é refletido deverá ser retomado e aprofundado em situações locais ou específicas. A própria ação pela transformação da sociedade, na medida em que avançar, levará a novos questionamentos e a novas reflexões, em busca de um discernimento mais claro de novas diretrizes para continuar a ação.

## 1. NA EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS



### 1.1. Introdução

113. A missão da Igreja se estende até os confins da terra, pela ordem que ela recebeu de Cristo e pela vontade de Deus Pai, que “quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade”<sup>129</sup>. Por isso, a missão da Igreja – que abrange todo o seu ser e constitui seu dinamismo essencial – se expressa de um modo particularmente significativo na missão “Ad gentes”, na evangelização dos povos, a tal ponto que “as missões” se tornaram sinônimo de missão. Hoje uma nova consciência missionária não somente revigora a evangelização dentro de nosso país, como em todos os países de maior tradição cristã, mas suscita também nas novas Igrejas e, particularmente na América Latina, um novo empenho com a evangelização dos povos<sup>130</sup>. Muitos sinais anunciam uma hora missionária para o Brasil.

### 1.2. “Hora missionária” da Igreja no Brasil

114. “Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar a ajuda mútua entre as Igrejas particulares e de se abrir para além de suas próprias fronteiras: ‘Ad gentes’. É verdade que também nós precisamos de missionários. Porém, devemos dar de nossa pobreza”<sup>131</sup>.

115. São sinais indicativos desta “hora missionária” para o Brasil e a América Latina:

- A exigência de justiça que convida a partilhar com os outros o dom da fé que recebemos através de outras Igrejas;
- O aumento do número dos católicos na América Latina, que dentro de poucos anos serão a metade dos católicos do mundo;
- O crescimento vocacional na América Latina;
- A diminuição do fluxo missionário dos países do primeiro mundo;
- A exigência do envio de missionários latino-americanos para países do Terceiro Mundo que, nos últimos anos, conseguiram sua independência política;
- A opção preferencial pelos pobres que leva a pensar nos pobres que, além da carência de bens materiais, são pobres do conhecimento do Evangelho;
- A consciência da situação extremamente grave dos povos indígenas em nosso país;
- Pedidos diversos e insistentes, vindos de fora e de dentro do país, que apelam para a capacidade missionária de nossas Igrejas.

116. As exigências do trabalho pastoral em nossas dioceses não nos dispensam da missão “Ad gentes”. Antes, o envio missionário contribui para a renovação e vitalidade das Igrejas particulares. É também uma maneira evangélica de retribuir o muito que recebemos, durante séculos, da parte de missionários de outras nações. Embora insuficiente, é significativo o aumento do número de missionários brasileiros – sacerdotes, religiosos, leigos – que deixam suas comunidades de origem para assumirem trabalhos missionários dentro e fora do país.

### 1.3. A Igreja Particular, sujeito da missão

117. A Igreja Universal, verdadeira esposa de Cristo, Comunhão de todas as Igrejas locais que o Espírito Santo suscita, realiza-se em cada uma delas<sup>132</sup>. Por isso, cada Igreja local ou particular é co-responsável pela Igreja inteira e por sua missão de evangelização dos povos. Para permanecer na comunhão eclesial e realizá-la efetivamente, a Igreja particular deve pôr em comum seus recursos espirituais e materiais, a serviço da difusão do Evangelho. Concretamente, cada diocese – e, dentro dela, cada paróquia ou comunidade, cada cristão – pelo próprio dinamismo da comunhão eclesial é chamado a participar da missão. As missões “Ad gentes” não são, portanto, algo facultativo para a Igreja local, mas fazem parte constitutiva de sua responsabilidade. As missões não são apenas tarefa de Institutos Missionários ou de Obras Pontifícias, que antes solicitam e exigem o crescimento do espírito missionário das Igrejas particulares.

118. A maturidade de uma Igreja local é fortalecida, na medida em que ela se abre a outros horizontes e contextos eclesiais, sociais e culturais: passa, então, ao assumir, corresponsavelmente, o mandato do Senhor de evangelizar todos os povos<sup>133</sup>.

119. Por isso mesmo, uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a missão para além de seu território. A maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária. Estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse atrofiado seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais.

120. É certo que a grande maioria das Igrejas particulares no Brasil é pobre em recursos humanos e materiais, mas, nossas Igrejas podem oferecer algo de original: a busca de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar<sup>134</sup>.

121. Nesses últimos anos, a Igreja descobriu situações missionárias dentro do próprio país, principalmente no Norte, Nordeste e nas regiões de forte migração, nas periferias das grandes cidades, que exigem uma resposta missionária, "Ad gentes":

- Grupos que ainda não receberam o primeiro anúncio do Evangelho ou grupos especiais que precisam do anúncio missionário específico<sup>135</sup>.
- Regiões onde ainda não existe uma Igreja local formada, ou a que falem os recursos humanos e materiais necessários.

#### 1.4. Perspectivas de ação missionária

122. A dimensão missionária da Igreja Particular exige uma evangelização que:

- Anuncie explicitamente Jesus Cristo, isto é, "o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus"<sup>136</sup>.
- Vise à inculturação da fé, empenhe todos os cristãos na construção de uma sociedade justa, fraterna, participativa, digna da grande família de Deus.
- Comprometa a todos na comunhão e participação.
  - Baseada no diálogo, favoreça o intercâmbio, o enriquecimento recíproco, a colaboração com todos os homens de boa vontade, crentes ou não, que procuram caminhos de justiça, de fraternidade e comunhão.
  - Assuma a encarnação como caminho da missão e se fundamente na plena inserção na realidade sócio-cultural. Essa inserção pressupõe a preservação e o cultivo da identidade específica do missionário ordenado, religioso ou leigo.
  - Vise à formação de comunidades cristãs, capazes de ligar constantemente fé e vida, e, dentro delas, a formação dos agentes de pastoral necessários.
  - Se realize de pobre para pobre, sem abundância de recursos, sem resquícios de dominação cultural, política e econômica.
  - Saiba enfrentar o conflito e acolher a perseguição e o martírio por causa do Reino de Deus.

123. Quanto mais viva é a Igreja particular, tanto mais tornará presente e visível a Igreja universal e mais forte será o seu espírito missionário<sup>137</sup>. Assim:

124. a) Cada Igreja Particular se organize como "Igreja Missionária".

A dimensão missionária iluminará, de certo modo, toda a pastoral da Igreja particular. Para isso, designará um sacerdote como responsável em suscitar e incentivar iniciativas que promovam, em todos os cristãos, a consciência missionária<sup>138</sup>. Cada diocese tenha a sua equipe de animação missionária destinada à tarefa de coordenar, estimular e planejar as atividades missionárias da comunidade, de tal maneira que, pouco a pouco,

nas paróquias e nas pequenas comunidades que as constituem, todo o Povo de Deus tome consciência da sua vocação missionária. Nos Seminários Maiores, o estudo da Missiologia seja incluído entre as disciplinas do currículo teológico.

O Curso de pós-graduação em Missiologia, inaugurado recentemente no Brasil, deve propiciar a preparação adequada de professores dessa disciplina e, ao mesmo tempo, despertar e ajudar a reflexão missionária, em nossas igrejas.

125. b) O “Projeto Igrejas-Irmãs” seja revisto e dinamizado a partir de novos critérios.

Durante vários anos o “Projeto Igrejas-Irmãs” respondeu – e está ainda respondendo – ao imperativo do ideal missionário de numerosas dioceses e prelazias da Igreja no Brasil. Favoreceu a ajuda e a comunhão entre diversas Igrejas particulares e proporcionou a muitos sacerdotes, seminaristas, comunidades religiosas e agentes de pastoral leigos, experiências apostólicas, que os enriqueceram grandemente. Após vários anos de experiência, vemo-nos hoje, na necessidade de revitalizar essa iniciativa.

Importa aprofundar a reflexão teológica e pastoral sobre a solidariedade com as Igrejas necessitadas; definir tipos de ajuda, com projetos concretos; escolher, formar, acompanhar os agentes missionários; estar, enfim, aberto à reciprocidade na ajuda fraterna. Para isso, certamente se faz necessária uma coordenação diocesana, regional e nacional<sup>139</sup>.

Começam a surgir, felizmente, os projetos regionais unindo várias Igrejas, na mesma vocação missionária e no propósito comum de atenderem às necessidades pastorais da região-irmã. Esta iniciativa, entretanto, não deve prejudicar a possibilidade de intercâmbio entre uma Igreja particular e outra.

126. c) A Pastoral Indigenista receba tratamento adequado por parte das Igrejas do Brasil.

Existem, no Brasil, mais de 70 circunscrições eclesiais com presença indígena. Várias Congregações Religiosas e cristãos leigos estão comprometidos com a Pastoral Indigenista, inserindo-se nas comunidades indígenas, numa dimensão de evangélica solidariedade. Não podemos deixar de incentivar esta Pastoral.

Os missionários encontram sérios obstáculos no exercício de sua ação evangelizadora. Uns são expulsos das áreas onde atuavam, outros proibidos de entrar nelas. Muitos povos indígenas são hoje completamente abandonados e estão à espera da presença solidária de missionários.

É pois urgente garantir a presença missionária nas comunidades indígenas. Não podemos silenciar diante das violências de que são vítimas (falta da demarcação e garantia de suas terras, invasão e saque das riquezas naturais nelas existentes; violência à sua identidade, cultura e à sua sobrevivência como povos). Esperamos que as autoridades governamentais deixem de dificultar ou inibir a Pastoral Indigenista realizada pela Igreja e devolvam aos missionários a liberdade de ação, reconhecendo-lhes o “direito de evangelizar”.

127. d) O espírito missionário da Igreja responda às interpelações de algumas situações especiais:

- Muitas migrações internas e a conseqüente inchaço das cidades nas periferias pouco assistidas religiosamente, causando o agravamento da violência, do abandono da infância e da delinqüência juvenil.
- Os nômades (ciganos) hoje cerca de 300 mil, muitos deles católicos, e sem a necessária assistência pastoral.
- A população negra, com sua cultura e sincretismo religioso.

128. e) Os Institutos de religiosos e outros, sejam, de certa forma, a memória missionária da Igreja.

Uma vocação especial de Deus os levou a maior disponibilidade para o Senhor e para o serviço do seu Reino e a assumirem situações missionárias as mais difíceis. Seus membros consagram-se ao Senhor e doam-se totalmente à causa do Evangelho. Cada Instituto lembra, assim, segundo o seu carisma, a dimensão missionária da Igreja, integrando-se nas Igrejas particulares, como presença dinamizadora do espírito missionário delas. Mesmo as ordens religiosas de vida contemplativa, por sua especial vocação e carisma, assumem a dimensão missionária.

129. f) Aprofunde-se a reflexão sobre “o envio missionário” de cristãos-leigos.

Todos os cristãos são chamados a viver a dimensão missionária de sua fé. Muitos desejam testemunhar a própria fé, consagrando-se igualmente à Missão dentro e fora do Brasil – e constituem assim um desafio à criatividade e organização missionária das Igrejas. Importa aprofundar a reflexão missionária. Compreendê-los e apoiá-los. Elaborar com eles e com as Igrejas interessadas, projetos concretos de serviço missionário. Selecionar e formar, de maneira adequada, os eventuais candidatos à Missão. Estudar a formação de uma eventual coordenação dos Organismos Missionários leigos.

130. g) Os problemas do mundo relacionados com a justiça e a paz sejam vistos na dimensão missionária da Igreja.

Bem analisados, esses problemas manifestam a relação de dependência e de injustiça entre o Norte e o Sul, ou entre os blocos de interesses políticos, geopolíticos, econômicos e ideológicos opostos.

A Igreja será a consciência crítica em face de tais situações. Promoverá ou apoiará ações concretas de solidariedade com as vítimas da injustiça. Denunciará toda injustiça no mundo sem se desviar da sua missão e sem perder a própria identidade.

131. A dimensão missionária da Igreja se concretiza, tanto no atendimento aos apelos do Evangelho na própria Igreja Particular quanto na sua abertura à evangelização dos povos.

A abertura missionária ao mundo, será o grande fruto e a prova de nossa opção missionária como serviço à Igreja Universal. Será, também, um testemunho eloquente de nossa “evangélica opção preferencial pelos pobres”, segundo o programa que a Igreja do Brasil assumiu em suas diretrizes gerais da Ação Pastoral.

## 2. NO MUNDO DO TRABALHO

### 2.1. Introdução

132. O trabalho humano é fator fundamental da sociedade<sup>140</sup>. Na organização social, a divisão do trabalho inclui a produção da riqueza e sua distribuição. Neste contexto, a organização do trabalho (jornada de trabalho, condições de trabalho, direitos trabalhistas, organização sindical, remuneração, previdência social, política salarial, destinação dos excedentes) determina as condições de vida e de cultura da maioria da população. Através dessa realidade se mede a real situação da justiça, da democracia e da liberdade. Na Encíclica “Laborem Exercens”, João Paulo II considera o trabalho humano “uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social”<sup>141</sup>.

133. Por isso, o trabalho humano “assume uma importância fundamental e decisiva”<sup>142</sup>, que exige constante e renovada atenção. A Igreja no Brasil, fiel à sua missão de Evangelização, não pode deixar de refletir a complexa situação do trabalho no país, especialmente, neste momento histórico.

## 2.2. Fatos que questionam a sociedade e a Igreja

134. A atual organização de nossa sociedade faz com que no trabalho haja enraizadas complexas formas de injustiça, exploração e opressão, e não de realização e libertação, de grande parte do nosso povo.

135. O objetivo último da produção econômica é assegurar para cada pessoa, cada família e para toda a comunidade condições de vida digna: é o bem comum. Ora, o nosso modelo econômico de desenvolvimento, voltado para o lucro desenfreado, desconhece esse objetivo fundamental. Além do mais, grande parte do lucro vai para o capital internacional, numa dependência que se exprime na ação exploradora das multinacionais e no endividamento externo. A expansão desse modelo de desenvolvimento ameaça também a qualidade de vida pela contaminação do meio ambiente, principalmente em zonas de alta concentração industrial e pela exploração predatória da natureza, que põe em risco o sistema ecológico<sup>143</sup>.

136. Nesse modelo de desenvolvimento onde a acumulação individualista e egoísta da riqueza é o valor supremo, as pessoas são consideradas e valorizadas pelo seu poder de compra e de consumo. Enquanto a maioria do povo é excluída dos frutos do trabalho, os bens e serviços são produzidos em função daquela minoria que tem capacidade de acumulá-los, consumi-los e esbanjá-los. No Brasil certamente a desigualdade social continua crescendo, numa dinâmica perversa, em que os ricos se tornam cada vez mais ricos às custas dos pobres cada vez mais pobres<sup>144</sup>.

137. O mundo do trabalho é um mundo em conflito: conflito entre capital e trabalho, não por causa da própria natureza do trabalho humano, mas pela forma como os homens o estruturam socialmente. O Papa, na "Laborem Exercens", analisa longamente este conflito<sup>145</sup>. Ele acontece não apenas na área industrial-urbana, mas também, de forma própria, na área agrícola. Agravou-se na última década e continua agitando fortemente nossa sociedade. Basta lembrar as grandes greves urbanas e rurais, bem como a violência com que, tantas vezes, foram reprimidas essas mobilizações dos trabalhadores, suas organizações e seus líderes. A rude violência no campo é um dos sinais do agravamento do conflito capital-trabalho.

138. Esse conflito se revela concretamente na questão do salário. De fato, o salário justo se torna "verificação concreta da justiça de cada sistema sócio-econômico"<sup>146</sup>, na medida em que consegue ou não remunerar digna e eqüitativamente o trabalho.

139. Porém, segundo dados do DIEESE<sup>147</sup> em 1987, o rendimento médio real dos trabalhadores caiu em 34.3%. O salário médio de 1987 foi o menor da história do salário mínimo no Brasil, isto é Cz \$ 4.726,44 ou 36.3% do salário mínimo de julho de 1940. O salário mínimo chegou a ser inferior a 50 dólares mensais, um dos mais baixos do mundo. No Brasil isto se agrava se considerarmos que a participação dos salários no produto industrial representa apenas 17%, menos da metade da média geral dos países (42%) e inferior à média da América Latina (27%)<sup>148</sup>. O arrocho salarial em nosso país atinge proporções espantosas.

140. O descompasso atual da política econômica aumenta a recessão e acentua o desemprego, levando ao desespero milhares de famílias. Analistas econômicos estimam que o desemprego e o subemprego atingem pelo menos 1/3 da população economicamente ativa. Essa situação vem expondo a população, principalmente nos grandes centros urbanos, à marginalização e à violência.

141. A Constituinte acaba de reduzir a jornada semanal de 48 para 44 horas. Mesmo assim, esta é uma das mais longas do mundo. Na prática, muitos trabalhadores, quer para não perder o emprego, quer para aumentar os salários, são obrigados a fazer numerosas horas extras, às custas da saúde e da vida familiar. Em 1986, o Brasil teve o triste título de campeão mundial em acidentes de trabalho e doenças profissionais<sup>149</sup>.

142. Estatísticas oficiais<sup>150</sup> admitem que em 1986, 60,9% da população economicamente ativa ganhava de 0 a 2 salários mínimos, não dispondo, assim, de meios de vida condizentes com a dignidade humana. Essa grande maioria do povo tem que enfrentar cada dia o desgastante esforço de várias horas de viagem em conduções caras e superlotadas.

143. O aviltamento dos salários e das aposentadorias, a péssima distribuição de recursos, a falta de uma política social coerente, geram condições de vida cada vez mais desumanas nos bairros populares, favelas e cortiços. As famílias se desfazem, as crianças são entregues à rua.

144. Essa situação tende a acentuar o fluxo das migrações internas de contingentes cada vez maiores de pessoas e famílias em busca de sobrevivência. Porém, o sistema esquece a dignidade das pessoas e as trata como mera força de trabalho. Por outro lado, uma minoria privilegiada percebe altíssimos salários, que chegam às raias do escândalo. Salários esses, muitas vezes conseguidos por barganhas e apadrinhamentos políticos, tráfico de influência ou mesmo por manipulações escusas da lei. Não podemos esquecer, ainda, os que, injustificadamente, acumulam empregos públicos ou mesmo recebem sem trabalhar. No Brasil a distância entre os salários mais altos e os mais baixos está entre as maiores do mundo.

145. Ainda como indicador desse quadro de injustiça é preciso destacar o homem do campo, seja ele pequeno proprietário, parceiro, arrendatário ou assalariado rural. A ausência de uma Reforma Agrária tão anunciada e tantas vezes adiada, uma política agrícola orientada pelo modelo agro-exportador e o processo de crescente concentração fundiária acompanhado e apoiado, muitas vezes, por um cruel quadro de violência, têm tornado extremamente difícil a vida do homem do campo, gerando um êxodo rural e um grande processo de migração desagregadora da pessoa e da família.

146. Hoje, uma das principais causas da situação de injustiça dos nossos trabalhadores e do crescente e inaceitável empobrecimento do povo é, certamente, a dívida externa brasileira. O endividamento externo representa uma forma moderna do tributo que as metrópoles cobravam dos povos colonizados.

Os bilhões de dólares, que anualmente saem como dinheiro líquido exportado para os credores estrangeiros, são o que o país deveria investir para tirar o povo da miséria e criar empregos para as novas gerações<sup>151</sup>.

147. Nessa sociedade injusta e conflitiva constatamos, com alegria, a existência de uma classe trabalhadora que, ao longo dos anos, fazendo frente à opressão, fortalecendo suas associações, sindicatos, outras organizações próprias, vem construindo sua libertação.

Todavia não podemos esquecer outros milhões de trabalhadores, especialmente no campo, que ainda não despertaram para a consciência de sua dignidade, do valor de seu trabalho, de sua situação de explorados e não possuem condições de se organizar.

148. Por sua parte, a Igreja, em numerosos setores e regiões, tem assumido posturas de decidida solidariedade e apoio aos trabalhadores em seus esforços de organização e defesa dos seus direitos. Na sua ação pastoral, através das CEBs, Pastorais Sociais e Movimentos, ela tem impulsionado e preparado inúmeros militantes engajados nas organizações populares, sindicais e partidárias. Esses militantes cristãos são presença e fermento evangelizador no Mundo do Trabalho.

149. No entanto, a Igreja encontra dificuldades para assumir efetivamente a realidade social como realidade do trabalho. As próprias Pastorais Sociais, como a Pastoral Operária e outras, são, muitas vezes, entendidas pela comunidade eclesial como pastorais de pequenos grupos ou de um setor da realidade social, à semelhança de outras pastorais setoriais. Porém, toda a sociedade é marcada pelo trabalho.

150. Existem setores da Igreja que encontram dificuldade em reconhecer e aceitar que as relações de trabalho, na atual organização da nossa sociedade, são de fato conflitivas. A raiz última dos conflitos, quer no mundo do trabalho quer em outros setores da vida, está no pecado sob suas várias formas: egoísmo, ganância, orgulho. O anúncio cristão e a prática da reconciliação, da comunhão e da fraternidade devem partir do reconhecimento do conflito, quer no mundo do trabalho, quer em outros setores da vida e até mesmo nas relações intra-eclesiais. O Evangelho deve atingir as raízes do conflito para transformá-lo realmente em reconciliação.

151. Constitui outro desafio o afastamento de muitos militantes de suas pastorais ou movimentos, de suas comunidades eclesiais, depois de algum tempo de engajamento sócio-político. As principais razões apontadas são as seguintes: o excesso de tarefas assumidas pelos militantes, configurando um ativismo; o enfrentamento do próprio conflito social, com as suas conseqüências; a ausência de uma preparação sólida que lhes permita uma discussão madura com as diversas teorias e princípios filosóficos de interpretação da realidade; a falta de um espaço garantido e especial onde possam, à luz da Palavra de Deus, aprofundar a própria fé e refletir sobre sua prática e engajamento específicos, sem se desligar da comunidade; as tensões, o pecado, as contradições entre fé e vida, dentro da Igreja; por vezes, uma relação ambígua de alguns setores da Igreja com autoridades governamentais ou com setores do empresariado ou com partidos e suas ideologias.

152. Frente a essa realidade do trabalho, que está em evidente contradição com a dignidade da pessoa humana e com o Evangelho, a Igreja não pode calar. A sua missão evangelizadora tem uma dimensão social e coletiva inerente à história da Salvação. Há um século que a Igreja, através do seu Ensino Social, propõe princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes de ação em vista de profundas renovações no campo do trabalho. É necessário constatar que, infelizmente, essas orientações muitas vezes são desconhecidas pelos cristãos, até pelos próprios pastores, e poucas vezes são respeitadas na prática. Propomo-nos reafirmar alguns elementos centrais desse ensino social, relativos ao trabalho, contidos sobretudo em *Gaudium et Spes*, *Laborem Exercens* e *Sollicitudo Rei Socialis*.

### 2.3. Sentido cristão do trabalho

153. O eixo do ensino social da Igreja é o homem, pessoa solidária, e o seu trabalho. O trabalho serve para caracterizar o ser humano: é uma pessoa, inteligente e livre, que trabalha dentro de uma comunidade de pessoas<sup>152</sup>. O trabalho faz crescer a pessoa humana e nela a solidariedade, a amizade e, com a graça, a verdadeira fraternidade<sup>153</sup>. No exercício do domínio sobre a natureza, vivido em solidariedade com os outros, o homem manifesta a sua imagem e semelhança com Deus. João Paulo II distingue entre o sentido objetivo do trabalho enquanto este produz bens e serviços, considerados em seu valor objetivo, e o sentido subjetivo do trabalho, enquanto este é considerado como atividade da pessoa humana. O valor do trabalho não consiste, primeiramente, em criar produtos, por mais importante que isso seja. Seu valor fundamental está em que o produto resulta da atividade de uma pessoa humana, que através deste trabalho realiza sua humanidade e tem direito de prover dignamente sua subsistência<sup>154</sup>. Se o trabalho assim caracteriza o homem, ele se torna também o seu primeiro dever.

154. Por outro lado, o trabalhador não produz isoladamente mas numa comunidade, em solidariedade. Assim "o trabalho manifesta, na vida de uma sociedade, toda a dimensão da subjetividade do homem e também da subjetividade da própria sociedade, composta de trabalhadores. É preciso, pois, considerar todos os direitos do homem em relação ao seu trabalho e satisfazê-los a todos"<sup>155</sup>.

155. Contudo, essa relação do homem com seu trabalho e direitos conseqüentes são pouco respeitados e garantidos em nossa sociedade, pois nela vigora o conflito entre capital e trabalho, isto é, "de um lado, aqueles que executam o trabalho sem serem proprietários dos meios de produção; e de outro lado, aqueles que desempenham a

função de patrões e empresários e que são proprietários de tais meios, ou então representam os proprietários"<sup>156</sup>. Neste conflito prevalece a prioridade do capital sobre o trabalho, caracterizando assim um "economismo" em que "o trabalho humano é considerado exclusivamente segundo a sua finalidade econômica"<sup>157</sup>, isto é, como mercadoria. O sentido subjetivo e comunitário do trabalho, e sua conseqüente dimensão ética, são então negados. Este conflito fez surgir, já no século passado, "uma justa reação social" e fez com que "irrompesse um grande movimento de solidariedade entre os homens do trabalho e, em primeiro lugar, entre os trabalhadores da indústria"<sup>158</sup>.

156. Para superar este conflito, a Igreja defende e propõe a prioridade do trabalho sobre o capital, que significa também o primado da pessoa sobre as coisas, e a solidariedade entre os trabalhadores e com os trabalhadores.

157. Compreendendo assim o trabalho, ao fundamental dever do homem de trabalhar corresponde ao fundamental direito ao trabalho<sup>159</sup>. O desemprego tem dramáticas repercussões na desagregação e no aviltamento da pessoa humana e de sua família. "Para fazer face ao perigo de desemprego e para garantir trabalho a todos, os que indiretamente oferecem trabalho (como o Estado, outras instituições ou grupos sociais) devem prover uma planificação global"<sup>160</sup>.

158. O trabalhador tem direito a uma remuneração que assegure a ele e sua família uma vida condizente com a dignidade humana. "O problema-chave da ética social é o problema da justa remuneração do trabalho"<sup>161</sup>. O preço real desta remuneração não se mede apenas pelo salário mas também pela participação nos bens produzidos, por serviços e prestações sociais em caso de doença, acidente, desemprego, velhice e outros mais.

159. Ainda que, no atual contexto, o justo salário se torna o índice mais concreto para medir a justiça numa sociedade em suas instituições e estruturas, contudo, não basta "responder ao trabalho humano só com a retribuição. Porque – como pessoa – o homem não é apenas executor, mas é também co-autor da obra que nasce no campo do trabalho"<sup>162</sup>. Como tal, o trabalhador é também, de alguma forma, co-proprietário. Isso exige a criação de formas de participação nos lucros e na propriedade dos meios de produção<sup>163</sup>. Conseqüentemente, o trabalhador "tem o direito de decidir deste campo de trabalho. Tem direito, como trabalhador, a autogovernar-se. Depois o trabalho humano, mediante centenas e milhares (talvez milhões) de lugares de trabalho, contribui para o bem comum da sociedade. Os homens do trabalho encontram precisamente nele (...) o título para decidirem a respeito dos problemas da sociedade inteira, que do seu trabalho vive e por ele se desenvolve"<sup>164</sup>.

160. Na perspectiva de uma sociedade participativa e solidária, os últimos Papas e o Concílio frisaram a liberdade de organização dos trabalhadores. Os sindicatos são "um elemento indispensável da vida social, especialmente nas modernas sociedades industrializadas", para "a tutela de seus justos direitos em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção"<sup>165</sup>. Os sindicatos representam de forma visível e organizada a dimensão política do trabalho, quer dizer, a sua importância na busca e construção do Bem Comum.

161. Junto ao direito de organização sindical, o Magistério da Igreja sempre reconheceu o direito de greve como meio "legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites"<sup>166</sup>. Este direito é necessário, ainda que último, para defesa dos próprios direitos e a realização das reivindicações justas dos trabalhadores. No contexto do "conflito real entre capital e trabalho", mostra-se o sentido moral do sindicato como "um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho, luta essa que deve ser compreendida como um empenho normal das pessoas 'em prol' do justo bem e não como uma luta contra os outros"<sup>167</sup>. Entretanto, a Doutrina Social da Igreja recusa a interpretação marxista da luta de classes transformada numa estratégia absoluta de conquista do poder, mesmo admitindo que as lutas, como fato e meio, sejam parte do processo de construção da justiça social.



162. No nível internacional, a solidariedade, e não a exploração dos países mais fracos pelos mais fortes, deve caracterizar a interdependência e a igualdade entre os povos. O endividamento externo, que deveria ter trazido o desenvolvimento interno dos países pobres, “transformou-se num mecanismo contraproducente”, tornando-se uma trava e, em certos casos, até mesmo uma acentuação do subdesenvolvimento<sup>168</sup>, como afirma o Papa, na Sollicitudo Rei Socialis. A dívida externa, enquanto agrava e deteriora de fato, as condições de pobreza dos povos endividados, revela, em seu bojo, um grave problema ético. O pagamento da dívida externa, que hoje vem sendo feito através da exportação de milhões de dólares em dinheiro líquido, conseguido em grande parte pela exportação de fantástico volume de matéria prima a preços aviltados, deve ficar subordinado à manutenção da soberania e das condições de vida digna das nações devedoras. O que está em jogo atualmente não pode ser prioritariamente as contas dos credores internacionais, mas a vida de milhões de pessoas que não devem sofrer a permanente ameaça de recessão econômica, inflação e desemprego, que trazem a miséria e a morte. Porém, não isentamos de responsabilidade, os governantes que agravaram a situação com novos empréstimos para programas fracassados como o das usinas atômicas, ferrovia do aço e outros. A economia deve estar subordinada à ética.

163. Frente a uma organização do trabalho socialmente injusta e desigual, o cristão é chamado a dar testemunho da dimensão libertadora do trabalho humano, no seguimento de Jesus Cristo, ou seja, transformar o trabalho humano em oferta agradável a Deus, dando-lhe “aquele sentido que ele tem aos olhos de Deus mediante o qual o mesmo trabalho entra na obra da salvação”<sup>169</sup>. É fundamental, pois, desenvolver uma espiritualidade do trabalho à luz do projeto de Deus sobre o homem e sobre o mundo revelado em Cristo.

164. A “Laborem Exercens” chamou de “Evangelho do Trabalho” a doutrina bíblica do Gênesis sobre a criação do homem por Deus à sua imagem e semelhança e sua convocação para participar, mediante o trabalho, na mesma obra da criação<sup>170</sup>, e, sob certo sentido, desenvolvê-lo e completá-lo, transformando o mundo num lugar para todos, onde trabalho e lazer confluem para criar condições reais de solidariedade entre os homens.

165. Como cristãos encontramos em Jesus Cristo e no seu caminho os critérios para nossa inserção na sociedade do trabalho. Ele não apenas viveu uma vida de trabalho, ao lado de José e Maria, mas também, pela sua vida, morte e ressurreição, resgata o valor da pessoa humana e o sentido humano do trabalho e denuncia as estruturas iníquas em que o trabalho oprime<sup>171</sup>.

166. Por conseguinte, uma espiritualidade cristã do trabalho implica, além disso, em descobrir-lhe a profunda ambigüidade em que o pecado a deixou. O trabalho é experimentado como alegria e fadiga, bênção e castigo, libertação e opressão. Desvendar seu sentido último em Deus, implica descobri-lo como atividade humana à luz da cruz e ressurreição<sup>172</sup>.

167. Por fim, enquanto atividade humana à luz do mistério do Cristo, o trabalho visa dar testemunho do mistério de comunhão da Trindade Santa. De fato, o trabalho da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus, resgatada e introduzida no mistério do Cristo, está destinado a criar uma nova comunhão dos homens com a natureza, dos homens entre si e dos homens com Deus. Uma espiritualidade cristã do trabalho deve, pois, abrir o homem para o mistério da comunhão divina; deve estimular a comunidade cristã e assumir o mundo do trabalho numa sociedade conflitada e transformá-lo em instrumento de construção de uma sociedade solidária, feita à imagem da comunhão trinitária.

168. O aviltamento da pessoa humana, através de condições indignas de trabalho, diminui as possibilidades de uma vivência da espiritualidade do trabalho. O cristão que,

através das organizações, associações e sindicatos, se compromete com a humanização das condições de trabalho, contribui para tornar possível a vivência dessa espiritualidade.

#### 2.4. Desafios e diretrizes

Propomos algumas orientações para a ação:

169. A Igreja deve assumir mais plenamente, na globalidade de sua vida, o mundo do trabalho e o fato de que esse mundo é conflitivo, pois é esta a realidade social que vive nosso povo. A necessidade de integrar fé e vida obriga-nos a incorporar essa realidade do trabalho na catequese, na liturgia, na pregação, na espiritualidade, na oração e em toda a vida da Igreja.

170. A evangélica opção preferencial pelos pobres que ilumina e quer caracterizar a ação pastoral de toda a Igreja, particularmente da Igreja no Brasil, deve concretizar-se em efetiva solidariedade com a imensa massa de trabalhadores que constituem a maioria da população.

171. Para caminhar nessa direção parece importante superar, pela avaliação crítica das nossas práticas e pela formação, as apreensões, reservas e muitas vezes os preconceitos de muitos agentes de pastoral em relação ao conflito no mundo do trabalho.

172. Devemos assumir e afirmar com decisão a primazia do trabalho sobre o capital, porque o fundamento primeiro do valor do trabalho é o próprio homem que tem o primado em relação às coisas.

173. Devemos animar vivamente os trabalhadores a se empenharem na “luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho”. Mesmo quando esta luta assume um caráter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social<sup>173</sup>.

174. Devemos animar e incentivar os trabalhadores a participar de seus sindicatos e se empenhar para ter participação ativa na gestão das empresas<sup>174</sup> e nas decisões sobre os problemas de toda a sociedade<sup>175</sup>.

175. Os trabalhadores deverão encontrar na Igreja um espaço de aprofundamento da fé e de sua formação. Cabe, aos pastores e agentes de pastoral, apoiá-los na busca de uma educação e qualificação eficaz para o trabalho, em que se visa não apenas a sua capacitação para os modernos processos de produção, mas também uma visão crítica da realidade do mundo do trabalho.

176. Baseada na primazia do trabalho sobre o capital, a Igreja insiste na necessidade de medidas que garantam a função social da empresa (salários justos, organização sindical livre dos trabalhadores nos locais de trabalho, condições de trabalho dignas, negociação permanente, participação nos lucros e até na política econômica da empresa e outras), e a subordinação de toda a propriedade à destinação universal dos bens da terra. Esse deve ser também o empenho de empresários cristãos que se organizam em associações para conhecer e aplicar os princípios da Doutrina Social da Igreja.

177. Neste momento em que a Assembléia Nacional Constituinte continua reunida, reafirmamos com relação ao trabalho: a) o direito de todos ao trabalho e, portanto, a obrigação de toda a sociedade e, especialmente dos poderes públicos, no sentido de empenhar-se para conseguir o pleno emprego; b) para os desempregados, o direito ao “salário-desemprego” suficiente para a sua manutenção e de sua família; c) igualmente, para os aposentados, um benefício que se aproxime, cada vez mais, do salário do trabalhador ativo, sendo em todo caso, suficiente para sua digna manutenção e a de seus eventuais dependentes; d) o direito de greve para todos os trabalhadores indistintamente, portanto também para os trabalhadores nos serviços essenciais, cabendo ao Estado, mediante apropriadas medidas legais, assegurar o funcionamento

mínimo necessário desses serviços<sup>176</sup>; e) salários justos capazes de prover dignamente as necessidades do trabalhador e de sua família (alimentação, saúde, habitação, educação, transporte, lazer e futuro assegurado)<sup>177</sup>.

178. Reafirmamos a necessidade de uma política agrícola que garanta permanência do pequeno agricultor no campo, bem como a execução imediata de uma Reforma Agrária urgente, justa e eficaz: a) com aproveitamento das terras públicas; b) com desapropriação do latifúndio por extensão e por exploração; c) com indenização das terras desapropriadas, em títulos da dívida pública; d) sem indenização das benfeitorias oriundas de recursos públicos; e) acompanhada da revisão dos títulos de propriedade, a fim de averiguar a legitimidade da posse frente à “grilagem” usada na produção de títulos cartoriais<sup>178</sup>.

179. É fundamental que nossa atuação seja uma defesa clara dos mais fracos, daqueles que são vítimas de um injusto processo produtivo. Diante disso, a Igreja deve lutar em favor de todos em condições injustas de trabalho, especialmente em favor dos menores, das mulheres e dos negros.

180. Com relação à dívida externa, propomos que ela seja submetida a uma auditoria pública, com participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil, para identificar a composição justa da dívida, a partir das responsabilidades sobre suas origens e modos de utilização. Com base nessa auditoria e no montante já pago até hoje, a legitimidade da atual dívida ficaria esclarecida. Em todo caso, a Igreja insiste no princípio que a economia deve estar sujeita à ética e, portanto, não é lícito pagar a dívida simplesmente às custas da fome, da miséria e do subdesenvolvimento do nosso povo<sup>179</sup>.

181. A Igreja quer continuar e mesmo renovar o seu esforço de serviço para o sofrido povo trabalhador. Ela tem importantes recursos materiais e humanos de formação já bastante bem utilizados, mas que ainda podem ser melhor aproveitados. A Igreja deve acentuar a formação de novos quadros cristãos preparados para assumir responsabilidades na sociedade civil e política, para introduzir nela os autênticos valores evangélicos. Nesta formação deve ser dada especial atenção à análise da realidade econômica, política, social, ideológica e cultural brasileira. É importante ajudá-los a desenvolver métodos de análise e de ação que liguem tanto a teoria e a prática como a fé e a vida.

182. Há, também, necessidade de uma formação sólida dos militantes cristãos no plano bíblico e teológico, formação que corresponda às situações de conflito e lutas nas quais são imersos, fortificando sua espiritualidade pela experiência pessoal de Deus. As celebrações participativas e adaptadas à linguagem e à experiência cotidiana do trabalho são momentos privilegiados dessa formação espiritual. É necessário aprofundar e buscar uma espiritualidade adequada à realidade operária, celebrando as lutas e a militância dos cristãos e, ao mesmo tempo, dando espaço de revisão de vida para proporcionar o amadurecimento na fé e o testemunho cristão no mundo.

183. Para cumprir toda essa sua missão evangelizadora no mundo do trabalho, a Igreja deve dar um pleno apoio às pastorais e aos movimentos já presentes nesse meio, aumentando o número de agentes engajados prioritariamente neste mundo do trabalho.

### **3. NO MUNDO DA POLÍTICA**

#### **3.1. Introdução**

184. A sociedade humana tem uma dimensão política enquanto se organiza e se dota dos meios necessários para que a vontade dos membros possa se expressar e alcançar fins coletivos. Do ponto de vista ético ou dos valores, a política é o conjunto de ações pelas quais os homens buscam uma forma de convivência entre os indivíduos, grupos, nações que ofereça condições para a realização do bem comum. Do ponto de vista dos meios ou

da organização, a política é o exercício do poder e a luta para conquistá-lo. Enquanto abrange, de certo modo, toda a sociedade e procura regular toda a vida social, a política se torna também expressão de uma concepção do homem e de projetos globais, e suscita tanto os mais nobres ideais quanto paixões e egoísmos.

185. A Igreja não pode ignorar a política, não apenas enquanto instrumento necessário de organização da vida social, mas sobretudo enquanto expressão de opções e valores que definem os destinos do povo e a concepção do homem. Nos últimos anos, a Igreja no Brasil tem-se preocupado mais explicitamente com a relação fé-política e tem incluído, nas suas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, uma atenção particular às transformações políticas da sociedade brasileira<sup>180</sup>.

186. Ao longo de sua história, a Igreja experimentou momentos diferentes nessa relação com a política. Depois de ficar marginalizada durante séculos da vida política do Império Romano, pouco a pouco ela foi penetrando tanto na política que acabou tutelando, durante longo tempo, o Estado, exercendo diretamente o poder, de modo especial na Idade Média. O complexo movimento político-cultural da Modernidade levou a Igreja a reconhecer a legítima autonomia das realidades temporais e do mundo político<sup>181</sup> e a distinguir melhor a sua missão própria, confiada por Cristo, que “não é de ordem política, econômica e social, pois a finalidade que Cristo lhe prefixou é de ordem religiosa”<sup>182</sup>.

187. No entanto, ela está também consciente de que “pregando a verdade e iluminando todos os setores da atividade humana pela sua doutrina, pelo testemunho dos fiéis e cristãos, a Igreja respeita e promove também a liberdade política e a responsabilidade dos cristãos”<sup>183</sup>. “Por isso mesmo faz parte da missão da Igreja preocupar-se, de certo modo, das questões que envolvem o homem do berço ao túmulo, como são as sociais e sócio-políticas”<sup>184</sup>.

188. O fato da presença da Igreja no mundo da política é inevitável, mas a natureza e a qualidade dessa presença dependem de sua consciência evangélica e profética, do momento histórico e do próprio conceito de política. É a vocação evangélica que norteia seu modo de proceder na política. Ela é permanente e definitiva, mas suas implicações e conseqüências no plano político devem ser pensadas num determinado momento histórico. Nesse sentido, cabe sempre, de novo, refletir sobre a fé e a política, já que os eventos históricos nascem da novidade da liberdade humana no entrelaçamento com as situações mutáveis.

### 3.2. Momento histórico

189. Salta aos olhos de todos a extrema gravidade do momento que vivemos. A crise atravessa todas as dimensões da sociedade.

190. Em termos gerais, podemos dizer que vivemos há pouco num regime autoritário em que o planejamento sócio-econômico e sócio-político era pensado e decidido por tecnocratas sem a preocupação de atender às exigências, às necessidades, aos anseios populares e sem a devida participação dos segmentos da sociedade. No momento, decisões importantes no setor econômico e político vêm sendo, cada vez mais, tomadas por parte e por influência de políticos. Acontece, porém, que interesses clientelistas ou de poderosos grupos econômicos estão bem representados e ameaçam prevalecer sobre as aspirações, necessidades e interesses fundamentais relevantes da nação. Apesar da afirmação do propósito de colocar tais decisões em função do social, as condições do povo, das maiorias pobres se tornam, cada dia mais precárias, com nítida perda de poder aquisitivo. E as perspectivas de futuro não parecem melhores com a constante presença de surtos inflacionários.

191. O povo desconfia, cada vez mais, da vontade política das elites e segmentos dirigentes em resolver os problemas fundamentais da nação. Com dolorosa freqüência, somos surpreendidos, através da imprensa, com enormes escândalos e deslavada corrupção, sem que, em contrapartida, apareçam eficazes punições. Esse descrédito das

elites, das classes dirigentes, da classe política, no seio do povo, é altamente preocupante para o futuro de nossa nação. Num momento como esse, a Igreja sente-se obrigada a pronunciar-se com sua palavra profética, apesar de causar dissabores a pessoas, talvez bem intencionadas, mas que se vêem arrastadas por essa avalanche de desconfiança, descrédito e decepção. Tanto mais grave é a situação quanto maior foi a esperança do povo no início da Nova República, quando parecia que novos horizontes se tinham aberto no país. Nesses últimos anos têm predominado as decepções sobre os momentos alvissareiros. O tratamento que a "*res publica*" vem recebendo pelas classes dirigentes atenta contra o bem comum, de modo que ela parece mais uma fonte de benefícios, de privilégios pessoais do que a busca do bem de todos e especialmente dos mais necessitados.

192. Cresce também a consciência popular, através de organizações, movimentos, sindicatos cada vez mais ligados aos interesses das classes populares. É o crescimento da consciência do povo e o descrédito das autoridades e elites até às raias do ceticismo que configuram uma situação ameaçadora. Já os bispos em Medellín percebiam que "um clamor surdo brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte"<sup>185</sup> e em Puebla insistiam que o clamor agora é "claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador"<sup>186</sup>.

193. As classes populares percebem, cada dia melhor, que precisam assumir o papel de controladoras do poder, especialmente porque ele tem servido quase exclusivamente aos interesses das classes dominantes. Tal força de controle só se faz possível de modo eficaz, se se exige, com persistência e atenção, o direito à informação verídica, à manifestação e difusão do pensamento, à proposição de objetivos, metas e prioridades alternativos, através de debates, deliberações e decisões com ampla participação popular.

194. O conflito cresce à medida em que, por um lado, tais exigências se tornam mais evidentes para as camadas populares e, de outro lado, mais escamoteadas e postergadas pelas camadas dominantes.

195. Entretanto, cabe assinalar a diferença entre o atual momento e o anterior, sob o regime autoritário, sobretudo no referente a atuação da Igreja. Com efeito, durante os anos de maior repressão, com o fechamento de quase todos os canais de expressão crítica no mundo operário, estudantil e intelectual, coube à Igreja ser também voz dos injustiçados, perseguidos, torturados, oprimidos pelo regime. Ocupou, por isso, posição de destaque no quadro social e político da nação. Detinha, então, de fato, a quase exclusividade do discurso libertário ao lado de uma atitude crítica e profética.

196. Na Nova República, o discurso da libertação, assumido por aqueles que se comprometeram com o processo de transição democrática, tornou-se lugar comum até mesmo para aqueles que, ontem, foram os principais detentores do poder discriminatório. É a enorme distância vigente entre tal linguagem e a prática diária de suas decisões políticas que mais produz descrédito, desconfiança e ceticismo no meio do povo.

197. Ao surgir da Nova República foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Um raio de esperança inaugurou nova fase da nossa história: a transição para o reencontro com a plena democracia política. Sobre o sentido da Constituição, assim nos expressamos no Doc. "Por uma Nova Ordem Constitucional", na Assembléia de 1986: "Nesta perspectiva de mudança mais profunda, é mister afirmar que a nova Constituição não deverá restringir-se à reorganização do Estado e de suas relações com a sociedade. Ela deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade, na sua dimensão social, política, econômica, cultural e internacional. Modelo que se baseará nas exigências éticas da sociedade humana e na extensão da cidadania efetiva a todos os brasileiros e brasileiras sem exceção. Dentro desse novo modelo, caberá a todos os cidadãos o papel de participar co-responsavelmente no empenho pelo aperfeiçoamento social e, ao Estado

a função de promover o bem comum, caracterizando uma democracia orgânica e participativa”<sup>187</sup>.

198. A Igreja procurou acompanhar o processo de elaboração da nova Carta Magna. Trabalhou para que se incorporassem à nova Constituição os mecanismos e instrumentos democráticos que permitissem a participação ativa da população nas decisões de interesse coletivo.

199. A campanha das Emendas Populares que mobilizou todo o país, foi o fato mais concreto e mais expressivo. As tantas e tão diversas propostas apresentadas à Comissão de Sistematização, manifestaram grande amadurecimento da consciência popular. Já não foi possível, à maioria dos Constituintes, ignorar esse fato novo no entrechoque das tendências políticas.

200. Valorizou-se a adoção da participação popular na ordenação da vida política do país já, hoje, integrando artigos da nova Carta, votados em primeiro turno. Uma avaliação de ganhos e perdas nos textos já aprovados, revela apreciável predominância de acertos e avanços em comparação às nossas anteriores Constituições. Revela, também, acentuada concordância com muitas das recomendações do nosso documento “Por uma Nova Ordem Constitucional”.

201. Auguramos que o grande atendimento às várias reivindicações do povo brasileiro como um todo, se torne, em breve, o embasamento jurídico da sociedade que todos nós almejamos. Não subestimamos as crises que atravessamos no país. No entanto, ainda acreditamos que as esperanças depositadas na transição democrática se tornem realidade.

202. Cabe a cada cidadão e, em especial aos movimentos operários e populares, atenção e vigilância, a fim de que, nesta última etapa de elaboração da nova Constituição, os ganhos sociais se afirmem e se evite o retrocesso.

### **3.3. A consciência da missão evangélica da Igreja na política**

203. A razão mais profunda da atitude da Igreja frente à política decorre da consciência evangélica de sua missão. Cabe-lhe iluminar o horizonte da política pela “verdade sobre o homem” que ela professa<sup>188</sup>. Não fala a Igreja em nome de um humanismo abstrato, genérico. Ela se inspira no Evangelho, no mistério da Encarnação.

204. Com efeito, ao fazer-se homem, o Verbo de Deus revelou o valor normativo do ser humano, que se torna instância crítica de todas as ideologias, de todas as políticas. Jesus quis que as próprias expressões do sagrado estivessem a serviço do homem, subordinando a prescrição do sábado ao seu bem físico e espiritual<sup>189</sup>. Se tal afirmação vale do sagrado, quanto mais de outras realidades humanas. Jesus foi mais longe ainda. Por causa de sua dignidade humana desfigurada, escolheu os mais pobres, marginalizados, oprimidos de seu tempo, como ponto de referência para a prática de seus seguidores.

Só quem acolhe a criança entra no Reino de Deus, só aquele que visita os presos, sacia os sedentos e famintos, veste os despidos, merece a verdadeira retribuição do Reino. É nesta visão do homem, que a Igreja se inspira na sua prática pastoral em relação à política. Por isso não é de estranhar que ela continue, insistentemente, defendendo os trabalhadores, os sem terra, os favelados, os desempregados, os pobres em todas as suas formas. Tal missão pertence ao mais profundo de sua consciência evangélica. E toda vez que não o fez ou não o faz, tornou-se ou torna-se infiel ao Evangelho.

205. No comportamento de Jesus, merece aqui especial destaque o modo como ele se colocou diante do poder e como se referiu ao poder político do seu tempo. Respondendo aos fariseus: dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus<sup>190</sup>, Jesus dessacraliza o poder político que era divinizado. Ao mesmo tempo, reconhece sua

legítima autonomia, estabelecendo uma dualidade (não dualismo) entre a instância religiosa e a instância política. Afirma a necessidade do Poder na estrutura de uma sociedade, como algo que vem de Deus, como declarou a Pilatos: Não terias poder sobre mim se não te houvesse sido dado do alto<sup>191</sup>.

206. Por outro lado, preveniu os Apóstolos contra uma falsa concepção do poder ao adverti-los: “Sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam. Entre vós não deverá ser assim: ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro entre vós, seja o servo de todos”<sup>192</sup>. Para Jesus, o poder legítimo se caracteriza pelo serviço e não pela dominação. Se é o serviço que deve caracterizar o poder político, ele estende-se a todos os homens, sem acepção de pessoas; privilegia, porém, os pequenos, os pobres, os oprimidos. O critério decisivo para julgar o comportamento das pessoas – e a fortiori dos que detêm o poder – é atender às reais necessidades da pessoa humana: dos famintos, dos sedentos, dos sem teto, dos sem terra, dos sem poder... Só corresponde à evangélica concepção do poder aquele que é exercido em benefício do povo que se torna, assim, mediação do poder que vem de Deus. É por isso que a Igreja (...) proclama que é para o bem da sociedade e para salvaguarda de sua soberania que o poder é necessário; só isso o justifica<sup>193</sup>.

207. Continuando a missão de Jesus Cristo, nesta perspectiva evangélica do poder, a Igreja é, continuamente, interpelada a fazer o que Ele fez<sup>194</sup>, procurando que o seu poder seja Serviço e que o Poder político seja exercido na mesma linha.

208. A Igreja como um todo está, necessariamente, envolvida com as realidades terrestres e históricas e, portanto, com a realidade política: Falando ainda em geral, sem distinguir o papel que compete a seus diversos membros, sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política<sup>195</sup>, que, por sua vez, atinge todas as esferas da vida humana, inclusive a religiosa.

209. Neste plano político, porém, há diversidade de atuação dos cristãos de acordo com a diversidade do significado da política como nos apresenta Puebla: Devemos distinguir dois conceitos de política e de compromisso político: no primeiro, a Política em seu sentido mais amplo visa o bem comum, no âmbito nacional e no âmbito internacional. Corresponde-lhe precisar os valores fundamentais de toda a comunidade (...) Define também os meios e a ética das relações sociais. Neste sentido amplo, a política interessa à Igreja, e, portanto, a seus pastores, ministros da unidade. É uma forma de dar culto ao único Deus, dessacralizando e ao mesmo tempo consagrando o mundo a Ele.

210. Segundo, a realização dessa tarefa política, se faz normalmente através de grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais segundo seus próprios critérios ou ideologias. Neste sentido se pode falar de política de Partido<sup>196</sup>.

211. Para a Igreja, a política partidária é o campo próprio dos cristãos leigos<sup>197</sup>, onde gozam de legítima autonomia. Compete a eles a obrigação da séria participação política até o nível partidário, sabendo que a política é uma mediação privilegiada da caridade e que a fé cristã a valoriza e a tem em alta estima<sup>198</sup>.

212. Portanto, frente à política de partido, no sentido estrito, a saber, em ordem à conquista ou manutenção do poder, a Igreja se situa diversamente segundo a função que seus membros desempenham no seu interior e segundo as circunstâncias históricas.

### 3.4. Agir da Igreja na política

213. A Igreja no Brasil tem procurado exercer sua missão profética diante dos apelos éticos da nossa realidade nacional. Sua atuação pastoral numa evangelização libertadora íntegra, conseqüentemente, uma dimensão política porque “a Igreja tem o dever de

anunciar a libertação de milhões de seres humanos, entre os quais há muitos filhos seus; o dever de ajudar a nascer esta libertação, de dar testemunho da mesma, de fazer que seja total. Nada disto é estranho à Evangelização"<sup>199</sup>.

214. A consciência que tem da sua missão evangelizadora leva a Igreja a:

- Publicar documentos sobre a nossa situação política e suas exigências de justiça social e de consciência moral.
- Criar organismos de solidariedade em favor dos oprimidos e valorizar as organizações populares e suas iniciativas de participação.
- Denunciar as violações dos direitos humanos, alertando contra novos mecanismos discriminatórios e contra entidades que se apresentam com falsa feição democrática.
- Encorajar a opção evangélica pelos pobres e a suportar a perseguição e, às vezes, a morte, como testemunho de sua missão profética.
- Contribuir para a educação política a fim de que o homem seja sujeito da sua história e exerça com responsabilidade a sua cidadania política.
- Acompanhar os cristãos engajados na política partidária.

215. No mundo da política, marcado pelo pluralismo ideológico conflitivo, a Igreja, respeitando o legítimo pluralismo das opções partidárias e distinguindo o papel dos leigos e da hierarquia, procura ser um sinal daquela unidade e comunhão, que é vontade de Cristo<sup>200</sup> e anseio último da humanidade. "Os leigos, de um lado, não podem deixar de procurar, no campo sócio-político, uma práxis em indefectível coerência com o ensinamento constante do Magistério"<sup>201</sup>. De outro lado, os pastores não elaborem Doutrina Social da Igreja sem a participação dos leigos cristãos, sobretudo, de pessoas competentes, pois, essa ampla e complexa tarefa "requer a contribuição de todos os carismas experiências e competências"<sup>202</sup>.

216. À hierarquia, que exerce a missão de alimentar, animar a união e a comunhão no interior da Igreja, não cabe tomar posições partidárias, já que com elas antes dividirá o corpo eclesial que promoverá sua coesão.

217. Cabe à hierarquia, contudo:

- Posicionar-se claramente e de maneira inconfundível ao lado dos pequenos.
- Apoiar grupos e comunidades que buscam se encontrar para estudar os problemas políticos.
- Acompanhar, de maneira educativa, os cristãos que militam nos partidos políticos.
- Zelar para que a insistência do Papa João Paulo II a respeito da incompatibilidade entre o exercício do ministério presbiteral e o desempenho de cargo político partidário, seja, na prática, observado.

218. Para que os leigos desempenhem sua tarefa específica é sumamente importante que recebam uma especial e adequada formação para participação política<sup>203</sup> que lhes possibilite:

- Aprender a fazer análise da realidade.
- Conhecer propostas e práticas dos partidos e candidatos, aprendendo a respeitar a opção partidária dos outros.
- Adquirir consciência crítica frente à realidade política.
- Desenvolver a sua formação na fé e adquirir sólido conhecimento da doutrina social da Igreja para discernir e avaliar com critérios evangélicos a realidade e a ação política.

219. Questões delicadas têm se apresentado quando agentes de pastoral decidem se candidatar a cargos políticos eletivos, no executivo ou no legislativo. A prática eclesial tem mostrado dificuldades em conciliar os dois encargos. O afastamento provisório da missão pastoral, nesses casos, tem sido prática corrente. Mas, em certas Igrejas particulares, a reflexão das comunidades locais tem procurado discernir a conveniência, para a evangelização e para a política, do acúmulo de cargos. Em todo caso, um



candidato cristão, comprometido com a política partidária, por força de sua fé, nunca deveria afastar-se da sua comunidade, nem esta deveria marginalizá-lo pelo fato de ser candidato.

220. Os agentes de pastoral devem cuidar, sempre, para que a ação pastoral não seja utilizada em benefício de partidos ou ideologias<sup>204</sup>.

221. A Igreja crê contribuir positivamente na formação política, sobretudo das classes populares, através das suas Comunidades Eclesiais de Base, verdadeira escola de compromisso. Essas comunidades, com sua função estritamente eclesial, desenvolvem qualidades humanas que servem para plasmar verdadeiros militantes cristãos. A pedagogia aí desenvolvida, de respeito à opinião das bases, cimenta uma prática política realmente democrática, procurando superar elitismos, dogmatismos, conchavos, deliberações de cúpula impostas ao povo tão comuns em nossa vida política.

222. A Igreja estimula, também, os cristãos de classe média e alta, pertencentes a grupos e movimentos de Igreja, comprometidos com as exigências do Evangelho, a se engajarem na política partidária, solidarizando-se com as classes populares na construção de uma sociedade justa e fraterna.

223. Os partidos políticos são o lugar próprio para as atividades políticas, mas as comunidades eclesiais podem oferecer aos cristãos uma instância privilegiada para que eles discirnam, deliberem, à luz da fé, questões que, depois, serão trabalhadas em nível estritamente político no partido. A Igreja espera que os cristãos oriundos das CEBs e de outros grupos e movimentos eclesiais sejam verdadeiras sementeiras de uma nova política no país.

224. O grande desafio à missão da Igreja no político é o acompanhamento que ela deve proporcionar aos leigos que militam nas entidades de classe e/ou nos partidos políticos.

225. A militância política dos cristãos, nos últimos anos, tem suscitado preocupações e esperanças:

a) O engajamento dos cristãos na política partidária, até há pouco só concebido em nível pessoal, começa a ser questionado. O desenvolvimento do espírito comunitário, a consciência da dimensão secular da Igreja como um todo, o entendimento mais apurado da articulação Igreja-mundo abrem perspectivas para um engajamento na política partidária em nível comunitário, respeitando-se a pluralidade das opções.

b) A formação política dos cristãos requer uma compreensão do que seja política, um aprofundamento da fé e a devida articulação entre as duas. Sem dúvida, a Igreja deverá formar os cristãos numa fé engajada, na mística do compromisso com uma sociedade mais justa. Para tanto, o cristão deverá conhecer a estrutura da sociedade, seus mecanismos complexos no campo econômico, social, político, ideológico e cultural. A questão que se põe: a quem cabe dar a formação estritamente política? Aos partidos? A outras entidades da sociedade civil? Se não o fazem ou se fazem em dissonância com os valores evangélicos, a Igreja, querendo evangelizar a dimensão política, deverá fazê-lo.

c) A política tende sempre a integrar a eficácia na construção da sociedade – com suas táticas, estratégias e programas pela conquista do poder. Isto acarreta, por vezes, perplexidades e angústias para os cristãos que têm como projeto as Bem-aventuranças do Evangelho, a cruz de Cristo, a gratuidade, o perdão. Os critérios éticos e os valores evangélicos devem estar constitutivamente ligados à prática cristã. Conciliá-los com as exigências e ambigüidades dos partidos constitui um grande desafio.

d) Outro problema sempre presente na prática política dos cristãos é a tentativa de cooptação dos seus quadros por parte de grupos conservadores ou progressistas. A manipulação se concretiza de maneiras diversas:

- Utilizando a religião como ópio do povo.
- Instrumentalizando-a para fins ideológicos espúrios.
- Tentando retirar das comunidades eclesiais as lideranças conscientes mesmo mediante suborno.

226. Uma educação política permanente, em comunidade, à luz da fé, será a melhor garantia para superar o risco da cooptação.

227. Cabe à Igreja ser uma voz ética e crível nesse momento, não só através de suas declarações oficiais, mas sobretudo, através do exercício e prática de seus membros nos diversos campos da atividade humana.

## 4. NO MUNDO DA CULTURA

### 4.1. Introdução

228. A mensagem evangélica precisa sempre ser transmitida no contexto de um “diálogo de culturas”<sup>205</sup> que exige, de um lado, uma profunda fidelidade ao Evangelho e à autêntica tradição da Igreja e, por outro, um profundo conhecimento e, sobretudo, um profundo respeito pela cultura das pessoas ou grupos sociais com os quais se dialoga<sup>206</sup>. Se não houver plena fidelidade ao Evangelho e à Tradição estaremos deturpando o tesouro de que somos portadores. Se não houver um profundo conhecimento da cultura que se evangeliza e respeito por ela, estaremos impondo em nome do Evangelho, nossos próprios valores e nossa perspectiva cultural; estaremos falando numa linguagem e em códigos ininteligíveis, falando no vazio, falando para nós mesmos.

229. Como em tempos passados, também hoje esse dilema coloca problemas graves para toda a ação pastoral da Igreja. Como garantir a fidelidade ao “bom depósito da fé”<sup>207</sup> e, ao mesmo tempo, “encarnar” a mensagem evangélica nas diferentes culturas?

230. Assumimos o termo “cultura” no seu aspecto globalizante, como processo de humanização decorrente da natureza livre e racional da pessoa humana<sup>208</sup>, como maneira peculiar através da qual, dentro de um povo, os homens cultivam as suas relações com a natureza, entre si e com Deus<sup>209</sup>, como “estilo de vida” comum desse povo, consequência do seu caráter social. Portanto, “pela maneira diversa de utilizar as coisas, de trabalhar e de exprimir, de praticar a religião e formar os costumes, de estabelecer as leis e as instituições jurídicas, de favorecer as artes e de cultivar o belo, surgem diversas condições de vida em comum e formas diversas de dispor os bens da vida. Assim, com estes costumes recebidos, constrói-se o patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se, assim, um meio definido e histórico, no qual é inserido o homem de qualquer nação ou tempo”<sup>210</sup>.

231. Sendo a cultura uma realidade abrangente, cumpre destacar o lugar decisivo que nela exerce a religião, por ser esta a que mais profundamente pode penetrar no coração das culturas, isto é, no núcleo dos seus valores fundamentais. Se, de uma parte, as culturas proporcionam ao Evangelho categorias mentais, linguagem e símbolos com que comunicar a mensagem salvadora de Cristo; por outra parte, o Evangelho fecunda por dentro e eleva as culturas<sup>211</sup>, revelando-lhes o sentido último da realidade do homem e do mundo.

### 4.2. A situação atual

232. A inculturação da fé, que sempre constituiu um forte desafio para a ação evangelizadora, apresenta hoje, para a Igreja no Brasil, algumas características próprias, entre as quais parece-nos importante destacar dois grandes blocos: de um lado, poderíamos situar toda a problemática envolvida na evangelização e relação com a cultura indígena, a cultura negra e a chamada cultura popular e, de outro lado, o ingente desafio da evangelização da cultura urbana contemporânea.

233. No quinto centenário da evangelização da América Latina, surge, naturalmente, a pergunta a respeito da maneira como a Igreja evangelizou os povos indígenas e demais culturas ameríndias no passado e da forma como ela pratica sua missão entre os povos indígenas que ainda restam.

234. Tendemos, por vezes, a julgar os missionários de séculos passados fora de seu contexto histórico e a censurá-los com uma certa facilidade por atitudes que, hoje, nos parecem inadequadas e até incompatíveis com a própria mensagem cristã. Em nossa sensibilidade cristã contemporânea, assumimos como erro inaceitável a atitude dos colonizadores e dos missionários que os acompanhavam, porque não respeitaram a cultura da população indígena. A evangelização da América se fez sobre os destroços dos Impérios Asteca, Maia e Inca e das culturas ameríndias. Com o Evangelho implantou-se, também, o domínio e a cultura dos países colonizadores.

235. Nem sempre os missionários foram bem sucedidos em descobrir as “sementes do Verbo” no coração dos povos indígenas e os valores positivos de sua religião. A restrição do acesso ao sacerdócio de índios e mestiços prejudicou a assimilação do Evangelho pelas culturas indígenas.

236. Fenômeno similar, em forma agravada, repetiu-se com a POPULAÇÃO NEGRA, trazida à força da África pelos escravagistas. Sua evangelização inicial consistia no gesto do batismo sem suficiente evangelização e sem a devida integração dos elementos de suas próprias culturas na nova situação de batizados. Em grande parte, as religiões dos negros, cultivadas às escondidas, os ajudam a conservar muitos elementos culturais que foram gradativamente se entrelaçando com expressões culturais e religiosas da população branca, indígena e mestiça, influenciando a cultura e a religiosidade popular.

237. Na CULTURA POPULAR descobre-se com facilidade o núcleo de uma religiosidade profundamente arraigada e identificada com a Igreja católica, mas marcada, ao mesmo tempo, pela mistura de traços e conteúdos doutrinários e expressões próprias das religiões indígenas ou africanas (sincretismo religioso). A religiosidade popular tem sido subestimada, durante muito tempo, pelos responsáveis oficiais da Igreja, sobrevivendo durante gerações sem interferências do clero e evidenciando, por vezes, um certo paralelismo entre as devoções do povo e o culto oficial. A teologia da libertação, preocupada em ser uma reflexão sobre a caminhada do povo a partir da sua fé, vem descobrindo e valorizando a fecundidade vital da religiosidade popular, tão intimamente ligada a toda cultura do povo.

238. A cultura popular, enraizada na própria vida do povo brasileiro através de gerações, está, hoje, ameaçada na sua existência pelo crescente e desorganizado processo de urbanização e pelo impacto da “adveniente cultura”. Na perspectiva latino-americana, entende-se por “adveniente cultura” o estilo de vida que, chegando de fora, propõe impor-se como única solução para o nosso futuro cultural<sup>212</sup>. Inspirada na mentalidade científico-técnica, promovida pelas grandes potências<sup>213</sup>, ela apregoa uma universalidade que é sinônimo de uniformidade que não respeita as diferentes culturas, e que equivale à unificação da humanidade, mediante o domínio de uns povos sobre outros.

239. A missão da Igreja no Brasil enfrenta hoje o grande desafio de atingir pela força do Evangelho os critérios, os valores, os centros de interesse<sup>214</sup> e as próprias pessoas imbuídas dessa CULTURA URBANA CONTEMPORÂNEA, que alguns denominam como cultura da “modernidade ou mesmo da pós-modernidade”. Duas razões tornam esse desafio mais forte para nós:

240. a) É preciso destacar, em primeiro lugar, a prioridade que nessa cultura se atribui à razão funcional, técnico-científica, com uma enorme diversificação de campos do saber, autônomos ou independentes da instância religiosa. Daí resultou, como efeito positivo, a dessacralização de tudo o que não é Deus, permitindo, assim, reconhecer a autonomia das realidades terrenas<sup>215</sup>. Mas, essa mesma primazia atribuída à razão funcional, leva, em muitos casos, à desvalorização das tradições e ao esvaziamento de valores ou pontos

de referência no campo da ética. O homem urbano é remetido em suas decisões a si próprio: indivíduo frágil e narcisista. Prisioneiro no círculo fechado da produção e do consumo, na busca permanente da eficácia e lucratividade máximas, o homem urbano tende a abafar suas indagações sobre seus fins substantivos, sobre o objetivo e sentido do seu agir, ficando reduzido à categoria de mero sujeito de necessidades.

Os mecanismos de produção e mercado nesta nossa cultura urbana manipulam ou provocam o surgimento dessas necessidades em vista de uma corrida ao consumismo, que passa a ser fator determinante de identidade social.

241. Como evangelizar uma cultura (e numa cultura) em cujo centro não está mais Deus, ou outros deuses, mas o homem, medida de tudo, também dele mesmo, inclinado diante dos ídolos do consumismo e do progresso técnico?

242. b) Uma segunda característica fundamental marca, no Brasil, toda essa transformação cultural que acima chamamos de "cultura urbana". Trata-se do fato de que toda essa transformação cultural se dá no interior de um país tecnológica e economicamente periférico. Junto com a tecnologia importam-se "valores" da metrópole exportadora, a serviço da indústria transnacional da cultura. Esta, por sua vez, padroniza comportamentos, massifica as necessidades e descaracteriza as culturas nativas. Os consumidores são levados a reproduzir a cultura materialista do capitalismo avançado, privando a maioria da população mais pobre de bens e serviços essenciais.

243. A modernidade dispõe de um poder de expansão como nenhuma cultura antes dela: o próprio instrumental tecnológico, a INFORMÁTICA e os grandes MEIOS DE COMUNICAÇÃO. Através deles, a modernidade se sobrepõe à cultura popular e às culturas das diversas etnias que podem ser perturbadas e até absorvidas pela avalanche da cultura moderna.

244. Os próprios meios de comunicação social constituem um outro desafio para a evangelização. Eles têm, e terão mais ainda, um grande poder de influência sobre toda a população. Cabe à Igreja posicionar-se diante deste avanço técnico e social e da transformação cultural que representa. Ela precisa contribuir para a formação ética dos profissionais dessa área e lançar mão desses meios de comunicação a serviço do Evangelho. Ao mesmo tempo, precisa conscientizar os fiéis sobre os perigos de uma entrega passiva à avalanche de comunicações que se orientam prevalentemente por critérios de rentabilidade e tendem a destruir os valores morais.

### 4.3. A(s) cultura(s) à luz da missão evangelizadora

245. "Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei"<sup>216</sup>.

246. O novo Povo de Deus não é uma nação ao lado de outras, em termos históricos, sociológicos e culturais. Antes, são convocados homens e mulheres de todas as etnias, nações e culturas para fazerem parte do Povo de Deus.

247. A evangelização, missão da Igreja, não é um processo massificante; é o convite de adesão a Jesus Cristo, que é dirigido a cada pessoa individualmente. Mas nenhuma pessoa existe isolada do seu ambiente cultural. É pela mediação da cultura de seu ambiente social que cada pessoa se realiza. Convocar os homens para entrar no Povo de Deus por uma fé pessoal não é convite para abandonar o convívio social de sua comunidade e da cultura desse ambiente.

248. A Evangelização é fundamentalmente um convite à conversão. A vocação de todos os homens em qualquer cultura, é entrar no Reino do Deus, inaugurado por Cristo. O anúncio claro deste chamado pode ser percebido como uma provocação e uma ameaça de desestabilização da cultura no seu núcleo íntimo que é sua religião tradicional ou seu

fetichismo idólatrico substitutivo. Levantar-se-á, não raro, a oposição e a perseguição aos evangelizadores.

249. O Evangelho questiona também os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesses, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação<sup>217</sup>.

250. Temos a certeza de que o Evangelho, a Mensagem de que somos portadores, não se identifica com a nossa cultura, a transcende e pode frutificar em outros contextos culturais, pode expressar-se em outros gestos e em outra linguagem, pode “encarnar-se” em qualquer cultura.

251. Portanto, a pergunta fundamental, que desafia toda ação pastoral poderia ser assim expressada: Como evangelizar através de um diálogo e testemunho de vida que chegue ao “outro” (pessoa, povo ou grupo social), em seu mundo e em sua ótica própria? Como comunicar a Mensagem Evangélica em sua plenitude, respeitando e assumindo os valores autênticos, os símbolos de vida, a cultura do outro?

252. É preciso tomar consciência de que os mensageiros do Evangelho de Jesus Cristo são, ao mesmo tempo, e de maneira inevitável, portadores de uma determinada bagagem cultural que não se identifica com a mensagem cristã. Todo e qualquer anúncio evangelizador da Igreja exprime-se, necessariamente, dentro de uma determinada cultura e, por isso mesmo, ao ser proclamado num outro contexto sócio-cultural, deve ser traduzida para o novo universo simbólico em questão.

253. Em nosso caso concreto, devemos reconhecer que somos integrantes do chamado “mundo ocidental”, cuja cultura é herdeira do racionalismo. Tendemos a considerar a nossa, não como uma cultura entre muitas, mas como “a” cultura e, por isso mesmo, a partir de nossa ótica cultural. Classificamos, assim, as outras culturas, em graus de “inferioridade” ou “primitivismo” crescente, na medida em que se afastam ou se aproximam da nossa. Não reconhecemos o “diferente” como tal, mas tendemos a enquadrá-lo logo num degrau de categoria inferior.

254. No caso de choque entre os valores do Evangelho e os elementos de uma determinada cultura, a fidelidade à plena verdade sobre Jesus Cristo, à Igreja e ao Homem exigirá dos agentes da evangelização um duplo discernimento: o que no seu anúncio é realmente evangélico e o que é meramente cultural? Que elementos de um determinado contexto sócio-cultural apresentam diversidade meramente cultural, podendo ser eventualmente assumidos pela Igreja na missão evangelizadora e que outros aparecem como realmente contrários à fé cristã? Em contato com as culturas, a Igreja deve acolher tudo aquilo que nas tradições dos povos é conciliável com o Evangelho, para lhe dar as riquezas de Cristo e se enriquecer ela mesma da sabedoria multiforme das nações da terra<sup>218</sup>.

#### 4.4. Tarefas e questionamentos

255. A missão evangelizadora entre os indígenas está diante do desafio de anunciar a novidade de Cristo e a conservação da cultura indígena, buscando com paciência histórica a assimilação das “sementes do Verbo”, já existentes na religião dos povos indígenas. Para isto, é preciso, em primeiro lugar, conhecer a língua, pesquisar os valores culturais e interpretá-los corretamente.

256. Diante de certas pressões integracionistas, a Igreja do Brasil é convocada para a defesa da cultura e, com isso, da sobrevivência dos povos indígenas que sucumbiriam ao contato rápido com a poderosa cultura dominante.

257. Proclame-se e defenda-se o direito dos povos indígenas de serem sujeitos de sua história e do ritmo de seu acesso à cultura vigente no Brasil.

258. A Campanha da Fraternidade deste ano continue a suscitar estudos e atividades permanentes para uma nova evangelização dos descendentes dos povos negros, respeitando e assimilando os valores culturais.

259. Deve ser incentivada a pastoral dos migrantes, que leve em conta a particular situação de desenraizamento cultural e religioso a que são expostos no choque com a cultura urbana e valorizar sua bagagem cultural como meio de preservar a fé.

260. Há no Brasil uma população cigana que ultrapassa, numericamente, a população indígena. Ela também merece os cuidados de uma evangelização adaptada à sua cultura. O conhecimento desta minoria étnica pode ajudar na orientação de outras minorias, pois ela tem conseguido sobreviver na sua identidade cultural, usando recursos da cultura dominante sem ser cooptada por ela.

261. A cultura popular abrange os problemas sócio-políticos mas os ultrapassa. A evangelização não pode contentar-se apenas em orientar a luta pela libertação política e econômica, mas tem que se ocupar profundamente com a religiosidade, elemento fundamental da cultura popular. A Igreja deve reconhecer o povo como sujeito da cultura, chamado a integrar fé e vida.

262. O povo das CEBs, na sua maneira criativa de ler a Bíblia e confrontá-la com a vida cotidiana, produz uma teologia popular, elaboração espontânea de sua compreensão da fé. A teologia erudita precisa estudar a espiritualidade do povo, sua experiência de Deus, suas devoções, iluminando-as e eventualmente purificando-as. Por outro lado, a teologia acadêmica e pastoral podem enriquecer-se acolhendo a vivência vigorosa da fé de nosso povo.

263. A etimologia indica ligação estreita entre cultura e "culto". Tanto para a religiosidade popular como para as diversas etnias é importante que se acolha a riqueza de elementos culturais capazes de expressar o mistério cristão. No Brasil, país com múltiplas etnias, é necessário estudar a possibilidade de maior pluriformidade litúrgica.

264. A liturgia tem uma missão importante na evangelização. A própria celebração faz entender e viver sempre mais o seguimento do Cristo. A liturgia tem inspirado o mundo da arte, em tempos passados. Hoje, a Igreja precisa rever e incrementar o papel da Liturgia não só como louvor de Deus e santificação do Povo de Deus, mas também como fonte inspiradora da cultura.

265. Por ocasião do ofertório da missa já há uma tradição de associar à apresentação do pão "fruto da terra e do trabalho do homem", como matéria para a celebração da Eucaristia, também outros objetos, símbolos da realidade social e cultural da comunidade. Esta relação entre liturgia (culto) e cultura deve ser explorada para facilitar a inculturação da fé.

266. A cultura é expressão tanto da dimensão do trabalho pelo qual se produz identidade histórica de grupos e povos, como do tempo do lazer. A "festa" marca as culturas tanto quanto o "trabalho". Sem tempo de lazer, não há espaço para o culto.

267. A Igreja precisa conservar ou então recuperar o "dia do Senhor" como dia do culto, fermento de uma cultura mais aberta a todas as dimensões do homem. Pois a Igreja, celebrando a memória do Senhor, insere o culto na vida concreta do indivíduo e na cultura da comunidade.

268. Urge evangelizar a "modernidade". A Igreja não pode cruzar os braços esperando que passe essa "moda", julgando a cultura da modernidade estruturalmente efêmera. Além de denunciar vigorosamente as idolatrias e mecanismos manipuladores da sociedade moderna, é necessário valorizar e assumir o que ela tem de positivo. Pois a

racionalidade funcional no campo científico e técnico não vai parar de buscar sempre novos subsídios para o progresso da sociedade.

269. A visão científica deve ser enriquecida com a perspectiva antropológica global e sobretudo a visão ética. Há necessidade de diálogo interdisciplinar entre a teologia e as ciências profanas, aproveitando as chances atuais, uma vez que muitos cientistas já tendem a reconhecer seus limites e a sociedade já não espera a salvação dos tecnocratas.

270. Os cristãos, responsáveis perante o Senhor da história, encontram-se com todos os que têm senso de “responsabilidade perante os irmãos e a história”, mesmo que não tenham fé, para que possam juntos “testemunhar o nascimento de um novo humanismo”<sup>219</sup> e colaborar na construção de uma cultura e de uma civilização justa e fraterna.

271. Em face da tensão entre nossa cultura ancestral e a “adveniente cultura” que irrompe em nosso meio, impõe-se a busca de novas sínteses, pela superação dos elementos opostos, conciliando a racionalidade da cultura do futuro com a cordialidade característica da nossa cultura do passado, como já optou Puebla<sup>220</sup>.

272. A continuidade e a renovação da(s) cultura(s) depende, em grande parte, de seu sistema educacional. A Igreja deve renovar a sua presença no campo educacional da evangelização da juventude, enfrentando hoje duplo desafio da cultura moderna, que é rica e exigente no seu discurso racional, na transmissão de novos conhecimentos científicos e técnicos (informática), mas pobre em seu discurso ético e simbólico (sentido da vida, relação com a transcendência, calor humano, cordialidade).

273. A Igreja, na formulação de sua doutrina (catequese, espiritualidade e teologias), de suas leis e de sua liturgia, apresenta aspectos próprios de cultura intelectual, ética, literária e artística. No entanto, a Igreja não visa criar uma cultura própria, paralela às outras, mas ser fermento em todas elas, também na cultura moderna.

## CONCLUSÃO

274. Restam, certamente, muitos questionamentos, que exigem um amadurecimento da reflexão, com amplos desafios para a ação.

275. O próprio dinamismo da sociedade atual e o altíssimo ideal evangélico, que nos foi confiado, tornam a missão dos cristãos uma tarefa sempre renovada e inacabada.

276. Pensamos contudo ter mostrado fundamentos, legitimidade e critérios desta missão. Mostramos, especialmente, o papel que compete aos cristãos leigos. Apontamos pistas de ação para comunidades e movimentos, grupos e pessoas, que querem inspirar-se na fé cristã.

277. Colocamos nosso esforço nas mãos de Deus, para que o abençoe e o torne semente fecunda de novas iniciativas e de uma dedicação generosa e reta ao serviço do bem comum. Repetimos a oração com que o Papa concluiu sua última Encíclica social<sup>221</sup>, aplicando-a ao nosso povo:

278. “Ó Deus, que destes a este povo uma única origem e quereis reuni-lo numa só família, fazei com que os brasileiros se reconheçam irmãos e promovam na solidariedade o desenvolvimento de todos, para que sejam reconhecidos os direitos de cada pessoa e a sociedade brasileira conheça uma era de igualdade e de paz”.

279. Este voto confiamos especialmente à materna intercessão da Virgem Aparecida, padroeira do Brasil!

Itaici, abril de 1988

**Nota:1**

01 a 30 de outubro de 1987: Vocação e Missão dos leigos na Igreja e no Mundo.

**Nota:2**

DV 2; Ex 33,11; Jo 15,14-15; Doc. Da CNBB, n.38. cf. **DV, 2** que remete a Ex 33,11, Jo 15, 14-15: “Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2 Pd 1, 4).

Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.

A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam os acontecimentos e iluminam o mistério neles contido.

A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação”.

**Ex 33,11:** “Javé falava com Moisés face a face, como um homem fala com o amigo. Depois Moisés voltava para o acampamento, enquanto seu ajudante, o jovem Josué, filho de Nun, não se afastava do interior da tenda”.

**Jo 15,14-15:** “Vocês são meus amigos, se fizerem o que eu estou mandando. Eu já não chamo vocês de empregados, pois o empregado não sabe o que seu patrão faz; eu chamo vocês de amigos, porque eu comuniquéi a vocês tudo o que ouvi de meu Pai”.

**Nota:3**

Nota da presidência da CNBB: Urgência de Grandes Decisões, 30.01.1988: “A Presidência da CNBB esteve reunida no dia 30 de janeiro de 1988. Na primeira parte contou com a participação da Comissão de Acompanhamento da Constituinte e refletiram sobre o momento nacional. Ao final da reunião a Presidência divulgou a seguinte Nota que foi entregue à imprensa, numa entrevista coletiva: ‘Estamos nos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da nação. Tudo depende das decisões que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos, porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões. É preciso enfrentar a realidade.

Convivendo com o povo, em todos os seus estratos e segmentos, a Igreja tem uma visão desta realidade que nos leva, por dever pastoral, a alertar toda a sociedade sobre a seriedade da crise que nos envolve.

A situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo.

O sentimento nacional é de frustração. Foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar, com a inauguração da transição democrática e com os planos de superação não inflacionária da recessão e do desemprego. A inflação não foi reduzida e ameaça escapar do controle. Caíram os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram. As categorias profissionais mais organizadas tentam defender-se, conseguindo vantagens que são logo repassadas às tarifas e aos preços, recaindo sobre o povo indefeso.

O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da convivência. Como essa deteriorização vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética.

É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo. E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de conseqüências catastróficas.

Não julgamos das intenções dos responsáveis pelo destino da nação.

Não subestimamos o peso das dificuldades que eles enfrentam. Externamente, credores exigem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas. Internamente, pressões dos grandes interesses econômicos, clientelísticos e corporativos bloqueiam as políticas de combate à recessão, à inflação, bem como impedem a superação da dívida interna e da enorme dívida social.

A gravidade da situação torna intolerável a distância entre a retórica e os fatos. O povo se sente traído. Estamos correndo o gravíssimo risco de fazer abortar as imensas esperanças depositadas na transição democrática. A sociedade, insuficiente e mesmo, por vezes, tendenciosamente informada, tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela e receia que tenham sido inúteis seus esforços de apresentação de sugestões, de participação em audiências nas subcomissões, de assinaturas e defesa de emendas populares.

De fato, lobbies poderosos tentam fazer prevalecer seus interesses sobre os interesses do país. Criou-se um clima em que a compra de votos e a ameaça de perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado por todas as formas e com a maior veemência. Urge, portanto, apoiar toda medida sincera e eficaz que possa recuperar credibilidades fortemente desgastadas.

Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está colocada sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões morais e éticos, nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Temos que saudar, com alegria, a adoção do princípio de participação popular na ordenação da vida política do país e das instituições nacionais, no primeiro artigo da nova Constituição votado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, atendendo as aspirações expressas nas emendas populares. Resta, ainda, assegurar a incorporação dos instrumentos que viabilizem essa participação, tal como estavam contidos no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, permitindo ao povo participar diretamente das decisões que respondem aos seus anseios e promovem seus legítimos direitos.

Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais. Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, fruto de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às



aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo processo de participação da sociedade na elaboração constitucional. É preciso que este esforço de entendimento se mantenha à altura do momento constituinte, sem confundir-se com conchavos que resultariam em inaceitável retrocesso. Os capítulos da nova Constituição dos Direitos Individuais à Ordem Econômica e Social e até as Disposições Transitórias não podem ser o resultado de barganhas imediatistas e conjunturais, mas devem levar em conta o clamor do povo por reformas e mudanças profundas. Só assim a Constituição traduzirá um pacto da nação com seu futuro.

A questão do sistema de governo deve ser tratada com a maior responsabilidade, buscando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas. A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições, não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional.

A Presidência da CNBB apela para a responsabilidade de todos os cristãos na hora que estamos vivendo e sugere que as Dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos constituintes que os representam. Que Deus proteja o Brasil”.

#### Nota:4

cf. **João Paulo II, Sollicitudo Rei Socialis** (SRS), especialmente o n.14: “A primeira verificação negativa a fazer é a da persistência e, muitas vezes, a do alargamento do fosso entre a área do chamado Norte desenvolvido e a do Sul em vias de desenvolvimento. Esta terminologia geográfica tem apenas valor indicativo, porque não se pode ignorar que as fronteiras da riqueza e da pobreza passam pelo interior das próprias cidades, quer desenvolvidas, quer em vias de desenvolvimento. De fato, assim como existem desigualdades sociais até aos extremos da miséria em países ricos, assim, em contraposição, nos países menos desenvolvidos também se vêem, não raro, manifestações de egoísmo e de ostentação de riqueza, tão desconcertantes quanto escandalosas.

A abundância de bens e de serviços disponíveis nalgumas partes do mundo, sobretudo no Norte desenvolvido, corresponde um inadmissível atraso no Sul; e é precisamente nesta faixa geopolítica que vive a maior parte do gênero humano.

Quando se repara na gama dos diversos setores produção e distribuição dos víveres, higiene, saúde e habitação, disponibilidade de água potável, condições de trabalho, especialmente feminino, duração da vida e outros índices econômicos e sociais, o quadro, no seu conjunto, apresenta-se desolador, quer considerando-o em si mesmo, quer em relação aos dados correspondentes dos países mais desenvolvidos. A palavra ‘fosso’ volta espontaneamente aos lábios.

Talvez não seja este o termo mais apropriado para designar a verdadeira realidade, enquanto pode dar a impressão de um fenómeno estacionário. E não é assim. Na caminhada dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento verificou-se nestes anos uma diferente velocidade de aceleração, que contribuiu para aumentar as distâncias. Deste modo, os países em vias de desenvolvimento, especialmente os mais pobres, encontram-se hoje numa situação de gravíssimo atraso.

A isto há que acrescentar ainda as diferenças de cultura e dos sistemas de valores entre os vários grupos de população, que nem sempre coincidem com o grau de desenvolvimento econômico, mas que contribuem também para criar distâncias. São estes os elementos e aspectos que tornam muito mais complexa a questão social, precisamente porque ela adquiriu uma dimensão universal.

Quando se olha para as várias partes do mundo, separadas pela crescente distância desse fosso, e quando se observa que cada uma delas parece seguir um rumo próprio, com as suas realizações particulares, compreende-se a razão por que, na linguagem corrente, se fala de mundos diferentes dentro do nosso único mundo: Primeiro Mundo, Segundo Mundo, Terceiro Mundo e, algumas vezes, Quarto Mundo. Expressões como estas, que não pretendem, por certo, classificar de modo exaustivo todos os países, não deixam de ser significativas: são o sinal da sensação difundida de que a unidade do mundo, em outras palavras, a unidade do gênero humano está seriamente comprometida. Esta maneira de falar, além do seu valor mais ou menos objetivo, encobre sem dúvida um conteúdo moral, diante do qual a Igreja, que é sacramento ou sinal e instrumento... da unidade de todo o gênero humano, não pode ficar indiferente”.

#### Nota:5

**CNBB**, Carta aos Agentes de Pastoral e às Comunidades, doc. 33; 23ª. Assembléia Geral, 1985, n.42: “A prioridade atribuída aos investimentos destinados à acelerada industrialização e à expansão da agricultura extensiva estimula o êxodo rural e faz com que sobre poucos recursos para a infra-estrutura e serviços urbanos, deixando de gerar grande número de empregos que resultariam de investimentos na construção civil”.

#### Nota:6

Importa salientar que a doutrina social da Igreja não se identifica com uma ideologia. Esta, enquanto determinado projeto sócio-econômico e político, poderá ser legítima quando se fundamenta no reconhecimento e promoção dos valores básicos da pessoa humana e respeita as posições de outros”.

**Puebla, 535-540**: “Entre as múltiplas definições que se podem propor, chamamos aqui ideologia toda concepção que ofereça uma visão dos diversos aspectos da vida, desde o ponto de vista de um grupo determinado da sociedade. A ideologia manifesta as aspirações desse grupo, convida para certa solidariedade e combatividade e fundamenta sua legitimação em valores específicos. Toda ideologia é parcial, já que nenhum grupo particular pode pretender identificar suas aspirações com as da sociedade global. Uma ideologia será, pois, legítima se os interesses que defende o forem e se respeitar os direitos fundamentais dos demais grupos da nação. Neste sentido positivo, as ideologias surgem como algo necessário para a esfera social, enquanto são mediações para a ação.

**536**. As ideologias trazem em si mesmas a tendência absolutizar os interesses que defendem, a visão que propõem e a estratégia que promovem. Neste caso se transformam em verdadeiras religiões leigas. Apresentam-se como ‘uma explicação última e suficiente de tudo e se constrói assim um novo ídolo do qual se aceita às vezes, sem se dar conta, o caráter totalitário e obrigatório’ (OA 28). Nesta perspectiva não é de estranhar que as ideologias tentem instrumentalizar pessoas e instituições a serviço da eficaz consecução de seus fins. Eis o lado ambíguo e negativo das ideologias.

**537.** Não devemos analisar as ideologias somente do ponto de vista de seus conteúdos conceituais. Ela constituem, transcendendo a eles, fenômenos vitais de dinamismo envolvente, contagioso. São correntes de aspirações com tendência para a absolutização, dotadas também de poderosa força de conquista e fervor redentor. Isso lhes confere um “mística” especial e a capacidade de penetrar os diversos ambientes de modo muitas vezes irresistível. Seus slogans, suas expressões típicas, seus critérios, chegam a marcar profundamente e com facilidade mesmo aqueles que estão longe de aderir voluntariamente a seus princípios doutrinários. Desse modo, muitos vivem e militam praticamente dentro dos limites de determinadas ideologias sem haverem tomado consciência disso. Este é outro aspecto que exige constante revisão e vigilância. Tudo isso se aplica tanto às ideologias que legitimam a situação atual, como àquelas que pretendem mudá-la.

**538.** Para o necessário discernimento e julgamento crítico sobre as ideologias, devem os cristãos apoiar-se no “rico e complexo patrimônio que a Evangelii Nuntiandi denomina Doutrina Social ou Ensino Social da Igreja” (João Paulo II, Discurso Inaugural, III, 7; AAS, LXXI, p. 203).

**539.** Esta Doutrina ou Ensino Social da Igreja expressa “o que ela possui como próprio: uma visão global do homem e da humanidade” (PP 13). Deixa-se interpelar e enriquecer pelas ideologias no que elas têm de positivo e, por sua vez, as interpela, relativiza e critica.

**540.** Nem o Evangelho nem a Doutrina ou Ensino Social que dele provém são ideologias. Pelo contrário, representam para estas uma poderosa fonte de questionamentos de seus limites e ambigüidades. A originalidade sempre nova da mensagem evangélica deve ser permanentemente esclarecida e defendida diante das tentativas de ideologização”.

#### **Nota:7**

cf. **LG, 8c:** “Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação”.

**UR, 6:** “Toda renovação da Igreja consiste essencialmente numa maior fidelidade à sua vocação. Ora, o encaminhamento para a unidade se situa, precisamente, dentro deste mesmo movimento.

A Igreja peregrina é chamada por Cristo a uma perene reforma, de que sempre necessita, como toda organização terrena. Tudo pois que, em virtude de circunstâncias diversas, tenha sido menos bem conservado no que diz respeito aos costumes, à disciplina eclesial e à formulação da doutrina - que se precisa distinguir claramente do depósito da fé -, há de ser oportuna e devidamente reformado.

Tal renovação tem uma grande importância ecumênica. Os diversos movimentos pelos quais se faz esta renovação da Igreja - movimentos bíblico e litúrgico, novas formas de pregação da palavra de Deus, de catequese, de apostolado dos leigos e de vida religiosa, a espiritualidade conjugal e a renovação da doutrina e da atividade social da Igreja - são o penhor e a esperança de grandes progressos no ecumenismo”.

cf. também **Liturgia da Missa**, Oração Eucarística V.

#### **Nota:8**

**Carta aos Agentes de Pastoral e às Comunidades**, Doc. 33, CNBB; 23ª Assembléia Geral, 1985, n.27: “A prioridade atribuída aos investimentos destinados à acelerada industrialização e à expansão da agricultura extensiva estimula o êxodo rural e faz com que sobre poucos recursos para a infra-estrutura e serviços urbanos, deixando de gerar grande número de empregos que resultariam de investimentos na construção civil”.

#### **Nota:9**

cf. **DV**, n.2-4, 7-8, 13-14, 18-19, 23-26: “2. Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2Pd 1, 4).

Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.

A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam os acontecimentos e iluminam o mistério neles contido.

A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação.

**3.** Criando e conservando todas as coisas pelo Verbo (cf. Jo 1, 3), Deus dá aos homens testemunho perene de si mesmo, nas próprias coisas criadas (cf. Rm 1, 19s).

No intuito de abrir caminho à salvação, manifestou-se ainda, desde o início, a nossos primeiros pais.

Depois que caíram, suscitou-lhes a esperança, prometendo a redenção (cf. Gn 3, 15). Não deixou, em momento algum, de cuidar do gênero humano, para que todos os que praticam pacientemente o bem (cf. Rm 2, 6s) possam alcançar a salvação.

Chamou Abraão a seu tempo, para constituir, a partir dele, um grande povo (cf. Gn 12, 2s), a quem, depois, pelos patriarcas, por Moisés e pelos profetas, ensinou a reconhecê-lo como único Deus vivo e verdadeiro, pai providente e justo juiz, e a esperar o salvador prometido, preparando assim, através dos séculos, o caminho do Evangelho.

**4.** Depois de falar muitas vezes e de muitos modos pelos profetas, Deus nos falou agora pelo Filho (Hb 1, 1s). Enviou seu Filho, Verbo eterno, que ilumina todos os seres humanos, para morar entre nós e falar-nos da vida de Deus (cf. Jo 1, 1-18).

Verbo encarnado, homem enviado aos seres humanos, Jesus Cristo fala as palavra de Deus (Jo 3, 4) e realiza a obra da salvação, de que foi encarregado pelo Pai (Jo 5, 36; 17, 14). Quem o vê, vê o Pai (cf. Jo 14, 9). Por sua presença, por suas palavras e ações, por seus sinais e milagres e, especialmente por sua morte, gloriosa ressurreição e missão do Espírito da verdade, Jesus Cristo completa a revelação e a confirma com testemunho divino: Deus está conosco para nos libertar das trevas do pecado e da morte e nos ressuscitar para a vida eterna.

A economia cristã, aliança nova e definitiva, jamais passará. Não se deve esperar nenhuma nova revelação pública antes da vinda gloriosa de nosso Senhor Jesus Cristo (cf. 1Tm 6, 14; Tt 2, 13).

**7.** Cheio de bondade, Deus estabeleceu que a revelação destinada a todos os povos se mantivesse na sua integridade através dos tempos e fosse transmitida a todas as gerações.

Por isso, o Cristo Senhor, em quem se completou toda a revelação de Deus altíssimo (cf. 2Cor 1, 20), comunicou aos apóstolos os dons divinos e os encarregou de pregar a todos o Evangelho prometido aos profetas, por ele cumprido e promulgado por sua própria boca, como a fonte da verdade salutar e a expressão da correta maneira de viver.

Essa disposição foi fielmente cumprida. Primeiro pelos apóstolos que haviam aprendido diretamente com as palavras, o convívio e a atuação de Cristo e pela ação do Espírito Santo o transmitiram pela pregação, pelo exemplo e pelas instituições que criaram. Depois, pelos apóstolos e homens apostólicos que, sob inspiração do mesmo Espírito Santo, escreveram a mensagem da salvação.

Para conservar o Evangelho íntegro e vivo na Igreja, os apóstolos deixaram os bispos como seus sucessores, transmitindo-lhes o lugar que ocupavam no magistério.

Esta Tradição sagrada, juntamente com a Escritura dos dois Testamentos são o espelho em que a Igreja peregrina contempla Deus, de quem tudo recebeu, enquanto não chega a vê-lo face a face (cf. 1Jo 3, 2).

**8.** Por este caminho, a pregação apostólica, expressa de modo especial nos livros inspirados, se conservará sem quebra de continuidade até o fim dos tempos.

Transmitindo o que receberam, os apóstolos exortam os fiéis a guardarem as tradições em que foram iniciados oralmente ou por escrito (cf. 2Ts 2, 15) e a lutarem pela fé que abraçaram para sempre (cf. Jd 3). Aos apóstolos foi, na realidade, transmitido tudo que contribui para que o povo de Deus leve uma vida santa e cresça na fé. Assim, a Igreja, na sua doutrina, na sua vida e no seu culto perpetua e transmite a todas as gerações tudo que é e tudo em que crê.

A Tradição dos apóstolos, graças à assistência do Espírito Santo, desenvolve-se na Igreja. Amplia-se a percepção das realidades e das palavras, quer pela contemplação e pelo estudo dos fiéis, que as guardam em seu coração (cf. Lc 2, 19.51), quer pela compreensão que provém da experiência das coisas espirituais, quer ainda pela pregação daqueles que, sucedendo aos apóstolos, receberam o carisma de certificar a verdade. De fato a Igreja, através dos séculos, tende constantemente à plenitude da verdade divina, até que se realizem totalmente nela as palavras de Deus. Os ensinamentos dos santos padres são testemunhas da presença desta Tradição vivificadora, cuja riqueza alimenta, na prática, a vida da Igreja orante e fiel.

A mesma Tradição dá a conhecer à Igreja o cânon das Escrituras Sagradas, faz com que sejam nela cada vez melhor compreendidas e sempre colocadas em prática. Dessa forma, Deus, que falou no passado, conversa hoje incessantemente com a esposa de seu Filho. O Espírito Santo mantém viva, na Igreja, a voz do Evangelho que, através dela, repercute em todo o mundo, encaminha os fiéis para a plena verdade, fazendo habitar neles a palavra de Cristo, com todas as suas riquezas (cf. Cl 3, 16).

**13.** Na Sagrada Escritura, sem prejuízo da verdade nem da santidade de Deus, manifesta-se sempre a admirável condescendência da eterna sabedoria, que desceu ao nosso modo de falar e se adaptou inteiramente à nossa natureza, para que reconhecêssemos sua inefável bondade. As palavras de Deus ditas em língua humana, parecem palavras humanas, como outrora o Verbo do Pai eterno, assumindo a fraqueza humana, fez-se semelhante aos homens.

**14.** Deus, em seu grande amor, por especial disposição, escolheu para si um povo, visando preparar a salvação de todo o gênero humano.

Pela aliança feita com Abraão (cf. Gn 15, 18) e, através de Moisés, com o povo de Israel (cf. Ex 24, 8), revelou-se a seu povo, com palavras e feitos, como único Deus verdadeiro, para que Israel experimentasse o que significa para os homens seguir os caminhos de Deus, fosse aos poucos conhecendo-os melhor e os mostrasse aos povos, à medida que Deus ia falando, pela boca dos profetas (cf. Sl 21, 28s; 95, 1ss; Is 2, 1-4; Jr 3, 17).

A economia da salvação, prenunciada, narrada e explicada pelos autores sagrados, está consignada nos livros do Antigo Testamento, como palavra verdadeira de Deus, conferindo-lhes valor permanente: Tudo que foi escrito antes de nós foi escrito para nossa instrução, para que conservemos a esperança, sustentados e apoiados nas Escrituras (Rm 15, 4).

**18.** Todos sabem que os Evangelhos ocupam o primeiro lugar entre todas as Escrituras, inclusive do Novo Testamento, em virtude de serem o principal testemunho da vida e da doutrina do Verbo encarnado, nosso salvador.

A Igreja em toda parte sempre afirmou e afirma que os quatro Evangelhos têm origem apostólica. O que os apóstolos pregaram por ordem de Cristo foi depois escrito, sob inspiração do Espírito Santo. Eles, conjuntamente com os homens apostólicos, transmitiram-nos o fundamento da fé, que é o Evangelho quádruplo, segundo Mateus, Marcos, Lucas e João.

**19.** A santa mãe Igreja sempre confessou com firmeza e continua confessando que os quatro Evangelhos acima citados, cuja historicidade confirma de maneira indubitável, transmitem fielmente o que Jesus, Filho de Deus, vivendo entre os homens, realmente fez e ensinou, até o momento em que subiu aos céus (cf. At 1, 1s).

Depois da ascensão do Senhor, os apóstolos ensinaram aos seus ouvintes aquilo que Jesus havia dito e feito. Eles próprios haviam adquirido melhor compreensão de tudo, tendo sido instruídos pelos acontecimentos gloriosos de Cristo e ensinados pelas luzes do Espírito Santo de cujo dom usufruíam.

Os autores sagrados escreveram os quatro Evangelhos selecionando algumas entre as tradições orais e escritas já existentes. Fizeram uma síntese, considerando, na exposição, a situação das igrejas e mantendo a pregação

de Jesus na sua forma direta, para nos comunicar o que dele nos vem, de maneira verdadeira e sincera. Baseados em sua própria memória, na recordação ou no testemunho daqueles que desde o início viram e foram ministros da pregação, quiseram tornar acessíveis as palavras que nos ensinam a verdade (cf. Lc 1, 2ss).

**23.** Esposa do Verbo encarnado, ensinada pelo Espírito Santo, a Igreja procura constantemente entender melhor as Escrituras, para alimentar os seus filhos com os ensinamentos divinos. Nesse sentido, favorece o estudo das Sagradas Escrituras e dos santos padres, tanto do Oriente como do Ocidente.

Os exegetas católicos, unindo seus esforços aos demais estudiosos da teologia, sob a vigilância do Magistério sagrado, devem recorrer aos recursos adequados para pesquisar todos os aspectos dos escritos divinos a fim de que todos os ministros da palavra possam oferecer ao povo de Deus o alimento das Escrituras, que ilumina a mente, conforta a vontade e acende o amor de Deus no coração dos homens.

O concílio estimula os filhos da Igreja que se dedicam aos trabalhos bíblicos a continuarem com novo ânimo no caminho felizmente iniciado, e a se aplicarem nos estudos com um grande senso de Igreja.

**24.** O fundamento inabalável da teologia é, juntamente com a Tradição, a palavra de Deus escrita. Ela tira sua força e constante rejuvenescimento desse fundamento.

Toda verdade do mistério de Cristo deve ser perscrutada à luz da fé. As Sagradas Escrituras contêm a palavra de Deus. Como é inspirada, essa palavra é verdadeira e seu estudo é a alma da teologia.

A palavra da Escritura santifica e alimenta igualmente todo ministério da palavra: a pregação pastoral, a catequese e a instrução cristã, na qual a homilia litúrgica desempenha um papel de grande importância.

**25.** Todos os clérigos, a começar pelos sacerdotes de Cristo, diáconos e catequistas, empenhados no ministério da palavra, convivam com as Escrituras, sendo assíduos na leitura e aplicados no estudo, para que não se tornem como pregadores alheios à palavra de Deus, que não se dedicam a ouvi-la interiormente. A palavra de Deus, em particular na liturgia, é precisamente o manancial de tudo que precisa ser comunicado ao povo.

O concílio exorta igualmente todos os fiéis, especialmente os religiosos, a lerem com freqüência as Escrituras, para aprenderem a eminente ciência de Jesus Cristo (Fl 3, 8). Ignorar as Escrituras é ignorar Cristo. Procurem ir diretamente ao texto, especialmente na liturgia, composta com a palavra de Deus, seja pela piedosa leitura, seja através de outros meios que se difundem cada vez mais em nossos dias, com a aprovação dos pastores da Igreja e graças aos seus cuidados. Lembrem-se de que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada da oração, para que se estabeleça um colóquio entre Deus e o homem, pois falamos quando oramos e a ele ouvimos quando lemos as suas palavras.

Compete aos bispos, depositários da doutrina apostólica orientar os fiéis que lhe são confiados no uso correto dos livros divinos, especialmente do Novo Testamento, a começar pelos Evangelhos. Estabeleçam traduções do texto sagrado com as explicações necessárias e suficientes, para que os filhos da Igreja utilizem as Sagradas Escrituras com segurança e sejam imbuídos do seu espírito.

As edições das Sagradas Escrituras, com as respectivas notas, sejam feitas de tal modo que possam ser usadas igualmente pelos não-cristãos e se adaptem às suas condições. Poderão ser assim universalmente difundidas tanto pelos pastores como por todos os fiéis.

**26.** Pela leitura e pelo estudo, a palavra de Deus se espalhará rapidamente e será bem recebida (2Ts 3, 1), fazendo com que o tesouro da revelação confiado à Igreja responda cada vez melhor ao que busca o coração dos homens.

Assim como a Igreja cresce pela freqüência ao mistério eucarístico, recebe igualmente um novo impulso espiritual da crescente veneração à palavra de Deus que permanece para sempre (Is 40, 8; 1Pd 1, 23ss)".

#### **Nota:10**

cf. **DV, 2** que remete a Ex 33,11, Jo 15, 14-15: "Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2 Pd 1, 4).

Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.

A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam os acontecimentos e iluminam o mistério neles contido.

A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação".

**Ex 33,11:** "Javé falava com Moisés face a face, como um homem fala com o amigo. Depois Moisés voltava para o acampamento, enquanto seu ajudante, o jovem Josué, filho de Nun, não se afastava do interior da tenda".

**Jo 15,14-15:** "Vocês são meus amigos, se fizerem o que eu estou mandando. Eu já não chamo vocês de empregados, pois o empregado não sabe o que seu patrão faz; eu chamo vocês de amigos, porque eu comuniquei a vocês tudo o que ouvi de meu Pai".

#### **Nota:11**

**DV, 2:** "Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2 Pd 1, 4).

Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.

A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam os acontecimentos e iluminam o mistério neles contido.

A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação".

#### **Nota:12**

**Is 42,6:** "Eu, Javé, chamei você para a justiça, tomei-o pela mão, e lhe dei forma, e o coloquei como aliança de um povo e luz para as nações".

**Nota:13**

**Mt 6,9:** "Vocês devem rezar assim: Pai nosso, que estás no céu, santificado seja o teu nome".

**Rm 8,5:** "Os que vivem segundo os instintos egoístas inclinam-se para os instintos egoístas; mas os que vivem segundo o Espírito inclinam-se para aquilo que é próprio do Espírito".

**1Jo 4,16:** "E nós reconhecemos o amor que Deus tem por nós e acreditamos nesse amor. Deus é amor: quem permanece no amor permanece em Deus, e Deus permanece nele".

**Jo 17,21-23:** "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste. Eu mesmo dei a eles a glória que tu me deste, para que eles sejam um, como nós somos um. Eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade, e para que o mundo reconheça que tu me enviaste e que os amaste, como amaste a mim".

**Nota:14**

**Mc 2,17:** "Jesus ouviu e respondeu: As pessoas que têm saúde não precisam de médico, mas só as que estão doentes. Eu não vim para chamar justos, e sim pecadores".

**Mc 7,1-16:** "Os fariseus e alguns doutores da Lei foram de Jerusalém e se reuniram em volta de Jesus. Eles viram então que alguns discípulos comiam pão com mãos impuras, isto é, sem lavar as mãos. Os fariseus, assim como todos os judeus, seguem a tradição que receberam dos antigos: só comem depois de lavar bem as mãos. Quando chegam da praça pública, eles se lavam antes de comer. E seguem muitos outros costumes que receberam por tradição: a maneira certa de lavar copos, jarras e vasilhas de cobre.

Os fariseus e os doutores da Lei perguntaram então a Jesus: Por que os teus discípulos não seguem a tradição dos antigos, pois comem pão sem lavar as mãos? Jesus respondeu: Isaías profetizou bem sobre vocês, hipócritas, como está escrito: Este povo me honra com os lábios, mas o coração deles está longe de mim. Não adianta nada eles me prestarem culto, porque ensinam preceitos humanos. Vocês abandonam o mandamento de Deus para seguir a tradição dos homens.

E Jesus acrescentou: Vocês são bastante espertos para deixar de lado o mandamento de Deus a fim de guardar as tradições de vocês. Com efeito, Moisés ordenou: Honre seu pai e sua mãe. E ainda: Quem amaldiçoa o pai ou a mãe, deve morrer. Mas vocês ensinam que é lícito a alguém dizer a seu pai e à sua mãe: O sustento que vocês poderiam receber de mim é Corbã, isto é, consagrado a Deus. E essa pessoa fica dispensada de ajudar seu pai ou sua mãe. Assim vocês esvaziam a Palavra de Deus com a tradição que vocês transmitem. E vocês fazem muitas outras coisas como essas. Em seguida, Jesus chamou de novo a multidão para perto dele e disse: Escutem todos e compreendam: o que vem de fora e entra numa pessoa, não a torna impura; as coisas que saem de dentro da pessoa é que a tornam impura. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça".

**Mt 8,1-4:** "Quando Jesus desceu da montanha, grandes multidões começaram a segui-lo. Eis que um leproso aproximou-se e ajoelhou-se diante de Jesus, dizendo: Senhor, se queres, tu tens o poder de me purificar. Jesus estendeu a mão, tocou nele e disse: Eu quero, fique purificado. No mesmo instante o homem ficou purificado da lepra. Então Jesus lhe disse: Não conte isso a ninguém! Vá pedir ao sacerdote para examinar você, e depois faça a oferta que Moisés mandou, a fim de que seja um testemunho para eles".

**Mc 1,40-45:** "Um leproso chegou perto de Jesus e pediu de joelhos: Se queres, tu tens o poder de me purificar. Jesus ficou cheio de ira, estendeu a mão, tocou nele e disse: Eu quero, fique purificado. No mesmo instante a lepra desapareceu e o homem ficou purificado. Então Jesus o mandou logo embora, ameaçando-o severamente: Não conte nada para ninguém! Vá pedir ao sacerdote para examinar você, e depois ofereça pela sua purificação o sacrifício que Moisés ordenou, para que seja um testemunho para eles. Mas o homem foi embora e começou a pregar muito e a espalhar a notícia. Por isso, Jesus não podia mais entrar publicamente numa cidade: ele ficava fora, em lugares desertos. E de toda parte as pessoas iam procurá-lo".

**Mt 8,5-17:** "Jesus estava entrando em Cafarnaum, quando um oficial romano se aproximou dele, suplicando: Senhor, meu empregado está em casa, de cama, sofrendo muito com uma paralisia. Jesus respondeu: Eu vou curá-lo. O oficial disse: Senhor, eu não sou digno de que entres em minha casa. Dize uma só palavra e meu empregado ficará curado. Pois eu também obedeço ordens e tenho soldados sob minhas ordens. E digo a um: vá, e ele vai; e a outro: venha, e ele vem; e digo ao meu empregado: faça isso, e ele faz. Quando ouviu isso Jesus ficou admirado, e disse aos que o seguiam: Eu garanto a vocês: nunca encontrei uma fé igual a essa em ninguém de Israel! Eu digo a vocês: muitos virão do Oriente e do Ocidente, e se sentarão à mesa no Reino do Céu junto com Abraão, Isaac e Jacó. Enquanto os herdeiros do Reino serão jogados nas trevas exteriores onde haverá choro e ranger de dentes. Então Jesus disse ao oficial: Vá, e seja feito conforme você acreditou. E nessa mesma hora o empregado do oficial ficou curado. Jesus foi para a casa de Pedro, e viu a sogra de Pedro deitada, com febre. Então Jesus tocou a mão dela, e a febre a deixou. Ela se levantou, e começou a servi-los.

À tarde, levaram a Jesus muitas pessoas que estavam possuídas pelo demônio. Jesus, com a sua palavra, expulsou os espíritos e curou todos os doentes, para que se cumprisse o que fora dito pelo profeta Isaías: Ele tomou as nossas enfermidades e carregou as nossas doenças".

**Mt 9-10-13:** "Estando Jesus à mesa em casa de Mateus, muitos cobradores de impostos e pecadores foram e sentaram-se à mesa com Jesus e seus discípulos. Alguns fariseus viram isso, e perguntaram aos discípulos: Por que o mestre de vocês come com os cobradores de impostos e os pecadores? Jesus ouviu a pergunta e respondeu: As pessoas que têm saúde não precisam de médico, mas só as que estão doentes. Aprendam, pois, o que significa: Eu quero a misericórdia e não o sacrifício. Porque eu não vim para chamar justos, e sim pecadores".

**Mc 2,15-17:** "Mais tarde, Jesus estava comendo na casa de Levi. Havia vários cobradores de impostos e pecadores na mesa com Jesus e seus discípulos; com efeito, eram muitos os que o seguiam. Alguns doutores da Lei, que eram fariseus, viram que Jesus estava comendo com pecadores e cobradores de impostos. Então eles perguntaram aos discípulos: Por que Jesus come e bebe junto com cobradores de impostos e pecadores? Jesus ouviu e respondeu: As pessoas que têm saúde não precisam de médico, mas só as que estão doentes. Eu não vim para chamar justos, e sim pecadores".

**Nota:15**

**Jo 13,1b:** "Antes da festa da Páscoa, Jesus sabia que tinha chegado a sua hora. A hora de passar deste mundo para o Pai. Ele, que tinha amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim".

**Rm 8,32:** "Ele não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós. Como não nos dará também todas as coisas junto com o seu Filho?".

**Hb 5,8-9:** “Embora sendo Filho de Deus, aprendeu a ser obediente através de seus sofrimentos. E, depois de perfeito, tornou-se a fonte da salvação eterna para todos aqueles que lhe obedecem”.

**Nota:16**

**Fl 2,6-11:** “Ele tinha a condição divina, mas não se apegou a sua igualdade com Deus. Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo e tornando-se semelhante aos homens. Assim, apresentando-se como simples homem, humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz! Por isso, Deus o exaltou grandemente, e lhe deu o Nome que está acima de qualquer outro nome; para que, ao nome de Jesus, se dobre todo joelho no céu, na terra e sob a terra; e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai”.

**Ef 1,20-23:** “Ele a manifestou em Cristo, quando o ressuscitou dos mortos e o fez sentar-se à sua direita no céu, muito acima de qualquer principado, autoridade, poder e soberania, e de qualquer outro nome que se possa nomear, não só no presente, mas também no futuro. De fato, Deus colocou tudo debaixo dos pés de Cristo e o colocou acima de todas as coisas, como Cabeça da Igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que plenifica tudo em todas as coisas”.

**Nota:17**

**Mt 28,19:** “Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”.

**Nota:18**

**At 2,1-11:** “Quando chegou o dia de Pentecostes, todos eles estavam reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um barulho como o sopro de um forte vendaval, e encheu a casa onde eles se encontravam. Apareceram então umas como línguas de fogo, que se espalharam e foram pousar sobre cada um deles. Todos ficaram repletos do Espírito Santo, e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem.

Acontece que em Jerusalém moravam judeus devotos de todas as nações do mundo. Quando ouviram o barulho, todos se reuniram e ficaram confusos, pois cada um ouvia, na sua própria língua, os discípulos falarem. Espantados e surpresos, diziam: “Esses homens que estão falando, não são todos galileus? Como é que cada um de nós os ouve em sua própria língua materna? Entre nós há partos, medos e elamitas; gente da Mesopotâmia, da Judéia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frígia e da Panfília, do Egito e da região da Líbia vizinha de Cirene; alguns de nós vieram de Roma, outros são judeus ou pagãos convertidos; também há cretenses e árabes. E cada um de nós em sua própria língua os ouve anunciar as maravilhas de Deus!”.

**Nota:19**

**Mt 28,19-20:** “Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês. Eis que eu estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo”.

**Nota:20**

**Mc 1,15:** “O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia”.

**Mc 10,17-22:** “Quando Jesus saiu de novo a caminhar, um homem foi correndo, ajoelhou-se diante dele e perguntou: Bom Mestre, que devo fazer para herdar a vida eterna? Jesus respondeu: Por que você me chama de bom? Só Deus é bom, e ninguém mais. Você conhece os mandamentos: não mate; não cometa adultério; não roube; não levante falso testemunho; não engane; honre seu pai e sua mãe. O homem afirmou: Mestre, desde jovem tenho observado todas essas coisas. Jesus olhou para ele com amor, e disse: Falta só uma coisa para você fazer: vá, venda tudo, dê o dinheiro aos pobres, e você terá um tesouro no céu. Depois venha e siga-me. Quando ouviu isso, o homem ficou abatido e foi embora cheio de tristeza, porque ele era muito rico”.

**Lc 19,1-10:** “Jesus tinha entrado em Jericó, e estava atravessando a cidade. Havia aí um homem chamado Zaqueu: era chefe dos cobradores de impostos, e muito rico. Zaqueu desejava ver quem era Jesus, mas não o conseguia, por causa da multidão, pois ele era muito baixo. Então correu na frente, e subiu numa figueira para ver, pois Jesus devia passar por aí. Quando Jesus chegou ao lugar, olhou para cima, e disse: Desça depressa, Zaqueu, porque hoje preciso ficar em sua casa. Ele desceu rapidamente, e recebeu Jesus com alegria. Vendo isso, todos começaram a criticar, dizendo: Ele foi se hospedar na casa de um pecador! Zaqueu ficou de pé, e disse ao Senhor: A metade dos meus bens, Senhor, eu dou aos pobres; e, se roubei alguém, vou devolver quatro vezes mais. Jesus lhe disse: Hoje a salvação entrou nesta casa, porque também este homem é um filho de Abraão. De fato, o Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido”.

**Nota:21**

**At 2,37-41:** “Quando ouviram isso, todos ficaram de coração aflito e perguntaram a Pedro e aos outros discípulos: Irmãos, o que devemos fazer? Pedro respondeu: Arrependam-se, e cada um de vocês seja batizado em nome de Jesus Cristo, para o perdão dos pecados; depois vocês receberão do Pai o dom do Espírito Santo. Pois a promessa é em favor de vocês e de seus filhos, e para todos aqueles que estão longe, todos aqueles que o Senhor nosso Deus chamar. Com muitas outras palavras, Pedro lhes dava testemunho e exortava, dizendo: Salvem-se dessa gente corrompida. Os que acolheram a palavra de Pedro receberam o batismo. E nesse dia uniram-se a eles cerca de três mil pessoas”.

**At 8,36-39:** “Continuando o caminho, chegaram a um lugar onde havia água. Então o eunuco disse a Filipe: Aqui existe água. O que impede que eu seja batizado? Filipe lhe disse: É possível, se você acredita de todo o coração. O eunuco respondeu: Eu acredito que Jesus Cristo é o Filho de Deus! Então o eunuco mandou parar o carro. Os dois desceram junto às águas, e Filipe batizou o eunuco. Quando saíram da água, o Espírito arrebatou Filipe, e o eunuco não o viu mais. Então prosseguiu sua viagem, cheio de alegria”.

**At 10,44-48:** “Pedro ainda estava falando, quando o Espírito Santo desceu sobre todos os que ouviam a Palavra. Os fiéis de origem judaica, que tinham ido com Pedro, ficaram admirados de que o dom do Espírito Santo também fosse derramado sobre os pagãos. De fato, eles os ouviam falar em línguas estranhas e louvar a grandeza de Deus. Então Pedro falou: Será que podemos negar a água do batismo a estas pessoas que receberam o Espírito Santo, da mesma forma que nós recebemos? Então Pedro mandou que fossem batizados em nome de Jesus Cristo. Depois pediram que Pedro ficasse alguns dias com eles”.

**Nota:22**

**At 4,1-18:** “Pedro e João ainda estavam falando ao povo, quando chegaram os sacerdotes, o chefe da guarda do Templo e os saduceus. Estavam irritados porque os apóstolos ensinavam o povo e anunciavam que a

ressurreição dos mortos tinha acontecido em Jesus. Prenderam Pedro e João e os colocaram na prisão até o dia seguinte, porque já estava anoitecendo. Todavia, muitos daqueles que tinham ouvido o discurso acreditaram. E o número dos homens chegou a uns cinco mil. No dia seguinte se reuniram em Jerusalém os chefes, os anciãos e os doutores da Lei. Aí estava o sumo sacerdote Anás e também Caifás, João Alexandre e todos os que pertenciam às famílias dos chefes dos sacerdotes. Fizeram Pedro e João comparecer diante deles e os interrogavam: Com que poder, ou em nome de quem, vocês fizeram isso?

Então Pedro, cheio do Espírito Santo, falou para eles: Chefes do povo e anciãos! Hoje estamos sendo interrogados em julgamento porque fizemos o bem a um enfermo e pelo modo com que ele foi curado. Pois fiquem sabendo todos vocês, e também todo o povo de Israel: é pelo nome de Jesus Cristo, de Nazaré, aquele que vocês crucificaram e que Deus ressuscitou dos mortos, é pelo seu nome, e por nenhum outro, que este homem está curado diante de vocês. Jesus é a pedra que vocês, construtores, rejeitaram, que se tornou a pedra angular. Não existe salvação em nenhum outro, pois debaixo do céu não existe outro nome dado aos homens, pelo qual possamos ser salvos.

Eles ficaram admirados ao ver a segurança com que Pedro e João falavam, pois eram pessoas simples e sem instrução. Reconheceram que eles eram companheiros de Jesus. No entanto, viam em pé, junto a eles, o homem que tinha sido curado. E não podiam dizer nada em contrário.

Mandaram que saíssem para fora do Sinédrio, e começaram a discutir entre si: O que vamos fazer com esses homens? Eles realizaram um milagre claríssimo, e o fato se tornou de tal modo conhecido por todos os habitantes de Jerusalém, que não podemos negar. Contudo, a fim de que a coisa não se espalhe ainda mais entre o povo, vamos ameaçá-los, para que não falem mais a ninguém a respeito do nome de Jesus.

Chamaram de novo Pedro e João e lhes ordenaram que de modo algum falassem ou ensinassem em nome de Jesus".

**At 6,12-13:** "Desse modo, incitaram o povo e os anciãos. Os doutores da Lei prenderam Estêvão e o conduziram ao Sinédrio. Aí apresentaram falsas testemunhas que diziam: Este homem não pára de falar contra este lugar santo e contra a Lei".

**At 7,55-59:** "Repleto do Espírito Santo, Estêvão olhou para o céu e viu a glória de Deus, e Jesus, de pé, à direita de Deus. Então disse: Estou vendo o céu aberto e o Filho do Homem, de pé à direita de Deus. Então eles deram fortes gritos, taparam os ouvidos e avançaram todos juntos contra Estêvão. Arrastaram-no para fora da cidade e começaram a apedrejá-lo. As testemunhas deixaram seus mantos aos pés de um jovem chamado Saulo. Atiravam pedras em Estêvão, que repetia esta invocação: Senhor Jesus, recebe o meu espírito".

**At 12,1-5:** "Nesse tempo, o rei Herodes começou a perseguir alguns membros da Igreja, e mandou matar à espada Tiago, irmão de João. Vendo que isso agradava aos judeus, decidiu prender também Pedro. Eram os dias da festa dos pães sem fermento. Depois de o prender, colocou-o na prisão e o confiou à guarda de quatro grupos de quatro soldados cada um. Herodes tinha a intenção de apresentar Pedro ao povo logo depois da festa da Páscoa. Pedro estava vigiado na prisão, mas a oração fervorosa da Igreja subia continuamente até Deus, intercedendo em favor dele".

**At 17,32:** "Quando ouviram falar de ressurreição dos mortos, alguns caçoavam e outros diziam: Nós ouviremos você falar disso em outra ocasião".

#### Nota:23

**Mt 10,21-22.34-36:** "O irmão entregará à morte o próprio irmão; o pai entregará o filho; os filhos se levantarão contra seus pais, e os matarão. Vocês serão odiados de todos, por causa do meu nome. Mas, aquele que perseverar até o fim, esse será salvo.

Não pensem que eu vim trazer paz à terra; eu não vim trazer a paz, e sim a espada. De fato, eu vim separar o filho de seu pai, a filha de sua mãe, a nora de sua sogra. E os inimigos do homem serão os seus próprios familiares".

**At 14,4:** "A população da cidade se dividiu. Uns estavam do lado dos judeus, outros do lado dos apóstolos".

**At 23,6-7:** "A seguir, sabendo que uma parte dos presentes eram saduceus e a outra parte eram fariseus, Paulo exclamou no Sinédrio: Irmãos, eu sou fariseu e filho de fariseus. É por nossa esperança, a ressurreição dos mortos, que estou sendo julgado. Apenas falou isso, armou-se um conflito entre fariseus e saduceus, e a assembléia se dividiu".

#### Nota:24

**Gl 2,11-14:** "Quando Pedro foi a Antioquia, eu o enfrentei em público, porque ele estava claramente errado. De fato, antes de chegarem algumas pessoas da parte de Tiago, ele comia com os pagãos; mas, depois que chegaram, Pedro começou a evitar os pagãos e já não se misturava com eles, pois tinha medo dos circuncidados. Os outros judeus também começaram a fingir com ele, de modo que até Barnabé se deixou levar pela hipocrisia dele. Quando vi que eles não estavam agindo direito, conforme a verdade do Evangelho, eu disse a Pedro, na frente de todos: Você é judeu, mas está vivendo como os pagãos e não como os judeus. Como pode, então, obrigar os pagãos a viverem como judeus?".

**At 15,5-29:** "Alguns daqueles que tinham pertencido ao partido dos fariseus e que haviam abraçado a fé intervieram, declarando que era preciso circuncidar os pagãos e mandar que eles observassem a Lei de Moisés. Então os apóstolos e os anciãos se reuniram para tratar desse assunto. Depois de longa discussão, Pedro levantou-se e falou: Irmãos, vocês sabem que, desde os primeiros dias, Deus me escolheu no meio de vocês, para que os pagãos ouvissem de minha boca a palavra da Boa Notícia e acreditassem. Ora, Deus, que conhece os corações, testemunhou a favor deles, dando-lhes o Espírito Santo como deu a nós. E não fez nenhuma distinção entre nós e eles, purificando o coração deles mediante a fé. Então, por que vocês agora tentam a Deus, querendo impor aos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós mesmos tivemos força para suportar? Ao contrário, é pela graça do Senhor Jesus que acreditamos ser salvos, exatamente como eles. Houve então um silêncio em toda a assembléia. Depois disso, ouviram Barnabé e Paulo contar todos os sinais e prodígios que Deus havia realizado por meio deles entre os pagãos.

Quando Barnabé e Paulo terminaram de falar, Tiago tomou a palavra e disse: Irmãos, ouçam-me: Simeão acaba de nos lembrar como desde o começo Deus cuidou de tomar homens das nações pagãs para formar um povo dedicado ao seu Nome. Isso concorda com as palavras dos profetas, pois está escrito: Depois disso, eu voltarei e reconstruirei a tenda de Davi que havia caído; reconstruirei as ruínas que ficaram e a reerguerei, a fim de que o resto dos homens procure o Senhor com todas as nações que foram consagradas ao meu Nome. É

o que diz o Senhor, que tornou essas coisas conhecidas desde há séculos. Por isso, eu sou de parecer que não devemos importunar os pagãos que se convertem a Deus. Vamos somente prescrever que eles evitem o que está contaminado pelos ídolos, as uniões ilegítimas, comer carne sufocada e o sangue. De fato, desde os tempos antigos, em cada cidade Moisés tem os seus pregadores, que o lêem todos os sábados nas sinagogas.

Então os apóstolos e os anciãos, de acordo com toda a comunidade de Jerusalém, resolveram escolher alguns da comunidade para mandá-los com Paulo e Barnabé para Antioquia. Escolheram Judas, chamado Bárabás, e Silas, que eram muito respeitados pelos irmãos. Através deles enviaram a seguinte carta: Nós, os apóstolos e os anciãos, irmãos de vocês, saudamos os irmãos que vêm do paganismo e que estão em Antioquia e nas regiões da Síria e da Cilícia. Ficamos sabendo que alguns dos nossos provocaram perturbações com palavras que transtornaram o espírito de vocês. Eles não foram enviados por nós. Então decidimos, de comum acordo, escolher alguns representantes e mandá-los até vocês, junto com nossos queridos irmãos Barnabé e Paulo, homens que arriscaram a vida pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, estamos enviando Judas e Silas, que pessoalmente transmitirão a vocês a mesma mensagem. Porque decidimos, o Espírito Santo e nós, não impor sobre vocês nenhum fardo, além destas coisas indispensáveis: abster-se de carnes sacrificadas aos ídolos, do sangue, das carnes sufocadas e das uniões ilegítimas. Vocês farão bem se evitarem essas coisas. Saudações!”.

**At 15,36-40:** “Depois de alguns dias, Paulo disse a Barnabé: Vamos voltar para fazer uma visita a todas as cidades onde anunciamos a Palavra do Senhor, para ver como estão passando. Barnabé queria levar junto também João, chamado Marcos. Paulo, porém, era de opinião que não deviam levar consigo uma pessoa que se havia separado deles na Panfília e não os acompanhara no trabalho. Houve desacordo entre eles, a tal ponto que tiveram de separar-se um do outro. Barnabé levou Marcos consigo e embarcou para Chipre. Paulo, por sua vez, escolheu Silas, e partiu, recomendado pelos irmãos à graça do Senhor”.

**1Cor 1,10-13:** “Eu lhes peço, irmãos, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo: mantenham-se de acordo uns com os outros, para que não haja divisões. Sejam estreitamente unidos no mesmo espírito e no mesmo modo de pensar. Meus irmãos, alguns da casa de Cloé me informaram que entre vocês existem brigas. Eu me explico. É que uns dizem: Eu sou de Paulo! E outros: Eu sou de Apolo! E outros mais: Eu sou de Pedro! Outros ainda: Eu sou de Cristo! Será que Cristo está dividido? Será que Paulo foi crucificado em favor de vocês? Ou será que vocês foram batizados em nome de Paulo?”.

**2Cor -11, 3-6:** “Receio, porém, que assim como a serpente, com sua astúcia, seduziu Eva, os pensamentos de vocês se corrompam, desviando-se da simplicidade devida a Cristo. De fato, se chega alguém e prega a vocês um Jesus diferente daquele que lhes pregamos, ou se vocês acolhem um espírito diferente daquele que receberam, ou um evangelho diverso daquele que vocês abraçaram, vocês o suportam de bom grado. Todavia, não me considero inferior em coisa alguma a esses super-apóstolos! Ainda que eu não seja hábil no falar, eu o sou no saber. Em tudo e de todos os modos, nós já mostramos isso a vocês”.

#### **Nota:25**

Especialmente no Evangelho de São João. Mas também as parábolas e outros trechos dos Evangelhos sinóticos (Mt, Mc, Lc) inserem-se numa estrutura de diálogo”.

**AG, 11b:** “Para que o testemunho de Cristo seja válido, os cristãos devem valorizar o que têm de próprio os diferentes grupos humanos e neles se integrar com amor, participar integralmente de sua vida social e cultural e relacionar-se com naturalidade uns com os outros, sob todos os aspectos da vida humana de todo dia. Familiarizem-se com suas tradições nacionais e religiosas. Com alegria e respeito, assinalem os traços culturais destes povos que de algum modo têm referência aos valores cristãos e podem ser considerados como que sementes latentes da Palavra. Mas não deixem de assinalar também as profundas transformações por que hão de passar todas as sociedades. Estarão assim contribuindo para evitar que a civilização moderna, científica e tecnológica, os venha a afastar das coisas divinas, em lugar de despertar neles, ainda mais vivo, o desejo da verdade e do amor divinamente revelados.

Cristo entendeu em profundidade o coração humano. Convivendo humanamente com homens e mulheres, iluminava-os com a luz divina. Assim também o discípulo de Cristo, compenetrado de seu Espírito, deve procurar conhecer as pessoas com quem convive. Num diálogo sincero e paciente, levá-las a perceber o maravilhoso dom de Deus oferecido a todos e a aprofundá-lo à luz do Evangelho, para sua libertação e para que venham a reconhecer o senhorio de Deus Salvador”.

#### **Nota:26**

**AG, 11b:** cf. **GS 28, 43e e 92; SD13b** etc.; **Paulo VI, Encíclica Ecclesiam Suam** (1964); Secretariado para os não Cristãos A atividade da Igreja diante dos seguidores de outras religiões (10.6.1984), SEDOC 17 (1984), p.387-399.

**AG, 11b:** “Para que o testemunho de Cristo seja válido, os cristãos devem valorizar o que têm de próprio os diferentes grupos humanos e neles se integrar com amor, participar integralmente de sua vida social e cultural e relacionar-se com naturalidade uns com os outros, sob todos os aspectos da vida humana de todo dia. Familiarizem-se com suas tradições nacionais e religiosas. Com alegria e respeito, assinalem os traços culturais destes povos que de algum modo têm referência aos valores cristãos e podem ser considerados como que sementes latentes da Palavra. Mas não deixem de assinalar também as profundas transformações por que hão de passar todas as sociedades. Estarão assim contribuindo para evitar que a civilização moderna, científica e tecnológica, os venha a afastar das coisas divinas, em lugar de despertar neles, ainda mais vivo, o desejo da verdade e do amor divinamente revelados.

Cristo entendeu em profundidade o coração humano. Convivendo humanamente com homens e mulheres, iluminava-os com a luz divina. Assim também o discípulo de Cristo, compenetrado de seu Espírito, deve procurar conhecer as pessoas com quem convive. Num diálogo sincero e paciente, levá-las a perceber o maravilhoso dom de Deus oferecido a todos e a aprofundá-lo à luz do Evangelho, para sua libertação e para que venham a reconhecer o senhorio de Deus Salvador”.

**GS, 28:** “O respeito e o amor são devidos mesmo àqueles que pensam e agem de maneira diversa da nossa na sociedade, na política e na religião. Quanto melhor compreendemos, humana e caridosamente, seu modo de pensar, mas fácil se torna o diálogo com eles.

Amor e bondade não podem nos tornar indiferentes à verdade e ao bem. Pelo contrário, o amor leva os discípulos de Cristo a anunciar a verdade salvadora a todos os seres humanos. Mas é preciso sempre distinguir



entre o erro e a pessoa que erra, cuja dignidade deve ser sempre respeitada, mesmo quando adere a idéias religiosas falsas ou pouco exatas. Só Deus é juiz dos corações e ele nos proíbe de culpar interiormente quem quer que seja.

A doutrina de Cristo exige que perdoemos as injúrias. O preceito do amor se estende a todos, inclusive aos inimigos, de acordo com o mandamento do Novo Testamento: Vocês ouviram o que foi dito: Ame o seu próximo e odeie o seu inimigo! Eu porém lhes digo: amem os seus inimigos e rezem por aqueles que perseguem vocês (Mt 5, 43s).

**43e.** Bispos encarregados de governar a Igreja de Deus e sacerdotes, preguem de tal forma a mensagem de Cristo que todas as atividades temporais dos fiéis sejam iluminadas pelo Evangelho.

Os pastores devem estar conscientes de que seu modo de viver o dia-a-dia é responsável pela imagem que se tem da Igreja e da opinião que se forma a respeito da verdade e da força da mensagem cristã. Pela vida e pela palavra, juntamente com os religiosos e com os fiéis, mostrem que a Igreja, com todos os seus dons, pela sua simples presença, é fonte inexaurível das virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa.

Dediquem-se aos estudos, para se tornarem capazes de dialogar com pessoas das mais variadas opiniões, tendo no coração o que diz o concílio: A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus.

**92.** Em virtude de sua missão de iluminar todo o mundo com o anúncio do Evangelho e reunir todos os seres humanos, de todas as nações, raças e culturas num mesmo Espírito, a Igreja é sinal da fraternidade que permite e se concretiza no diálogo sincero entre todos.

É preciso que comecemos por promover, dentro da própria Igreja, a estima recíproca, o respeito e a concórdia, reconhecendo-se toda diversidade legítima, para que se estabeleça um diálogo frutífero entre todos os que formam o único povo de Deus, tanto pastores, como fiéis. O que nos une é mais forte do que o que nos divide: haja unidade no que é necessário, liberdade onde há dúvida e, em tudo, caridade.

Nosso pensamento se dirige aos irmãos que ainda não vivem conosco em perfeita comunhão, embora unidos na confissão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, pelo vínculo da caridade, lembrando-nos de que a união dos cristãos é hoje um desejo e uma expectativa, até mesmo dos que não crêem em Cristo. Quanto maior for esta unidade, na força do Espírito Santo, na verdade e na caridade, mais clara é a perspectiva da paz. Juntos, procuremos hoje alcançar esse objetivo, por uma fidelidade cada vez maior ao Evangelho, pela cooperação fraterna a serviço da família humana, que, em Jesus Cristo, é chamada a ser a família dos filhos de Deus.

Dirige-se também o nosso pensamento a todos aqueles que reconhecem a Deus e conservam em suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, na esperança de estabelecer com eles um diálogo sincero, que nos torne dóceis a aceitar e prontos em realizar os impulsos do Espírito.

Esse desejo de dialogar, conduzido unicamente pelo amor da verdade, não exclui ninguém, desde que se realize com a necessária prudência. Refere-se a todos os que cultivam os bens do espírito, mesmo que ainda não reconheçam o seu autor, os que se opõem à Igreja de diversos modos e até a perseguem. Deus, princípio e fim de tudo e de todos, quer que nos tratemos e sejamos realmente irmãos. Em virtude pois desta mesma vocação humana e divina, devemos e podemos construir o mundo sem dolo nem violência, cooperando pacificamente uns com os outros".

**SD, 13:** "Levando-se em conta que a Igreja está consciente de que o homem - não o homem abstrato, mas o homem concreto e histórico - "é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão" (Redemptor Hominis, 14), a promoção humana há de ser consequência lógica da evangelização, para a qual tende a libertação integral da pessoa (cf. Evangelii Nuntiandi, n. 29-39).

Olhando para este homem concreto, vós, pastores da Igreja, constatais a difícil e delicada realidade social pela qual atravessa hoje a América Latina, onde existem amplas camadas de população na pobreza e na marginalização. Por isso, solidários com o clamor dos pobres, vos sentis chamados a assumir o papel do bom samaritano (cf. Lc 10,25-37), onde o amor a Deus se demonstra no amor à pessoa humana. É o que nos lembra o Apóstolo Tiago com aquelas sérias palavras: "Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e precisarem do alimento cotidiano, e algum de vós lhes disser: "Ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos", porém não lhe der as coisas necessárias ao corpo, de que lhes aproveitará?" (Tg 2,15-16).

A preocupação pelo social "faz parte da missão evangelizadora da Igreja" (Sollicitudo Rei Socialis, 41). "Efetivamente, para a Igreja, ensinar a difundir a doutrina social pertence à sua missão evangelizadora e faz parte essencial da mensagem cristã, porque essa doutrina propõe as suas consequências diretas na vida da sociedade e enquadra o trabalho diário e as lutas pela justiça no testemunho de Cristo Salvador" (Centesimus Annus, 5).

Como afirma o Concílio Vaticano II na Constituição pastoral "Gaudium et Spes", o problema da promoção humana não pode ser posto à margem da relação do homem com Deus (cf. nn. 43 e 45). De fato, contrapor a promoção autenticamente humana e o projeto de Deus sobre a humanidade, é uma grave distorção, fruto de uma certa mentalidade de inspiração secularista. A genuína promoção humana, há de respeitar sempre a verdade sobre Deus e a verdade sobre o homem, os direitos de Deus e os direitos do homem".

**Nota:27**

**1Ts 5,21:** "examinem tudo e fiquem com o que é bom".

**Rm 12,2:** "Não se amoldem às estruturas deste mundo, mas transformem-se pela renovação da mente, a fim de distinguir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que é agradável a ele, o que é perfeito".

**Nota:28**

Como, por exemplo, na expulsão dos vendedores do Templo, gesto que os evangelistas (exceto João) colocam no Domingo de Ramos, e que apressou sua condenação à morte na cruz, poucos dias depois.

**Nota:29**

Historicamente, tem-se a primeira notícia de um conflito deste gênero desde o último Domingo do Advento de 1511, quando frei Antonio de Montesinos, OP, pregou contra os colonos da ilha Hispaniola (Santo Domingo), como a voz do profeta que grita no deserto, como João Batista (cf. Mt 3,3).

**Nota:30**

cf. **Tertuliano**, Apologeticum, 50,13, que é citado também pelo Concílio Vaticano II, AG (Ad Gentes) 5, nota 33. Ad Gentes 5 é uma síntese da história da missão da Igreja.

**AG, 5:** “Desde o princípio o Senhor Jesus “chamou os que quis (...) reuniu os doze e os enviou a pregar” (Mc 3, 13). Os apóstolos foram ao mesmo tempo os rebentos do novo Israel e a origem da hierarquia sagrada.

Depois de haver cumprido uma vez por todas em si mesmo, na morte e na ressurreição, os mistérios de nossa salvação e de renovação de todas as coisas, o mesmo Senhor obteve todo o poder no céu e na terra. Mas, antes que ascendesse ao céu, fundou sua Igreja como sacramento da salvação e enviou seus apóstolos a todo o mundo, como ele mesmo fora enviado pelo Pai, ordenando-lhes “que fossem a todos os povos e os batizassem em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a observar tudo que lhes havia ordenado” (Mt 28, 19-20): “Vão pelo mundo inteiro e anunciem a boa nova para toda a humanidade. Quem crer e for batizado será salvo. Quem não crer será condenado” (Mc 16, 15).

A Igreja tem o dever de proclamar a fé e a salvação de Cristo tanto em virtude do mandado expresso de Jesus, herdado dos apóstolos pelos bispos, a que se associam todos os sacerdotes, em comunhão com o sucessor de Pedro, supremo pastor da Igreja, como também em virtude da vida que Cristo infunde em seus membros “organizando e dando coesão ao corpo inteiro, por intermédio de uma rede de articulações, que são os membros, cada um com sua atividade própria, para que o corpo cresça e construa a si próprio no amor” (Ef 4, 16).

Portanto a Igreja cumpre sua missão quando, em obediência ao mandamento de Cristo, movida pela graça do Espírito Santo e pelo amor, faz-se presente a todos os seres humanos e a todos os povos, abrindo-lhes a possibilidade firme e segura de participar do mistério de Cristo e encaminhando-os para a fé, a liberdade e a paz de Cristo, por intermédio do testemunho da vida, da pregação, dos sacramentos e de todos os outros instrumentos da graça.

A missão da Igreja dá continuidade histórica à missão de Cristo, de que é uma extensão no tempo. Cristo foi enviado para evangelizar os pobres. Instigada pelo Espírito de Cristo, a Igreja deve seguir o mesmo caminho de pobreza, obediência, serviço e de imolação de si mesma até a morte, de que Jesus saiu vencedor na ressurreição. Por isso os apóstolos caminharam na esperança, cumprindo nas suas tribulações e sofrimentos o que faltava à paixão de Cristo relativamente a seu corpo, a Igreja. Por isso também o sangue dos cristãos serve muitas vezes de semente”.

**Nota:31**

**GS, 1:** “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.

A comunidade dos discípulos de Cristo é formada por homens e mulheres que, reunidos em Cristo e guiados pelo Espírito Santo em sua busca do reino de Deus, sentem-se real e intimamente unidos a todo o gênero humano e à sua história, por terem recebido a mensagem da salvação para comunicar a todos”.

**Nota:32**

A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparece-nos claramente como uma dimensão construtiva da pregação do evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja, em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas (Sínodo dos bispos de 1971, A Justiça no Mundo, Introd.).

**Nota:33**

**EN, n.29-31:** “Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação.

**30.** São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado “Terceiro Mundo”, com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização.

**31.** Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar “que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade”.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa”.

**Puebla 470-506:** “Reconhecemos os esforços realizados por muitos cristãos da América Latina para aprofundar na fé e iluminar com a Palavra de Deus as situações particularmente conflitantes de nossos povos. Animamos a todos os cristãos a continuar prestando esse serviço evangelizador e a discernir seus critérios de

- reflexão e investigação, tendo cuidado especial em conservar e promover a comunhão eclesial, tanto em nível local quanto universal.
- 471.** Estamos conscientes de que, a partir de Medellín, os agentes de pastoral conseguiram progressos muito significativos e esbarraram em não poucas dificuldades. Estas não devem desanimar-nos; devem levar-nos antes a novas procuras e melhores realizações.
- 472.** A contribuição da Igreja à libertação e promoção humana vem se concretizando num conjunto de orientações doutrinárias e critérios de ação que costumamos chamar “doutrina social da Igreja”, os quais têm sua fonte na Sagrada Escritura, na doutrina dos Santos Padres e dos grandes teólogos da Igreja e no Magistério, especialmente dos últimos papas. Como se evidência desde sua origem, há neles elementos de validade permanente que se fundamentam numa antropologia nascida da própria mensagem de Cristo e nos valores perenes da ética cristã. Mas há também elementos que são alteráveis e respondem às condições próprias de cada país e de cada época (GS, Nota 1).
- 473.** Seguindo Paulo VI (OA, 4), podemos formular esta doutrina assim: atenta aos sinais dos tempos, interpretados à luz do Evangelho e do magistério da Igreja, toda a comunidade cristã é chamada a se tornar responsável pelas opções concretas e pela sua efetiva atuação para responder às interpelações que as circunstâncias mutáveis apresentam. Esta doutrina social tem, pois, um caráter dinâmico e em sua elaboração e aplicação os leigos não de ser não passivos executores, mas ativos colaboradores dos pastores, a quem levam sua experiência cristã, sua competência profissional e científica (GS 42).
- 474.** Está claro, pois, que toda a comunidade cristã, em comunhão com seus legítimos pastores e guiada por eles, constitui sujeito responsável pela evangelização, pela libertação e promoção humana.
- 475.** O objeto precípua desta doutrina social é a dignidade pessoal do homem, imagem de Deus e a tutela de seus direitos inalienáveis (PP 14-21). A Igreja explicitou seus ensinamentos nos diversos campos da vida: social, econômico, político, cultural, segundo as necessidades. Portanto, a finalidade dessa doutrina da Igreja que traz sua visão própria do homem e da humanidade (PP 13) é sempre a promoção de libertação total da pessoa humana, em sua dimensão terrena e transcendente, contribuindo assim para a construção do Reino último e definitivo, sem confundir, contudo, progresso terreno e crescimento do Reino de Cristo.
- 476.** Para que nossa doutrina social seja acreditável e aceita por todos, deve responder de maneira eficaz aos desafios e aos problemas graves que surgem de nossa realidade latino-americana. Homens diminuídos por carências de toda espécie reclamam ações urgentes em nosso esforço promocional que tornam sempre necessárias as obras assistenciais. Não podemos propor eficazmente esta doutrina sem sermos nós mesmos interpelados por ela em nosso comportamento pessoal e institucional. Ela exige de nós coerência, criatividade, audácia e entrega total. Nossa conduta social é parte integrante de nosso seguimento de Cristo. Nossa reflexão sobre a projeção da Igreja no mundo, como sacramento de comunhão e salvação é parte de nossa reflexão teológica, porque “a evangelização não seria completa se não levasse em conta a interpelação recíproca que ao longo dos tempos se estabelece entre o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social do homem” (EN 29).
- 477.** A promoção humana implica atividades que ajudam a despertar a consciência do homem em todas as suas dimensões e a lutar por si mesmo como protagonista de seu próprio desenvolvimento humano e cristão. Educa para a convivência, dá impulso à organização, fomenta a comunicação cristã dos bens, ajuda de modo eficaz a comunhão e a participação.
- 478.** Para se conseguir a coerência do testemunho da comunidade cristã no empenho de libertação e de promoção humana, cada país e cada Igreja particular organizará sua pastoral social com meios permanentes e adequados que mantenham e estimulem o compromisso comunitário, garantindo a necessária coordenação de iniciativas, no diálogo constante com todos os membros da Igreja. A Caritas e outros organismos que vêm trabalhando com eficácia há muitos anos, podem oferecer um bom serviço.
- 479.** A teologia, a pregação, a catequese, para serem fieis e completas, exigem ter diante dos olhos todo o homem e todos os homens e comunicar-lhes em forma oportuna e adequada “uma mensagem particularmente vigorosa em nossos dias sobre a libertação” (EN 29) “sempre no desígnio global da salvação” (EN 38). Parece, pois, necessário que digamos uma palavra esclarecedora sobre o próprio conceito de libertação no momento atual do Continente.
- 480.** Em Medellín se desenvolve um processo dinâmico de libertação integral cujos ecos positivos se fazem sentir na EN e na Mensagem do Papa João Paulo II a esta Conferência. É um anúncio que vem urgindo a Igreja e faz parte da própria essência da evangelização que tende à realização autêntica do homem.
- 481.** Existem, porém, concepções e aplicações da libertação. Embora entre elas se descubram traços comuns, existem enfoques difíceis de se levar a uma adequada convergência. Por isso, o melhor é oferecer critérios que emanam do Magistério e que servem para o necessário discernimento acerca da original concepção da libertação cristã.
- 482.** Surgem dois elementos complementares e inseparáveis: a libertação de todas as servidões do pecado pessoal e social, de tudo o que transvia o homem e a sociedade e tem sua fonte no egoísmo, no mistério da iniquidade, e a libertação para o crescimento progressivo no ser, pela comunhão com Deus e com os homens, que culmina na perfeita comunhão do céu, onde Deus é tudo em todos e não haverá mais lágrimas.
- 483.** É uma libertação que se vai realizando na história, a libertação de nossos povos e a nossa própria pessoal e abrange as diversas dimensões da existência: o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações. Em tudo isso há de circular a riqueza transformadora do Evangelho, com sua contribuição própria e específica, que se deve salvaguardar. Do contrário, como adverte Paulo VI: “A Igreja perderia seu sentido mais profundo; sua mensagem não teria nenhuma originalidade e facilmente poderia ser monopolizada e manipulada por sistemas ideológicos e por partidos políticos” (EN 32).
- 484.** É necessário esclarecer que esta libertação se fundamenta em três grandes pilares que o Papa João Paulo II nos lembrou como orientação definida: a verdade sobre Jesus Cristo, a verdade sobre a Igreja a verdade sobre o homem.
- 485.** Assim, se não chegamos à libertação do pecado com todas as suas seduções e idolatrias; se não ajudamos a concretizar a libertação que Cristo conquistou na cruz, mutilamos a libertação de modo irreparável, e a mutilamos igualmente se esquecemos o eixo da evangelização libertadora, que é a que transforma o homem em sujeito de seu próprio desenvolvimento individual e comunitário. Também a mutilamos se

esqueçamos a dependência e as escravidões que ferem direitos fundamentais que não são concedidos por governos ou instituições, ainda as mais poderosas, mas que têm como autor o próprio Criador e Pai.

**486.** É uma libertação que sabe utilizar meios evangélicos, com sua peculiar eficácia e que não recorre a nenhuma espécie de violência nem à dialética da luta de classes, mas à vigorosa energia e ação dos cristãos, que, movidos pelo Espírito, acodem para responder ao clamor de milhões e milhões de irmãos.

**487.** Como pastores da América Latina, temos razões gravíssimas para urgir a evangelização libertadora, não só porque é necessário recordar o pecado individual e social, mas também porque de Medellín para cá a situação se agravou na maioria de nossos países.

**488.** Alegra-nos comprovar exemplos numerosos de esforços por viver a evangelização libertadora em sua plenitude. Uma das principais tarefas para continuarmos animando a libertação cristã é a procura criativa de caminhos que se afastem de ambigüidades e de reducionismos (EN 32) em plena fidelidade à Palavra de Deus que nos é dada na Igreja e nos move ao alegre anúncio aos pobres, como um dos sinais messiânicos do Reino de Cristo.

**489.** Como muito bem salientou João Paulo II em seu discurso inaugural: "Há muitos sinais que ajudam a discernir quando se trata de uma libertação cristã e quando, ao contrário, se nutre mais de ideologias que lhe tiram a coerência com uma visão evangélica do homem, das coisas, dos acontecimentos (EN 35). São sinais que derivam dos conteúdos que anunciam, ou das atitudes concretas que assumem os evangelizadores. É preciso observar, em nível de conteúdos, qual a fidelidade à Palavra de Deus, à Tradição viva da Igreja, a seu Magistério. Quanto às atitudes, é necessário ponderar qual o seu sentido de comunhão com os bispos, em primeiro lugar, e com os outros setores do Povo de Deus: qual a contribuição que damos à construção efetiva da comunidade e qual a forma de dedicarmos com amor nossa solicitude para com os pobres, doentes, despojados, desamparados, angustiados e como, descobrindo neles a imagem de Jesus pobre e paciente, nos esforçamos por remediar suas necessidades e procuramos servir neles a Cristo (LG 8). Não nos enganemos: os fiéis humildes e simples, como por instinto evangélico, compreendem espontaneamente quando se serve na Igreja ao Evangelho e quando este é esvaziado e asfíxiado com outros interesses".

**490.** Quem tem sobre o homem a visão que o cristianismo dá, assume por sua vez o compromisso de não poupar sacrifícios para garantir a todos a condição de autênticos filhos de Deus e irmãos em Jesus Cristo. Assim a evangelização libertadora tem sua plena realização na comunhão de todos em Cristo segundo a vontade do Pai de todos os homens.

**491.** Nada é divino e adorável fora de Deus. O homem cai na escravidão quando diviniza ou absolutiza a riqueza, o poder, o Estado, o sexo, o prazer ou qualquer criatura de Deus, inclusive seu próprio ser ou sua razão humana. O próprio Deus é a fonte de libertação radical de todas as formas de idolatria, porque a adoração do não adorável e a absolutização do relativo, levam à violação do que há de mais íntimo na pessoa humana: sua relação com Deus e sua realização pessoal. Eis a palavra libertadora por excelência: Ao Senhor adorará, e só a ele prestará culto (Mt 4,10). A queda dos ídolos restitui ao homem seu campo essencial de liberdade. Deus, livre por excelência, quer entrar em diálogo com um ser livre, capaz de fazer suas opções e exercer suas responsabilidades individualmente e em comunidade. Existe, pois, uma história humana que, embora tenha sua consistência própria e sua autonomia, está destinada a ser consagrada pelo homem a Deus. A verdadeira libertação, com efeito, liberta de uma opressão para poder chegar a um bem superior.

**492.** Os bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e cada um dos homens e dos povos. Por isso a todos e a cada um compete um direito primário e fundamental, absolutamente inviolável, de usar solidariamente esses bens, na medida do necessário, para uma realização digna da pessoa humana. Todos os outros direitos, também o de propriedade e livre comércio lhe estão subordinados. Como nos ensina João Paulo II: Sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social". A propriedade de compatível com aquele direito primordial é antes de tudo um poder de gestão e administração, que, embora não exclua o de domínio, não o torna absoluto nem ilimitado. Deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios. É um dever grave e urgente fazê-lo retornar à sua finalidade primeira.

**493.** Os bens da terra se convertem em ídolo e em sério obstáculo para o Reino de Deus, quando o homem concentra toda sua atenção em tê-los ou em cobijá-los. Então eles se tornam absolutos. "Não podeis servir a Deus e ao dinheiro" (Lc 16,13).

**494.** A riqueza absolutizada é obstáculo para a verdadeira liberdade. Os contrastes cruéis de luxo e extrema pobreza, tão visíveis em todo o Continente, agravados, ademais, pela corrupção que muitas vezes invade a vida pública e profissional, manifestam até que ponto nossos países se encontram sob o domínio do ídolo da riqueza.

**495.** Essas idolatrias se concentram em duas formas opostas que têm uma mesma raiz: o capitalismo liberal e, como reação, o coletivismo marxista. Ambos são formas do que se pode chamar "injustiças institucionalizadas".

**496.** Finalmente, como já ficou dito, importa tomar consciência dos efeitos devastadores de uma industrialização descontrolada e de uma urbanização que vai tomando proporções alarmantes. Os esgotamentos dos recursos naturais e a contribuição do ambiente constituirão um problema dramático. Afirmamos uma vez mais a necessidade de uma profunda revisão da tendência consumista das nações mais desenvolvidas: cumpre levar em consideração as necessidades elementares dos povos pobres que formam a maior parte do mundo.

**497.** O novo humanismo proclamado pela Igreja que rejeita toda idolatria permitirá "ao homem moderno encontrar-se a si mesmo, assumindo os valores do amor, da amizade, da oração e da contemplação. Assim poderá realizar em toda a sua plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é o passo para cada um e para todos, de condições de vida menos humanas a condições mais humanas (PP 20). Desse modo se planejará a economia serviço do homem e não o homem a serviço da economia, como acontece nas duas formas de idolatria, a capitalista e a coletivista. Será a única maneira de que o "ter" não afogue o "ser".

**498.** As diversas formas do poder na sociedade pertencem fundamentalmente à ordem da criação. Portanto, levam em si a vontade essencial do serviço que devem prestar à comunidade humana.

**499.** A autoridade, necessária em qualquer sociedade, vem de Deus e consiste na faculdade de mandar segundo a reta razão. Por conseguinte, sua força obrigatória procede da ordem moral e dentro dela deve desenvolver-se para que obrigue em consciência. "A autoridade é sobretudo uma força moral".

**500.** O pecado corrompe o uso que os homens fazem do poder, levando-o ao abuso dos direitos dos outros, às vezes em formas mais ou menos absolutas. Isso ocorre mais notavelmente no exercício do poder político, por se tratar do campo das decisões que determinam a organização global do bem-estar temporal da comunidade e por servir mais facilmente não só aos abusos dos que detêm o poder, mas à absolutização do próprio poder, apoiados na força pública. Diviniza-se o poder político quando na prática ele é tido como absoluto. Por isso, o uso totalitário do poder é uma forma de idolatria e como tal a Igreja o rejeita inteiramente (GS 75). Reconhecemos pesarosamente a presença de muitos regimes autoritários e mesmo opressivos em nosso Continente. Eles constituem um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento dos direitos da pessoa, dos grupos e das próprias nações.

**501.** Infelizmente, em muitos casos isso chega ao ponto de que os próprios poderes políticos e econômicos de nossas nações, para além das normais relações recíprocas, estão sujeitos a centros mais poderosos que operam em escala internacional. Agrava a situação o fato de que estes centros de poder se acham estruturados em formas encobertas, presentes em toda parte, e se subtraem facilmente ao controle dos governos e dos próprios organismos internacionais.

**502.** É urgente libertar nossos povos do ídolo do poder absoluto para conseguir uma convivência social em justiça e liberdade. Com efeito, para que os povos latino-americanos possam cumprir a missão que lhes assinala a história como povos jovens, ricos em tradições e cultura, necessitam de uma ordem política que respeite a dignidade do homem, que garanta a concórdia e a paz interior da comunidade civil e em suas relações com as outras comunidades. Entre os anseios e exigências de nossos povos para que isso seja uma realidade, destacam-se:

**503.** A igualdade de todos os cidadãos com o direito e o dever de participar no destino da sociedade, com as mesmas oportunidades, dando sua contribuição para os ônus equitativamente distribuídos e obedecendo às leis legitimamente estabelecidas.

**504.** O exercício de suas liberdades, amparadas em instituição que garantam o bem comum, no respeito aos direitos das pessoas e associações.

**505.** A legítima autodeterminação de nossos povos que lhes permita organizar-se segundo seu próprio gênio e a marcha de sua história (GS 74) e cooperar numa nova ordem internacional.

**506.** A urgência de restabelecer a justiça não só teórica e formalmente reconhecida, mas também posta eficazmente em prática por instituições adequadas e realmente vigentes”.

#### **Nota:34**

**João Paulo II**, carta aos bispos do Brasil sobre a Missão da Igreja (9.4.1986), n.2.

#### **Nota:35**

É assim que o Concílio vê a Missão da Igreja: cf. a Constituição *Lumen Gentium*, cap. I; Decreto *Ad Gentes*, n.2. Sobre o amor misericordioso de Deus Pai, veja também a Encíclica do papa João Paulo II, *Dives in Misericordia*.

**LG, Capítulo I:** “1. O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo.

**2.** Por livre desígnio de sabedoria e bondade, o Pai eterno criou o mundo e chamou mulheres e homens a participarem da vida divina. Embora tenham pecado em Adão, Deus não os abandonou, proporcionando a todos o apoio indispensável à salvação, em vista do Cristo redentor, imagem do Deus invisível e primogênito de toda criatura (Cl 1, 15). De fato, desde sempre o Pai previu e predestinou todos os escolhidos a se tornarem conformes a imagem de seu Filho, primogênito entre muitos irmãos (Rm 8, 29).

Ao mesmo tempo, estabeleceu que todos os fiéis a Cristo se reunissem na santa Igreja. Diz-se, por isso, que a Igreja foi esboçada desde as origens do mundo, preparada de modo admirável pela aliança antiga, que está na base da história de Israel, constituída nesses últimos tempos, manifestada pelo dom do Espírito Santo, mas que só estará terminada no fim dos séculos.

É o que ensinam os santos padres quando dizem que todos os justos, do primeiro ao último, desde Abel ou mesmo desde Adão, estarão reunidos formando a Igreja, junto ao Pai.

**3.** Veio o Filho, enviado pelo Pai que, através dele, nos escolheu desde antes da criação e nos predestinou à adoção filial, pois havia decidido nele ordenar tudo a si (cf. Ef 1, 4-5, 10). Cristo cumpriu a vontade do Pai, inaugurou na terra o reino dos céus, revelou-nos o seu mistério pessoal e realizou a redenção pela obediência.

A Igreja, reino de Cristo, desde já misteriosamente presente no mundo, cresce pela força de Deus. Sua origem e desenvolvimento são simbolizados pelo sangue e pela água que jorraram do lado aberto de Jesus crucificado (cf. Jo 19, 34), como foi predito pela palavra do Senhor a respeito de sua morte na cruz: Levantado da terra, atrairei a mim todas as coisas (Jo 12, 32).

Todas as vezes que se celebra no altar o sacrifício da cruz, em que se imola Cristo, nossa Páscoa (1Cor 5, 7), realiza-se a obra da redenção. Representa-se ao mesmo tempo, e se realiza, pelo sacramento do pão eucarístico, a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cf. 1Cor 10, 17).

Todos os homens, aliás, são chamados a esta união com Cristo, que é a luz do mundo, de quem procedemos, por quem vivemos e para quem tendemos.

**4.** Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11).

O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige

e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo. Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17).

A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

**5.** O mistério da santa Igreja se manifesta, pois desde sua própria fundação. O Senhor Jesus deu início a sua Igreja pregando a boa nova, isto é, a vinda do reino de Deus, prometido há séculos pelas Escrituras. Os tempos se cumpriram, o reino de Deus está iminente (Mc 1, 15; cf. Mt 4, 17). Esse reino se torna visível aos olhos humanos por intermédio da palavra, dos atos e da presença de Cristo.

A palavra do Senhor se compara à semente lançada ao campo (Mc 4, 14). Os que a ouvem com fé e aderem ao pequeno rebanho de Cristo (Lc 12, 32), recebem o reino. Daí por diante a semente germina e cresce, até o momento da colheita (cf. Mc 4, 26-29).

Os milagres de Cristo também comprovam que o reino de Deus chegou à terra: Se pela mão de Deus expulso os demônios, é que o reino de Deus chegou até vocês (Lc 11, 20); cf. Mt 12, 28).

Mas, acima de tudo, o reino se manifesta na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem, que veio para servir e dar sua vida para a redenção de muitos (Mc 10, 45).

Depois de morrer na cruz, por todos os seres humanos, Jesus ressuscitou, aparecendo como Senhor, Cristo e sacerdote para sempre (cf. At 2, 36; Hb 5, 6; 7, 17-21). Derramou então nos seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cf. At 2, 33).

A Igreja foi assim enriquecida pelos dons do seu fundador. Procurando observar fielmente seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebe a missão de anunciar e de promover o reino de Cristo e de Deus junto a todos os povos. Constitui pois, a Igreja, o germe e o início do reino na terra. Enquanto vai crescendo, aspira de todo coração pela consumação do reino e deseja, com todas as suas forças, unir-se a seu rei na glória.

**6.** Da mesma forma que a revelação do reino foi proposta, no Antigo Testamento, por intermédio de diversas figuras, a natureza íntima da Igreja nos é manifestada através de várias imagens, provenientes tanto da vida pastoril ou agrícola, como do trabalho de construção e até da família e do matrimônio, já preparadas nos livros dos profetas.

A Igreja é, por exemplo, um redil, cuja única porta indispensável é Cristo (Jo 10, 1-10). É também um rebanho, que tem o próprio Deus por pastor (cf. Is 40, 11; Ez 34, 11ss). As ovelhas, embora sob o cuidado de pastores humanos, são incessantemente conduzidas e alimentadas pelo próprio Cristo, bom Pastor e príncipe dos pastores (cf. Jo 11, 10; 1Pd 5, 4), que deu a vida por elas (cf. Jo 10, 11-15).

A Igreja é ainda lavoura ou campo de Deus (1Cor 3, 9). Cresce nesse campo a oliveira antiga, de que os patriarcas foram a raiz santa e na qual se faz a reconciliação entre judeus e cristãos (Rm 11, 13-26). Foi plantada pelo agricultor celeste como vinha toda especial (Mt 21, 33-43 e par; cf. Is 5, 1ss). A verdadeira videira é Cristo, de quem provém a vida e a fecundidade dos ramos, que somos nós, os quais, na Igreja, permanecemos em Cristo, sem o qual nada podemos fazer (Jo 15, 1-5).

Muitas vezes, a Igreja é também denominada construção de Deus (1Cor 3, 9). O próprio Senhor se comparou à pedra rejeitada pelos construtores e que se tornou principal alicerce (Mt 21, 42; At 4, 11; 1Pd 2, 7; Sl 117, 22). Sobre ele se constrói a Igreja, a começar pelos apóstolos (cf. 1Cor 3, 11), com toda firmeza e coesão. Essa construção recebe várias denominações: casa de Deus (1Tm 3, 15), em que mora com sua família, moradia de Deus, no Espírito (Ef 2, 19-22), tenda de Deus no meio dos homens (Ap 21, 3) e especialmente templo santo, de que são imagem os edifícios de pedra que os santos padres exaltam e a liturgia justamente compara com a Cidade Santa, a Nova Jerusalém. Nós a constituímos na terra como pedras vivas (cf. 1Pd 2, 5). João a contempla desde o céu, no momento em que Deus estará operando a renovação do universo, como cidade santa, vestida como uma noiva para o seu esposo (Ap 21, 1s).

Finalmente a Igreja que é a Jerusalém do alto e nossa mãe (Gl 4, 26; cf. Ap 12, 17) é apresentada como a esposa sem mancha do cordeiro imaculado (cf. Ap 19, 7; 21, 2 e 9; 22, 17), que Cristo amou... e pela qual se entregou, para santificá-la (Ef 5, 25-26), unindo-a a si de maneira indissolúvel, alimentando-a e protegendo-a (Ef 5, 29) incessantemente e desejando tê-la unida a si, purificada e obediente, no amor e na fidelidade (cf. Ef 5, 24), que, finalmente, cumula dos bens celestiais para sempre, para compreendermos o amor de Deus e de Cristo por nós, que tudo ultrapassa (Ef 3, 19). Enquanto caminha na terra, longe do Senhor (cf. 2Cor 5, 6), a Igreja está como que exilada. Busca e experimenta as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, onde a vida da Igreja está escondida com Cristo em Deus, até que seu esposo apareça revestido de glória (cf. Cl 3, 1-4).

**7.** Ao se unir com a natureza humana e ao superar a morte, com sua própria morte e ressurreição, o Filho de Deus resgatou a humanidade e a transformou numa nova criatura (cf. Gl 6, 15; 2Cor 5, 17). Ao comunicar assim seu Espírito a seus irmãos, provenientes de todos os povos, constituiu, misticamente, um corpo para si. Nesse corpo a vida de Cristo, que sofreu e foi glorificado, comunica-se aos fiéis, pelos sacramentos, de maneira não perceptível, mas real.

Pelo batismo nos tornamos semelhantes a Cristo: De fato, fomos todos batizados num único Espírito, para constituir um só corpo (1Cor 12, 13). O rito batismal representa e realiza nossa comunhão na morte e na ressurreição de Cristo: Fomos sepultados com ele pelo batismo, na morte; se pois fomos enxertados em sua morte, participaremos também de sua ressurreição (Rm 6, 4-5).

Ao participarmos do pão eucarístico, que é realmente Corpo do Senhor, entramos todos em comunhão com ele, e entre nós. Há um só pão, embora muitos, somos um só corpo, todos os que participamos do mesmo pão (1Cor 10, 17). Tornamo-nos membros deste corpo (cf. 1Cor 12, 27) e membros uns dos outros (Rm 12, 5).

Assim como são muitos os membros do corpo humano, mas o corpo é um só, também os fiéis (cf. 1Cor 12, 12). Na edificação do corpo de Cristo há igualmente diversidade de membros e de funções. O Espírito é sempre o mesmo, que distribui os seus dons segundo sua generosidade, as necessidades do ministério e a utilidade da Igreja (cf. 1Cor 12, 1-11).

Dentre esses dons, está, em primeiro lugar, a graça dos apóstolos, a cuja autoridade o próprio Espírito submeteu todos os outros carismas (cf. 1Cor 14).

Esse mesmo Espírito, com seu vigor, entretém e anima o amor, princípio de unidade do corpo e garantia da articulação interna dos membros. Assim, quando um sofre, todos sofrem; quando um é gratificado, todos se alegram com ele (cf. 1Cor 12, 26).

A cabeça do corpo é Cristo. Imagem do Deus invisível, nele foram criadas todas as coisas. Existe antes de tudo e tudo nele subsiste. Ele é a cabeça do corpo, que é a Igreja. É o princípio. O primogênito dentre os que morreram, que detém o primado sobre todos (cf. Cl 1, 15-18). Domina as coisas do céu e da terra, com a grandeza do seu poder. Com a supereminente perfeição de sua atuação, cumula todo o corpo com a plenitude de seus bens (cf. Ef 1, 18-23).

Todos os membros devem assemelhar-se a ele, até que Cristo neles se forme (cf. Gl 4, 19). Por isso, revivemos os mistérios de sua vida, assemelhando-nos a ele, morrendo com ele e ressuscitando, até chegarmos a reinar com ele (cf. Fl 3, 21; 2Tm 2, 11; Ef 2, 6; Cl 2, 12 etc.). Sendo ainda peregrinos na terra, seguimos as suas pegadas na tribulação e na perseguição, associamo-nos a seus sofrimentos como o corpo à cabeça, participando da paixão para participar também de sua glorificação (cf. Rm 8, 17).

A partir de Cristo, dele recebendo o alimento e a coesão, através de todos os laços e articulações, o corpo inteiro cresce para Deus (Cl 2, 19). O próprio Cristo distribui ininterruptamente os dons do ministério a seu corpo, a Igreja, graças aos quais prestamos serviço uns aos outros, para crescer em direção a ele, nossa cabeça, praticando a verdade, no amor (cf. Ef 4, 11-16).

Para nos renovarmos constantemente nele (cf. Ef 4, 23), deu-nos o seu Espírito, o mesmo e único Espírito que anima a cabeça e os membros, dá vida, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os santos padres chegarem a compará-lo à alma, princípio da vida que dá consistência ao corpo.

Cristo amou sua Igreja como sua esposa, tornando-se modelo do esposo virtuoso que ama sua esposa como a seu próprio corpo (cf. Ef 5, 25-28). A Igreja, por sua vez, é submissa à sua cabeça (ib. 23-24). Como a plenitude da divindade habita em Cristo, corporalmente (Cl 2, 9), ele dota a Igreja, seu corpo e complemento (cf. Ef 1, 22-23), com seus dons divinos, a fim de que progrida e alcance a plenitude de Deus (cf. Ef 3, 19).

**8.** Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerce e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada".

**AG, 2:** "A Igreja peregrina é por natureza missionária. Nasce, segundo o desígnio divino, da própria missão do Filho e do Espírito Santo. Tal desígnio flui do "amor original" ou da caridade do Pai, Princípio imprincipiado, de que o Filho é gerado e de que procede o Espírito Santo, por intermédio do Filho. Por sua infinita misericórdia e ternura, a bondade divina nos cria livremente e nos chama graciosamente a participar de sua vida e de sua glória, difundindo a bondade com liberalidade sem fim, de tal sorte que o criador de todas as coisas venha a ser, ao cabo e ao fim, tudo em todos (1Cor 15, 28), para sua glória e nossa felicidade. Deus não chama os seres humanos individualmente, independentemente das relações de uns com os outros, pois visa a constituir um só povo, em que estejam reunidos todos os seus filhos".

**Nota:36**

**Jo 17.10:** "E tudo o que é meu é teu, e tudo o que é teu é meu, e assim sou glorificado neles".

**Nota:37**

**Jo 16,15:** "Tudo o que pertence ao Pai, é meu também. Por isso é que eu disse: o Espírito vai receber daquilo que é meu, e o interpretará para vocês".

**Nota:38**

**Jo 14,23:** "Jesus respondeu: Se alguém me ama, guarda a minha palavra, e meu Pai o amará. Eu e meu Pai viremos e faremos nele a nossa morada".

**Nota:39**

**Puebla, 215:** “A comunhão que se há de construir entre os homens abrange-lhes todo o ser desde as raízes do amor, e há de se manifestar em toda a sua vida, até na sua dimensão econômica, social e política. Produzida pelo Pai, o Filho e o Espírito é a comunicação de sua própria comunhão trinitária”.

**Nota:40**

**Puebla 216.** Também o Papa João Paulo II apresenta a comunhão trinitária como modelo de unidade para a humanidade (cf. SRS 40c)”.

**Puebla, 216:** “Esta é a comunhão que as multidões de nosso Continente procuram com ânsia, quando confiam na providência do Pai ou confessam a Cristo como Deus Salvador, quando buscam a graça do Espírito nos sacramentos da Igreja e até quando traçam sobre si o sinal da cruz ‘Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo’”.

**SRS, 40:** “A solidariedade é indubitavelmente uma virtude cristã. Na exposição que precede já foi possível entrever numerosos pontos de contato entre ela e a caridade, sinal distintivo dos discípulos de Cristo (cf. Jo 13,35).

A luz da fé, a solidariedade tende a superar-se a si mesma, a revestir-se das dimensões especificamente cristãs da gratuidade total, do perdão e da reconciliação. O próximo, então, não é só um ser humano com os seus direitos e a sua igualdade fundamental em relação a todos os demais; mas torna-se a imagem viva de Deus Pai, resgatada pelo sangue de Jesus Cristo e tornada objeto da ação permanente do Espírito Santo. Por isso, ele deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que o ama o Senhor; e é preciso estarmos dispostos ao sacrifício por ele, mesmo ao sacrifício supremo: dar a vida pelos próprios irmãos (cf. 1Jo 3,16).

E então, a consciência da paternidade comum de Deus, da fraternidade de todos os homens em Cristo, filhos no Filho, e da presença e da ação vivificante do Espírito Santo conferirá ao nosso olhar para o mundo como que um novo critério para o interpretar. Por cima dos vínculos humanos e naturais, já tão fortes e estreitos, delinea-se, à luz da fé, um novo modelo de unidade do gênero humano, no qual deve inspirar-se em última instância a solidariedade. Este supremo modelo de unidade, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três Pessoas, é o que nós cristãos designamos com a palavra comunhão. Esta comunhão, especificamente cristã, ciosamente preservada, alargada e enriquecida com o auxílio do Senhor, é a alma da vocação da Igreja para ser sacramento, no sentido já indicado.

A solidariedade, portanto, deve contribuir para a realização deste designio divino, tanto no plano individual como no da sociedade nacional e internacional. Os mecanismos perversos e as estruturas de pecado, de que falamos, só poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente. Só desta maneira muitas energias positivas poderão soltar-se inteiramente, em prol do desenvolvimento e da paz.

Muitos santos canonizados pela Igreja oferecem admiráveis testemunhos desta solidariedade e podem servir de exemplo nas difíceis circunstâncias atuais. Entre todos, quereria recordar: São Pedro Claver, que se pôs ao serviço dos escravos, em Cartagena das Índias; e São Maximiliano Maria Kolbe, que ofereceu a sua vida em favor de um prisioneiro que lhe era desconhecido, no campo de concentração de Auschwitz-Oswiecim”.

**Nota:41**

**Puebla, 272-281:** “A Igreja evangeliza, em primeiro lugar, mediante o testemunho global de sua vida. Assim, na fidelidade à sua condição de sacramento, trata de ser mais e mais um sinal transparente ou modelo vivo da comunhão de amor em Cristo que anuncia e se esforça por realizar. A pedagogia da encarnação nos ensina que os homens necessitam de modelos preclaros que os guiem. A América Latina necessita igualmente de tais modelos.

**273.** Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modelo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça cor o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo, qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem.

**280.** Através da ação de cristãos evangelicamente comprometidos, a Igreja pode completar sua missão de Sacramento de salvação tornando-se instrumento do Senhor, que dinamize eficazmente em direção a ele a história dos homens e dos povos.

**281.** A realização histórica desse serviço evangelizador será sempre árdua e dramática, porque o pecado, força de ruptura, há de impedir constantemente o crescimento no amor e a comunhão tanto a partir do coração dos homens, como a partir das diversas estruturas por eles criadas, nas quais o pecado de seus autores imprimiu sua marca destruidora. Neste sentido, a situação de miséria, marginalidade, injustiça e corrupção que fere nosso Continente, exige do Povo de Deus e de cada cristão um autêntico heroísmo em seu compromisso evangelizador, a fim de poder superar semelhantes obstáculos. Diante de tal desafio, a Igreja sabe que é limitada e pequena, mas se sente animada pelo Espírito e protegida por Maria. Sua poderosa intercessão lhe permitirá superar as “estruturas do pecado” na vida pessoal e social e lhe obterá a “verdadeira libertação”, que vem de Cristo Jesus (João Paulo II, Zapopán 11)”.

**Nota:42**

**Puebla, 218:** “A evangelização é um chamado à participação na comunhão trinitária. Qualquer outra comunhão, embora não constitua o destino último do homem, é, animada pela graça, primícias dela”.

**Nota:43**

Abaixo, alguns assuntos tratados no documento de Puebla, com a numeração correspondente:

**“Comunhão em Deus:** 211. Depois da proclamação de Cristo que nos revela o Pai e nos dá seu Espírito, chegamos a descobrir as raízes últimas de nossa comunhão e participação.

**215.** A comunhão que se há de construir entre os homens abrange-lhes todo o ser desde as raízes do amor, e há de se manifestar em toda a sua vida, até na sua dimensão econômica, social e política. Produzida pelo Pai, o Filho e o Espírito é a comunicação de sua própria comunhão trinitária.

**217.** “Nesta comunhão trinitária do povo e da família de Deus veneramos ao mesmo tempo e invocamos a intercessão da Virgem Maria e a de todos os Santos. Qualquer testemunho autêntico de amor que oferecemos aos bem-aventurados se dirige por sua própria natureza, a Cristo e, por Cristo, a Deus” (LG 50).



- 218.** A evangelização é um chamado à participação na comunhão trinitária. Qualquer outra comunhão, embora não constitua o destino último do homem, é, animada pela graça, primícias dela.
- 1301.** Por esta razão, hoje e amanhã na América Latina, os cristãos, como Povo de Deus, enviados para sermos sementes de unidade, de esperança e de salvação, precisamos formar uma comunidade que viva a comunhão da Trindade e seja sinal de presença de Cristo morto e ressuscitado, que reconcilia os homens com o Pai no Espírito, os homens entre si e o mundo com seu Criador. "Tudo é vosso; vós sois de Cristo e Cristo é de Deus" (1Cor 3, 23). "E quando todas as coisas lhe estiverem submetidas, então também o Filho se submeterá Aquele que lhe submete todas as coisas a fim de que Deus seja tudo em todos" (1Cor 15, 28)."
- Comunhão com Deus:** "69. f) A crise de valores morais: a corrupção pública e privada, a ganância do lucro desmedido, a venalidade, a falta de esforço, a carência de sentido social, de justiça vivida e solidariedade, a fuga de capitais e de cérebros... tudo isso enfraquece e até impede a comunhão com Deus e a fraternidade.
- 185.** O homem, porém, já desde o início rejeitou o amor de seu Deus. Não teve interesse pela comunhão com ele. Quis construir, prescindindo de Deus, um reino neste mundo. Em vez de adorar ao Deus verdadeiro adorou os ídolos, as obras de suas mãos, as realidades deste mundo; adorou-se a si próprio. Por isso o homem se dilacerou interiormente. Penetraram no mundo o mal, a morte e a violência, o ódio e o medo. Estava destruída a convivência fraterna.
- 186.** Rompido assim pelo pecado o eixo primordial que submete o homem ao domínio amoroso do Pai, irromperam todas as escravidões. A realidade latino-americana faz-nos experimentar amargamente, até aos extremos limites, esta força do pecado que é a contradição flagrante do plano de Deus.
- 187.** No entanto Deus pai não abandonou o homem ao poder do seu pecado. Uma e outra vez reinicia com ele o diálogo. Convida homens concretos para uma aliança, a fim de construir o mundo partindo da fé e da comunhão com ele, aceitando ser os seus colaboradores no seu desígnio de salvação. A história de Abraão e a eleição do povo de Israel, a história de Moisés - libertação do povo da escravidão do Egito e a aliança do Sinai - a história de Davi e de seu reinado, o cativo de Babilônia e o retorno à Terra Prometida mostram-nos a mão poderosa de Deus Pai, que anuncia, promete e começa a realizar a libertação do pecado e de suas conseqüências em favor de todos os homens.
- 273.** Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modelo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça cor o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo, qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem.
- 352.** A evangelização dá a conhecer Jesus como o Senhor que nos revela o Pai e nos comunica seu Espírito. Ela chama-nos à conversão que é reconciliação e vida nova, leva-nos à comunhão com o Pai que nos torna filhos e irmãos. Faz brotar, pela caridade derramada em nossos corações, frutos de justiça, perdão, respeito, dignidade e paz no mundo.
- 743.** Em virtude de sua consagração, aceitam alegremente, fundados na comunhão com o Pai, o mistério da aniquilação e exaltação pascal. Por isso, negando-se radicalmente a si mesmos, aceitam como própria a cruz do Senhor que sobre eles pesa e acompanham os que sofrem por causa da injustiça, por causa da falta do senso profundo da existência humana e por causa da fome de paz, verdade e vida. Assim, compartilhando sua morte, ressuscitam alegremente com eles para a novidade da vida e, fazendo-se tudo para todos, consideram privilegiados os pobres, prediletos do Senhor.
- 744.** Especialmente chamados são eles para viver em intensa comunhão com o Pai, que os cumula do seu Espírito, urgindo-os a construir a comunhão sempre renovada entre os homens. Desta sorte, a vida consagrada é uma afirmação profética do valor supremo da comunhão com Deus e entre os homens (cf. ET 53) e um "exímio testemunho de que o mundo não pode ser transfigurado nem oferecido a Deus sem o Espírito das bem-aventuranças" (LG 31).
- 854.** Todos nós cristãos devemos, conforme o desígnio divino, realizar-nos como homens VOCAÇÃO HUMANA e como cristãos, vivendo o nosso batismo nos seus traços de chamamento à santidade (comunhão e cooperação com Deus), a sermos membros ativos da comunidade e a dar testemunho do Reino (comunhão e cooperação com os demais cristãos) VOCAÇÃO CRISTÃ e devemos descobrir a vocação concreta (leiga, vida consagrada ou ministerial hierárquica) que nos permita trazer a nossa contribuição específica à construção do Reino VOCAÇÃO CRISTÃ ESPECÍFICA. Desta forma, cumprimos plena e organicamente a nossa missão evangelizadora.
- 876.** O seminarista, guiado por uma boa direção espiritual, adquirirá a experiência de Deus vivendo em constante comunhão com ele na oração e na Eucaristia e numa sólida e filial devoção à Virgem Maria.
- Comunhão com Deus e com os irmãos:** 141. Numa palavra, nosso povo deseja uma libertação integral que não se esgote no quadro de sua existência temporal, mas que se projete na plena comunhão com Deus e com os irmãos na eternidade, comunhão que já se começa a realizar, embora imperfeitamente, na história.
- 270.** O Povo de Deus, como Sacramento universal de salvação, está inteiramente a serviço da comunhão dos homens com Deus e do gênero humano entre si. A Igreja é, portanto, um povo de servidores. Seu modo próprio de servir é evangelizar; é um serviço que só ela pode prestar. Determina sua identidade e a originalidade de sua contribuição. Este serviço evangelizador da Igreja se dirige a todos os homens, sem distinção. Mas nele sempre há de refletir a especial predileção de Jesus pelo mais pobres e sofredores.
- 350.** A partir da pessoa chamada à comunhão com Deus e com os homens, o Evangelho deve penetrar em seu coração, em suas experiências e modelos de vida, em sua cultura e ambientes, para fazer uma humanidade nova com homens novos e caminharem todos na direção de uma nova maneira de ser, julgar, viver e conviver. Este é um serviço que a todos nós obriga.
- 382.** O amor preferencial e a solicitude para com os pobres e necessitados.
- 642.** Os cristãos unidos em comunidade eclesial de base, fomentando sua adesão a Cristo, procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade e explicitam a vocação para a comunhão com Deus e com os irmãos, oferecendo um valioso ponto de partida para a construção duma nova sociedade, "a civilização do amor".

**653.** Dentre os presbíteros, queremos ressaltar a figura do pároco, como pastor à semelhança de Cristo, promotor de comunhão com Deus e entre os irmãos, a cujo serviço se dedica junto com seus coirmãos presbíteros em torno do bispo: atento a discernir os sinais dos tempos com o seu povo; animador de comunidades.

**Comunhão fraterna ou dos homens:** 197. No centro da história humana fica assim implantado o Reino de Deus, resplandecente na face de Jesus ressuscitado. A justiça de Deus triunfou da injustiça dos homens. Com Adão principiou a história velha. Com Jesus Cristo, o novo Adão, principia a história nova. Esta recebe o impulso indefectível que levará todos os homens, transformados em filhos de Deus pela eficácia do Espírito, a um domínio do mundo cada dia mais perfeito, a uma comunhão entre os irmãos cada dia melhor realizada, à plenitude da comunhão e participação que constituem a própria vida de Deus. Assim proclamamos a Boa Nova da pessoa de Jesus Cristo aos homens da América Latina, chamados a serem homens novos pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho, para sustentarem seu esforço e revigorarem sua esperança.

**220.** Cristo que sobe até o Pai e se oculta aos olhos da humanidade continua evangelizando visivelmente através da Igreja, sacramento de comunhão dos homens no único Povo de Deus, peregrino na história. A este povo Cristo envia seu Espírito, "que impele cada um a anunciar o Evangelho e que no fundo da consciência faz aceitar e compreender a palavra de salvação" (EN 75).

**327.** O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. De fato, "ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não ama o irmão a quem vê" (I Jo 4,20). Todavia a comunhão e a participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo que o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se vão realizando em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia. O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode atualmente na AL amar de verdade o irmão nem portanto a Deus sem que o homem se comprometa em nível pessoal e, em muitos casos, até em nível estrutural com o serviço e promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as conseqüências que se seguem no plano destas realidades temporais.

**425.** A Igreja, em sua tarefa evangelizadora, procede com fino e laborioso discernimento. Por seus próprios princípios evangélicos, contempla com satisfação os progressos da humanidade para a integração e comunhão universal. Em virtude de sua missão específica, se sente enviada, não para destruir, mas para ajudar as culturas a se consolidarem em seu próprio ser e identidade, convocando os homens de todas as raças e povos a se reunirem, pela fé, sob Cristo, no mesmo e único Povo de Deus.

**528.** Os religiosos, por sua forma de seguir a Cristo, segundo a função peculiar que lhes compete dentro da missão da Igreja, de acordo com seu carisma específico, também cooperam na evangelização do político. Numa sociedade pouco fraterna, dada ao consumismo e que se propõe como fim último o desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, os religiosos têm que ser testemunhas de uma real austeridade de vida, de comunhão com os homens e de intensa relação com Deus. Deverão, pois, resistir, igualmente, à tentação de comprometer-se em política partidária, para não provocar a confusão dos valores evangélicos com uma ideologia determinada.

**563.** Na América Latina, Deus nos chama para uma vida em Cristo Jesus. Urge anunciá-la a todos os irmãos. Esta missão incumbe à Igreja evangelizadora: pregar a conversão, libertar o homem e impulsioná-lo rumo ao mistério de comunhão com a Trindade e comunhão com todos os irmãos, transformando-os em agentes e cooperadores do desígnio de Deus.

**657.** Nós nos empenhamos para que esta colegialidade, da qual Puebla, com as duas Conferências Gerais que a precederam, constitui um momento privilegiado, seja o sinal mais eficaz de credibilidade do anúncio e serviço do evangelho, em favor da comunhão fraterna em toda a América Latina.

**744.** Especialmente chamados são eles para viver em intensa comunhão com o Pai, que os cumula do seu Espírito, urgindo-os a construir a comunhão sempre renovada entre os homens. Desta sorte, a vida consagrada é uma afirmação profética do valor supremo da comunhão com Deus e entre os homens (cf. ET 53) e um "exímio testemunho de que o mundo não pode ser transfigurado nem oferecido a Deus sem o Espírito das bem-aventuranças" (LG 31).

**752.** A comunhão fraterna vivida em todas as suas exigências, a que são convocados os consagrados, é o sinal do amor transformador que o Espírito infunde em seus corações, mais forte que os laços da carne e do sangue.

**854.** Todos nós cristãos devemos, conforme o desígnio divino, realizar-nos como homens **VOCAÇÃO HUMANA** e como cristãos, vivendo o nosso batismo nos seus traços de chamamento à santidade (comunhão e cooperação com Deus), a sermos membros ativos da comunidade e a dar testemunho do Reino (comunhão e cooperação com os demais cristãos) **VOCAÇÃO CRISTÃ** e devemos descobrir a vocação concreta (leiga, vida consagrada ou ministerial hierárquica) que nos permita trazer a nossa contribuição específica à construção do Reino **VOCAÇÃO CRISTÃ ESPECÍFICA**. Desta forma, cumprimos plena e organicamente a nossa missão evangelizadora.

**894.** A comunidade que, na liturgia, celebra alegremente a Páscoa do Senhor, tem o compromisso de dar testemunho, de catequizar, educar e comunicar a Boa Nova por todos os meios a seu alcance.

Sente outrossim a necessidade de entrar em comunhão e diálogo com os homens do nosso Continente que buscam a verdade.

**1308.** É necessário criar no homem latino-americano uma sã consciência social, um sentido evangélico crítico face à realidade, um espírito comunitário e um compromisso social. Tudo isto tornará possível uma participação livre e responsável, em comunhão fraterna e dialogante, para a construção da nova sociedade, verdadeiramente humana, penetrada de valores evangélicos. Ela deve ser modelada em comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo e dar resposta aos sofrimentos e aspirações de nossos povos, cheios de uma esperança que não poderá ser iludida.

**Comunhão eclesial:** 378. Uma vida de profunda comunhão eclesial.

**470.** Reconhecemos os esforços realizados por muitos cristãos da América Latina para aprofundar na fé e iluminar com a Palavra de Deus as situações particularmente conflitantes de nossos povos. Animamos a todos os cristãos a continuar prestando esse serviço evangelizador e a discernir seus critérios de reflexão e

investigação, tendo cuidado especial em conservar e promover a comunhão eclesial, tanto em nível local quanto universal.

**636.** Em nível nacional, é notável o esforço em favor dum melhor exercício da colegialidade no seio das conferências episcopais, cada dia mais bem organizadas e dotadas de organismos subsidiários. Menção especial merece o desenvolvimento e a eficácia do serviço que o CELAM oferece à comunhão eclesial em todo o âmbito da América Latina.

**655.** A Igreja particular dará maior relevo a seu caráter missionário e à comunhão eclesial, partilhando valores e experiências, bem como favorecendo o intercâmbio de pessoas e bens.

**667.** Tem-se consolidado a comunhão eclesial, tanto dos bispos com o Santo Padre, como dos bispos entre si; da mesma forma a dos presbíteros e religiosos com o bispo e entre as diversas famílias eclesiais. Especial menção merecem as Igrejas particulares de diversos países que não só incrementam nosso trabalho de evangelização com o envio de presbíteros, religiosos e outros agentes de evangelização, como também contribuem generosamente com sua comunicação cristã de bens.

**688.** O bispo é sinal e construtor da unidade. Faz de sua autoridade, evangelicamente exercida, um serviço da unidade; promove a missão de toda a comunidade diocesana; fomenta a participação e corresponsabilidade nos diversos níveis; infunde confiança em seus colaboradores (mormente os presbíteros, para os quais deve ser pai, irmão e amigo); cria na diocese um tal clima de comunhão eclesial orgânica e espiritual, que permita a todos os religiosos e religiosas viverem sua pertença peculiar à família diocesana; discerne e valoriza a multiplicidade e variedade dos carismas infundidos nos membros de sua Igreja, de sorte que, eficazmente integrados, concorram para o crescimento e vitalidade da mesma; faz-se presente nas principais ocorrências da vida de sua Igreja particular.

**753.** Pessoas diversas, por vezes de diferentes nacionalidades, participam da mesma vida e missão, em íntima fraternidade. Com isto, esforçam-se por dar eloqüente testemunho da vida de Deus trino em sua Igreja, da mesma comunhão eclesial e atuam como fermento de comunhão entre os homens e de co-participação nos bens de Deus.

**918.** A liturgia, como ação de Cristo e da Igreja, é o exercício do sacerdócio de Jesus Cristo; é o ápice e a fonte da vida eclesial. É um encontro com Deus e os irmãos; banquete e sacrifício realizado na Eucaristia; festa de comunhão eclesial, na qual o Senhor Jesus por seu mistério pascal, assume e liberta o Povo de Deus e, por ele, toda a humanidade, cuja história é convertida em história salvífica, para reconciliar os homens entre si e com Deus. A liturgia é também força em nosso peregrinar, para que se leve a bom termo, mediante o compromisso transformador da vida, a realização plena do Reino, segundo o plano de Deus.

**923.** Por isso, não basta recebê-los de forma passiva, mas sim inserindo-nos vitalmente na comunhão eclesial. Pelos sacramentos Cristo continua, mediante a ação da Igreja, a encontrar-se com os homens e salvá-los.

A celebração eucarística, centro da sacramentalidade da Igreja e presença mais plena de Cristo no meio da humanidade, é o centro e ponto culminante de toda a vida sacramental.

**939.** Celebrar a fé, na liturgia, como encontro com Deus e com os irmãos, como festa de comunhão eclesial, como fortalecimento em nosso peregrinar e como compromisso de nossa vida cristã. Dar especial importância à liturgia dominical.

**Participação na Igreja (na missão):** 370. O evangelizador participa da fé e da missão da Igreja que o envia. Necessita de critérios e sinais que permitam discernir o que corresponde de fato à fé e à missão da Igreja, isto é, à vontade de se Senhor. "Cada um considere como constrói, pois ninguém pode lançar outro fundamento, além do que foi lançado, que é Jesus Cristo" (1Cor 10-11). "Portanto, assim como acolhestes a Cristo Jesus, o Senhor, continuei a guiar-vos por ele. Arraijai-vos nele e edificai-vos sobre ele, perseverai na fé que vos foi ensinada e transbordai em ações de graça!" (Cl 2,6-7).

**377.** Todos participamos da missão profética da Igreja. Sabemos que o Espírito distribui seu dons e carismas para o bem de todo o corpo. Devemos recebê-lo com gratidão, mas seu discernimento, isto é, o juízo a respeito de sua autenticidade e a regulamentação do seu exercício, corresponde à autoridade na Igreja, à qual compete antes de tudo não sufocar o Espírito, mas sim experimentar tudo e reter o que é bom.

**783.** Enquanto essas tensões afetam principalmente aqueles que participam em movimentos leigos, grandes setores do laicato latino-americano não tomaram consciência plena de sua pertença à Igreja e são afetados pela incoerência entre a fé que dizem professar e praticar e o compromisso real que assumem na sociedade. Divórcio entre fé e vida exacerbado pelo secularismo e por um sistema que antepõe o ter mais ao ser mais.

**786.** A raiz e o significado da missão do leigo encontra-se em seu ser mais profundo, que o Concílio Vaticano II se preocupou em sublinhar em alguns de seus documentos:

\* O batismo e a confirmação o incorporam a Cristo e o tornam membro da Igreja;

\* participa, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo e exerce-a na condição que lhe é própria;

\* a fidelidade e coerência com as riquezas e exigências do seu ser lhe conferem a identidade de homem de Igreja no coração do mundo e do homem do mundo no coração da Igreja.

**1042.** Promover o educador cristão, especialmente o leigo, para que assuma a sua pertença e posição na Igreja, como chamado a participar da sua missão evangelizadora no campo da educação.

**Participação na Igreja (nos ministérios):** 626. Manifesta-se mais claramente em nossas comunidades, como fruto do Espírito Santo, um novo estilo de relacionamento entre bispos e presbíteros e destes com seu povo, caracterizado por maior simplicidade, compreensão e amizade no Senhor.

**543.** O coletivismo marxista conduz igualmente por seus pressupostos materialistas a uma idolatria da riqueza, mas em sua forma coletiva. Embora nascido de uma crítica positiva ao fetichismo do comércio e ao desconhecimento do valor humano do trabalho, não conseguiu ir à raiz dessa idolatria que consiste na recusa do Deus de amor e justiça, único Deus adorável.

**817.** O exercício de ministérios por parte de alguns leigos não pode diminuir a participação ativa dos demais.

**Participação na liturgia:** 101. A liturgia conseguiu notáveis purificações de costumes simplesmente ritualistas. É celebrada em paróquias renovadas e em grupos reduzidos participação pessoal e ativa tal como pede a constituição Sacrosanctum Concilium do Concílio Vaticano II. Lamentavelmente houve grupos que reagiram contra a renovação. E outros introduziram abusos. Para a celebração dos sacramentos, apesar da resistência encontrada a princípio, a Igreja já conseguiu o estabelecimento e a aceitação, talvez com raras

exceções, de cursos catequéticos pré-sacramentais, e na própria celebração, obteve também a proclamação da Palavra. Com isto a vida cristã se vai iluminando e aprofundando.

**125.** O seu sentido de pertença à Igreja aumentou em toda parte, não só pelo compromisso eclesial mais estável, mas também por sua participação mais ativa nas assembléias litúrgicas e nas tarefas apostólicas. Em muitos países as CEBs são prova desta incorporação e deste desejo de participação. O compromisso do laicato com o temporal, tão necessário para a mudança de estruturas, tem sido insuficiente. Em geral, poder-se-ia dizer que há uma valorização maior da necessária participação do laicato na vida da Igreja.

**895.** A oração particular e a piedade popular, presentes na alma do nosso povo, constituem valores de evangelização; a liturgia é o momento privilegiado de comunhão e participação para uma evangelização que conduz à libertação cristã integral, autêntica.

**902.** A participação na liturgia não repercute de forma adequada no compromisso social dos cristãos. A instrumentalização que, por vezes, se faz da mesma, lhe desfigura o valor evangelizador.

**925.** A reforma e renovação litúrgicas fomentam a participação, que conduz à comunhão. A participação plena, consciente e ativa na liturgia é fonte primária e necessária do Espírito verdadeiramente cristão. Por isso, as considerações pastorais, salva sempre a observância das normas litúrgicas, devem superar o mero rubricismo.

**1086.** Dentro das normas litúrgicas, cada Igreja particular providencie a forma mais adequada para introduzir na liturgia, que é em si mesma comunicação, os recursos de som e imagem, os símbolos e formas de expressão mais aptos para representar a relação com Deus, de sorte que se faculte uma participação maior e mais adequada nos atos litúrgicos.

**Participação na sociedade:** 135. Que se levem em conta todos os cidadãos e que eles sejam considerados pessoas responsáveis e sujeitos da história, com capacidade de participar livremente das opções políticas, sindicais etc. e da eleição de seus governantes.

**136.** Que todos participem da produção e compartilhem os progressos da ciência e da técnica moderna, tendo também acesso à cultura e ao lazer digno.

**503.** A igualdade de todos os cidadãos com o direito e o dever de participar no destino da sociedade, com as mesmas oportunidades, dando sua contribuição para os ônus equitativamente distribuídos e obedecendo às leis legitimamente estabelecidas.

**1045.** Acompanhar a alfabetização dos grupos marginalizados com atividades educacionais que os ajudem a comunicar-se eficazmente; a se darem conta dos seus deveres e direitos; a compreenderem a situação em que vivem e a discernirem suas causas: a se habilitarem para organizar-se no campo civil, trabalhista e político, e assim poder participar plenamente dos processos decisórios que lhes dizem respeito.

**1133.** A Igreja convoca também todos os seus filhos dentro de suas responsabilidades peculiares a serem fermento no mundo e a participarem como construtores duma nova sociedade, em nível nacional e internacional. Mormente em nosso Continente, por ser na maioria constituída de cristãos, os homens devem ser germe, luz e força transformadora.

**1162.** Apoiamos as aspirações dos operários e camponeses que querem ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e futuro e animamos todos em sua própria superação".

**Nota:44**

**Puebla, 273:** "Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modelo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo, qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem".

**Nota:45**

**Jo 17,21:** "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste".

**Nota:46**

**1Cor 15,28:** "E quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos".

**Nota:47**

**Fl 2, 6-8:** "Ele tinha a condição divina, mas não se apegou a sua igualdade com Deus. Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo e tornando-se semelhante aos homens. Assim, apresentando-se como simples homem, humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz!".

**Nota:48**

**2Cor 8,9:** "De fato, vocês conhecem a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês".

**Nota:49**

**LG, 8:** "Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerces e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada".

#### **Nota:50**

cf. Puebla, 1134, também DGAP 1987-1990, CNBB, doc. 38, p.49 a 59.

**Puebla, 1134:** "A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação".

#### **Nota:51**

**Instrução Libertatis Conscientia, 68:** "O amor preferencial pelos pobres. Sob as suas múltiplas formas - extrema privação material, opressão injusta, enfermidades físicas e psíquicas e, por fim, a morte -, a miséria humana é o sinal manifesto da condição nativa de fraqueza na qual o homem se encontra após o primeiro pecado e da necessidade de uma salvação. É por isso que ela atrai a compaixão de Cristo Salvador, que quis assumi-la identificando-se com os mais pequeninos entre os seus irmãos (Mt 25,40,45). É também por isso que todos aqueles que ela atinge são objetos de um amor preferencial por parte da Igreja que, desde as suas origens, apesar das falhas de muitos de seus membros, não deixou nunca de se esforçar por aliviá-los, defendê-los e libertá-los. Ela o faz através de inúmeras obras de beneficência, que continuam a ser, sempre e por toda a parte, indispensáveis. Depois, através da sua doutrina social, que se esforça por aplicar, ela procurou promover mudanças estruturais na sociedade, a fim de alcançar condições de vida dignas da pessoa humana.

Pelo desapareço das riquezas, que possibilita a partilha e abre ao reino, os discípulos de Jesus testemunham, através do amor aos pobres e aos infelizes, o próprio amor do Pai, que se manifestou no Salvador. Esse amor vem de Deus e leva a Deus. Os discípulos de Cristo sempre reconheceram nos dons depositados sobre o altar um dom oferecido ao próprio Deus.

Amando os pobres, enfim, a Igreja testemunha a dignidade do homem. Ela afirma claramente que este vale mais pelo que é do que pelo que possui. Ela testemunha que essa dignidade não pode ser destruída, seja qual for a situação de miséria, de desprezo, de rejeição e de impotência a que o homem foi reduzido. Ela mostra-se solidária com aqueles que não contam para uma sociedade da qual se vêem espiritual e às vezes até mesmo fisicamente rejeitados. De modo particular, a igreja volta-se com afeto materno para os filhos que, por causa da maldade humana, nunca virão à luz, como também para as pessoas idosas, sós ou abandonadas.

A opção privilegiada pelos pobres, longe de ser um sinal de particularismo ou de sectarismo, manifesta a universalidade do ser e da missão da igreja. Tal opção não é exclusiva nem excludente.

É por essa razão que a igreja não pode exprimi-la com a ajuda de categorias sociológicas e ideológicas redutoras, que fariam de tal preferência uma opção partidária e de natureza conflitiva".

#### **Nota:52**

**Instrução Libertatis Conscientia, 97:** "O canto do Magnificat - Bem-aventurada aquela que acreditou... (Lc 1,45). À saudação de Isabel, a Mãe de Deus responderá deixando efundir o seu coração no canto do Magnificat. Ela nos mostra que é pela fé e na fé que, a seu exemplo, o Povo de Deus torna-se capaz de exprimir em palavras e de traduzir em sua vida, o mistério do desígnio de salvação e suas dimensões libertadoras no plano da existência individual e social. Com efeito, é à luz da fé que se percebe como a história da salvação é a história da libertação do mal sob sua forma mais radical e a introdução da humanidade na verdadeira liberdade dos filhos de Deus. Totalmente dependente dele e para ele toda orientada pelo élan de sua fé, Maria é, ao lado do seu Filho, a imagem mais perfeita da liberdade e da libertação da humanidade e dos cosmos. É para ela, pois, que a Igreja, da qual ela é Mãe e Modelo, deve olhar para compreender, na sua integridade, o sentido de sua missão.

É notável como o senso da fé dos pobres, ao mesmo tempo em que possui uma aguda percepção do mistério da cruz redentora, leva a um amor e uma confiança indefectíveis para com a Mãe do Filho de Deus, venerada em numerosos santuários".

#### **Nota:53**

**João Paulo II, Redemptoris Mater, 37:** "37. A Igreja, que desde o início modela a sua caminhada terrena pela caminhada da Mãe de Deus, repete constantemente, em continuidade com ela, as palavras do *Magnificat*. Nas profundidades da fé da Virgem Maria na Anunciação e na Visitação, a Igreja vai haurir a verdade acerca do Deus da Aliança; acerca de Deus que é Todo-poderoso e faz 'grandes coisas' no homem: 'santo é o seu nome'.

No *Magnificat*, ela vê debelado nas suas raízes o pecado do princípio da história terrena do homem e da mulher: o pecado da incredulidade e da 'pouca fé' em Deus. Contra a 'suspeita' que o «pai da mentira» fez nascer no coração de Eva, a primeira mulher, Maria, a quem a tradição costuma chamar 'nova Eva' e verdadeira 'mãe dos vivos', proclama com vigor a *não ofuscada* verdade acerca de Deus: o Deus santo e onipotente, que desde o princípio é a *fonte de todas as dádivas*, aquele que 'fez grandes coisas' nela, Maria, assim como em todo o universo. Deus, ao criar, dá a existência a todas as realidades; e ao criar o homem, dá-lhe a dignidade da imagem e da semelhança consigo, de modo singular em relação a todas as demais criaturas terrestres. E não se detendo na sua vontade de doação, não obstante o pecado do homem, *Deus dá-se no Filho*: 'Amou tanto o mundo que lhe deu o seu Filho unigênito' (Jo 3, 16) Maria é a primeira testemunha desta verdade maravilhosa, que se actuará plenamente mediante 'as obras e os ensinamentos' (cf. *Act* 1, 1) do seu Filho e, definitivamente, mediante a sua Cruz e Ressurreição.

A Igreja, que, embora entre 'tentações e tribulações', não cessa de repetir com Maria as palavras do *Magnificat*, 'escora-se' na força da verdade sobre Deus, proclamada então com tão extraordinária simplicidade; e, ao mesmo tempo, *deseja iluminar com esta mesma verdade acerca de Deus* os difíceis e por vezes intrincados caminhos da existência terrena dos homens. A caminhada da Igreja, portanto, já quase no final do Segundo Milénio cristão, implica um empenhamento renovado na própria missão. Segundo Aquele que disse de si: '(Deus) mandou-me a anunciar *aos pobres a boa nova*' (cf. *Lc* 4, 18), a Igreja tem procurado, de geração em geração, e procura ainda hoje cumprir esta mesma missão.

O seu *amor preferencial pelos pobres* acha-se admiravelmente inscrito no *Magnificat* de Maria. O Deus da Aliança, cantado pela Virgem de Nazaré, com exultação do seu espírito, é ao mesmo tempo aquele que 'derruba os poderosos dos tronos e exalta os humildes...enche de bens os famintos e despede os ricos de mãos vazias...dispersa os soberbos...e conserva a sua misericórdia para com aqueles que o temem'.

Maria está profundamente impregnada do espírito dos 'pobres de Javé' que, segundo a oração dos Salmos, esperavam de Deus a própria salvação, pondo nele toda a sua confiança (*Sl* 25; 31; 35; e 55). Ela, na verdade, proclama o advento do mistério da salvação, a vinda do 'Messias dos pobres' (cf. *Is* 11, 4; 61, 1). Haurindo certeza do coração de Maria, da profundidade da sua fé, expressa nas palavras do *Magnificat*, a Igreja renova em si, sempre para melhor, essa própria certeza de que *não se pode separar a verdade a respeito de Deus que salva*, de Deus que é fonte de toda a dádiva, *da manifestação do seu amor preferencial pelos pobres e pelos humildes*, amor que, depois de cantado no *Magnificat*, se encontra expresso nas palavras e nas obras de Jesus. A Igreja, portanto, está bem cónscia - e na nossa época esta sua certeza reforça-se de modo particular - não só de que não podem ser separados estes dois elementos da mensagem contida no *Magnificat*, mas também de que deve outrossim ser salvaguardada cuidadosamente a importância que têm os «pobres» e a 'opção em favor dos pobres' na palavra de Deus vivo. Trata-se de temas e problemas organicamente conexos com o *sentido cristão da liberdade e da libertação*. Maria, 'totalmente dependente de Deus e toda ela orientada para Ele, ao lado do seu Filho, é a *ícone mais perfeita da liberdade e da libertação* da humanidade e do cosmos. É para Maria que a Igreja, da qual ela é Mãe e modelo, deve olhar, a fim de compreender na sua integralidade o sentido da própria missão".

#### Nota:54

**Rm 8,19-21:** "A própria criação espera com impaciência a manifestação dos filhos de Deus. Entregue ao poder do nada não por sua própria vontade, mas por vontade daquele que a submeteu, a criação abriga a esperança, pois ela também será liberta da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus".

#### Nota:55

**GS, 39:** "Não sabemos até quando existirão a terra e a humanidade nem sabemos que transformações hão de sofrer. A figura desse mundo, deformado pelo pecado, haverá de passar, mas o Senhor ensina que haverá uma nova morada para o homem, em que habitará a justiça e cuja felicidade preencherá e superará todos os desejos de paz que o coração humano alimenta.

Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo. O que foi semeado na fraqueza e na corrupção, vestirá a incorruptibilidade. O amor permanecerá e toda a criatura, feita em vista do ser humano, há de ser também libertada.

Ouvimos que de nada adianta ganhar todo o universo e se perder. A expectativa da nova terra, longe de esvaziar, estimula o desejo de cuidar das coisas terrestres, em meio às quais cresce o corpo da nova família humana, oferecendo desde agora uma tênue imagem do que será no futuro.

Embora se deva distinguir o reino de Cristo do progresso humano, não resta dúvida de que, na medida em que se entende por progresso a organização mais perfeita da sociedade esta organização é da maior importância para o reino de Deus.

Bens como a dignidade humana, a comunhão fraterna e a liberdade, fruto da natureza e do trabalho humano, depois de difundidos na terra segundo o mandamento do Senhor e no seu Espírito, serão reencontrados depois, purificados de toda mancha, iluminados e transfigurados, quando o Cristo entregar ao Pai o seu reino eterno e universal: reino de verdade e vida, reino de santidade e graça, reino de justiça, reino de amor e de paz. O reino, misteriosamente presente na terra, chegará à consumação com a vinda do Senhor".

#### Nota:56

**LG, 5:** "O mistério da santa Igreja se manifesta, pois desde sua própria fundação. O Senhor Jesus deu início a sua Igreja pregando a boa nova, isto é, a vinda do reino de Deus, prometido há séculos pelas Escrituras. Os tempos se cumpriram, o reino de Deus está iminente (Mc 1, 15; cf. Mt 4, 17). Esse reino se torna visível aos olhos humanos por intermédio da palavra, dos atos e da presença de Cristo. A palavra do Senhor se compara à semente lançada ao campo (Mc 4, 14). Os que a ouvem com fé e aderem ao pequeno rebanho de Cristo (Lc 12, 32), recebem o reino. Daí por diante a semente germina e cresce, até o momento da colheita (cf. Mc 4, 26-29). Os milagres de Cristo também comprovam que o reino de Deus chegou à terra: Se pela mão de Deus expulso os demônios, é que o reino de Deus chegou até vocês (Lc 11, 20; cf. Mt 12, 28).

Mas, acima de tudo, o reino se manifesta na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem, que veio para servir e dar sua vida para a redenção de muitos (Mc 10, 45).

Depois de morrer na cruz, por todos os seres humanos, Jesus ressuscitou, aparecendo como Senhor, Cristo e sacerdote para sempre (cf. At 2, 36; Hb 5, 6; 7, 17-21). Derramou então nos seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cf. At 2, 33).

A Igreja foi assim enriquecida pelos dons do seu fundador. Procurando observar fielmente seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebe a missão de anunciar e de promover o reino de Cristo e de Deus junto a todos os povos. Constitui pois, a Igreja, o germe e o início do reino na terra. Enquanto vai crescendo, aspira de todo coração pela consumação do reino e deseja, com todas as suas forças, unir-se a seu rei na glória”.

**Nota:57**

**GS, 36:** “Hoje em dia, muitos temem que a vinculação da atividade humana à moral e à religião prejudique a autonomia das pessoas e da sociedade, constituindo um empecilho para o progresso da ciência.

É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando.

É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que lhes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé.

Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé.

Quando, porém, se entende por autonomia das coisas terrenas, a pretensão de que não foram criadas por Deus e que se pode delas usar sem qualquer referência ao criador, é claro que se trata de uma falsa idéia, a ser rejeitada por todo aquele que reconhece a Deus. Sem o criador a criatura se reduz a nada. Aliás todas as pessoas que têm fé, independentemente da religião que professam, reconhecem a voz e a manifestação de Deus nas criaturas. O esquecimento de Deus torna o mundo incompreensível”.

**Nota:58**

**LG, 8:** “Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerces e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada”.

**Nota:59**

**EN, 15:** “Quem quer que releia no Novo Testamento as origens da Igreja e queira acompanhar passo a passo a sua história e, enfim, a examine em sua vida e ação, verá que ela se acha vinculada à evangelização naquilo que ela tem de mais íntimo.

- A Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze. Ela é o fruto normal, querido, o mais imediato e o mais visível dessa evangelização: “Ide, pois, ensinais todas as gentes”. Ora “aqueles que acolheram a Palavra foram batizados, e naquele dia agregaram-se a eles umas três mil pessoas... E o Senhor ia aumentando todos os dias os que eram salvos”.

- Nascida da missão, pois, a Igreja é por sua vez enviada por Jesus, a Igreja fica no mundo quando o Senhor da glória volta para o Pai. Ela fica aí como um sinal, a um tempo opaco e luminoso, de uma nova presença de Jesus, sacramento da sua partida e da sua permanência. Ela prolonga-o e continua-o. Ora, é exatamente toda a sua missão e a sua condição de evangelizador, antes de mais nada, que ela é chamada a continuar. A comunidade dos cristãos, realmente, nunca é algo fechado sobre si mesmo. Nela, a vida íntima - vida de oração, ouvir a Palavra e o ensino dos apóstolos, caridade fraterna vivida e fração do pão - não adquire todo o seu sentido senão quando ela se torna testemunha, a provocar a admiração e a conversão e se desenvolve na pregação e no anúncio da Boa Nova. Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar, e a atividade de cada um é importante para o todo.

- Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor. Povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela precisa ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus, que a converteram para o Senhor; precisa sempre ser convocada e reunida de novo por ele. É o mesmo que dizer, numa palavra, que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar vigor, alento e força para anunciar o Evangelho. O Concílio Vaticano II recordou e depois o Sínodo de 1974 retomou com vigor este mesmo tema: a Igreja que se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade.

- A Igreja é depositária da Boa Nova que há de ser anunciada. As promessas da nova aliança em Jesus Cristo, os ensinamentos do Senhor e dos apóstolos, a Palavra da vida, as fontes da graça e da benignidade de Deus, o caminho da salvação, tudo isso lhe foi confiado. É o conteúdo do Evangelho e, por conseguinte, da evangelização, que ela guarda como um depósito vivo e precioso, não para manter escondido, mas sim para o comunicar.

- Enviada e evangelizadora, a Igreja envia também ela própria evangelizadores. É ela que coloca em seus lábios a Palavra que salva, que lhes explica a mensagem de que ela mesma é depositária, que lhes confere o mandato que ela própria recebeu e que, enfim, os envia a pregar. E a pregar, não as suas próprias pessoas ou as suas idéias pessoais, mas sim um Evangelho do qual nem eles nem ela são senhores e proprietários absolutos, para dele disporem a seu bel-prazer, mas de que são os ministros para o transmitir com a máxima fidelidade".

#### Nota:60

**LG, 14:** "O concílio se dirige primeiramente aos fiéis católicos. A Sagrada Escritura, articulada com a Tradição, ensina que a Igreja peregrina é necessária à salvação. Com efeito, Cristo é o mediador único da salvação. Ele está presente no mundo, em seu corpo, que é a Igreja. Foi ele mesmo que insistiu na necessidade da fé e do batismo (cf. Mc 16, 16; Jo 3, 5) estabelecendo assim a necessidade da Igreja, de que o batismo é a porta. No entanto, se desconhecerem a necessidade da Igreja fundada por Deus, por intermédio de Jesus, mesmo os homens que se recusam a acolhê-la ou a permanecer nela podem se salvar.

Pertencem plenamente à sociedade eclesial aqueles que vivem segundo o Espírito de Cristo, acolhem todas as disposições da Igreja e todos os meios de salvação por ela instituídos, sob a direção do soberano pontífice e dos bispos, unidos pelos laços da profissão de fé, dos sacramentos, das normas eclesiais e da comunhão. Não se salvam, porém, aqueles que, embora pertencendo à Igreja, não perseveram no amor. Estão no seio da Igreja apenas pelo corpo, não pelo coração. Lembrem-se entretanto, todos os membros da Igreja, que a ela pertencem não por méritos próprios, mas pela graça de Cristo. Se não lhe correspondem pelos pensamentos, palavras e ações, também não se salvarão e serão até julgados com maior rigor.

Os catecúmenos que, graças ao Espírito Santo, desejam profundamente entrar na Igreja, já estão ligados a ela por esse mesmo desejo. A Igreja já os trata como mãe, dedicando-lhes todo amor e atenção".

#### Nota:61

**LG, 1:** "O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo".

**UR, 3f:** "Nesta Igreja de Deus, una e única, surgiram, desde o início, algumas fissuras, que o apóstolo condena com vigor. Com o passar dos séculos, apareceram maiores dissensões, sendo que muitas comunidades se afastaram da plena comunhão com a Igreja católica, quase sempre com culpa de pessoas de ambos os lados.

Os que hoje nascem nessas comunidades e por seu intermédio recebem a fé não podem ser acusados do pecado de separação. A Igreja católica os abraça com respeito e amor fraternos.

Os que crêem em Cristo e foram devidamente batizados mantêm comunhão, embora imperfeita, com a Igreja católica. As discrepâncias doutrinárias, disciplinares ou relativas à estrutura da Igreja, que existem em relação aos católicos, criam sérios impedimentos à plena comunhão eclesial, que o movimento ecumênico procura justamente superar.

No entanto, os que são justificados pela fé e se tornam, no batismo, membros de Cristo merecem o nome de cristãos e são reconhecidos como irmãos no Senhor, pelos filhos da Igreja católica.

Além disso, dentre os elementos ou bens que, tomados em seu conjunto, constituem e vivificam a Igreja, muitos dentre os mais importantes podem existir fora das fronteiras visíveis da Igreja católica, tais como: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e o amor, os dons interiores e os sinais visíveis do Espírito Santo. Tudo isso provém de Cristo e a Cristo conduz, pertencendo, pois, de direito, à Igreja de Cristo.

Os irmãos separados realizam também inúmeras ações sagradas da religião cristã, as quais, de diversos modos e dependendo da condição específica de cada igreja ou comunidade, geram e alimentam realmente a vida da graça e podem ser consideradas aptas a abrir as portas da salvação.



Por conseguinte as Igrejas e as comunidades separadas, apesar de seus limites, não podem ser inteiramente despidas de significação e peso no mistério da salvação. O Espírito de Cristo não reluta em passar por elas como meios de salvação, cuja virtude deriva da plenitude de graça e verdade, confiada à Igreja católica.

No entanto os irmãos separados de nós, quer individualmente, quer em suas comunidades ou igrejas, não gozam da unidade com que Jesus Cristo quis cumular todos os que reuniu num só corpo, regenerou e vivificou para a nova vida, tal como o professam as Escrituras Sagradas e a Tradição.

A plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja católica de Cristo, que constitui o auxílio, na sua generalidade. Acreditamos, de fato, que o Senhor somente confiou a totalidade dos bens da Nova Aliança ao colégio apostólico, presidido por Pedro, para de fato constituir, na terra, um só corpo de Cristo, a que todo o povo de Deus é chamado a se incorporar e ao qual, de certo modo, já pertence.

Esse povo, durante sua peregrinação terrestre, embora, em seus membros, esteja sujeito ao pecado, vai crescendo em Cristo, para Deus, de acordo com seus misteriosos desígnios, e é suavemente conduzido para a plenitude final da glória eterna, na Jerusalém celestial, a que chegará um dia, na alegria”.

**Nota:62**

cf. **LG, 15**: “A Igreja se reconhece unida a todos os batizados, que se denominam cristãos, mesmo quando não professam a integridade da fé ou não se mantêm em comunhão com o sucessor de Pedro. São muitos os que, em suas igrejas ou comunidades eclesiais, veneram a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida, demonstram um zelo religioso autêntico, crêem com amor em Deus Pai onipotente e em Cristo, Filho de Deus salvador, são marcados pelo batismo, que os une a Cristo, acolhem e reconhecem até mesmo outros sacramentos. Alguns contam com verdadeiros bispos, celebram a eucaristia e mantêm especial devoção para com a virgem mãe de Deus. A tudo isso acrescenta-se a participação nas orações e demais benefícios espirituais, a presença atuante e santificadora da graça e de outros dons espirituais, até mesmo, em alguns casos, o testemunho do martírio. Em todos os discípulos de Cristo, o Espírito suscita o desejo e as boas ações, para que um dia alcancem a união, nos termos em que Cristo a estabeleceu. A Igreja não cessa de orar, esperar e agir para obter essa união, exortando seus filhos a se purificar e renovar espiritualmente, para que a luz de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja”.

**UR 4**: “Embora a Igreja católica seja dotada de toda a verdade revelada e de todos os meios de graça, seus membros nem sempre vivem como se deve. Assim sendo, a face da Igreja contemplada pelos irmãos separados e pelo mundo brilha muito pouco, chegando até a criar dificuldades para o avanço do reino de Deus.

Por isso, todos os católicos devem buscar a perfeição cristã e, de acordo com sua condição, esforçar-se para que a Igreja, acolhendo em seu corpo a humildade e a mortificação de Jesus, vá se purificando e renovando todos os dias, até que Cristo a possa exibir gloriosa, sem mancha nem ruga.

Conserve-se a unidade no que é necessário. Mas é indispensável que se conserve também a liberdade, de acordo com a função de cada um, nas várias formas de vida espiritual, de disciplina e até de elaborar teologicamente a verdade revelada. Mas, sobretudo e em tudo, cultive-se a caridade, pois só assim se manifestarão plenamente, em nossos dias, a catolicidade e a apostolicidade da Igreja.

Por outro lado, é necessário que os católicos reconheçam com alegria e com a devida estima os bens verdadeiramente cristãos provenientes do patrimônio comum existente entre os irmãos separados. Reconhecer as riquezas de Cristo e as obras virtuosas na vida de quem dá testemunho de Cristo até, às vezes, o derramamento do sangue, é justo e salutar: Deus é sempre admirável em suas obras.

Nem se deve desprezar a obra da graça do Espírito Santo nos irmãos separados, que pode contribuir muito para nossa edificação. Nada do que é verdadeiramente cristão se opõe à fé autêntica, pelo contrário, até ajuda a aprofundar o mistério de Cristo e da Igreja.

Isto não quer dizer que as divisões entre os cristãos não sejam, de fato, obstáculos ao bem da Igreja. Opõem-se, pelo menos, à realização da plenitude católica entre todos os seus filhos que, apesar de batizados, estão separados da comunhão plena. Além disso, tornam cada vez mais difícil, para a Igreja, exprimir a plenitude da catolicidade em todos os aspectos de sua vida”.

**Nota:63**

cf. **LG, 16**: “Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se fillam à fé de Abraão e conosco adoram a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como salvador, os quer salvar a todos, (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, dom daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: Pregai o Evangelho a todas as criaturas (Mc 16,15)”.

**NA 2-4**: “2. Da mais remota antiguidade, até os dias de hoje, todos os povos têm certa percepção da energia latente na vida e nos acontecimentos humanos. Reconhecem assim, de algum modo, a divindade, o Pai. Esta percepção e este reconhecimento correspondem, em profundidade, a seu senso religioso. A religião, desenvolvendo-se em conexão com a cultura, procura exprimir a resposta a estas questões fundamentais por intermédio de noções mais apuradas e numa linguagem melhor elaborada. No hinduísmo, por exemplo, medita-se sobre o mistério divino, que se exprime numa fecundidade inexaurível de mitos, envidando incansáveis esforços filosóficos para conseguir a libertação dos vínculos de nossa condição. Com o mesmo objetivo, buscando refúgio em Deus, com amor e confiança, praticam-se diversas formas de vida ascética e de meditação transcendental. Nas variadas formas de budismo, reconhece-se a radical insuficiência deste mundo

mutável e se ensina o caminho a ser seguido pelo homem devoto e confiante, seja para chegar ao estado de perfeita libertação, seja para alcançar a suprema iluminação, com suas próprias forças e contando com o auxílio do alto. De maneira semelhante, as demais religiões, espalhadas pelo mundo inteiro, procuram vir, de muitos modos, ao encontro da inquietação do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas, preceitos e ritos sagrados.

A Igreja católica não rejeita o que é verdadeiro e santo em todas as religiões. Considera suas práticas, maneiras de viver, preceitos e doutrinas como reflexo, não raramente autêntico, da verdade que ilumina todos os seres humanos, ainda que se distanciem do que ela crê e ensina. Anuncia, porém, a Cristo, e se sente incessantemente obrigada a fazê-lo, como "caminho, verdade e vida" (Jo 14,16), em que todos somos chamados a encontrar a plenitude da religião e em quem Deus reconciliou consigo todas as coisas.

Por isso a Igreja católica exorta seus filhos ao diálogo e à colaboração com os seguidores das outras religiões, para que dêem o testemunho da fé e da vida cristã, reconhecendo, servindo e promovendo os bens espirituais e morais assim como os valores sócio-culturais presentes nelas.

**3.** A Igreja tem grande apreço pelos muçulmanos, que adoram a Deus, único, vivo, subsistente, misericordioso e onipotente, Criador do céu e da terra e que falou aos seres humanos, chamados a se submeter inteiramente aos seus decretos, mesmo ocultos, como a ele se submeteu Abraão, a quem a fé islâmica claramente se refere. Embora não reconheçam Jesus como Deus, veneram-no como profeta, prestam homenagem à maternidade virginal de Maria e a ela se dirigem, às vezes, com grande devoção. Vivem na expectativa do dia do juízo, em que Deus recompensará a todos os ressuscitados. Valorizam, pois, a vida moral e prestam culto a Deus, especialmente pela oração, com esmolas e jejum.

No correr dos tempos verificaram-se inúmeras dissensões e lutas entre cristãos e muçulmanos. No entanto, o concílio agora convida todos a superarem esse passado e a cultivar sinceramente a compreensão mútua, a fim de protegermos e promovermos, juntos, em favor de todos os seres humanos, a justiça social, os bens morais, a paz e a liberdade.

**4.** Meditando sobre o mistério da Igreja, o concílio colocou em evidência o laço de comunhão espiritual que liga o povo do Novo Testamento à raça de Abraão.

A Igreja de Cristo reconhece que sua fé e sua vocação começam com os patriarcas, com Moisés e com os profetas, segundo o mistério da salvação divina. Professa que todos os fiéis, na fé, são filhos de Abraão, participam de seu chamado, e que a saída do povo eleito da terra da servidão prefigura misticamente a salvação da Igreja. Por isso a Igreja não pode esquecer que recebeu a revelação do Antigo Testamento por intermédio desse Povo, com o qual Deus, num gesto inefável de misericórdia, se dignou fazer a antiga aliança, raiz da boa oliveira, em que as nações foram enxertadas, como ramo adventício. A Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou, pela cruz, judeus e não-judeus tornando-os um, em si mesmo.

A Igreja tem sempre presente a palavra do apóstolo Paulo a respeito de sua gente, que "possui a adoção filial, a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas que pertencem aos patriarcas e de quem nasceu Cristo, segundo a condição humana" (Rm 9,4-5), sendo filho da virgem Maria. Tem também presente que do mesmo povo judeu nasceram os apóstolos, fundamento e colunas da Igreja, e muitos dos primeiros discípulos, que anunciaram ao mundo o Evangelho.

Como diz a Escritura, Jerusalém não percebeu o alcance do momento em que era visitada. Grande parte dos judeus não acolheu o Evangelho, sendo que alguns deles até se opuseram à sua difusão. No entanto, segundo o apóstolo, os judeus, por causa de seus antepassados, são ainda muito queridos de Deus, cujos dons nunca voltam atrás. Com os profetas e com o mesmo apóstolo, a Igreja espera o dia conhecido somente de Deus, em que todos os povos invocarão ao Senhor numa só língua e o servirão unidos, "ombro a ombro" (Sf 3,9).

O Concílio recomenda e estimula o conhecimento e a estima mútuos entre cristãos e judeus, cujo imenso patrimônio espiritual comum deve ser cultivado nos estudos bíblicos e teológicos e pelo diálogo fraterno.

Apesar de as autoridades judaicas e de seus sequazes terem tramado a morte de Cristo, sua paixão não pode ser indistintamente imputada a todos os judeus daquela época, nem, muito menos, aos judeus de hoje. Embora a Igreja seja o novo povo de Deus, nem por isso os judeus, segundo as Escrituras, tornaram-se objeto de reprovação ou maldição de Deus. Sob esse aspecto é preciso cuidadosamente evitar tudo o que na catequese ou na pregação induza a pensar dessa forma, contrariando o Espírito de Cristo.

A Igreja condena todo tipo de perseguição. Movida, pois, pelo amor evangélico e religioso, muito mais do que por razões políticas, e levando em conta o patrimônio comum com os judeus, lamenta profundamente os ódios, perseguições e toda espécie de manifestações anti-semitas de que foram objeto os judeus, em qualquer época ou circunstância.

Aliás, como a Igreja sempre acreditou, Cristo se sujeitou livremente à paixão e morreu por causa do pecado de todos os seres humanos e para que todos se salvassem. Compete à Igreja anunciar a cruz de Cristo como sinal de seu amor universal e fonte de todas as graças".

#### **Nota:64**

cf. **LG, 16:** "Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se filiam à fé de Abraão e conosco adoram a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como salvador, os quer salvar a todos, (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, dom daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo Maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno

desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: Pregai o Evangelho a todas as criaturas. (Mc 16, 15)".

**GS, 19:** "A expressão máxima da dignidade humana é a vocação à comunhão com Deus. Desde as suas origens o ser humano se entretinha com Deus. Existe, foi criado e vive, porque Deus o ama. Não viverá pois plenamente, segundo a verdade, se não reconhecer livremente esse amor e confiar no seu criador.

Hoje em dia muitos são os que não levam em conta essa relação íntima e vital com Deus, ou até a rejeitam explicitamente. O ateísmo é um dos aspectos mais graves de nossa época, que precisa ser cuidadosamente analisado.

A palavra ateísmo designa fenômenos muito diversos. Há quem negue pura e simplesmente a Deus. Outros reputam impossível falar dele. Outros ainda, empregando métodos inadequados, concluem que a idéia de Deus não faz sentido. Muitos, ultrapassando indevidamente o âmbito das ciências, querem encontrar uma explicação científica para tudo e se recusam a admitir qualquer verdade absoluta. Outros exaltam a tal ponto o ser humano que a fé passa a ser considerada uma fraqueza. Estão, de fato, mais interessados na afirmação do que são do que na negação de Deus.

Outros recusam um Deus fabricado pela própria imaginação, mas que não tem nada a ver com o Deus do Evangelho. Outros passam ao largo da questão de Deus, não parecem ter qualquer inquietação religiosa e não vêem nem por que se preocupar com isso. O ateísmo nasce muitas vezes da revolta contra o mal do mundo ou do indevido endeusamento de determinados bens humanos. A própria civilização moderna, não em si mesma, mas em virtude da importância que dá às preocupações terrenas, acaba tornando árduo o caminho que leva a Deus.

É claro que não deixa de ter culpa quem, contrariando sua própria consciência, afasta voluntariamente Deus do coração e procura evitar as questões religiosas. Mas os fiéis têm alguma responsabilidade nisso.

Considerado, porém, no seu conjunto, o ateísmo não é um mal de raiz, mas uma consequência de causas muito diversas, inclusive da reação crítica, até certo ponto justificável, contra a religião e até mesmo, em certas regiões, contra o cristianismo. A responsabilidade dos cristãos não é pequena. A negligência na educação da fé, as distorções na exposição da doutrina, os defeitos da prática religiosa e as falhas, tanto morais como sociais, acabam escondendo mais do que revelando a verdadeira face de Deus e da religião".

**DH, 1:** "Há, hoje em dia, uma consciência aguda da dignidade das pessoas. Cresce o número dos que pretendem que os seres humanos, no seu agir, sigam a sua própria maneira de ver, gozem de liberdade responsável e atuem conduzidos pela consciência do dever, muito mais do que impelidos por qualquer tipo de coerção. Nesse sentido, reclamam a delimitação jurídica dos poderes públicos, para que deixem espaço ao exercício da liberdade honesta, tanto por parte das pessoas como das associações. Tal exigência de liberdade nas sociedades humanas visa, em primeiro lugar, ao que diz respeito aos bens propriamente humanos, a começar pelo livre exercício da religião na sociedade. Vindo ao encontro de tais aspirações e desejando deixar claro que correspondem perfeitamente às exigências da verdade e da justiça, o Concílio recorre à Tradição e à doutrina da Igreja, de que se tiram sempre coisas novas e velhas.

O Concílio começa por proclamar que o próprio Deus comunicou ao ser humano o caminho a trilhar: servindo-o, podem se salvar e alcançar a plena realização de si mesmos em Cristo. É esta a verdadeira religião, de que a Igreja católica e apostólica é expressão, encarregada que foi de difundir-la em toda a humanidade pelo próprio Senhor Jesus, que enviou os apóstolos com estas palavras: "Vão e puguem a todos os povos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que lhes ordenei" (Mt 28,19). É obrigação de todo ser humano buscar, abraçar e seguir a verdade, especialmente no que diz respeito a Deus e à sua Igreja.

O Concílio proclama igualmente que se trata de um dever de consciência. A força da verdade, que se faz forte e suavemente sentir ao espírito, obriga em consciência todo ser humano. A liberdade religiosa de prestar culto a Deus, exigência, hoje, de um número crescente de pessoas, significa a rejeição de toda coerção religiosa por parte da sociedade civil. Não contraria em nada a doutrina católica tradicional sobre os deveres morais das coletividades e dos indivíduos humanos para com a verdadeira religião e a única Igreja de Cristo. Finalmente, tratando da liberdade religiosa, o concílio retoma pura e simplesmente a doutrina dos últimos papas sobre os direitos invioláveis da pessoa e sobre o ordenamento jurídico da sociedade".

#### **Nota:65**

**LG, 23:** "A união colegial se manifesta igualmente nas relações recíprocas dos diversos bispos entre si e com a Igreja universal. O pontífice romano, sucessor de Pedro, é princípio e fundamento visível da unidade, tanto dos bispos como do conjunto dos fiéis. Cada um dos bispos, por sua vez, é princípio e fundamento da unidade, em suas respectivas igrejas particulares com as quais e por meio das quais, à imagem da Igreja universal, se forma a única Igreja católica. Por isso, cada bispo representa a sua Igreja e, em união com o papa, a Igreja universal, unida pelo vínculo da paz, do amor e da unidade.

À frente de sua igreja particular, o bispo exerce o governo pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada, mas não sobre as outras igrejas ou sobre a Igreja universal. Como membros do colégio episcopal e legítimos sucessores dos apóstolos, os bispos devem se preocupar com toda a Igreja, por disposição e preceito do próprio Cristo. Apesar de não exercerem, sob esse aspecto, nenhum ato de jurisdição, contribuem imensamente para o bem da Igreja universal. Todos os bispos devem promover e defender a unidade da fé e da disciplina comum a toda a Igreja e ensinar aos fiéis o amor do corpo místico de Cristo, especialmente dos membros mais pobres, dos doentes e dos que sofrem perseguição por causa da justiça (cf. Mt 5, 10). Devem apoiar todas as iniciativas da Igreja, especialmente no que se refere ao aumento da fé, para que a luz da verdade plena brilhe para todos os homens. Quando dirigem bem a própria igreja, como porção da Igreja universal, cooperam eficazmente para o bem de todo o corpo místico, que é, precisamente, o conjunto de todas as igrejas.

Cristo confiou aos pastores, em conjunto, a função de anunciar o Evangelho ao mundo inteiro, como lembrou o papa Celestino aos padres do Concílio de Éfeso. Na medida, pois, em que o exercício de sua função específica lhe permite, o bispo deve se associar aos outros e ao sucessor de Pedro, especialmente encarregado da enorme responsabilidade de propagar a religião cristã. Os bispos devem, por isso, se empenhar com todas as forças em favor das missões, contribuindo com operários para a messe e com toda espécie de auxílios espirituais e materiais, quer por si mesmos, quer suscitando a cooperação generosa dos fiéis. Devem também, inspirados

por uma caridade sem limites, prestar alegremente auxílio fraterno às outras igrejas, especialmente às mais próximas e às mais pobres.

A divina providência quis que, desde o tempo dos apóstolos e de seus sucessores, várias igrejas, em determinadas regiões, se associassem entre si, ao longo da história, formando grupos organicamente estruturados, tanto do ponto de vista disciplinar, como no que concerne às práticas litúrgicas e ao patrimônio teológico e espiritual, respeitadas sempre a unidade da fé e a constituição da Igreja universal. Alguns desses conglomerados, especialmente as antigas igrejas patriarcais, como verdadeiras mães na fé, geraram filhas com as quais mantêm até hoje um vínculo estreito de caridade, quer na vida sacramental, quer no respeito mútuo dos direitos e dos deveres recíprocos. A variedade dessas igrejas locais, unidas entre si, é prova evidente da catolicidade da Igreja indivisa. Nos nossos dias, as conferências episcopais podem desempenhar esse papel diversificado e fecundo, exprimindo, de maneira concreta, o sentimento de colegialidade”.

**Nota:66**

**LG, 26:** “O bispo possui a plenitude do sacramento da ordem. É chamado administrador da graça do sacerdócio supremo especialmente quando oferece ou cuida que seja oferecida a eucaristia, que alimenta e faz crescer continuamente a Igreja. São Igreja de Cristo todas as comunidades legítimas de fiéis, espalhadas por toda a parte, em torno de seus respectivos pastores. No Novo Testamento, merecem o nome de igrejas. Lá onde estão, são, em plenitude, o novo povo chamado por Deus, no Espírito Santo (cf. 1Ts 1, 5). Os fiéis se reúnem em igrejas pela pregação do Evangelho de Cristo e celebram o mistério da ceia do Senhor de maneira que a fraternidade de todos se concretize pela comida e pela bebida do corpo do Senhor. No altar de cada comunidade, reunida pelo santo ministério do bispo, oferece-se o símbolo da caridade e da unidade do corpo místico, sem as quais não pode haver salvação. Tendo consigo a Igreja una, santa, católica e apostólica, Cristo está presente em todas essas comunidades, por pequenas e pobres que sejam, mesmo quando vivem no isolamento, pois a participação no corpo e no sangue de Cristo nos transforma naquilo que tomamos. Toda celebração legítima da eucaristia é dirigida pelo bispo, a quem foi confiado o culto da religião cristã, que deve ser prestado a Deus, administrado conforme os preceitos do Senhor e as leis da Igreja, segundo as determinações do bispo, em sua diocese.

Os bispos difundem a plenitude da santidade de Cristo de maneira variada e abundante, quando oram e trabalham para o povo. Comunicam aos fiéis a força de Deus, que salva, pelo ministério da palavra (cf. Rm 1, 16). Santificam os fiéis pelos sacramentos, cuja distribuição regular e frutuosa devem dispor segundo sua autoridade. Devem estabelecer as normas para o batismo, que dá participação no sacerdócio régio de Cristo. São os ministros ordinários da confirmação, os dispensadores das ordens sagradas e os moderadores da disciplina penitencial. Devem exortar e instruir o povo para que participe com fé e respeito da liturgia, especialmente do sagrado sacrifício da missa. Devem finalmente dar exemplo de vida aos que são por ele presididos, afastando-se de todo mal, convertendo-se ao bem, graças ao auxílio do Senhor, para que alcancem a vida eterna, juntamente com seu rebanho”.

**Nota:67**

**1Cor 10,16:** “O cálice da bênção que nós abençoamos, não é comunhão com o sangue de Cristo? O pão que partimos, não é comunhão com o corpo de Cristo?”.

**Nota:68**

**1Cor 10,17:** “E como há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, pois participamos todos desse único pão”.

**Nota:69**

**LG, 11:** “A índole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e lhes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribuí para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5, 14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8, 17; Cl 1, 24; 2Tm 2, 11-12; 1Pd 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus.

Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada.

Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, de acordo com o caminho que lhes é próprio, são chamados pelo Senhor à perfeição da santidade, que é a própria perfeição de Deus e, por isso, dispõem de tais e de tantos meios”.

**EN, 73:** “Assim, a presença ativa dos leigos nas realidades temporais assume toda a sua importância. No entanto, é preciso não descurar ou não deixar no esquecimento outra dimensão: os leigos podem também

sentir-se chamados ou vir a ser chamados para colaborar com os próprios pastores no serviço da comunidade eclesial, para o crescimento e a vida da mesma, pelo exercício dos ministérios muito diversificados, segundo a graça e os carismas que o Senhor houver por bem depositar neles.

Não é sem experimentar intimamente uma grande alegria que nós vemos uma legião de pastores, religiosos e leigos, apaixonados pela sua missão evangelizadora, a procurarem formas mais adaptadas para anunciar eficazmente o Evangelho; e encorajamos a abertura que, nessa linha e com essa preocupação, a Igreja demonstra ter alcançado nos dias de hoje. Abertura para a reflexão, em primeiro lugar; e depois, abertura para ministérios eclesiais suscetíveis de rejuvenescer e de reforçar o seu próprio dinamismo evangelizador.

É certo que, ao lado dos ministérios ordenados, graças aos quais alguns fiéis são colocados na ordem dos pastores e passam a consagrar-se de maneira particular ao serviço da comunidade, a Igreja reconhece também o lugar de ministérios não-ordenados, e que são aptos para assegurar um especial serviço à mesma Igreja.

Um relance sobre as origens da Igreja é muito elucidativo e fará com que se beneficie de uma antiga experiência nesta matéria dos ministérios, experiência que se apresenta válida, dado que ela permitiu à Igreja consolidar-se, crescer e expandir-se. O atender assim às fontes, deve ser completado ainda pela atenção às necessidades atuais da humanidade e da mesma Igreja. Ir beber nestas fontes sempre inspiradoras, e nada sacrificar destes valores, mas saber adaptar-se às exigências e às necessidades atuais, constituem a base sobre a qual há de assentar a busca sábia e o colocar na devida luz os ministérios de que a Igreja precisa e que bom número dos seus membros deverão assumir para uma maior vitalidade da comunidade eclesial.

Tais ministérios virão a ter um verdadeiro valor pastoral na medida em que se estabelecerem com um respeito absoluto da unidade e aproveitando-se da orientação dos pastores, que são precisamente os responsáveis e os artífices da mesma unidade da Igreja.

Tais ministérios, novos na aparência, mas muito ligados a experiências vividas pela Igreja ao longo da sua existência - por exemplo, os de catequistas, de animadores da oração e do canto, de cristãos devotados ao serviço da Palavra de Deus ou à assistência aos irmãos em necessidade, ou ainda os de líderes de pequenas comunidades, de responsáveis por movimentos apostólicos, ou outros animadores - são preciosos para a implantação, para a vida e para o crescimento da Igreja e para a sua capacidade de irradiar a própria mensagem à sua volta e para aqueles que estão distantes. Nós somos devedores também da nossa estima particular a todos os leigos que aceitam consagrar uma parte do seu tempo, das suas energias e, às vezes, mesmo a sua vida toda a serviço das missões.

Para todos os agentes da evangelização é necessária uma preparação séria; e é necessária de modo muito particular para aqueles que se dedicam ao ministério da Palavra. Animados pela convicção, incessantemente aprofundada, da nobreza e da riqueza da Palavra de Deus, aqueles que têm a missão de a transmitir devem dedicar a maior atenção à dignidade, à precisão e à adaptação da sua linguagem. Todos sabem que a arte de falar se reveste, hoje, de uma grandíssima importância. E como poderiam então os pregadores e os catequistas descurá-la?

Nós auguramos vivamente que, em todas as Igrejas particulares, os bispos velem pela formação adequada de todos os ministros da Palavra. Essa preparação séria fará aumentar neles a indispensável segurança, como também o entusiasmo para anunciar nos dias de hoje Jesus Cristo".

**CNBB, Doc. 20 - Vida e Ministério dos Presbíteros, art. 157:** "O Espírito Santo santifica e conduz o povo de Deus, repartindo seus dons a cada um como lhe apraz (1Cor 12,11). O Concílio Vaticano II explicita que as graças do Espírito Santo, mesmo as graças especiais, são distribuídas entre os fiéis de qualquer condição (leigos, religiosos ou ministros ordenados), e acrescentando Por elas torna-os aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios, que contribuem para a renovação e maior incremento da Igreja, segundo estas palavras: A cada um é dada a manifestação do Espírito para utilidade comum (1Cor 12,7). Estes carismas, quer eminentes, quer mais simples e mais amplamente difundidos, devem ser recebidos com gratidão e consolação, pois que são perfeitamente acomodados e úteis às necessidades da Igreja (LG 12b/33)".

**Nota:70**

**Mt 28,16-20:** "Os onze discípulos foram para a Galiléia, ao monte que Jesus lhes tinha indicado. Quando viram Jesus, ajoelharam-se diante dele. Ainda assim, alguns duvidaram. Então Jesus se aproximou, e falou: Toda a autoridade foi dada a mim no céu e sobre a terra. Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês. Eis que eu estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo".

**Jo 21,15-17:** "Depois de comerem, Jesus perguntou a Simão Pedro: Simão, filho de João, você me ama mais do que estes outros? Pedro respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que eu te amo. Jesus disse: Cuide dos meus cordeiros. Jesus perguntou de novo a Pedro: Simão, filho de João, você me ama? Pedro respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que eu te amo. Jesus disse: Tome conta das minhas ovelhas. Pela terceira vez Jesus perguntou a Pedro: Simão, filho de João, você me ama? Então Pedro ficou triste, porque Jesus perguntou três vezes se ele o amava. Disse a Jesus: Senhor, tu conheces tudo, e sabes que eu te amo. Jesus disse: Cuide das minhas ovelhas".

**Mt 16,18:** "Por isso eu lhe digo: você é Pedro, e sobre essa pedra construirei a minha Igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la".

**Nota:71**

**LG 22:** "São Pedro e os demais apóstolos, por determinação do Senhor, formavam um único colégio apostólico. Por razão semelhante, o pontífice romano, sucessor de Pedro, e os bispos, sucessores dos apóstolos, estão unidos entre si. Há uma regra antiquíssima segundo a qual os bispos do mundo inteiro se comunicavam uns com os outros e com o bispo de Roma, estabelecendo entre si um laço de unidade e de paz reuniam-se em concílios para decidir em comum a respeito das coisas mais importantes e resolver de acordo com o parecer da maioria. Manifestava-se assim com clareza a índole e a estrutura colegial da ordem episcopal, como provam os concílios ecumênicos celebrados através dos séculos. O antigo uso de chamar vários bispos para participar da elevação de um novo eleito ao sumo sacerdócio, já indicava a seu modo essa mesma índole e estrutura colegiais. O novo membro da ordem episcopal é constituído em virtude da consagração sacramental e da comunhão hierárquica com a cabeça e com os membros do respectivo colégio.

Este colégio, o corpo dos bispos, não tem nenhuma autoridade senão em conjunto com o pontífice romano, sucessor de Pedro e cabeça do colégio, que mantém integralmente a autoridade do primado sobre todos os

pastores e fiéis. Em virtude de sua função de vigário de Cristo e pastor de toda a Igreja, o pontífice romano tem o poder supremo e universal, que pode exercer sempre, livremente. A ordem episcopal, sucessora do colégio apostólico no magistério e no governo pastorais, por intermédio da qual o corpo apostólico mantém sua continuidade, é sujeito do poder supremo e pleno sobre toda a Igreja, em conjunto com sua cabeça, o romano pontífice, e jamais sem ele. Esse poder só é portanto efetivamente exercido em consenso com o pontífice romano. O Senhor estabeleceu unicamente Simão como pedra e portador das chaves na Igreja (cf. Mt 16, 18s), constituindo-o pastor de todo o rebanho (cf. Jo 21, 15ss) e conferindo-lhe a função de ligar e desligar (cf. Mt 16, 19). Estas funções são atribuídas ao colégio apostólico somente quando unido à sua cabeça (cf. Mt 18, 18; 28, 16-20). O colégio episcopal exprime a variedade e a universalidade do povo de Deus, enquanto reunido sob uma cabeça única. Os bispos que dele participam, desde que mantenham fielmente o primado e o principado da cabeça, exercem um poder próprio para o bem de seus fiéis e, até mesmo, de toda a Igreja, na força do Espírito Santo, que mantém vigorosa sua estrutura orgânica e seu recíproco entendimento. O poder supremo deste colégio sobre toda a Igreja se exerce de maneira solene nos concílios ecumênicos, que nunca se verificam sem o acordo ou, pelo menos, a aceitação do sucessor de Pedro. Convocar, presidir e confirmar tais concílios é prerrogativa do pontífice romano. Os bispos do mundo inteiro exercem o poder colegial, quando chamados pela cabeça do colégio ou quando esta, pelo menos, aprova, acolhe e confere caráter colegial a uma ação conjunta de bispos dispersos pelo mundo”.

**Nota:72**

**LG, 22-23:** “São Pedro e os demais apóstolos, por determinação do Senhor, formavam um único colégio apostólico. Por razão semelhante, o pontífice romano, sucessor de Pedro, e os bispos, sucessores dos apóstolos, estão unidos entre si. Há uma regra antiquíssima segundo a qual os bispos do mundo inteiro se comunicavam uns com os outros e com o bispo de Roma, estabelecendo entre si um laço de unidade e de paz reuniam-se em concílios para decidir em comum a respeito das coisas mais importantes e resolver de acordo com o parecer da maioria. Manifestava-se assim com clareza a índole e a estrutura colegial da ordem episcopal, como provam os concílios ecumênicos celebrados através dos séculos. O antigo uso de chamar vários bispos para participar da elevação de um novo eleito ao sumo sacerdócio, já indicava a seu modo essa mesma índole e estrutura colegiais. O novo membro da ordem episcopal é constituído em virtude da consagração sacramental e da comunhão hierárquica com a cabeça e com os membros do respectivo colégio.

Este colégio, o corpo dos bispos, não tem nenhuma autoridade senão em conjunto com o pontífice romano, sucessor de Pedro e cabeça do colégio, que mantém integralmente a autoridade do primado sobre todos os pastores e fiéis. Em virtude de sua função de vigário de Cristo e pastor de toda a Igreja, o pontífice romano tem o poder supremo e universal, que pode exercer sempre, livremente. A ordem episcopal, sucessora do colégio apostólico no magistério e no governo pastorais, por intermédio da qual o corpo apostólico mantém sua continuidade, é sujeito do poder supremo e pleno sobre toda a Igreja, em conjunto com sua cabeça, o romano pontífice, e jamais sem ele. Esse poder só é portanto efetivamente exercido em consenso com o pontífice romano. O Senhor estabeleceu unicamente Simão como pedra e portador das chaves na Igreja (cf. Mt 16, 18s), constituindo-o pastor de todo o rebanho (cf. Jo 21, 15ss) e conferindo-lhe a função de ligar e desligar (cf. Mt 16, 19). Estas funções são atribuídas ao colégio apostólico somente quando unido à sua cabeça (cf. Mt 18, 18; 28, 16-20). O colégio episcopal exprime a variedade e a universalidade do povo de Deus, enquanto reunido sob uma cabeça única. Os bispos que dele participam, desde que mantenham fielmente o primado e o principado da cabeça, exercem um poder próprio para o bem de seus fiéis e, até mesmo, de toda a Igreja, na força do Espírito Santo, que mantém vigorosa sua estrutura orgânica e seu recíproco entendimento. O poder supremo deste colégio sobre toda a Igreja se exerce de maneira solene nos concílios ecumênicos, que nunca se verificam sem o acordo ou, pelo menos, a aceitação do sucessor de Pedro. Convocar, presidir e confirmar tais concílios é prerrogativa do pontífice romano. Os bispos do mundo inteiro exercem o poder colegial, quando chamados pela cabeça do colégio ou quando esta, pelo menos, aprova, acolhe e confere caráter colegial a uma ação conjunta de bispos dispersos pelo mundo.

**23.** A união colegial se manifesta igualmente nas relações recíprocas dos diversos bispos entre si e com a Igreja universal. O pontífice romano, sucessor de Pedro, é princípio e fundamento visível da unidade, tanto dos bispos como do conjunto dos fiéis. Cada um dos bispos, por sua vez, é princípio e fundamento da unidade, em suas respectivas igrejas particulares com as quais e por meio das quais, à imagem da Igreja universal, se forma a única Igreja católica. Por isso, cada bispo representa a sua igreja e, em união com o papa, a Igreja universal, unida pelo vínculo da paz, do amor e da unidade.

À frente de sua igreja particular, o bispo exerce o governo pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada, mas não sobre as outras igrejas ou sobre a Igreja universal. Como membros do colégio episcopal e legítimos sucessores dos apóstolos, os bispos devem se preocupar com toda a Igreja, por disposição e preceito do próprio Cristo. Apesar de não exercerem, sob esse aspecto, nenhum ato de jurisdição, contribuem imensamente para o bem da Igreja universal. Todos os bispos devem promover e defender a unidade da fé e da disciplina comum a toda a Igreja e ensinar aos fiéis o amor do corpo místico de Cristo, especialmente dos membros mais pobres, dos doentes e dos que sofrem perseguição por causa da justiça (cf. Mt 5, 10). Devem apoiar todas as iniciativas da Igreja, especialmente no que se refere ao aumento da fé, para que a luz da verdade plena brilhe para todos os homens. Quando dirigem bem a própria igreja, como porção da Igreja universal, cooperam eficazmente para o bem de todo o corpo místico, que é, precisamente, o conjunto de todas as igrejas.

Cristo confiou aos pastores, em conjunto, a função de anunciar o Evangelho ao mundo inteiro, como lembrou o papa Celestino aos padres do Concílio de Éfeso. Na medida, pois, em que o exercício de sua função específica lhe permite, o bispo deve se associar aos outros e ao sucessor de Pedro, especialmente encarregado da enorme responsabilidade de propagar a religião cristã. Os bispos devem, por isso, se empenhar com todas as forças em favor das missões, contribuindo com operários para a messe e com toda espécie de auxílios espirituais e materiais, quer por si mesmos, quer suscitando a cooperação generosa dos fiéis. Devem também, inspirados por uma caridade sem limites, prestar alegremente auxílio fraterno às outras igrejas, especialmente às mais próximas e às mais pobres.

A divina providência quis que, desde o tempo dos apóstolos e de seus sucessores, várias igrejas, em determinadas regiões, se associassem entre si, ao longo da história, formando grupos organicamente

estruturados, tanto do ponto de vista disciplinar, como no que concerne às práticas litúrgicas e ao patrimônio teológico e espiritual, respeitadas sempre a unidade da fé e a constituição da Igreja universal. Alguns desses conglomerados, especialmente as antigas igrejas patriarcais, como verdadeiras mães na fé, geraram filhas com as quais mantêm até hoje um vínculo estreito de caridade, quer na vida sacramental, quer no respeito mútuo dos direitos e dos deveres recíprocos. A variedade dessas igrejas locais, unidas entre si, é prova evidente da catolicidade da Igreja indivisa. Nos nossos dias, as conferências episcopais podem desempenhar esse papel diversificado e fecundo, exprimindo, de maneira concreta, o sentimento de colegialidade”.

**Nota:73**

cf. **João Paulo II**, Alocução aos bispos Norte-americanos, L' Osservatore Romano, ed. Port., 04.10.87, p. 499.

**Nota:74**

cf. Sinodo dos bispos de 1974 e EN 17; Puebla 4, 85, 679. **EN, 17**: “Na ação evangelizadora da Igreja há certamente elementos e aspectos que se devem lembrar. Alguns deles são de tal maneira importantes que se verifica a tendência para os identificar simplesmente com a evangelização. Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que não de ser conferidos.

Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.

Tais elementos, acentuados com insistência no decorrer do mencionado Sinodo, são ainda agora aprofundados muitas vezes, sob a influência do trabalho sinodal. E nós regozijamo-nos pelo fato de eles se situarem, no fundo, na linha daqueles que o Concílio Vaticano II nos proporcionou, sobretudo nas Constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* e no Decreto *Ad Gentes*”.

**Puebla 4, 34, 85, 679**: “4. A evangelização é a missão própria da Igreja. A história da Igreja é, fundamentalmente, a história da evangelização de um povo que vive em constante gestação, nasce e se enxerta na existência secular das nações. A Igreja, ao encarnar-se, contribui vitalmente para o nascimento das nacionalidades e imprime-lhes profundamente um caráter particular. A evangelização está nas origens deste Novo Mundo que é a AL. A Igreja faz-se presença nas raízes e na atualidade do Continente. Quer servir, dentro do quadro da realização de sua missão própria, ao melhor porvir dos povos latino-americanos, à sua libertação e crescimento em todas as dimensões da vida. Medellín já lembrava as palavras de Paulo VI sobre a vocação da AL: “Unificar, em uma síntese nova e genial, o antigo e o moderno, o espiritual e o temporal, o que os outros nos legaram e nossa própria originalidade” (Med. Intr.1).

**34**. Feições indígenas e, com frequência, também de afro-americanos, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres”.

**85**. Desde a I Conferência Geral do Episcopado, realizada no Rio de Janeiro, em 1955, e que deu origem ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), e, ainda com mais vigor, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, a Igreja tem conquistado paulatinamente a consciência cada vez mais clara e profunda de que a evangelização é sua missão fundamental e de que não é possível o seu cumprimento sem que se faça o esforço permanente para reconhecer a realidade e adaptar a mensagem cristã ao homem de hoje, dinâmica, atraente e convincentemente.

**679**. O grande ministério ou serviço que a Igreja presta ao mundo e aos homens que nele habitam é a evangelização (apresentada com fatos e palavras), a Boa Nova de que o Reino de Deus, reino de justiça e de paz, chega aos homens em Jesus Cristo”.

**Nota:75**

O documento do Secretariado da Santa Sé para os não cristãos (10.06.1984), sobre “A atitude da Igreja diante dos seguidores de outras religiões” (cf. SEDOC 17, 1984, 387-399), no n. 13 diz: A missão apresenta-se, na consciência da Igreja, como uma realidade unitária, mas complexa e articulada. Podem ser indicados os seus elementos principais. A missão é constituída já pela simples presença e pelo testemunho vivo da vida cristã (cf. EN 21), mesmo se se deve reconhecer que levamos este tesouro em vasos de argila (2Cor 4,7), e por isso a diferença entre o modo como o cristão aparece, existencialmente, e aquilo que afirma ser, nunca desaparece. Há, depois, o empenho concreto ao serviço dos homens e toda a atividade de promoção social e luta contra a pobreza e as estruturas que a provocam. Há a vida litúrgica, a oração e a contemplação, testemunhas eloqüentes de uma relação viva e libertadora com o Deus vivo e verdadeiro, que nos chama ao seu reino e à sua glória (cf. At 2,42). Há o diálogo, no qual os cristãos encontram os que seguem outras tradições religiosas para caminhar em conjunto em direção à verdade e colaborar em ações de interesse comum. Há o anúncio e a catequese quando se proclama a boa notícia do evangelho e se aprofundam suas conseqüências para a vida e a cultura. Tudo isto faz parte do conceito de missão.

O Decreto *Ad Gentes*, no cap. II, falando da obra da missão, enumera: testemunho de vida, diálogo, presença da caridade (colaboração, solidariedade), pregação do Evangelho, formação do povo de Deus (desde a iniciação cristã até à formação de ministros e diversas vocações) (cf. AG 11-18).

Puebla, nos n. 356-360, inspirado em EN 21-24, descreve o processo da evangelização como: testemunho, anúncio que leva à conversão, denúncia, comunidade dos fiéis que celebram os sacramentos, envio de novos missionários. A *Evangelii Nuntiandi* completa esta descrição do processo, acentuando - com relação ao conteúdo da evangelização - seus vínculos com a libertação (cf. EN 29-32).

**EN, 21-24; 29-32**: “21. E esta Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou grupo de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é - ou quem é - que os inspira? Por que é que eles estão conosco?

Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valorosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se

põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades, mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome. E outras perguntas surgirão, depois, mais profundas e mais de molde a ditar um compromisso, provocadas pelo testemunho aludido, que comporta presença, participação e solidariedade e que é um elemento essencial, geralmente o primeiro de todos, na evangelização.

Todos os cristãos são chamados a dar este testemunho e podem ser, sob este aspecto, verdadeiros evangelizadores. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade que se origina para os migrantes nos países que os recebem.

**22.** Entretanto isto permanecerá sempre insuficiente, pois ainda o mais belo testemunho virá a demonstrar-se, com o andar do tempo, impotente, se ele não vier a ser esclarecido, justificado - aquilo que São Pedro chamava dar "a razão da própria esperança" - explicitado por um anúncio claro e inelutável do Senhor Jesus. Por conseguinte, a Boa Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados.

A história da Igreja, a partir da pregação de Pedro na manhã do Pentecostes, identifica-se e confunde-se com a história de tal anúncio. Em cada nova fase da história humana, a Igreja, constantemente estimulada pelo desejo de evangelizar, não tem senão uma preocupação instigadora: Quem enviar a anunciar o mistério de Jesus? Com que linguagem anunciar um tal mistério? Como fazer para que ele ressoe e chegue a todos aqueles que hão de ouvi-lo? Este anúncio - kerigma, pregação ou catequese - ocupa um tal lugar na evangelização que, com freqüência, se tornou sinônimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto da evangelização.

**23.** O anúncio, de fato, não adquire toda a sua dimensão, senão quando ele for ouvido, acolhido, assimilado e quando ele tiver feito brotar, naquele que assim o tiver recebido, uma adesão do coração. Sim, adesão às verdades que o Senhor, por misericórdia, revelou. Mais ainda, adesão ao programa de vida - vida doravante transformada - que ele propõe; adesão, numa palavra, ao reino, que o mesmo é dizer, ao "mundo novo", ao novo estado de coisas, à nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura. Uma tal adesão, que não pode permanecer abstrata e desencarnada, manifesta-se concretamente por uma entrada visível numa comunidade de fiéis.

Assim, aqueles cuja vida se transformou ingressam, portanto, numa comunidade que também ela própria é sinal da transformação e sinal da novidade de vida: é a Igreja, sacramento visível da salvação. Mas, a entrada na comunidade eclesial por sua vez, há de exprimir-se através de muitos outros sinais, que prolongam e desenvolvem o sinal da Igreja. No dinamismo da evangelização, aquele que acolhe o Evangelho como Palavra que salva, normalmente, o traduz depois nestas atitudes sacramentais: adesão à Igreja, aceitação dos sacramentos que manifestam e sustentam essa adesão, pela graça que eles conferem.

**24.** Finalmente, aquele que foi evangelizado, por sua vez, evangeliza. Está nisso o teste de verdade, a pedra-de-toque da evangelização: não se pode conceber uma pessoa que tenha acolhido a Palavra e se tenha entregado ao reino sem se tornar alguém que testemunha e, por seu turno, anuncia essa Palavra.

Ao terminar estas considerações sobre o sentido da evangelização, importa formular uma última observação, que consideramos esclarecedora para as reflexões que se seguem.

A evangelização, por tudo o que dissemos é uma diligência complexa, em que há variados elementos: renovação da humanidade, testemunho, anúncio explícito, adesão do coração, entrada na comunidade, aceitação dos sinais e iniciativas de apostolado.

Estes elementos, na aparência, podem afigurar-se contrastantes. Na realidade, porém, eles são complementares e reciprocamente enriquecedores uns dos outros. É necessário encarar sempre cada um deles na sua integração com os demais. Um dos méritos do recente Sínodo foi precisamente o de nos ter repetido constantemente o convite para unificar estes mesmos elementos, e não fazer com que se oponham entre si, a fim de se ter a plena compreensão da atividade evangelizadora da Igreja.

É esta visão global que nós intentamos apresentar seguidamente, examinando o conteúdo da evangelização, os meios para evangelizar e precisando a quem se destina o anúncio evangélico e a quem é que incumbe hoje esta tarefa de evangelizar.

**29.** Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação.

**30.** São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado "Terceiro Mundo", com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização.

**31.** Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos



o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar “que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade”.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sinodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa.

**32.** Não devemos esconder, entretanto, que numerosos cristãos, generosos e sensíveis perante os problemas dramáticos que se apresentam quanto a este ponto da libertação, ao quererem atuar o empenho da Igreja no esforço de libertação, têm freqüentemente a tentação de reduzir a sua missão às dimensões de um projeto simplesmente temporal; os seus objetivos a uma visão antropocêntrica; a salvação, de que ela é mensageira e sacramento, a um bem-estar material; a sua atividade - esquecendo todas as preocupações espirituais e religiosas - a iniciativas de ordem política ou social. No entanto, se fosse assim, a Igreja perderia o seu significado próprio. A sua mensagem de libertação já não teria originalidade alguma e ficaria prestes a ser monopolizada e manipulada por sistemas ideológicos e por partidos políticos. Ela já não teria autoridade para anunciar a libertação, como sendo da parte de Deus. Foi por tudo isso que nós quisemos acentuar bem na mesma alocação, quando da abertura da terceira Assembléia Geral do Sinodo, ‘a necessidade de ser reafirmada claramente a finalidade especificamente religiosa da evangelização. Esta última perderia a sua razão de ser se se apartasse do eixo religioso que a rege: o reino de Deus, antes de toda e qualquer outra coisa, no seu sentido plenamente teológico’.

**AG, 11-18:** “A Igreja deve estar presente em todos esses grupos humanos por intermédio de seus filhos que aí vêm ou para onde são enviados. Onde quer que vivam, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, todos os fiéis devem manifestar a nova humanidade com que foram vestidos no batismo, e a força do Espírito Santo, que receberam na confirmação. Considerando suas boas obras, os demais se sentirão inclinados a glorificar ao Pai, perceberão melhor o sentido da vida e descobrirão a importância do vínculo de comunhão de que todos os seres humanos são chamados a participar.

Para que o testemunho de Cristo seja válido, os cristãos devem valorizar o que têm de próprio os diferentes grupos humanos e neles se integrar com amor, participar integralmente de sua vida social e cultural e relacionar-se com naturalidade uns com os outros, sob todos os aspectos da vida humana de todo dia. Familiarizem-se com suas tradições nacionais e religiosas. Com alegria e respeito, assinalem os traços culturais destes povos que de algum modo têm referência aos valores cristãos e podem ser considerados como que sementes latentes da Palavra. Mas não deixem de assinalar também as profundas transformações por que hão de passar todas as sociedades. Estarão assim contribuindo para evitar que a civilização moderna, científica e tecnológica, os venha a afastar das coisas divinas, em lugar de despertar neles, ainda mais vivo, o desejo da verdade e do amor divinamente revelados. Cristo entendeu em profundidade o coração humano. Convivendo humanamente com homens e mulheres, iluminava-os com a luz divina. Assim também o discípulo de Cristo, compenetrado de seu Espírito, deve procurar conhecer as pessoas com quem convive. Num diálogo sincero e paciente, levá-las a perceber o maravilhoso dom de Deus oferecido a todos e a aprofundá-lo à luz do Evangelho, para sua libertação e para que venham a reconhecer o senhorio de Deus Salvador.

**12.** A presença dos fiéis no seio dos diversos grupos humanos deve ser animada pelo amor com que Deus nos ama e quer que nos amemos uns aos outros.

O amor cristão se estende a todos, sem discriminação de raça, condição social ou religião. Não busca lucro ou reconhecimento algum. Assim como é gratuito o amor com que Deus ama os seres humanos, esforcem-se os fiéis para amá-los da mesma forma, com o mesmo amor. Cristo percorria o país curando as pessoas de seus males e doenças, como sinal do advento do reino. Que também a Igreja, por intermédio de seus filhos, vá ao encontro de todos os seres humanos, qualquer que seja sua condição, mas especialmente dos pobres e dos aflitos, dedicando-se a eles de coração. Participe de suas alegrias e de suas tristezas, comungue com suas aspirações e com suas incertezas, seja capaz de estar junto com eles nos momentos difíceis e até na morte. A Igreja deseja dialogar fraternalmente com todos os que buscam a paz, facilitando-lhes o acesso à luz do Evangelho.

Que os fiéis colaborem com todos os que buscam resolver os problemas econômicos e sociais. Cuidem especialmente da educação das crianças e dos adolescentes. As escolas são excelentes meios para formar e promover a juventude cristã, servir aos grandes valores humanos, defender a dignidade humana e melhorar a qualidade de vida, especialmente nos países em desenvolvimento.

Participem também os fiéis dos esforços no combate à fome, à ignorância e à doença, procurando estabelecer melhores condições de vida no planeta, em busca da consolidação da paz. Neste sentido, observadas as normas da prudência, devem colaborar com os organismos públicos e privados, com os governos e com os órgãos internacionais e com as diversas comunidades religiosas, cristãs ou não cristãs.

A Igreja não pretende de modo algum se imiscuir no governo da sociedade. Confiante no auxílio divino, reivindica somente o direito de se colocar fielmente, com amor, a serviço de todos, homens e mulheres.

Vivendo e agindo em íntima união com todos, os discípulos de Cristo procuram render-lhe um testemunho verdadeiro e atuar em vista de salvação, mesmo quando não o podem anunciar plenamente. Não visam ao progresso nem à prosperidade puramente materiais. São promotores da dignidade humana e do convívio fraterno entre os seres humanos, transmitindo-lhes as verdades religiosas e morais ensinadas por Cristo, a fim de se irem abrindo à plenitude de Deus. Dessa forma, caminha-se para a salvação trilhando o caminho do amor para com Deus e para com o próximo e o mistério de Cristo, tornando-se mais claro, manifesta o novo ser humano criado por Deus, em que se revela o amor de Deus para com a humanidade.

**13.** Onde quer que Deus proporcione ocasião para se falar do mistério de Cristo a todos os seres humanos, anuncie-se com confiança a constância a Deus vivo e a Jesus Cristo, por ele enviado para a salvação de todos. O Espírito Santo abrirá o coração dos não-cristãos para que acreditem no Senhor e livremente se convertam, acolham com sinceridade aquele que sendo “caminho, verdade e vida” (Jo 14, 6) satisfaz e até supera infinitamente todas as suas expectativas espirituais.

Trata-se de uma conversão inicial, suficiente porém para que a pessoa se dê conta de que foi libertada do pecado e introduzida no mistério do amor de Deus, que a chama para um convívio pessoal consigo em Cristo. Com a graça de Deus, o neoconvertido inicia uma caminhada espiritual na fé. Participa desde o início do mistério da morte e da ressurreição de Cristo, que transforma o velho ser humano que ele era em um novo, a imagem do realizado em Cristo.

Essa transformação comporta uma progressiva mudança na maneira de sentir e de viver, com repercussão em sua relação com os outros, que vai evoluindo aos poucos durante o catecumenato. O Senhor em quem acreditamos é sinal de contradição, por isso o convertido experimenta quase sempre rupturas e separações, embora conheça também novas alegrias que Deus dá com generosidade.

A Igreja proíbe severamente toda coação ou insistência demasiada que obrigue, leve ou atraia as pessoas para a fé, com a mesma energia com que condena corajosamente todas as ameaças que tendam a afastar as pessoas da fé.

Segundo prática antiqüíssima, a Igreja recomenda o exame dos motivos que levam à conversão que, se necessário, devem ser purificados.

**14.** Todos os que receberam de Deus a fé, por intermédio da Igreja, devem ser admitidos ao catecumenato, segundo o rito estabelecido. Mais do que simples exposição dos dogmas e dos preceitos, o catecumenato não deve ser uma iniciação a toda a vida cristã, um aproximar-se de Cristo, durante o tempo que for necessário. Sejam os catecúmenos iniciados convenientemente no mistério da salvação, na prática da vida evangélica, nas celebrações litúrgicas segundo os diversos tempos, na vida de fé, de culto e de amor, característica do povo de Deus.

Uma vez libertados do poder das trevas pelos sacramentos da iniciação cristã, mortos, sepultados e ressuscitados com Cristo recebam o Espírito de adoção dos filhos e celebrem com todo o povo de Deus, o memorial da morte e da ressurreição do Senhor.

É desejável que a liturgia da quaresma e do tempo pascal seja restaurada levando-se em conta o estado de espírito dos catecúmenos que se preparam para a celebração do mistério pascal, em cujas solenidades serão regenerados pela recepção do batismo de Cristo.

A iniciação cristã dos catecúmenos incumbe a toda a comunidade dos fiéis. Além dos catequistas e dos sacerdotes, compete especialmente aos padrinhos, ajudar os catecúmenos a entenderem, desde o início, que estão se integrando no povo de Deus. Como a vida da Igreja é apostólica, saibam os catecúmenos que devem cooperar ativamente na evangelização e na edificação da Igreja, pelo testemunho da vida e pela profissão da fé.

Que se defina com clareza, no novo Código de Direito Canônico, o lugar que ocupam os catecúmenos: já pertencem à Igreja à família de Cristo e, na maioria das vezes, vivem desde já segundo a fé, a esperança e a caridade.

**15.** Por intermédio das sementes da Palavra e pela pregação do Evangelho, o Espírito Santo chama a Cristo todos os seres humanos, desperta-lhes no coração a atitude de fé, gera nas fontes batismais, para uma nova vida, os que creem em Cristo, reúne-os em um só povo de Deus como “raça eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido por Deus” (1Pd 2, 9).

Como cooperadores de Deus os missionários devem suscitar grupos de fiéis que caminhem de maneira digna da vocação a que foram chamados e exerçam os papéis sacerdotal, profético e régio, que lhes foram atribuídos por Deus.

Dessa forma a comunidade cristã se torna sinal da presença de Deus no mundo. No sacrifício eucarístico, está em contato incessante com o Pai, por intermédio de Cristo. Alimentada constantemente pela palavra de Deus, dá testemunho de Cristo e caminha na caridade e no ardor apostólico, segundo o Espírito.

Desde o início a comunidade eclesial deve ser formada de tal maneira que possa suprir às suas próprias necessidades.

A comunidade dos fiéis, dotada com a riqueza cultural do povo a que pertence, deve estar profundamente radicada nesse povo. As famílias devem ser portadoras do espírito evangélico; as escolas, mantidas por pessoas capazes; estabeleçam-se associações e grupos por intermédio dos quais os leigos possam imbuir do espírito evangélico toda a sociedade; que reine finalmente um espírito de caridade entre os católicos de ritos diversos.

Cultive-se o espírito ecumênico entre os neófitos. Que encarem como irmãos em Cristo todos os discípulos de Cristo, regenerados pelo batismo e participantes dos muitos bens do povo de Deus. Na medida em que as circunstâncias religiosas o permitam, promovam-se atividades ecumênicas em comum, excluindo-se toda espécie de indiferentismo, confusão ou falsa emulação. Cooperando uns com os outros na ação social, nas áreas técnicas, culturais e religiosas, dá-se a todos testemunho da fé em Deus e em Jesus Cristo. A colaboração dos católicos obedeça às normas ditadas no decreto sobre o ecumenismo. Tenha-se em vista, antes de tudo, a Cristo, Nosso Senhor. Que seu nome nos reúna a todos! Não se trata de uma colaboração entre indivíduos apenas, mas deve se chegar, sob orientação do bispo, a uma colaboração entre igrejas e entre comunidades eclesiais.

Ao se reunirem na Igreja, “os fiéis não se diferenciam das outras pessoas nem pelo governo a que estão sujeitos, nem pela língua, nem pelas instituições políticas”. Vivem por isso para Deus e para Cristo, segundo as maneiras de ser e os costumes honestos de seu próprio povo. Como bons cidadãos, cultivam o amor a pátria, verdadeiro e eficaz, mas evitam absolutamente o nacionalismo exacerbado e o desprezo de outras raças, empenhados que estão na promoção do amor universal para com todos os seres humanos.

Na obtenção de tais objetivos, desempenham papel primordial os leigos, isto é, os fiéis que, tendo sido incorporados a Cristo pelo batismo, vivem contudo no mundo. Imbuídos do Espírito de Cristo, compete-lhes especificamente, como o fermento na massa, animar por dentro as realidades temporais e ordená-las de tal forma que se desenrolem sempre segundo o pensamento e a vontade de Cristo.

Não basta, porém, que a comunidade cristã esteja presente e seja organizada num determinado povo, como também não basta o apostolado do exemplo. Está presente e se organiza para anunciar Cristo aos concidadãos não-cristãos, pela palavra e pela ação, tudo fazendo para que o recebam da melhor forma possível.

A implantação e o crescimento da Igreja requerem grande diversidade de ministérios. A ação divina os suscita na comunidade, mas devem ser reconhecidos e cultivados com diligência. Dentre estes, contam-se o sacerdócio

e o diaconato, o ministério dos catequistas e a ação católica. Também os religiosos e religiosas são chamados a trabalhar para o enraizamento e conseqüente desenvolvimento, nas almas, do reino de Cristo, tanto pela oração como pela ação e demais obras indispensáveis.

**16.** Cheia de alegria, a Igreja agradece a Deus o dom inestimável da vocação sacerdotal concedido a inúmeros jovens, de populações recentemente convertidas a Cristo. A Igreja está tanto melhor implantada em qualquer comunidade humana quanto os ministros da salvação, bispos, padres, diáconos e irmãos coadjuvantes provêm dessa mesma comunidade e na medida em que a estrutura diocesana vai podendo se desenvolver, com o aumento do clero local.

Observe-se tudo quanto o concílio determinou a respeito da vocação e da formação sacerdotais, nas Igrejas recentemente implantadas ou por implantar. Acima de tudo é importante levar em conta o que concerne à estreita relação existente entre a formação espiritual, doutrinária e pastoral e a vida, inspirada no Evangelho, acima de toda consideração de ordem material ou familiar, favorecendo o desenvolvimento da percepção cada vez mais profunda do mistério da Igreja.

Convençam-se os formandos de que se devem consagrar inteiramente ao serviço do corpo de Cristo e do Evangelho, unidos aos respectivos bispos, como seus fiéis cooperadores e mantendo um relacionamento fraterno com todos os demais confrades.

É o objetivo a que visa, em última análise, toda a formação, feita à luz do mistério da salvação, tal como está consignado nas Escrituras. Presente na liturgia, o mistério de Cristo e da salvação humana deve também estar presente na vida.

As exigências comuns, pastorais e práticas da formação sacerdotal, de acordo com as determinações do concílio devem se articular com a maneira de pensar e de agir de cada povo. Sejam os alunos preparados para considerar sem preconceitos, conhecer com precisão e julgar criteriosamente a cultura do povo em que atuam. O estudo da filosofia e da teologia deve levar a compreender melhor as relações das tradições e religiões pátrias com a religião cristã.

A formação sacerdotal deve focalizar as necessidades pastorais de cada religião. Deve-se estudar a história, os objetivos e os métodos missionários da Igreja e a situação social, econômica e cultural do povo. Toda formação deve ser feita numa perspectiva ecumênica e os alunos devem ser preparados para o diálogo fraterno com os não-cristãos.

Tudo isso requer que os estudos de preparação para o sacerdócio sejam feitos em cada país, no seio de cada povo. Contudo também não se descure da formação para a administração tanto eclesiástica como econômica.

Que alguns sacerdotes, depois de um certo tirocinio pastoral, sejam escolhidos para continuar os estudos superiores em universidades estrangeiras, principalmente em Roma, ou em outros institutos especializados. Com isso as igrejas recém-implantadas irão se preparando aos poucos para o desempenho das tarefas eclesiásticas mais árduas, podendo contar quanto antes com especialistas devidamente formados.

Onde for oportuno, de acordo com o parecer da conferência episcopal, restaure-se o diaconato como estado permanente de vida, segundo as normas da Constituição Conciliar sobre a Igreja. A exemplo dos apóstolos, convém impor as mãos e ordenar os homens que já exercem um ministério de caráter diaconal: pregam a palavra de Deus, como catequistas ou como dirigentes, em nome do pároco e do bispo, de comunidades disseminadas por regiões mais distantes ou que ainda praticam o ministério da caridade por intermédio de obras sociais e de beneficência. Dessa forma ficarão vinculados mais estreitamente ao altar e poderão usufruir da graça do diaconato, para o exercício mais eficaz de seu ministério.

**17.** Não se deve esquecer o reconhecimento devido ao verdadeiro exército dos catequistas: homens e mulheres imbuídos do espírito apostólico, que prestam indispensável auxílio ao crescimento da fé e da Igreja nos países de missão.

Em nossos dias, o ofício de catequista adquire importância ímpar, tão grande é o número das multidões a serem evangelizadas e tão poucos os clérigos. Deve-se pois procurar harmonizar a formação dos catequistas com o progresso cultural, para que se tornem valiosos cooperadores da ordem sacerdotal e sejam capazes de enfrentar por si mesmos as novas e grandes exigências de sua função.

Multipliquem-se pois as escolas diocesanas e regionais em que os futuros catequistas aprendam a doutrina católica, especialmente no que diz respeito à Bíblia e à Liturgia, sejam iniciados nos métodos catequéticos e na prática pastoral, formados na moral cristã, na religião e na santidade, a serem vividas intensamente e com continuidade.

Promovam-se, além disso, cursos e encontros em que os catequistas sejam levados a rever e renovar periodicamente a prática de seu ministério, recebam alimento e fortaleçam-se espiritualmente.

Além disso, todos os que se dedicam ao trabalho catequético devem poder viver de maneira decente, ter uma remuneração adequada e usufruir dos benefícios da seguridade social.

A formação e o sustento dos catequistas deveria contar com subsídios da Congregação de Propaganda Fide, criando-se até, se necessário, um fundo para catequistas.

A Igreja reconhece com alegria o serviço indispensável que os catequistas auxiliares generosamente prestam. Presidem às orações e ensinam em suas respectivas comunidades. Onde for conveniente, numa cerimônia litúrgica especial lhes deve ser conferida a missão canônica, quando bem-formados, para que desempenhem suas funções junto ao povo, com maior autoridade de fé.

**18.** Que se estimule a vida religiosa desde os inícios de uma nova Igreja. Além de constituir precioso e indispensável auxílio à atividade missionária, a consagração a Deus feita com toda lucidez no seio da Igreja torna manifesta e exprime a natureza e a significação mais profundas da vida cristã.

Os diversos institutos religiosos que trabalham na vinha da Igreja, como portadores imbuídos dos diversos aspectos de sua tradição, procurem exprimi-los de maneira a serem entendidos pelo modo de ver e pelo jeito de cada povo. Prestem bem atenção às práticas ascéticas e contemplativas das religiões locais. São como sementes lançadas por Deus antes da pregação do Evangelho, até hoje presentes em antigas culturas e que podem ser perfeitamente assumidas pela vida religiosa.

As novas igrejas devem cultivar formas novas de vida religiosa, manifestando os diversos aspectos da missão de Cristo e da vida da Igreja. Consagrem-se às diversas obras pastorais preparando-se devidamente para tanto. Os bispos e as conferências episcopais cuidem para que não se multipliquem inutilmente congregações com os mesmos objetivos apostólicos, em prejuízo da vida religiosa e do apostolado.

Merecem especial menção as diversas iniciativas destinadas a consolidar a vida contemplativa, quer daqueles que conservam os elementos essenciais da instituição monástica e procuram restaurar as tradições autênticas de sua ordem, quer daqueles que procuram voltar às formas mais simples do monaquismo original. Todos devem procurar uma adaptação sadia às condições de vida locais. A vida contemplativa faz parte da plenitude da Igreja e não pode faltar às Igrejas recém-fundadas”.

**Puebla 356-360:** “356. Dá testemunho de Deus, revelado em Cristo pelo Espírito, que dentro de nós clama Abba, “Pai”. Assim comunica a experiência de sua fé nele.

**357.** Anuncia a Boa Nova de Jesus Cristo, mediante a palavra da vida: este anúncio suscita a fé, a pregação, a catequese progressiva que a alimenta e educa.

**358.** Gera a fé, que é conversão do coração e de vida, entrega da pessoa a Jesus Cristo; dá a participação de sua morte, para que a vida de Cristo se manifeste em cada homem. Esta fé, que também denuncia o que se opõe à construção do Reino, implica em rupturas que são necessárias e às vezes dolorosas.

**359.** Leva ao ingresso na comunidade dos fiéis, que perseveram na oração, na convivência fraterna e celebram a fé e os seus sacramentos, cujo ápice é a Eucaristia.

**360.** Envia como missionários aos que receberam o Evangelho com ânsias de que todos os homens sejam oferecidos a Deus e de que todos os povos o louvem”.

**Nota:76**

**1Pd 3, 15:** “Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar a razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês”.

**Nota:77**

cf. Puebla 141, 321, 470-506 (especialmente 480). Em nossa Carta aos Agentes de Pastoral e às Comunidades, de abril de 1985 recomendamos: “Evitar, na reflexão teológica e na ação pastoral, unilateralismos e reducionismos que neguem ou excluam aspectos essenciais do mistério cristão. Buscar uma síntese integradora dos diversos aspectos necessários à libertação Integral:

- nem só pecado individual, nem só pecado social;
- nem só dimensão vertical, nem só dimensão horizontal;
- nem só ortodoxa, nem só ortopraxis;
- nem só dimensão espiritual, nem só dimensão sócio-política;
- nem só conversão do coração, nem só transformação das estruturas (cf. Comunicado Mensal da CNBB, n.388, 1985, p. 351)”.

**Puebla 141, 321, 470-506:** “141. Numa palavra, nosso povo deseja uma libertação integral que não se esgote no quadro de sua existência temporal, mas que se projete na plena comunhão com Deus e com os irmãos na eternidade, comunhão que já se começa a realizar, embora imperfeitamente, na história.

**321.** Deve-se revalorizar entre nós a imagem cristã dos homens. É forçoso e indispensável que volte a ressoar essa palavra em que se vem cristalizando desde há muito tempo um sublime ideal de nossos povos, LIBERDADE. Esta liberdade é a um tempo dom e tarefa. Ela não se alcança verdadeiramente sem a libertação integral e é, em sentido válido, meta do homem segundo nossa fé, uma vez que “para a liberdade é que Cristo nos libertou” (Gl 5,1) a fim de que tenhamos vida e a tenhamos em abundância, como “filhos de Deus e co-herdeiros do próprio Jesus Cristo” (Rm 8,17).

**470.** Reconhecemos os esforços realizados por muitos cristãos da América Latina para aprofundar na fé e iluminar com a Palavra de Deus as situações particularmente conflitantes de nossos povos. Animamos a todos os cristãos a continuar prestando esse serviço evangelizador e a discernir seus critérios de reflexão e investigação, tendo cuidado especial em conservar e promover a comunhão eclesial, tanto em nível local quanto universal.

**471.** Estamos conscientes de que, a partir de Medellín, os agentes de pastoral conseguiram progressos muito significativos e esbarraram em não poucas dificuldades. Estas não devem desanimar-nos; devem levar-nos antes a novas procuras e melhores realizações.

**472.** A contribuição da Igreja à libertação e promoção humana vem se concretizando num conjunto de orientações doutrinárias e critérios de ação que costumamos chamar “doutrina social da Igreja”, os quais têm sua fonte na Sagrada Escritura, na doutrina dos Santos Padres e dos grandes teólogos da Igreja e no Magistério, especialmente dos últimos papas. Como se evidencia desde sua origem, há neles elementos de validade permanente que se fundamentam numa antropologia nascida da própria mensagem de Cristo e nos valores perenes da ética cristã. Mas há também elementos que são alteráveis e respondem às condições próprias de cada país e de cada época.

**473.** Seguindo Paulo VI (OA, 4), podemos formular esta doutrina assim: atenta aos sinais dos tempos, interpretados à luz do Evangelho e do magistério da Igreja, toda a comunidade cristã é chamada a se tornar responsável pelas opções concretas e pela sua efetiva atuação para responder às interpelações que as circunstâncias mutáveis apresentam. Esta doutrina social tem, pois, um caráter dinâmico e em sua elaboração e aplicação os leigos não de ser não passivos executores, mas ativos colaboradores dos pastores, a quem levam sua experiência cristã, sua competência profissional e científica (GS 42).

**474.** Está claro, pois, que toda a comunidade cristã, em comunhão com seus legítimos pastores e guiada por eles, constitui sujeito responsável pela evangelização, pela libertação e promoção humana.

**475.** O objeto precípua desta doutrina social é a dignidade pessoal do homem, imagem de Deus e a tutela de seus direitos inalienáveis (PP 14-21). A Igreja explicitou seus ensinamentos nos diversos campos da vida: social, econômico, político, cultural, segundo as necessidades. Portanto, a finalidade dessa doutrina da Igreja que traz sua visão própria do homem e da humanidade (PP 13) é sempre a promoção de libertação total da pessoa humana, em sua dimensão terrena e transcendente, contribuindo assim para a construção do Reino último e definitivo, sem confundir, contudo, progresso terreno e crescimento do Reino de Cristo.

**476.** Para que nossa doutrina social seja acreditável e aceita por todos, deve responder de maneira eficaz aos desafios e aos problemas graves que surgem de nossa realidade latino-americana. Homens diminuídos por carências de toda espécie reclamam ações urgentes em nosso esforço promocional que tornam sempre necessárias as obras assistenciais. Não podemos propor eficazmente esta doutrina sem sermos nós mesmos interpelados por ela em nosso comportamento pessoal e institucional. Ela exige de nós coerência, criatividade, audácia e entrega total. Nossa conduta social é parte integrante de nosso seguimento de Cristo. Nossa reflexão

sobre a projeção da Igreja no mundo, como sacramento de comunhão e salvação é parte de nossa reflexão teológica, porque “a evangelização não seria completa se não levasse em conta a interpelação recíproca que ao longo dos tempos se estabelece entre o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social do homem” (EN 29).

**477.** A promoção humana implica atividades que ajudam a despertar a consciência do homem em todas as suas dimensões e a lutar por si mesmo como protagonista de seu próprio desenvolvimento humano e cristão. Educa para a convivência, dá impulso à organização, fomenta a comunicação cristã dos bens, ajuda de modo eficaz a comunhão e a participação.

**478.** Para se conseguir a coerência do testemunho da comunidade cristã no empenho de libertação e de promoção humana, cada país e cada Igreja particular organizará sua pastoral social com meios permanentes e adequados que mantenham e estimulem o compromisso comunitário, garantindo a necessária coordenação de iniciativas, no diálogo constante com todos os membros da Igreja. A “Caritas” e outros organismos que vêm trabalhando com eficácia há muitos anos, podem oferecer um bom serviço.

**479.** A teologia, a pregação, a catequese, para serem fiéis e completas, exigem ter diante dos olhos todo o homem e todos os homens e comunicar-lhes em forma oportuna e adequada “uma mensagem particularmente vigorosa em nossos dias sobre a libertação” (EN 29) “sempre no designio global da salvação” (EN 38). Parece, pois, necessário que digamos uma palavra esclarecedora sobre o próprio conceito de libertação no momento atual do Continente.

**480.** Em Medellín se desenvolve um processo dinâmico de libertação integral cujos ecos positivos se fazem sentir na EN e na Mensagem do Papa João Paulo II a esta Conferência. É um anúncio que vem urgindo a Igreja e faz parte da própria essência da evangelização que tende à realização autêntica do homem.

**481.** Existem, porém, concepções e aplicações da libertação. Embora entre elas se descubram traços comuns, existem enfoques difíceis de se levar a uma adequada convergência. Por isso, o melhor é oferecer critérios que emanam do Magistério e que servem para o necessário discernimento acerca da original concepção da libertação cristã.

**482.** Surgem dois elementos complementares e inseparáveis: a libertação de todas as servidões do pecado pessoal e social, de tudo o que transvia o homem e a sociedade e tem sua fonte no egoísmo, no mistério da iniquidade, e a libertação para o crescimento progressivo no ser, pela comunhão com Deus e com os homens, que culmina na perfeita comunhão do céu, onde Deus é tudo em todos e não haverá mais lágrimas.

**483.** É uma libertação que se vai realizando na história, a libertação de nossos povos e a nossa própria pessoal e abrange as diversas dimensões da existência: o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações. Em tudo isso há de circular a riqueza transformadora do Evangelho, com sua contribuição própria e específica, que se deve salvaguardar. Do contrário, como adverte Paulo VI: “A Igreja perderia seu sentido mais profundo; sua mensagem não teria nenhuma originalidade e facilmente poderia ser monopolizada e manipulada por sistemas ideológicos e por partidos políticos” (EN 32).

**484.** É necessário esclarecer que esta libertação se fundamenta em três grandes pilares que o Papa João Paulo II nos lembrou como orientação definida: a verdade sobre Jesus Cristo, a verdade sobre a Igreja a verdade sobre o homem.

**485.** Assim, se não chegamos à libertação do pecado com todas as suas seduções e idolatrias; se não ajudamos a concretizar a libertação que Cristo conquistou na cruz, mutilamos a libertação de modo irreparável, e a mutilamos igualmente se esquecemos o eixo da evangelização libertadora, que é a que transforma o homem em sujeito de seu próprio desenvolvimento individual e comunitário. Também a mutilamos se esquecemos a dependência e as escravidões que ferem direitos fundamentais que não são concedidos por governos ou instituições, ainda as mais poderosas, mas que têm como autor o próprio Criador e Pai.

**486.** É uma libertação que sabe utilizar meios evangélicos, com sua peculiar eficácia e que não recorre a nenhuma espécie de violência nem à dialética da luta de classes, mas à vigorosa energia e ação dos cristãos, que, movidos pelo Espírito, acodem para responder ao clamor de milhões e milhões de irmãos.

**487.** Como pastores da América Latina, temos razões gravíssimas para urgir a evangelização libertadora, não só porque é necessário recordar o pecado individual e social, mas também porque de Medellín para cá a situação se agravou na maioria de nossos países.

**488.** Alegria-nos comprovar exemplos numerosos de esforços por viver a evangelização libertadora em sua plenitude. Uma das principais tarefas para continuarmos animando a libertação cristã é a procura criativa de caminhos que se afastem de ambigüidades e de reducionismos (EN 32) em plena fidelidade à Palavra de Deus que nos é dada na Igreja e nos move ao alegre anúncio aos pobres, como um dos sinais messiânicos do Reino de Cristo.

**489.** Como muito bem salientou João Paulo II em seu discurso inaugural: “Há muitos sinais que ajudam a discernir quando se trata de uma libertação cristã e quando, ao contrário, se nutre mais de ideologias que lhe tiram a coerência com uma visão evangélica do homem, das coisas, dos acontecimentos (EN 35). São sinais que derivam dos conteúdos que anunciam, ou das atitudes concretas que assumem os evangelizadores. É preciso observar, em nível de conteúdos, qual a fidelidade à Palavra de Deus, à Tradição viva da Igreja, a seu Magistério. Quanto às atitudes, é necessário ponderar qual o seu sentido de comunhão com os bispos, em primeiro lugar, e com os outros setores do Povo de Deus: qual a contribuição que damos a construção efetiva da comunidade e qual a forma de dedicarmos com amor nossa solicitude para com os pobres, doentes, despojados, desamparados, angustiados e como, descobrindo neles a imagem de Jesus pobre e paciente, nos esforçamos por remediar suas necessidades e procuramos servir neles a Cristo (LG 8). Não nos enganemos: os fiéis humildes e simples, como por instinto evangélico, compreendem espontaneamente quando se serve na Igreja ao Evangelho e quando este é esvaziado e asfiziado com outros interesses”.

**490.** Quem tem sobre o homem a visão que o cristianismo dá, assume por sua vez o compromisso de não poupar sacrifícios para garantir a todos a condição de autênticos filhos de Deus e irmãos em Jesus Cristo. Assim a evangelização libertadora tem sua plena realização na comunhão de todos em Cristo segundo a vontade do Pai de todos os homens.

**491.** Nada é divino e adorável fora de Deus. O homem cai na escravidão quando diviniza ou absolutiza a riqueza, o poder, o Estado, o sexo, o prazer ou qualquer criatura de Deus, inclusive seu próprio ser ou sua razão humana. O próprio Deus é a fonte de libertação radical de todas as formas de idolatria, porque a adoração do não adorável e a absolutização do relativo, levam à violação do que há de mais íntimo na pessoa

humana: sua relação com Deus e sua realização pessoal. Eis a palavra libertadora por excelência: Ao Senhor adorarás, e só a ele prestarás culto (Mt 4,10). A queda dos ídolos restitui ao homem seu campo essencial de liberdade. Deus, livre por excelência, quer entrar em diálogo com um ser livre, capaz de fazer suas opções e exercer suas responsabilidades individualmente e em comunidade. Existe, pois, uma história humana que, embora tenha sua consistência própria e sua autonomia, está destinada a ser consagrada pelo homem a Deus. A verdadeira libertação, com efeito, liberta de uma opressão para poder chegar a um bem superior.

**492.** Os bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e cada um dos homens e dos povos. Por isso a todos e a cada um compete um direito primário e fundamental, absolutamente inviolável, de usar solidariamente esses bens, na medida do necessário, para uma realização digna da pessoa humana. Todos os outros direitos, também o de propriedade e livre comércio lhe estão subordinados. Como nos ensina João Paulo II: Sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social". A propriedade compatível com aquele direito primordial é antes de tudo um poder de gestão e administração, que, embora não exclua o de domínio, não o torna absoluto nem ilimitado. Deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios. É um dever grave e urgente fazê-lo retornar à sua finalidade primeira.

**493.** Os bens da terra se convertem em ídolo e em sério obstáculo para o Reino de Deus, quando o homem concentra toda sua atenção em tê-los ou em cobiçá-los. Então eles se tornam absolutos. "Não podeis servir a Deus e ao dinheiro" (Lc 16,13).

**494.** A riqueza absolutizada é obstáculo para a verdadeira liberdade. Os contrastes cruéis de luxo e extrema pobreza, tão visíveis em todo o Continente, agravados, ademais, pela corrupção que muitas vezes invade a vida pública e profissional, manifestam até que ponto nossos países se encontram sob o domínio do ídolo da riqueza.

**495.** Essas idolatrias se concentram em duas formas opostas que têm uma mesma raiz: o capitalismo liberal e, como reação, o coletivismo marxista. Ambos são formas do que se pode chamar "injustiças institucionalizadas".

**496.** Finalmente, como já ficou dito, importa tomar consciência dos efeitos devastadores de uma industrialização descontrolada e de uma urbanização que vai tomando proporções alarmantes. Os esgotamentos dos recursos naturais e a contribuição do ambiente constituirão um problema dramático. Afirmamos uma vez mais a necessidade de uma profunda revisão da tendência consumista das nações mais desenvolvidas; cumpre levar em consideração as necessidades elementares dos povos pobres que formam a maior parte do mundo.

**497.** O novo humanismo proclamado pela Igreja que rejeita toda idolatria permitirá "ao homem moderno encontrar-se a si mesmo, assumindo os valores do amor, da amizade, da oração e da contemplação. Assim poderá realizar em toda a sua plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é o passo para cada um e para todos, de condições de vida menos humanas a condições mais humanas (PP 20). Desse modo se planejará a economia a serviço do homem e não o homem a serviço da economia, como acontece nas duas formas de idolatria, a capitalista e a coletivista. Será a única maneira de que o "ter" não afogue o "ser".

**498.** As diversas formas do poder na sociedade pertencem fundamentalmente à ordem da criação. Por tanto, levam em si a vontade essencial do serviço que devem prestar à comunidade humana.

**499.** A autoridade, necessária em qualquer sociedade, vem de Deus e consiste na faculdade de mandar segundo a reta razão. Por conseguinte, sua força obrigatória procede da ordem moral e dentro dela deve desenvolver-se para que obrigue em consciência. "A autoridade é sobretudo uma força moral".

**500.** O pecado corrompe o uso que os homens fazem do poder, levando-o ao abuso dos direitos dos outros, às vezes em formas mais ou menos absolutas. Isso ocorre mais notavelmente no exercício do poder político, por se tratar do campo das decisões que determinam a organização global do bem-estar temporal da comunidade e por servir mais facilmente não só aos abusos dos que detêm o poder, mas à absolutização do próprio poder, apoiados na força pública. Diviniza-se o poder político quando na prática ele é tido como absoluto. Por isso, o uso totalitário do poder é uma forma de idolatria e como tal a Igreja o rejeita inteiramente (GS 75). Reconhecemos pesadamente a presença de muitos regimes autoritários e mesmo opressivos em nosso Continente. Eles constituem um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento dos direitos da pessoa, dos grupos e das próprias nações.

**501.** Infelizmente, em muitos casos isso chega ao ponto de que os próprios poderes políticos e econômicos de nossas nações, para além das normais relações recíprocas, estão sujeitos a centros mais poderosos que operam em escala internacional. Agrava a situação o fato de que estes centros de poder se acham estruturados em formas encobertas, presentes em toda parte, e se subtraem facilmente ao controle dos governos e dos próprios organismos internacionais.

**502.** É urgente libertar nossos povos do ídolo do poder absoluto para conseguir uma convivência social em justiça e liberdade. Com efeito, para que os povos latino-americanos possam cumprir a missão que lhes assinala a história como povos jovens, ricos em tradições e cultura, necessitam de uma ordem política que respeite a dignidade do homem, que garanta a concórdia e a paz interior da comunidade civil e em suas relações com as outras comunidades. Entre os anseios e exigências de nossos povos para que isso seja uma realidade, destacam-se:

**503.** A igualdade de todos os cidadãos com o direito e o dever de participar no destino da sociedade, com as mesmas oportunidades, dando sua contribuição para os ônus equitativamente distribuídos e obedecendo às leis legitimamente estabelecidas.

**504.** O exercício de suas liberdades, amparadas em instituição que garantam o bem comum, no respeito aos direitos das pessoas e associações.

**505.** A legítima autodeterminação de nossos povos que lhes permita organizar-se segundo seu próprio gênio e a marcha de sua história (GS 74) e cooperar numa nova ordem internacional.

**506.** A urgência de restabelecer a justiça não só teórica e formalmente reconhecida, mas também posta eficazmente em prática por instituições adequadas e realmente vigentes".

#### **Nota:78**

**LG, 8:** "Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerces e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada”.

**GS, 40:** “Tudo que até agora foi dito a respeito da dignidade humana, da comunidade existente entre os seres humanos e do sentido profundo de sua atividade constitui o fundamento da relação entre a Igreja e o mundo e a base de seu diálogo recíproco.

Depois de o concílio ter falado sobre o mistério da Igreja, convém que a considere agora enquanto existe e atua no mundo, em convívio com ele.

A Igreja procede do amor do Pai eterno, foi fundada na história pelo Cristo Redentor e é sustentada na unidade pelo Espírito Santo. Sua finalidade é salutar e escatológica e só se realizará plenamente no século futuro. Contudo, está presente aqui na terra, é feita de mulheres e homens que são membros da sociedade terrena, chamados desde agora a formar, na história, a família dos filhos de Deus, que deve ir aumentando até a vinda do Senhor.

Família, cuja união vem dos bens celestiais de que todos participam, foi constituída e organizada por Cristo nesse mundo, como uma sociedade, dotada dos meios adequados a toda sociedade visível. A Igreja é assim, ao mesmo tempo, um grupo histórico e uma comunidade espiritual em caminho, com toda a humanidade, participando, com o mundo, da condição terrena e agindo como fermento ou como alma da sociedade humana, a ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus.

Só a fé percebe esta compenetração das sociedades terrena e celestial. O mistério da história humana, perturbada pelo pecado, permanecerá impenetrável até o fim dos séculos, quando se manifestará plenamente a glória dos filhos de Deus. A Igreja, fiel a seu próprio fim, comunica a todos a vida divina e ilumina com sua luz o mundo inteiro, contribuindo para restabelecer e elevar a dignidade humana e fortalecer os laços sociais, proporcionando uma significação nova e mais profunda a toda a atividade humana.

Através de cada um de seus membros e atuando em conjunto, a Igreja acredita poder contribuir para tornar mais humana a família dos humanos e sua história.

Além disso, a Igreja católica se alegra de poder assinalar a importância da contribuição que deram e ainda dão, no mesmo sentido, as outras igrejas cristãs e as diversas comunidades eclesiais.

Tem, além disso, a convicção de poder contar, sob inúmeros e variados aspectos, com o apoio e com a ajuda do mundo, das pessoas individualmente e da sociedade humana, com seus bens e com sua atividade, para abrir caminho ao Evangelho.

Para promover adequadamente esta colaboração, em que, reciprocamente, Igreja e mundo se ajudam, convém estabelecer aqui alguns princípios gerais”.

#### **Nota:79**

**GS, 44:** “Assim como interessa ao mundo reconhecer a Igreja, na sua realidade social, como fermento da história, a Igreja não deve esquecer quanto lhe aproveita a evolução e a história do gênero humano.

A experiência dos séculos passados, o progresso das ciências e os muitos tesouros escondidos nas mais variadas culturas são extremamente úteis à Igreja: manifestam as virtudes da natureza humana e abrem novos caminhos para o conhecimento da verdade.

Desde o início de sua história a Igreja soube anunciar Cristo por intermédio de expressões e conceitos lingüísticos aprendidos dos diversos povos e torná-lo melhor conhecido recorrendo à sabedoria dos filósofos. A Igreja teve sempre por objetivo adaptar o Evangelho à capacidade de entender do povo e às exigências dos intelectuais. Essa acomodação da pregação da palavra revelada é uma lei permanente da evangelização. Em todas as nações a possibilidade de exprimir a seu modo a mensagem de Cristo deve ser cultivada, promovendo-se um intercâmbio fecundo entre a Igreja e as diversas culturas.

Para intensificar este intercâmbio, especialmente nos dias de hoje, em que as coisas mudam rapidamente e a maneira de pensar é extremamente variada, a Igreja precisa daqueles que vivem no mundo, conhecem por dentro as diversas instituições e disciplinas, mesmo que não sejam cristãos. Todo o povo de Deus, mas especialmente os bispos e os teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, devem estar atentos à linguagem do nosso tempo, analisá-la e interpretá-la à luz da palavra divina, para aprofundar sempre mais a compreensão da verdade revelada, melhor entendê-la e divulgá-la de maneira mais acessível.

Dotada de estrutura social visível, sinal de sua unidade em Cristo, a Igreja pode aproveitar e se aproveitar de fato da evolução da sociedade. Não que lhe falte qualquer elemento constitucional, mas deve sempre se conhecer de maneira mais profunda e se exprimir de maneira mais adequada aos tempos em que vivemos. Tem consciência de que muito deve, quer individual, quer coletivamente, a pessoas de todas as classes e condições. Todos os que lutam pela promoção da família, da cultura, da vida econômica, social e política, tanto nacional como internacional, segundo o desígnio de Deus, promovem igualmente a comunidade eclesial no que ela depende do auxílio externo, que é muito importante. A Igreja reconhece ainda que mesmo as resistências e oposições que encontrou e ainda encontra lhe são proveitosas, como sempre o foram”.

#### Nota:80

**GS, 36:** “Hoje em dia, muitos temem que a vinculação da atividade humana à moral e à religião prejudique a autonomia das pessoas e da sociedade, constituindo um empecilho para o progresso da ciência.

É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando.

É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que lhes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé.

Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé.

Quando, porém, se entende por autonomia das coisas terrenas, a pretensão de que não foram criadas por Deus e que se pode delas usar sem qualquer referência ao criador, é claro que se trata de uma falsa idéia, a ser rejeitada por todo aquele que reconhece a Deus. Sem o criador a criatura se reduz a nada. Aliás todas as pessoas que têm fé, independentemente da religião que professem, reconhecem a voz e a manifestação de Deus nas criaturas. O esquecimento de Deus torna o mundo incompreensível”.

#### Nota:81

cf. Puebla 519, 1210-1211; LC 61 e 74. Contudo, convém lembrar que: “...faz parte da missa da Igreja preocupar-se, de certo modo, das questões que envolvem o homem, do berço ao túmulo, como são as sociais e sócio-políticas”. (João Paulo II à CNBB a 9 de abril 1986 n. 2). **Puebla 519, 1210-1211:** “519. Igreja reconhece a devida autonomia do temporal (GS 36); isso vale para os governos, partidos sindicatos e outros grupos no campo social e político. O fim que o Senhor determinou à sua Igreja é de ordem religiosa e, portanto, ao intervir neste campo, não a anima nenhuma intenção de ordem política, econômica ou social. “Mas, na verdade desta mesma missão religiosa decorrem benefício luzes e forças que podem auxiliar a organização e o fortalecimento da comunidade humana segundo a lei de Deus” (GS 42).

**1210.** Vivemos numa sociedade pluralista, na qual se encontram diversas religiões, concepções filosóficas, ideologias, sistemas de valores que, encarnando-se em diferentes movimentos históricos, propõem-se construir a sociedade do futuro, rejeitando a tutela de qualquer instância inquestionável.

**1211.** Sabemos que a Igreja, ao trazer uma valiosa colaboração para a construção da sociedade, não se atribui competência para propor modelos alternativos”.

**Instrução Libertatis Conscentia, 61:** “A Igreja e as inquietudes do homem - A Igreja tem o firme propósito de responder à inquietude do homem contemporâneo, marcado por duras opressões e desejoso de liberdade. A gestão política e econômica da sociedade não entra diretamente na sua missão. Mas o Senhor Jesus confiou-lhe a palavra da verdade, capaz de iluminar as consciências. O amor divino, que é a sua vida, leva-a a se fazer realmente solidária com cada homem que sofre. Se seus membros permanecerem fiéis a essa missão, o Espírito Santo, fonte de liberdade, habitará neles e produzirão frutos de justiça e de paz em seu ambiente familiar, profissional e social.

74. Critérios de julgamento - Esses princípios estabelecem critérios para efetuar um julgamento acerca das situações, das estruturas e dos sistemas sociais.

Assim, a Igreja não hesita em denunciar as situações de vida que lesem a dignidade e a liberdade do homem.

Tais critérios permitem também julgar o valor das estruturas. Estas são o conjunto das instituições e das práticas que os homens já encontram em ação ou criam, em plano nacional e internacional, e que orientam ou organizam a vida econômica, social e política. Em si necessárias, elas tendem, freqüentemente, a se fixarem e enrijecerem em mecanismos relativamente independentes da vontade humana, paralizzando ou pervertendo assim o desenvolvimento social e gerando a injustiça. No entanto, elas dependem sempre da responsabilidade do homem, que pode modificá-las, e não de um pretenso determinismo da história.

As instituições e as leis, quando são conformes à lei natural e ordenadas ao bem comum, são a garantia da liberdade das pessoas e da sua promoção. Não se pode condenar todos os aspectos coercitivos da estabilidade de um estado de Direito digno desse nome. Pode-se falar, portanto, de estruturas marcadas pelo pecado, mas não se pode condenar as estruturas enquanto tais.

Os critérios de julgamento dizem respeito também aos sistemas econômicos, sociais e políticos. A doutrina social da igreja não propõe algum sistema particular, mas à luz dos seus princípios fundamentais, permite ver em que medida os sistemas existentes são ou não conformes às exigências da dignidade humana.”

#### Nota:82



**GS, 76e:** “É muito importante, especialmente numa sociedade pluralista, que haja um clima de respeito mútuo entre a comunidade política e a Igreja e se distinga claramente a atividade política individual e comunitária dos fiéis, exercida em seu próprio nome, por inspiração da consciência cristã, e a ação que exercem em nome da Igreja, juntamente com seus pastores.

Em virtude de sua competência e função, como sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa, a Igreja não se confunde de maneira alguma com a comunidade política, nem está presa a nenhum sistema político determinado.

A comunidade política e a Igreja, em suas respectivas esferas de ação, são independentes e autônomas. As duas estão a serviço da mesma vocação pessoal do ser humano, embora a títulos diversos. Este serviço será tanto mais eficaz, para o bem de todos, quando houver cooperação entre ambas, de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar.

O ser humano não está totalmente encerrado na esfera política. Vive, na história, sua vocação integral, que aponta para a eternidade. Nessa perspectiva, a Igreja, baseada no amor que tem por nós o Redentor, deve contribuir para que prevaleça cada vez mais o amor nas relações humanas, nacionais e internacionais. Deve pregar a verdade do Evangelho e iluminar com sua doutrina e com o testemunho dos fiéis todas as esferas da atividade humana, promover a liberdade e a responsabilidade políticas dos cidadãos.

Ao serem enviados ao mundo para anunciar a todos Cristo, Salvador do mundo, os apóstolos e seus sucessores se baseiam no poder de Deus, que manifesta a força do Evangelho através da fraqueza do presépio. Todos os que se consagram ao ministério da palavra divina devem adotar os meios e as maneiras de agir próprias do Evangelho, que diferem profundamente dos caminhos trilhados pelo poder civil.

Na atual condição humana, as realidades terrestres estão intimamente conexas com as que superam este mundo. A própria Igreja precisa das coisas temporais para cumprir sua missão. Mas não deposita sua esperança nos eventuais privilégios que obtenha dos governos. Pelo contrário, está disposta a renunciar mesmo ao exercício de direitos adquiridos quando o exigirem o testemunho da sinceridade de sua missão ou se modificarem as condições de vida.

Sempre porém, e em toda parte, que lhe seja possível pregar livremente a fé e manifestar a sua doutrina social, não deixará de cumprir sua função entre os seres humanos. Dará a conhecer seu ponto de vista ético, mesmo a respeito das realidades políticas, desde que o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas. Falará de tudo, mas unicamente na perspectiva do Evangelho e do bem de todos, de acordo com as mais diversas circunstâncias de tempo e lugar.

Aderindo fielmente ao Evangelho e exercendo sua missão no mundo, a Igreja, que deve promover e elevar tudo que há de verdadeiro, bom e belo na humanidade, consolida a paz entre os seres humanos, para a glória de Deus”.

#### **Nota:83**

**Libertatis Conscientia, 64:** “Evangelização e promoção da justiça - Quando, pois, se pronuncia sobre a promoção da justiça nas sociedades humanas, ou leva os seus fiéis leigos a nelas trabalharem segundo a vocação própria deles, a Igreja não excede a sua missão. Ela toma cuidado, no entanto, para que essa missão não seja absorvida pelas preocupações concernentes à ordem temporal nem a estas últimas se reduza. Por isso, ela presta grande atenção em manter, clara e firmemente, tanto a unidade como a distinção entre evangelização e promoção humana: unidade, porque ela busca o bem do homem todo; distinção, porque essas duas tarefas, sob títulos diversos, integram a sua missão.

**65.** Evangelho e realidades terrestres - Procurando, pois, realizar a sua finalidade própria é que a Igreja ilumina, com a luz do evangelho, as realidades terrestres, de modo que a pessoa humana seja curada de suas misérias e elevada na sua dignidade. A coesão da sociedade segundo a justiça e a paz é, assim, promovida e reforçada. Por isso mesmo, a Igreja é fiel à sua missão quando denuncia os desvios, as servidões e as opressões de que os homens são vítimas.

Ela é fiel à sua missão quando se opõe às tentativas de instauração de uma forma de vida social da qual Deus esteja ausente, seja por uma oposição consciente, seja por uma negligência culposa.

Por fim, ela é fiel à missão quando exerce seu julgamento a respeito de movimentos políticos que pretendem lutar contra a miséria e a opressão segundo teorias e métodos de ação contrários ao evangelho e opostos ao próprio homem.

É verdade que a moral evangélica, com as energias da graça, traz ao homem novas perspectivas e exigências novas. Mas ela vem aperfeiçoar e elevar uma dimensão moral que já pertence à natureza humana e pela qual a Igreja se preocupa, sabendo que tal dimensão constitui um patrimônio que pertence a todos os homens enquanto tais”.

**Libertatis Conscientia, 62:** “As bem-aventuranças, a partir da primeira, a dos pobres, formam um todo que não pode ser separado do conjunto do Sermão da Montanha. Neste, Jesus, novo Moisés, comenta o Decálogo, a Lei da Aliança, dando-lhe seu sentido definitivo e pleno. Lidas e interpretadas na totalidade do seu contexto, as bem-aventuranças exprimem o espírito do Reino de Deus que vem. Mas, à luz do destino definitivo da história humana assim manifestada, aparecem, ao mesmo tempo, com um mais viva clareza, os fundamentos da injustiça na ordem temporal”.

#### **Nota:84**

**Mt 5,3-11:** “Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu. Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os mansos, porque possuirão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os que são misericordiosos, porque encontrarão misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus. Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu. Felizes vocês, se forem insultados e perseguidos, e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim”.

#### **Nota:85**

cf. Puebla 28-30, 42, 435-436; Instrução LC 74; cf. também Mc 10, 42-45.

**Puebla 28-30, 42, 435-436:** “28.Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quanto se dá em países que

se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar: “que se derrubem as barreiras da exploração. .. contra as quais se estraçalham seus maiores esforços de promoção” (João Paulo II, Alocução Oaxaca 5 AAS LXXI, p.209).

**29.** Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção.

**30.** Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria. A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismos que, por estarem impregnados não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem, em nível internacional ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres. Esta realidade exige, portanto conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social; tais mudanças ou não se deram ou têm sido demasiado lentas na experiência da AL.

**42.** Somam-se a isto as angústias produzidas pelo abuso do poder, típicas dos regimes de força. Angústia causadas pela repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de delação, de violação da privacidade, de pressões exageradas, de torturas, de exílios. Angústias em numerosas famílias pelo desaparecimento de seus entes queridos, dos quais não conseguem ter a menor notícia. Insegurança total por detenções sem ordem judicial. Angústias ante uma justiça submissa ou manietada. A Igreja, como afirmam os Sumos Pontífices, “por força de um autêntico compromisso evangélico”, deve fazer ouvir a sua voz, denunciando e condenando estas situações, sobretudo quando os governos ou responsáveis se confessam cristãos.

**435.** Em sua essência, o secularismo separa e opõe o homem com relação a Deus; concebe a construção da história como responsabilidade exclusiva do homem, considerado em sua mera imanência. Trata-se de “uma concepção do mundo segundo a qual este último se explica por si mesmo, não sendo necessário recorrer a Deus: Deus seria, pois, supérfluo e até mesmo um obstáculo. Este secularismo, para reconhecer o poder do homem, acaba se colocando acima de Deus ou mesmo negando-o. Novas formas de ateísmo um ateísmo antropocêntrico, não abstrato e metafísico, mas prático e militante parecem derivar dele. Em união com este secularismo ateu, nos é proposta todo os dias, sob as formas mais diversas, uma civilização de consumo, o hedonismo erigido em valor supremo, uma vontade de poder e de domínio, de discriminações de toda espécie: constituem elas outras tantas inclinações desumanas deste “humanismo” (EN 55).

**436.** A Igreja, pois, em sua tarefa de evangelizar e suscitar a fé em Deus Pai providente e em Jesus Cristo, ativamente presente na história humana passa por um confronto radical com esse movimento secularista. Vê nele uma ameaça à fé e à própria cultura de nossos povos latino-americanos. Por isso, uma das incumbências fundamentais do novo impulso evangelizador há de ser atualizar e reorganizar o anúncio do conteúdo da evangelização partindo da própria fé de nossos povos, de modo que estes possam assumir os valores da nova civilização urbano-industrial, numa síntese vital cujo fundamento continue sendo a fé em Deus e não o ateísmo, conseqüência lógica da tendência secularista.

Ficou assinalada a incoerência entre a cultura de nossos povos, cujos valores estão marcados de fé cristã, e a condição de pobreza em que muitas vezes permanecem retidos injustamente.

**LC, 74:** “Critérios de julgamento – Esses princípios estabelecem critérios para efetuar um julgamento acerca das situações, das estruturas e dos sistemas sociais.

Assim, a Igreja não hesita em denunciar as situações de vida que lesem a dignidade e a liberdade do homem.

Tais critérios permitem também julgar o valor das estruturas. Estas são o conjunto das instituições e das práticas que os homens já encontram em ação ou criam, em plano nacional e internacional, e que orientam ou organizam a vida econômica, social e política. Em si necessárias, elas tendem, frequentemente, a se fixarem e enrijecerem em mecanismos relativamente independentes da vontade humana, paralizando ou pervertendo assim o desenvolvimento social e gerando a injustiça. No entanto, elas dependem sempre da responsabilidade do homem, que pode modificá-las, e não de um pretenso determinismo da história.

As instituições e as leis, quando são conformes à lei natural e ordenadas ao bem comum, são a garantia da liberdade das pessoas e da sua promoção. Não se pode condenar todos os aspectos coercitivos da estabilidade de um estado de Direito digno desse nome. Pode-se falar, portanto, de estruturas marcadas pelo pecado, mas não se pode condenar as estruturas enquanto tais.

Os critérios de julgamento dizem respeito também aos sistemas econômicos, sociais e políticos. A doutrina social da igreja não propõe algum sistema particular, mas à luz dos seus princípios fundamentais, permite ver em que medida os sistemas existentes são ou não conformes às exigências da dignidade humana”.

**Mc 10 ,42-45:** “Jesus chamou-os e disse: Vocês sabem: aqueles que se dizem governadores das nações têm poder sobre elas, e os seus dirigentes têm autoridade sobre elas. Mas, entre vocês não deverá ser assim: quem de vocês quiser ser grande, deve tornar-se o servidor de vocês, e quem de vocês quiser ser o primeiro, deverá tornar-se o servo de todos. Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos”.

#### **Nota:86**

cf. Puebla 1134-1139; LC 66-68; DGAP 46-59; a opção preferencial pelos pobres é evangélica e não partidária.

**Puebla 1134-1139:** “Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação.

**1135.** A imensa maioria de nossos irmãos continua vivendo em situação de pobreza e até miséria, que se veio agravando. Queremos tomar consciência, do que a Igreja latino-americana fez ou deixou de fazer pelos pobres depois de Medellín, como ponto de partida para a busca de pistas opcionais eficazes em nossa ação evangelizadora, no presente e no futuro da América Latina.

**1136.** Verificamos que episcopados nacionais e numerosos setores de leigos, religiosos, religiosas e sacerdotes tornaram mais profundo e realista o seu compromisso com os pobres. Esse testemunho incipiente, mas real, levou a Igreja latino-americana à denúncia das graves injustiças derivadas de mecanismos opressores.

**1137.** Os pobres, também alentados pela Igreja, começaram a organizar-se para uma vivência integral de sua fé e, por isso, para reivindicar os seus direitos.

**1138.** A denúncia profética da Igreja e seus compromissos concretos com o pobre causaram-lhe, em não poucos casos, perseguições e vexames de vários tipos: os próprios pobres têm sido as primeiras vítimas de tais vexames.

**1139.** Isso tudo foi causa de tensões e conflitos dentro e fora da Igreja. Acusaram-na com freqüência, seja de estar do lado dos poderes sócio-econômicos políticos, seja dum perigoso desvio ideológico marxista.

**LC, 66:** "Jesus e a pobreza - Cristo Jesus, sendo rico, fez-se pobre para nos enriquecer por meio de sua pobreza. São Paulo fala, aqui, do mistério da Encarnação do Filho eterno, que veio assumir a natureza humana mortal para salvar o homem da miséria na qual o pecado o tinha mergulhado. Mais ainda, na condição humana, Cristo escolheu um estado de pobreza e de despojamento, a fim de mostrar em que consiste a verdadeira riqueza a ser buscada, a da comunhão de vida com Deus. Ele ensinou o desapego das riquezas da terra para que se deseje as riquezas do céu. Os apóstolos que escolheu também tiveram que abandonar tudo e participar do seu despojamento.

Anunciado pelo profeta como o messias dos pobres, é entre eles, os humildes, os pobres de Javé sedentos da justiça do Reino, que ele encontrou corações capazes de acolhê-lo. Mas quis também estar perto daqueles que, mesmo ricos dos bens deste mundo, eram excluídos da comunidade, como publicanos e pecadores, pois ele tinha vindo chamá-los à conversão.

É uma tal pobreza, feita de desapego, de confiança em Deus, da sobriedade, de disposição à partilha, que Jesus declarou bem-aventurada.

**67.** Jesus e os pobres - Mas Jesus não trouxe apenas a graça e a paz de Deus; ele também curou inúmeros enfermos; teve compaixão da multidão que não tinha o que comer, alimentando-a; com os discípulos que o seguiam, praticou a esmola. A bem-aventurança da pobreza que proclamou não significa, pois, absolutamente, que os cristãos podem desinteressar-se dos pobres desprovidos do necessário à vida humana neste mundo. Fruto e consequência do pecado dos homens e da sua fragilidade natural, essa miséria é um mal de que é preciso, tanto quanto possível, libertar os seres humanos.

**68.** O amor preferencial pelos pobres - Sob as suas múltiplas formas - extrema privação material, opressão injusta, enfermidades físicas e psíquicas e, por fim, a morte -, a miséria humana é o sinal manifesto da condição nativa de fraqueza na qual o homem se encontra após o primeiro pecado e da necessidade de uma salvação. É por isso que ela atrai a compaixão de Cristo Salvador, que quis assumi-la identificando-se com os mais pequeninos entre os seus irmãos (Mt 25,40,45). É também por isso que todos aqueles que ela atinge são objetos de um amor preferencial por parte da Igreja que, desde as suas origens, apesar das falhas de muitos de seus membros, não deixou nunca de se esforçar por aliviá-los, defendê-los e libertá-los. Ela o faz através de inúmeras obras de beneficência, que continuam a ser, sempre e por toda a parte, indispensáveis. Depois, através da sua doutrina social, que se esforça por aplicar, ela procurou promover mudanças estruturais na sociedade, a fim de alcançar condições de vida dignas da pessoa humana.

Pelo desapego das riquezas, que possibilita a partilha e abre ao reino, os discípulos de Jesus testemunham, através do amor aos pobres e aos infelizes, o próprio amor do Pai, que se manifestou no Salvador. Esse amor vem de Deus e leva a Deus. Os discípulos de Cristo sempre reconheceram nos dons depositados sobre o altar um dom oferecido ao próprio Deus.

Amando os pobres, enfim, a Igreja testemunha a dignidade do homem. Ela afirma claramente que este vale mais pelo que é do que pelo que possui. Ela testemunha que essa dignidade não pode ser destruída, seja qual for a situação de miséria, de desprezo, de rejeição e de impotência a que o homem foi reduzido. Ela mostra-se solidária com aqueles que não contam para uma sociedade da qual se vêem espiritual e às vezes até mesmo fisicamente rejeitados. De modo particular, a igreja volta-se com afeto materno para os filhos que, por causa da maldade humana, nunca virão à luz, como também para as pessoas idosas, sós ou abandonadas.

A opção privilegiada pelos pobres, longe de ser um sinal de particularismo ou de sectarismo, manifesta a universalidade do ser e da missão da igreja. Tal opção não é exclusiva nem excludente.

É por essa razão que a igreja não pode exprimi-la com a ajuda de categorias sociológicas e ideológicas redutoras, que fariam de tal preferência uma opção partidária e de natureza conflitiva."

#### **Nota:87**

**Puebla 1206-1293:** "1206. A Igreja colabora por meio do anúncio da Boa Nova e mediante uma radical conversão à justiça e ao amor, para transformar, a partir do seu íntimo, as estruturas da sociedade pluralista, para que respeitem e promovam a dignidade da pessoa humana e lhe ensejem a possibilidade de realizar a sua vocação suprema de comunhão com Deus e dos homens entre si (cf. EN 18,19, 20). Limitamo-nos a enfatizar alguns aspectos que mais diretamente desafiam nossa ação pastoral, fazendo assim uma como síntese de questões tratadas em diversos lugares.

**1207.** Desde Medellín, percebem-se sobretudo duas tendências evidentes:

- Por um lado, a tendência à modernização, com forte crescimento econômico, urbanização crescente do Continente, tecnificação das estruturas econômicas, políticas, militares, etc.
- Por outro, a tendência à pauperização e crescente exclusão das grandes majorias latino-americanas da vida produtiva. Por isso, o povo pobre da América Latina anseia por uma sociedade de maior igualdade, justiça e participação em todos os níveis.

**1208.** Essas tendências contraditórias favorecem a apropriação, por uma minoria privilegiada, de grande parte da riqueza, assim como dos benefícios criados pela ciência e cultura; por outro lado, geram a pobreza numa grande maioria com a consciência de sua exclusão e do bloqueio de suas crescentes aspirações de justiça e participação. Não obstante, verificamos que as classes médias estão aumentando em muitos países da América Latina.

**1209.** Deste modo, surge um conflito estrutural grave: A crescente riqueza de alguns poucos corre paralela com a crescente miséria das massas" (João Paulo II, Discurso Inaugural, III, 4; AAS LXXI, p.200).

**1210.** Vivemos numa sociedade pluralista, na qual se encontram diversas religiões, concepções filosóficas, ideologias, sistemas de valores que, encarnando-se em diferentes movimentos históricos, propõem-se construir a sociedade do futuro, rejeitando a tutela de qualquer instancia inquestionável.

- 1211.** Sabemos que a Igreja, ao trazer uma valiosa colaboração para a construção da sociedade, não se atribui competência para propor modelos alternativos. Por isso, adotamos os critérios doutrinários seguintes:
- 1212.** a) Não reivindicamos privilégio algum para a Igreja; respeitamos os direitos de todos e a sinceridade de todas as convicções, com pleno respeito para a autonomia das realidades terrestres.
- 1213.** b) Contudo, exigimos para a Igreja o direito de dar testemunho de sua mensagem e de usar sua palavra profética de anúncio e denúncia em sentido evangélico, na correção das falsas imagens da sociedade, incompatíveis com a visão cristã.
- 1214.** Defendemos os direitos dos organismos intermediários, dentro do princípio de subsidiariedade, inclusive dos criados pela própria Igreja, em colaboração com tudo o que se refere ao bem comum.
- Advogamos:*
- 1215.** a) A superação da distinção entre pastoral de elites e pastoral popular. A pastoral é uma só. Penetra em “quadros” ou “elites” evangelizadoras; afeta todos os âmbitos da vida social; dinamiza a vida da sociedade e, ao mesmo tempo, põe-se a seu serviço.
- 1216.** b) A responsabilidade específica dos leigos na construção da sociedade temporal, conforme inculca a *Evangelii Nuntiandi*.
- 1217.** c) A preocupação preferencial em defender e promover os direitos dos pobres, marginalizados e oprimidos.
- 1218.** d) A preocupação preferencial pelos jovens, da parte da Igreja, que neles vê uma força transformadora da sociedade.
- 1219.** e) A responsabilidade insubstituível da mulher, cuja colaboração é indispensável para a humanização dos processos transformadores, como garantia de que o amor é uma dimensão da vida e da mudança e porque sua perspectiva é insubstituível para a representação cabal das necessidades e esperanças do povo.
- 1220.** Sabemos que o povo, em sua dimensão total e em sua forma particular, mediante suas organizações próprias, constrói a sociedade pluralista. Diante deste desafio, temos consciência de que a missão da Igreja não se reduz a exortar os diversos grupos sociais e categorias profissionais à construção duma sociedade nova, para o povo e com o povo, nem se trata tão-somente de estimular cada um dos grupos e categorias a darem, com honestidade e competência, sua contribuição específica, mas a serem outrossim agentes duma conscientização geral de responsabilidade comum perante um desafio que exige a participação de todos.
- 1221.** Temos consciência de que a transformação das estruturas é uma expressão externa da conversão interior. Sabemos que esta conversão começa por nós mesmos. Sem o testemunho duma Igreja convertida, vãs seriam nossas palavras de pastores.
- 1222.** Na Igreja, como unidade dinamizadora e em vista duma eficácia permanente de sua ação, assumimos a necessidade duma pastoral orgânica que compreenda, entre outras coisas: princípios orientadores, objetivos, opções, estratégias, iniciativas práticas, etc.
- 1223.** A defesa e promoção da inalienável dignidade da pessoa humana.
- 1224.** O destino universal dos bens criados por Deus e produzidos pelos homens, que não podem esquecer que “uma hipoteca social pesa sobre toda propriedade privada” (João Paulo II, Discurso Inaugural III, 4; AAS LXXI, p.200).
- 1225.** O recurso às fontes da força divina: a oração assídua, a meditação da palavra de Deus, que sempre questiona, e a participação eucarística dos construtores da sociedade que com suas responsabilidades, acham-se rodeados de tentações que os inclinam a encerrar-se no âmbito das realidades terrenas sem abertura para as exigências do Evangelho.
- 1226.** A comunidade cristã conduzida pelo bispo estabelecerá a ponte de contato e diálogo com os construtores da sociedade temporal, a fim de iluminá-los com a visão cristã, estimulá-los com gestos significativos e acompanhá-los com atuações eficazes.
- 1227.** Neste contato e diálogo deve circular, numa atitude de escuta sincera e acolhedora, a problemática trazida por eles do seu próprio ambiente temporal. Assim poderemos descobrir os critérios, normas e caminhos por onde aprofundar e atualizar a doutrina social da Igreja, no sentido da elaboração duma ética capaz de formular as respostas cristãs aos grandes problemas da cultura contemporânea. Exortamos a todos a lutarem contra a corrupção econômica em seus diversos níveis, tanto na administração pública como nos negócios particulares, pois com ela causa-se grave prejuízo à grande maioria.
- 1228.** Este diálogo requer iniciativas que permitam o encontro e relacionamento estreito com todos os que colaboram na construção da sociedade, de tal sorte que eles descubram a sua complementariedade e convergência. Pela mesma razão, nesta ação, deve-se trabalhar prioritariamente com aqueles que detêm poder decisório. Isto não exclui o reconhecimento do valor construtivo de tensões sociais que, dentro das exigências da justiça, contribuem para garantir a liberdade de direitos, especialmente dos mais fracos.
- 1229.** Formar nos diversos setores pastorais pessoas capazes de exercer liderança como fermento evangelizador.
- 1230.** Elaborar, com pessoas de cada setor, normas de conduta cristã que sejam objeto de reflexão e aplicação e que se submetam a permanente revisão.
- 1231.** Promover encontros que reúnam pessoas de setores pastorais diversos, para confrontar suas experiências e em vista da convergência de sua ação.
- 1232.** Estimular a elaboração de alternativas viáveis para a ação evangelizadora, tendentes à renovação cristã das estruturas sociais.
- 1233.** Promover a formação de sacerdotes e diáconos especializados, e os novos ministérios confiados aos leigos, que se adaptem às necessidades pastorais de cada setor.
- 1234.** Desenvolver movimentos especializados que reúnam os elementos disponíveis para a evangelização do próprio ambiente.
- 1235.** Saber valorizar os meios pobres, humildes, populares, inclusive artesanais, para comunicar a mensagem.
- 1236.** Preservar os recursos naturais criados por Deus para todos os homens, a fim de transmiti-los como herança às gerações vindouras.

- 1237.** A Igreja leva sua palavra com simpatia e sem prevenção àqueles que ela sabe que a esperam e precisam de sua orientação ou estímulo. Aos que elaboram, difundem e realizam idéias, valores e decisões:
- 1238.** Aos políticos e homens de governo, lembramos as palavras do Concílio Vaticano II: “Só Deus é a fonte da vossa autoridade e o fundamento das vossas leis” (Vaticano II, Mensagem à Humanidade, n.2, aos governantes) por mediação do povo. Afirmamos a nobreza e dignidade do compromisso com uma atividade orientada para a consolidação da concórdia interna e segurança externa, estimulando a ação sensível e inteligente do político para melhor conduzir o Estado, para conseguir o bem comum e para conciliar eficazmente a liberdade, a justiça e a igualdade, numa genuína sociedade participada. “A comunidade política e a Igreja são independentes e autónomas, cada qual em seu próprio terreno. Todavia ambas, embora por títulos diferentes, acham-se a serviço da vocação pessoal e social do homem. Este serviço, ambas o realizarão com tanto maior eficácia, para o bem de todos, quanto melhor cultivarem uma sadia cooperação entre si, levando em conta as circunstâncias de tempo e lugar” (GS 76).
- 1239.** Ao mundo intelectual e universitário, para que atue com liberdade espiritual, cumpra com autenticidade sua função criativa, se disponha para a educação política diferente da mera politização e satisfaça a lógica interior da reflexão e o rigor científico, já que deste mundo se esperam projetos e linhas teóricas sólidas para a construção da nossa sociedade (cf. Vat. II, Mensagem à Humanidade: Aos Homens do pensamento e da ciência).
- 1240.** Aos cientistas, técnicos e forjadores da sociedade tecnológica, para que incentivem o espírito científico com amor à verdade, a fim de investigar os enigmas do universo e dominar a terra; para que evitem os efeitos negativos duma sociedade hedonista e a tentação tecnocrática e apliquem a força da tecnologia à criação de bens e à invenção de meios destinados a resgatar o homem do subdesenvolvimento. Deles se esperam notadamente estudos e investigações tendentes à síntese entre a ciência e a fé. Exortamos a todos os pensadores conscientes do valor da sabedoria cuja fonte primeira e última é o Logos e preocupados com a criação do novo humanismo, a que atentem à grande afirmação da *Gaudium et Spes*: “O destino futuro do mundo corre perigo, se não se formarem homens mais instruídos nesta sabedoria” (15,c). Para isso, é preciso um grande esforço de diálogo interdisciplinar da teologia, filosofia e ciências, à procura de novas sínteses.
- 1241.** Aos responsáveis pelos meios de comunicação para que elaborem e respeitem um código de ética da informação e comunicação, para que tomem consciência de que a neutralidade instrumental dos meios os torna disponíveis para o bem ou para o mal; para que sirvam à verdade, objetividade, educação e conhecimento suficiente da realidade.
- 1242.** Aos criadores em arte, para que se esmerem em intuir os rumos do homem, pressintam e interpretem suas crises, ampliem a dimensão estética da vida humana e contribuam para a personalização do homem concreto.
- 1243.** Aos juristas, segundo o seu saber especial, para que reivindicuem o valor da lei na relação entre governantes e governados e para a justa disciplina da sociedade. Aos juizes, para que não comprometam sua independência, julguem com equidade e inteligência e sirvam, através de suas sentenças para a educação de governantes e governados no cumprimento das obrigações e conhecimento de seus direitos.
- 1244.** Aos operários: no mundo que se urbaniza e se industrializa, cresce o papel dos operários e “como principais artífices das prodigiosas transformações que o mundo hoje experimenta” (Vat. II Mensagem aos Trabalhadores, 6). Para isto, devem empenhar sua experiência na busca de novas idéias; renovar-se a si mesmos e contribuir de maneira ainda mais decidida para construir a América Latina do porvir. Não esqueçam o que o Papa lhes disse no mesmo discurso: é direito dos operários “criar livremente organizações para defender, promover seus interesses, para contribuir responsabilmente para o bem comum” (João Paulo II, *Alocução Operários Monterrey 3*; AAS LXXI, p.241).
- 1245.** Aos camponeses: vós sois uma força dinamizadora na construção duma sociedade mais participada. Advogando por vós, o Santo Padre dirigiu estas palavras aos setores de poder: “Dá vossa parte, responsáveis pelos povos, classes poderosas que mantendes por vezes improdutivas as terras que escondem o pão que falta a tantas famílias: a consciência humana, a consciência dos povos, o clamor do desvalido e, sobretudo, a voz de Deus, a voz da Igreja vos repete comigo: não é justo, não é humano, não é cristão continuar com certas situações claramente injustas. Devem-se pôr em prática medidas concretas, eficazes, em nível local, nacional e internacional, na vasta linha traçada pela Encíclica *Mater et Magistra*... Irmãos e filhos muitos amados: trabalhai por vossa elevação humana” (João Paulo II, *Alocução Oaxaca*; AAS LXXI, p.210).
- 1246.** A sociedade econômica, para que os economistas contribuam com um pensamento criativo a dar respostas rápidas às exigências fundamentais do homem e da sociedade. Para que os empresários, tendo presente a função social da empresa, atuem concebendo-a não só como fator de produção e lucro, mas como comunidade de pessoas e como elemento duma sociedade pluralista, unicamente viável quando não há concentração excessiva do poder econômico.
- 1247.** Aos militares: lembramo-lhes com Medellín que “sua missão é dar garantia às liberdades políticas dos cidadãos, em vez de pôr-lhes obstáculos” (Pastoral de Elites, 20). Tenham eles consciência de sua missão: garantir a paz e a segurança de todos. Jamais abusem da força. Sejam antes defensores da força do direito. Propiciem outrossim uma convivência livre, participativa e pluralista.
- 1248.** Aos funcionários, para que assumam sua atividade como um serviço, porque a dignidade da função e da vida pública reside no fato de que o seu destinatário natural é a sociedade e, sobretudo, os que menos possuem e mais dependem do bom funcionamento do serviço público.
- 1249.** A todos, por fim, que contribuam para o funcionamento normal da sociedade: profissionais liberais, comerciantes, para que assumam sua missão em espírito de serviço ao povo, que deles espera a defesa de sua vida, de seus direitos e a promoção do seu bem-estar.
- 1250.** Na conjuntura atual da América Latina, as mudanças poderão ser rápidas e profundas em benefício de todos, especialmente dos pobres, por serem estes os mais afetados, e dos jovens que, em breve, assumirão os destinos do Continente.
- 1251.** Para tanto, propomos a mobilização de todos os homens de boa vontade. Que eles se unam, com novas esperanças, para essa tarefa imensa. Queremos escutá-los com viva sensibilidade; unir-nos a eles em sua ação construtiva.

**1252.** Com nossos irmãos que professam a mesma fé em Cristo, embora não pertençam à Igreja Católica, esperamos unir esforços, preparando constantes e progressivas convergências que apressem a chegada do Reino de Deus.

**1253.** Aos filhos da Igreja que se empenham em postos de vanguarda, queremos transmitir-lhes nossa confiança em sua ação, fazendo deles nossos mensageiros de novas esperanças. Sabemos que, no Evangelho, na oração e na Eucaristia, procurarão encontrar a fonte de constantes revisões de vida e a força de Deus para sua ação transformadora.

**1254.** João Paulo II lembrou-nos que a dignidade humana é um valor evangélico e o Sínodo de 1974 nos ensinou que a promoção da justiça é parte integrante da evangelização. Essa dignidade e esta promoção da justiça devem verificar-se tanto na ordem nacional como na internacional.

**1255.** Ao ocupar-nos da realidade da ordem nacional e internacional, fazemo-lo numa atitude de serviço como pastores, e não de um ponto de vista econômico, político ou meramente sociológico. Esforçamo-nos para que haja entre os homens maior comunhão e participação nos bens de toda ordem que Deus nos outorgou.

**1256.** Por isso, queremos encarar a situação da dignidade da pessoa humana e da promoção da justiça em nossa realidade latino-americana, refletindo sobre a mesma à luz de nossa fé e dos princípios fundados na própria natureza humana, para encontrar critérios e serviços que norteiarão nossa ação pastoral, hoje e no futuro próximo.

**1257.** O homem latino-americano sobrevive numa situação social que contradiz sua condição de habitante dum Continente majoritariamente cristão: são evidentes as contradições existentes entre estruturas sociais injustas e as exigências do Evangelho.

**1258.** Muitas são as causas desta situação de injustiça, mas à raiz de todas elas encontra-se o pecado, tanto em seu aspecto pessoal como nas próprias estruturas.

**1259.** Verificamos com profundo pesar que se agravou a situação violenta que se pode chamar institucionalizada (subversiva e repressiva), na qual a dignidade humana é violada até em seus direitos mais fundamentais.

**1260.** Precisamos assinalar de maneira especial que, depois dos anos cinqüenta, e não obstante as realizações obtidas, têm fracassado as amplas esperanças do desenvolvimento e aumentado a marginalização de grande parte da sociedade e a exploração dos pobres.

**1261.** A falta de realização da pessoa humana em seus direitos fundamentais tem início antes mesmo do nascimento do homem, pelo incentivo de evitar a concepção e também de interrompê-la por meio do aborto; prossegue com a desnutrição infantil, o abandono prematuro, a carência de assistência médica, de educação e moradia, que propiciam uma desordem constante, na qual não se pode estranhar a proliferação da criminalidade, da prostituição, do alcoolismo e da toxicomania.

**1262.** Neste contexto, impedido o acesso aos bens e serviços sociais e às decisões políticas, agravam-se os atentados à liberdade de opinião, à liberdade religiosa, à integridade física. Assassínatos, desaparecimentos, prisões arbitrárias, atos de terrorismo, seqüestros, torturas disseminadas por todo o Continente, demonstram uma total falta de respeito pela dignidade da pessoa humana. Por vezes até pretende-se justificar alguns desses atentados como exigências da segurança nacional.

**1263.** Ninguém pode negar a concentração da propriedade empresarial, rural e urbana em mãos de poucos, o que torna imperioso reivindicar verdadeiras reformas agrárias e urbanas; de igual forma, a concentração do poder pelas tecnocracias civis e militares, que frustram as exigências de participação e garantias dum Estado democrático.

**1264.** O homem latino-americano encontra uma sociedade cada vez mais desequilibrada na sua convivência. Há "mecanismos que, por estarem impregnados, não dum autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem em nível internacional ricos cada vez mais ricos, à custa de pobres cada vez mais pobres" (João Paulo II, Discurso Inaugural, III, 4) Tais mecanismos se manifestam numa sociedade muitas vezes programada à luz do egoísmo, nas manipulações da opinião pública, em expropriações invisíveis e em novas formas de domínio supranacional, pois crescem as distâncias entre as nações ricas e pobres. Acrescente-se, além disso, que em muitos casos e poderio de empresas multinacionais se sobrepõe ao exercício da soberania das nações e ao pleno domínio de seus recursos naturais.

**1265.** Como conseqüência dos novos manejos e da exploração causada pelo sistema de organização da economia e da política internacional, o subdesenvolvimento do hemisfério pode agravar-se e até tornar-se permanente. Devido a isso, vemos o ideal da integração latino-americana ameaçado, fato lamentável, motivado em grande parte pelas ambições econômicas nacionalistas, pela paralisação dos grandes planos de cooperação e por novos conflitos internacionais.

**1266.** O desequilíbrio sócio-político, em nível nacional e internacional, está criando um grande número de desenraizados, tais como os emigrantes, número este que pode crescer de forma imprevisível em futuro próximo. A esses devem acrescentar-se os desenraizados políticos, como os asilados, refugiados, desterrados e também toda a gama de pessoas desprovidas de documentos. Em situação de total abandono encontram-se os anciãos, os inválidos, os nômades e as grandes massas de camponeses e indígenas "quase sempre abandonados num nível de vida ignóbil e, por vezes, duramente ludibriados e explorados" (Paulo VI, Discurso Camponeses, Bogotá 23.8.1968).

**1267.** Finalmente, não se torna estranho neste complexo problema social o aumento dos gastos com armamentos, como tampouco a criação artificial de necessidades supérfluas, impostas de fora aos países pobres.

**1268.** A realização da pessoa consegue-se graças ao exercício de seus direitos fundamentais, eficazmente reconhecidos, tutelados e promovidos. Por isso a Igreja, perita em humanidade, deve ser a voz daqueles que não têm voz (da pessoa, da comunidade perante a sociedade, das nações fracas perante as poderosas) cabendo-lhe uma ação de docência e serviço em prol da comunhão e da participação.

**1269.** Em face da situação de pecado, surge por parte da Igreja o dever de denúncia, que deve ser objetiva, denodada e evangélica; que não intenta condenar, mas sim salvar o culpado e a vítima. Tal denúncia, feita após entendimento prévio entre os pastores, requer a solidariedade interna da Igreja e o exercício da colegialidade.

**1270.** A declaração dos direitos fundamentais da pessoa humana, hoje e no futuro, é e será parte indispensável de sua missão evangelizadora. A Igreja proclama, entre outros, a exigência de realização dos seguintes direitos:

**1271.** Direitos individuais: direito à vida (a nascer, à procriação responsável), à integridade física e psíquica, a proteção legal, à liberdade religiosa, à liberdade de opinião, à participação nos bens e serviços, a construir o próprio destino, ao acesso à propriedade e "outras formas de domínio privado sobre os bens exteriores" (GS 71).

**1272.** Direitos sociais: direito à educação, à associação; ao trabalho, à moradia, à saúde, ao lazer, ao desenvolvimento, ao bom governo, à liberdade e justiça social, à participação nas decisões que concernem ao povo e às nações.

**1273.** Direitos emergentes: direito à própria imagem, à boa fama, à privacidade, à informação e expressão objetivas, à objeção de consciência "contanto que não se violem as justas exigências da ordem pública" (DH 4), e a uma visão pessoal do mundo.

**1274.** Entretanto, a Igreja também ensina que o reconhecimento desses direitos supõe e exige sempre, "no homem que os possui, outros tantos deveres: uns e outros têm na lei natural que os confere ou impõe, sua origem, seu sustentáculo e sua força indestrutível" (PT 28).

**1275.** Todo o desequilíbrio da sociedade internacional, como a necessidade de salvaguardar o caráter transcendente da pessoa humana numa nova ordem internacional, impelem a Igreja a urgir a proclamação e o esforço por tornar realidade certos direitos como:

**1276.** O direito a uma convivência internacional justa entre as nações, com pleno respeito a sua autodeterminação econômica, política, social e cultural.

**1277.** O direito de cada nação defender e promover seus próprios interesses perante as empresas transnacionais, fazendo-se necessário a elaboração, em nível internacional, dum estatuto que regule as atividades de tais empresas.

**1278.** O direito a uma nova cooperação internacional, que reveja as condições originais de tal cooperação.

**1279.** O direito a uma nova ordem internacional em consonância com os valores humanos de solidariedade e justiça.

**1280.** Esta nova ordem internacional evitará uma sociedade edificada sobre critérios neomalthusianos; basear-se-á nas legítimas necessidades sociais do homem; assumirá um pluralismo sadio com a adequada representação das minorias e dos grupos intermediários, a fim de que o mesmo não seja um círculo fechado de nações; preservará o patrimônio comum da humanidade e, em especial, os oceanos.

**1281.** Finalmente, os excedentes econômicos, as poupanças provenientes do desarmamento e qualquer outra riqueza sobre a qual pesa, também em nível internacional, a "hipoteca social", deverão ser utilizados socialmente, garantindo o acesso imediato e livre dos mais fracos ao próprio desenvolvimento integral.

**1282.** Reconhecendo, de modo especial, que os povos latino-americanos possuem em comum tantos valores, necessidades, dificuldades e esperanças, deve-se promover uma legítima integração, que supere os egoísmos e os nacionalismos estreitos e respeite a legítima autonomia de cada povo, sua integridade territorial, etc. e promova a autolimitação dos gastos com armamentos.

**1283.** A Igreja, além de anunciar a dignidade da pessoa humana, de seus direitos e deveres e de denunciar as violações cometidas contra o homem, deve exercer uma ação de serviço, como parte integrante de sua missão evangelizadora e missionária. Ela deve criar, juntamente com todos os homens de fé e boa vontade, uma consciência ética em torno dos grandes problemas internacionais. Por esta razão, ela:

**1284.** dá testemunho evangélico de Deus presente na história e desperta no homem uma atitude aberta à comunhão e participação;

**1285.** estabelece em sua área organismos de ação social e promoção humana;

**1286.** supre, na medida de suas possibilidades, a lacunas e ausências dos poderes públicos e das organizações sociais;

**1287.** convoca a comunidade humana para que se revejam e orientem as instituições internacionais e se criem formas de proteção que, baseadas na justiça, garantam a promoção autenticamente humana da crescente multidão de desamparados.

**1288.** Recomenda-se a colaboração entre as Conferências Episcopais, para o estudo de problemas pastorais, especialmente dos que respeitam à justiça e que ultrapassam o nível nacional.

**1289.** Em especial, compete à ação da Igreja com relação aos anônimos sociais, o dever de acolhê-los e assisti-los, de restaurar sua dignidade e sua fisionomia humana, "porque quando um homem é ferido em sua dignidade, toda a Igreja sofre" (Paulo VI, janeiro de 1977).

**1290.** A Igreja deve empenhar-se para que este grupo flutuante da humanidade se reintegre socialmente, sem perder os próprios valores; deve velar pela restauração plena de seus direitos; colaborar para que aqueles que não existem legalmente adquiram a necessária documentação, a fim de que todos tenham acesso ao desenvolvimento integral, que a sua dignidade de homens e filhos de Deus merece. Com isto ela cooperará para assegurar ao homem uma existência digna, que o capacite para realizar-se no interior da família e da sociedade.

**1291.** Também necessária é a ação da Igreja para que os desenraizados e marginalizados do nosso tempo não se constituam permanentemente em cidadãos de segunda categoria, já que eles são sujeitos de direitos, com legítimas aspirações sociais, e têm direito a uma atenção pastoral adequada, conforme os documentos pontifícios e as orientações propostas nas reuniões latino-americanas sobre pastoral de migrações.

**1292.** A Igreja faz um apelo urgente à consciência dos povos e também às organizações humanitárias para que:

- se fortaleça e generalize o direito de asilo, instituição genuinamente latino-americana (tratado do Rio de Janeiro, 1942), forma atual daquela proteção que a Igreja anteriormente oferecia;
- os países ampliem suas quotas de recepção de refugiados e emigrantes e se agilize a implementação dos acordos e mecanismos de integração competentes nessas ações;
- se ataque pela raiz o problema ocupacional, com políticas específicas de posse da terra, de produção e comercialização, que cubram as urgentes necessidades da população e fixem o trabalhador em seu meio;
- se incentive a cooperação fraterna das nações por ocasião de catástrofes;

- se possibilite a anistia como sinal de reconciliação, para se conseguir a paz, de acordo com o convite de Paulo VI na proclamação do Ano Santo de 1975;

- se criem centros de defesa da pessoa humana, que trabalhem com o objetivo de “que se derrubem as barreiras de exploração criadas, não raro, por egoísmos intoleráveis, contra os quais se destroçam seus melhores esforços de promoção” (João Paulo II, Alocução Oaxaca, 5).

**1293.** A todas as pessoas aflitas e aos que sofrem por causa da violação de seus direitos, fazemos chegar nossa palavra de compreensão e ânimo. Exortamos os responsáveis pelo bem comum e que ponham todo o seu empenho, com vontade resoluta, para remediar as causas que geram essas situações, e criem as condições necessárias para uma convivência autenticamente humana”.

**Nota:88**

**Instrução Libertatis Conscientia**, 72: “Mensagem evangélica e vida social - O ensinamento social da Igreja nasceu do encontro da mensagem evangélica e de suas exigências, resumidas no mandamento supremo do amor, com os problemas que emanam da vida da sociedade. Ele constituiu-se como uma doutrina, usando os recursos da sabedoria e das ciências humanas, diz respeito ao aspecto ético desta vida e leva em consideração os aspectos técnicos dos problemas, mas sempre para julgá-los do ponto de vista moral.

Essencialmente orientado para a ação, esse ensinamento desenvolve-se em função das circunstâncias mutáveis da história. É por essa razão que, com princípios sempre válidos, ele comporta também juízos contingentes. Longe de constituir um sistema fechado, ele permanece constantemente aberto às questões novas que não cessam de se apresentar; requer a contribuição de todos os carismas, experiências e competências.

Perita em humanidade, a Igreja oferece, em sua doutrina social, um conjunto de princípios de reflexão, de critérios de julgamento, como também de diretrizes de ação, para que sejam realizadas as mudanças profundas que as situações de miséria e de injustiça estão a exigir, e isso de uma maneira que sirva ao verdadeiro bem dos homens”.

**Nota:89**

**Instrução Libertatis Conscientia**, 72: “Mensagem evangélica e vida social - O ensinamento social da Igreja nasceu do encontro da mensagem evangélica e de suas exigências, resumidas no mandamento supremo do amor, com os problemas que emanam da vida da sociedade. Ele constituiu-se como uma doutrina, usando os recursos da sabedoria e das ciências humanas, diz respeito ao aspecto ético desta vida e leva em consideração os aspectos técnicos dos problemas, mas sempre para julgá-los do ponto de vista moral.

Essencialmente orientado para a ação, esse ensinamento desenvolve-se em função das circunstâncias mutáveis da história. É por essa razão que, com princípios sempre válidos, ele comporta também juízos contingentes. Longe de constituir um sistema fechado, ele permanece constantemente aberto às questões novas que não cessam de se apresentar; requer a contribuição de todos os carismas, experiências e competências.

Perita em humanidade, a Igreja oferece, em sua doutrina social, um conjunto de princípios de reflexão, de critérios de julgamento, como também de diretrizes de ação, para que sejam realizadas as mudanças profundas que as situações de miséria e de injustiça estão a exigir, e isso de uma maneira que sirva ao verdadeiro bem dos homens”.

**Nota:90**

**Instrução Libertatis Conscientia**, 72: “Mensagem evangélica e vida social - O ensinamento social da Igreja nasceu do encontro da mensagem evangélica e de suas exigências, resumidas no mandamento supremo do amor, com os problemas que emanam da vida da sociedade. Ele constituiu-se como uma doutrina, usando os recursos da sabedoria e das ciências humanas, diz respeito ao aspecto ético desta vida e leva em consideração os aspectos técnicos dos problemas, mas sempre para julgá-los do ponto de vista moral.

Essencialmente orientado para a ação, esse ensinamento desenvolve-se em função das circunstâncias mutáveis da história. É por essa razão que, com princípios sempre válidos, ele comporta também juízos contingentes. Longe de constituir um sistema fechado, ele permanece constantemente aberto às questões novas que não cessam de se apresentar; requer a contribuição de todos os carismas, experiências e competências.

Perita em humanidade, a Igreja oferece, em sua doutrina social, um conjunto de princípios de reflexão, de critérios de julgamento, como também de diretrizes de ação, para que sejam realizadas as mudanças profundas que as situações de miséria e de injustiça estão a exigir, e isso de uma maneira que sirva ao verdadeiro bem dos homens.

**Nota:91**

Documentos recentes de nossa conferência explicitam alguns princípios e critérios desse ensinamento social da Igreja, aplicando-os às nossas circunstâncias concretas. Para que a nossa sociedade brasileira seja justa e fraterna, deverá: fundar-se em valores éticos e morais universais; atender ao bem comum de todos os cidadãos a começar pelos mais desprovidos; respeitar a igual dignidade e liberdade de toda pessoa humana, sujeito de deveres e direitos inalienáveis; garantir a destinação universal dos bens da terra; organizar-se de forma democrática e participativa; renunciar a toda forma de violência. Estes critérios são desenvolvidos amplamente nas DGAP 1987 - 1990, n. 88-104. Em geral, pode-se remeter aos principais documentos da Doutrina Social da Igreja”.

**Nota:92**

**Instrução Libertatis Conscientia**, 81: “Necessidade de uma transformação cultural – Um desafio sem precedente é hoje lançado aos cristãos que se esforçam por realizar aquela civilização do amor que reúne toda a herança Ético-social do evangelho. Essa tarefa exige uma reflexão nova soa ético-social do Evangelho. Essa tarefa exige uma reflexão nova sobre aquilo que constitui a relação entre mandamento supremo do amor e ordem social, compreendida em toda a sua complexidade.

Finalidade direta de tal reflexão em profundidade é a elaboração e atuação de programas de ação audaciosos, em vista da libertação sócio-econômica de milhões de homens e mulheres, cuja situação de opressão econômica, social e política é intolerável.

Essa ação deve começar por um imenso esforço de educação: educação para a civilização do trabalho, educação para a solidariedade, acesso de todos à cultura”.

**Nota:93**

cf. **Instrução Libertatis Conscientia**, art. 80, 81 e 94: “80. O papel dos leigos - Não compete aos pastores da igreja intervirem diretamente na construção política e na organização da vida social. Tal tarefa faz parte da



vocação dos leigos, agindo por sua própria iniciativa, juntamente com seus concidadãos. Eles devem realizá-la, conscientes de que a finalidade da Igreja é difundir o reino de Cristo para que todos os homens sejam salvos e que, por eles, o mundo seja efetivamente ordenado a Cristo.

A obra da salvação aparece, pois, indissolivelmente unida à missão de melhorar e elevar as condições de vida humana neste mundo.

A distinção entre ordem sobrenatural da salvação e ordem temporal da vida humana deve ser vista ao interno de um único desígnio de Deus, o de recapitular todas as coisas em Cristo. É por isso que, em um e outro campo, o leigo, ao mesmo tempo fiel e cidadão, deve deixar-se guiar constantemente pela consciência cristã.

A ação social, que pode comportar uma pluralidade de caminhos concretos, terá sempre em vista o bem comum e será conforme à mensagem e ao ensinamento da igreja. Evitar-se-á que a diferença de opiniões prejudique o sentido da colaboração, conduza à paralisia dos esforços ou produza desorientação no povo cristão.

A orientação dada pela doutrina social da Igreja deve estimular a aquisição das competências técnicas e científicas indispensáveis. Ela estimulará a busca da formação moral do caráter e o aprofundamento da vida espiritual. Fornecendo princípios e conselhos da sabedoria, essa doutrina não dispensa a educação para a prudência política, indispensável para o governo e gestão das realidades humanas.

**81.** Necessidade de uma transformação cultural - Um desafio sem precedente é hoje lançado aos cristãos que se esforçam por realizar aquela civilização do amor que reúne toda a herança ético-social do Evangelho. Essa tarefa exige uma reflexão nova sobre aquilo que constitui a relação entre mandamento supremo do amor e ordem social, compreendida em toda a sua complexidade.

Finalidade direta de tal reflexão em profundidade é a elaboração e atuação de programas de ação audaciosos, em vista da libertação sócio-econômica de milhões de homens e mulheres, cuja situação de opressão econômica, social e política é intolerável.

Essa ação deve começar por um imenso esforço de educação: educação para a civilização do trabalho, educação para a solidariedade, acesso de todos à cultura.

**94.** A função educativa da família - A tarefa educativa pertence fundamental e prioritariamente à família. A missão do estado é subsidiária: seu papel é o de garantir, proteger, promover e suprir. Quando o Estado reivindica o monopólio escolar, ele excede os seus direitos e ofende a justiça. É aos pais que compete o direito de escolher a escola a qual enviarem seus próprios filhos, de criar e manter centros educacionais de acordo com suas próprias convicções. O Estado não pode, sem injustiça, contentar-se em tolerar as chamadas escolas privadas. Estas realizam um serviço público e têm, por conseguinte, o direito de serem ajudadas economicamente".

#### **Nota:94**

Espírito Santo, muitos se esforçam pela oração, pela palavra e pela ação, para alcançar a plenitude da unidade almejada por Jesus Cristo. O concílio exorta os fiéis católicos a reconhecerem os sinais dos tempos e a participarem ativamente do trabalho ecumênico.

Por movimento ecumênico entendem-se as atividades e iniciativas, segundo as necessidades e as condições temporais da Igreja, que desperta e inspira, a busca da unidade entre os cristãos.

Em primeiro lugar, o esforço, tanto do ponto de vista da verdade como da equidade, para eliminar palavras, juízos e comportamentos que não correspondem à situação em que se encontram, de fato, os irmãos separados e que, portanto, dificultam ainda mais o relacionamento com eles.

Além disso, nas reuniões entre cristãos de diferentes igrejas ou denominações, realizadas com espírito religioso, estabeleça-se um diálogo entre especialistas realmente preparados, em que cada um procure manifestar de maneira mais profunda a doutrina de sua confissão, apresentando-a com toda clareza possível.

Esse diálogo permite a todos adquirir melhor conhecimento e formar uma opinião mais correta sobre os vários aspectos da doutrina e da vida das diversas denominações.

Favorece, igualmente, onde é possível, a reunião e maior colaboração entre as diversas denominações, nos deveres para com o bem comum, exigidos por toda consciência cristã, assim como na oração unânime.

Finalmente, ao examinar melhor sua fidelidade em relação à vontade de Cristo sobre a Igreja, todos se dispõem a prosseguir com maior afinco no trabalho de reforma ou de renovação de si mesmos.

Tudo isso, praticado com prudência e paciência pelos fiéis da Igreja católica, sob vigilância dos pastores, contribui enormemente para o bem da equidade e da verdade, da concórdia e da colaboração, da fraternidade e da união.

Dessa forma, os obstáculos que impedem a perfeita comunhão eclesial vão sendo aos poucos superados. Reunidos numa só celebração eucarística, na unidade de uma única e mesma Igreja, os cristãos todos viverão na unidade que Cristo nos proporcionou desde o princípio da Igreja, que acreditamos subsistir de maneira inadmissível na Igreja católica, e esperamos vá crescendo com o tempo, até a consumação dos séculos.

É claro que a preparação e a reconciliação daqueles que, pessoalmente, desejam a comunhão católica distingue-se, por natureza, do trabalho ecumênico, embora não haja entre ambos nenhuma oposição, pois são os caminhos que provêm das mesmas admiráveis disposições divinas.

Na ação ecumênica, os fiéis católicos devem se preocupar com os irmãos separados, orando por eles, falando com eles das coisas da Igreja, despertando-os para os primeiros passos. Mas, sobretudo, devem estar sobremaneira atentos ao que deve ser feito e renovado na família católica, para sua vida de testemunho mais fiel e mais transparente da doutrina e das instituições herdadas de Cristo por intermédio dos apóstolos.

Embora a Igreja católica seja dotada de toda a verdade revelada e de todos os meios de graça, seus membros nem sempre vivem como se deve. Assim sendo, a face da Igreja contemplada pelos irmãos separados e pelo mundo brilha muito pouco, chegando até a criar dificuldades para o avanço do reino de Deus.

Por isso, todos os católicos devem buscar a perfeição cristã e, de acordo com sua condição, esforçar-se para que a Igreja, acolhendo em seu corpo a humildade e a mortificação de Jesus, vá se purificando e renovando todos os dias, até que Cristo a possa exibir gloriosa, sem mancha nem ruga.

ConsERVE-se a unidade no que é necessário. Mas é indispensável que se conserve também a liberdade, de acordo com a função de cada um, nas várias formas de vida espiritual, de disciplina e até de elaborar teologicamente a verdade revelada. Mas, sobretudo e em tudo, cultive-se a caridade, pois só assim se manifestarão plenamente, em nossos dias, a catolicidade e a apostolicidade da Igreja.

Por outro lado, é necessário que os católicos reconheçam com alegria e com a devida estima os bens verdadeiramente cristãos provenientes do patrimônio comum existente entre os irmãos separados. Reconhecer as riquezas de Cristo e as obras virtuosas na vida de quem dá testemunho de Cristo até, às vezes, o derramamento do sangue, é justo e salutar: Deus é sempre admirável em suas obras.

Nem se deve desprezar a obra da graça do Espírito Santo nos irmãos separados, que pode contribuir muito para nossa edificação. Nada do que é verdadeiramente cristão se opõe à fé autêntica, pelo contrário, até ajuda a aprofundar o mistério de Cristo e da Igreja.

Isto não quer dizer que as divisões entre os cristãos não sejam, de fato, obstáculos ao bem da Igreja. Opõem-se, pelo menos, à realização da plenitude católica entre todos os seus filhos que, apesar de batizados, estão separados da comunhão plena. Além disso, tornam cada vez mais difícil, para a Igreja, exprimir a plenitude da catolicidade em todos os aspectos de sua vida.

O concílio se alegra com a crescente participação de fiéis católicos no movimento ecumênico e recomenda aos bispos do mundo inteiro que a estimule e oriente”.

**Nota:95**

**GS, 92:** “Em virtude de sua missão de iluminar todo o mundo com o anúncio do Evangelho e reunir todos os seres humanos, de todas as nações, raças e culturas num mesmo Espírito, a Igreja é sinal da fraternidade que permite e se concretiza no diálogo sincero entre todos.

É preciso que comecemos por promover, dentro da própria Igreja, a estima recíproca, o respeito e a concórdia, reconhecendo-se toda diversidade legítima, para que se estabeleça um diálogo frutífero entre todos os que formam o único povo de Deus, tanto pastores, como fiéis. O que nos une é mais forte do que o que nos divide: haja unidade no que é necessário, liberdade onde há dúvida e, em tudo, caridade.

Nosso pensamento se dirige aos irmãos que ainda não vivem conosco em perfeita comunhão, embora unidos na confissão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, pelo vínculo da caridade, lembrando-nos de que a união dos cristãos é hoje um desejo e uma expectativa, até mesmo dos que não crêem em Cristo. Quanto maior for esta unidade, na força do Espírito Santo, na verdade e na caridade, mais clara é a perspectiva da paz. Juntos, procuremos hoje alcançar esse objetivo, por uma fidelidade cada vez maior ao Evangelho, pela cooperação fraterna a serviço da família humana, que, em Jesus Cristo, é chamada a ser a família dos filhos de Deus.

Dirige-se também o nosso pensamento a todos aqueles que reconhecem a Deus e conservam em suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, na esperança de estabelecer com eles um diálogo sincero, que nos torne dóceis a aceitar e prontos em realizar os impulsos do Espírito.

Esse desejo de dialogar, conduzido unicamente pelo amor da verdade, não exclui ninguém, desde que se realize com a necessária prudência. Refere-se a todos os que cultivam os bens do espírito, mesmo que ainda não reconheçam o seu autor, os que se opõem à Igreja de diversos modos e até a perseguem. Deus, princípio e fim de tudo e de todos, quer que nos tratemos e sejamos realmente irmãos. Em virtude pois desta mesma vocação humana e divina, devemos e podemos construir o mundo sem dolo nem violência, cooperando pacificamente uns com os outros”.

**Nota:96**

**Jo 17,23:** “Eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade, e para que o mundo reconheça que tu me enviaste e que os amaste, como amaste a mim”.

**Nota:97**

**EN, 77:** “A força da evangelização virá a encontrar-se muito diminuída se aqueles que anunciam o Evangelho estiverem divididos entre si, por toda a espécie de rupturas. Não residirá nisso uma das grandes adversidades da evangelização nos dias de hoje? Na realidade, se o Evangelho que nós pregamos se apresenta vulnerado por querelas doutrinárias, polarizações ideológicas, ou condenações recíprocas entre cristãos, ao capricho das suas maneiras de ver diferentes acerca de Cristo e acerca da Igreja e mesmo por causa das suas concepções diversas da sociedade e das instituições humanas, como não haveriam aqueles a quem a nossa pregação se dirige vir a encontrar-se perturbados, desorientados, se não escandalizados?

O testamento espiritual do Senhor diz-nos que a unidade entre os fiéis que o seguem, não somente é a prova de que nós somos seus, mas também a prova de que ele foi enviado pelo Pai, critério de credibilidade dos mesmos cristãos e do próprio Cristo.

Como evangelizadores, nós devemos apresentar aos fiéis de Cristo, não já a imagem de homens divididos e separados por litígios que nada edificam, mas sim a imagem de pessoas amadurecidas na fé, capazes de se encontrar para além de tensões que se verifiquem, graças à procura comum, sincera e desinteressada da verdade. Sim, a sorte da evangelização anda sem dúvida ligada ao testemunho de unidade dado pela Igreja. Nisto há de ser vista uma fonte de responsabilidade, como também de reconforto.

Quanto a este ponto, nós queríamos insistir sobre o sinal da unidade entre todos os cristãos, como via e instrumento da evangelização. A divisão dos cristãos entre si é um estado de fato grave, que chega a afetar a própria obra de Cristo. O Concílio Vaticano II afirma com acerto e com firmeza que ela “prejudica a santíssima causa de pregar o Evangelho a toda criatura e fecha a muitos o acesso à fé”. Por isso mesmo, ao proclamar o Ano Santo consideramos necessário recordar a todos os fiéis do mundo católico que “a reconciliação de todos os homens, com Deus, nosso Pai, pressupõe o estabelecimento da comunhão plena entre aqueles que já reconheceram e acolheram, pela fé, Jesus como o Senhor da misericórdia, que liberta todos os homens e os une no Espírito de amor e de verdade”.

É com um grande sentimento de esperança que nós vemos os esforços que estão sendo orientados ao mundo cristão para tal recomposição da plena unidade querida por Cristo. E São Paulo assegura-nos que “a esperança não desilude”.

Assim, ao mesmo tempo que continuamos trabalhando a fim de obter do Senhor a plena unidade, queremos que se intensifique a oração nesse mesmo sentido. Ademais fazemos nosso o voto dos Padres da terceira Assembléia Geral do Sínodo dos bispos, isto é, que se colabore com maior empenho com os irmãos cristãos, com os quais não estamos ainda unidos por uma comunhão perfeita, baseando-se sobre o fundamento do batismo e sobre o patrimônio de fé que é de todos, para dar daqui por diante um mais amplo testemunho comum de Cristo diante do mundo. A isso nos impele o mandamento do Cristo, exige-o a obra de pregar e de dar testemunho do Evangelho”.

**Nota:98**

cf. **Carta a Diogneto** (século III): “Os Cristãos não diferem dos demais homens pela terra, pela língua ou pelos costumes. Não habitam cidades próprias, não se distinguem por idiomas estranhos (...) Na terra vivem, participando da cidadania do céu. Obedecem às leis, mas as ultrapassam em suas vidas. Amam a todos... (Cirilo Folch Gomes, Antologia dos Santos Padres, 1980, parágrafo 175)”.

**Nota:99**

**Puebla 415-419; 434-436:** “415. Esta cultura, primeiro a mestiça e depois pouco a pouco a dos diversos agrupamentos indígenas e afro-americanos, começa no século XVIII a sofrer o impacto da chegada da civilização urbano-industrial, dominada pela mentalidade físico-matemática e pela idéia de eficácia.

**416.** Esta civilização é acompanhada de fortes tendências à personalização e à socialização. Produz uma acentuada aceleração da história, que exige de todos os povos um grande esforço de assimilação e criatividade, para que suas culturas não sejam postergadas ou até eliminadas.

**417.** A cultura urbano-industrial com a conseqüente e intensa proletarização dos setores sociais e até de diversos povos, é controlada pelas grandes potências que detêm a ciência e a técnica. Este processo histórico tende a tornar cada vez mais agudo o problema da dependência e da pobreza.

**418.** O advento da civilização urbano-industrial acarreta igualmente problemas no plano ideológico e chega a ameaçar as próprias raízes de nossa cultura, uma vez que esta civilização nos chega de fato, em seu real processo histórico, impregnada de racionalismo e inspirada em duas ideologias dominantes: o liberalismo e o coletivismo marxista. Em ambas se aninham a tendência não só a uma legítima e desejada secularização, mas também a do secularismo.

**419.** No quadro deste processo histórico surgem em nosso Continente fenômenos e problemas particulares e importantes: a intensificação das migrações e dos deslocamentos de população do campo para a cidade; a presença de fenômenos religiosos como o da invasão de seitas, que por parecerem marginais, não devem ficar despercebidas ao evangelizador; a enorme influencia dos meios de comunicação social como veículos de novas diretrizes e modelos culturais; o anseio da mulher por sua promoção, de acordo com sua dignidade e peculiaridade no conjunto da sociedade; o surgimento de um mundo operário que será decisivo na nova configuração de nossa cultura”.

**434.** A Igreja assume o processo de secularização no sentido de uma legítima autonomia do secular como justo e desejável, conforme entendem a GS e a EN. Contudo, a passagem para a civilização urbano-industrial, considerada não em abstrato, mas em seu real processo histórico ocidental, é inspirada pela ideologia que chamamos “secularismo”.

**435.** Em sua essência, o secularismo separa e opõe o homem com relação a Deus; concebe a construção da história como responsabilidade exclusiva do homem, considerado em sua mera imanência. Trata-se de “uma concepção do mundo segundo a qual este último se explica por si mesmo, não sendo necessário recorrer a Deus: Deus seria pois supérfluo e até mesmo um obstáculo. Este secularismo, para reconhecer o poder do homem, acaba se colocando acima de Deus ou mesmo negando-o. Novas formas de ateísmo - um ateísmo antropocêntrico, não abstrato e metafísico, mas prático e militante - parecem derivar dele. Em união com este secularismo ateu, nos é proposta todo os dias, sob as formas mais diversas, uma civilização de consumo, o hedonismo erigido em valor supremo, uma vontade de poder e de domínio, de discriminações de toda espécie: constituem elas outras inclinações desumanas deste “humanismo” (EN 55).

**436.** A Igreja, pois, em sua tarefa de evangelizar e suscitar a fé em Deus Pai providente e em Jesus Cristo, ativamente presente na história humana passa por um confronto radical com esse movimento secularista. Vê nele uma ameaça à fé e à própria cultura de nossos povos latino-americanos. Por isso, uma das incumbências fundamentais do novo impulso evangelizador há de ser atualizar e reorganizar o anúncio do conteúdo da evangelização partindo da própria fé de nossos povos, de modo que estes possam assumir os valores da nova civilização urbano-industrial, numa síntese vital cujo fundamento continue sendo a fé em Deus e não o ateísmo, conseqüência lógica da tendência secularista.

Conversão e estruturas - Ficou assinalada a incoerência entre a cultura de nossos povos, cujos valores estão marcados de fé cristã, e a condição de pobreza em que muitas vezes permanecem retidos injustamente”.

**Nota:100**

No plano religioso, como se sabe, muitos desses grupos e movimentos não são de inspiração cristã e assumem atitudes polêmicas em face do catolicismo.

**Nota:101**

cf. **LG, 10-12:** “O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade.

**11.** A indole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e lhes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel

específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribui para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5, 14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8, 17; Cl 1, 24; 2Tm 2, 11-12; 1Pd 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus.

Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada.

Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, de acordo com o caminho que lhes é próprio, são chamados pelo Senhor à perfeição da santidade, que é a própria perfeição de Deus e, por isso, dispõem de tais e de tantos meios.

**12.** O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unguídos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, desde os bispos até o último fiel leigo, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) transmitida aos fiéis de uma vez por todas (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)".

**AA, 2:** "A Igreja nasceu para estender o reinado de Cristo a toda parte, em vista da glória de Deus Pai e de virem a se tornar, todos os seres humanos, participantes efetivos da redenção salvadora contribuindo assim para que o mundo inteiro se volte para Cristo. Toda a atividade do corpo místico ordenada para esse fim merece o nome de apostolado. A Igreja o exerce de inúmeras formas, por intermédio de todos os seus membros. A vocação cristã é vocação ao apostolado. Assim como no corpo vivo nenhum membro fica inteiramente passivo, mas participa da vida e da ação de todo o corpo, no corpo de Cristo, a Igreja, o corpo inteiro cresce, através da rede de articulações, que são os membros (Ef 4, 16). Neste corpo a junção entre os membros e sua união é de tal natureza, que o membro que não contribui segundo sua capacidade para o crescimento do corpo não vale nada nem para si mesmo nem para a Igreja.

Na Igreja, há diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Cristo outorgou aos apóstolos e seus sucessores o poder de ensinar, santificar e governar em seu nome. Os leigos, também participantes das funções sacerdotal, profética e real de Cristo, cumprem seu papel na missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo. Exercem um verdadeiro apostolado ao atuar em vista da evangelização e da santificação dos seres humanos ou quando se esforçam por imbuir do espírito do Evangelho as coisas temporais, contribuindo para seu pleno desenvolvimento. Sua ação dá assim testemunho inequívoco de Cristo e aproveita à salvação de todos. Sendo próprio dos leigos viver no meio do mundo e dos afazeres humanos, Deus os chama a exercer aí seu apostolado, no fervor do espírito cristão, como fermento do mundo".

**AG, 21:** "Igreja só está verdadeiramente fundada, só alcança a plenitude de sua vida e só constitui um sinal adequado de Cristo no meio dos seres humanos, quando, juntamente com a hierarquia, compõe-se de um laicato verdadeiro e ativo. O Evangelho não penetra em profundidade nas pessoas nem na vida e na atividade de um povo senão por intermédio da presença ativa dos leigos. Por isso é preciso pensar em constituir logo um laicato cristão maduro, desde a implantação da Igreja.

Os fiéis leigos pertencem ao mesmo tempo ao povo de Deus e à sociedade civil. Pertencem ao povo em que nasceram, pela educação recebida, tornaram-se participantes de seus tesouros culturais, a eles estão ligados por uma série de vínculos sociais, envidam os mesmos esforços para progredir, dedicam-se às mesmas profissões, enfrentam os mesmos problemas, que, juntos, se esforçam por resolver. Mas pertencem também a Cristo, por cuja fé e batismo foram regenerados na Igreja, para que sejam de Cristo por suas obras a fim de que, por intermédio de Cristo, tudo venha a estar sujeito a Deus e Deus se torne tudo em todos.

O principal dever dos leigos, mulheres e homens, é dar testemunho de Cristo, pela vida e pela palavra, no grupo social em que vivem e na esfera de sua profissão. São chamados a manifestar o novo homem criado por Deus em santidade e verdade, no âmbito da sociedade em que vivem e de sua pátria, de acordo com as suas tradições nacionais. Devem primar pelo conhecimento de sua própria cultura, conservá-la e saná-la de seus limites, ajudá-la a evoluir em consonância com as exigências modernas, procurando sempre mais aperfeiçoá-la,

a fim de que a fé em Cristo e a vida da Igreja deixem de ser estranhas à sociedade em que vivem, mas comecem a compenetrá-la e a transformá-la.

Estejam unidos a seus concidadãos por uma caridade sincera, para que se lhes torne manifesto o novo laço de unidade e de amor universal, haurido na participação do mistério de Cristo. Difundam a fé de Cristo entre aqueles a que estão unidos pelos laços da vida e da profissão. Obrigação tanto mais urgente quanto um grande número de pessoas não pode ouvir o Evangelho e reconhecer a Cristo senão por intermédio dos que lhe são mais próximos. Onde for possível, sejam os leigos preparados para colaborar com a missão mais específica da hierarquia de anunciar o Evangelho e comunicar a doutrina cristã para contínuo fortalecimento da Igreja.

Que os ministros da Igreja valorizem ao máximo o apostolado leigo. Cuidem de sua formação como membros de Cristo, que devem ter consciência de sua responsabilidade em relação a todos os seres humanos. Seja-lhes comunicado o mistério de Cristo em toda sua profundidade. Sejam iniciados na metodologia prática cristã e assistidos em suas dificuldades, de acordo com a constituição conciliar sobre a Igreja e o decreto a respeito do apostolado dos leigos.

Respeitadas as funções e responsabilidades próprias, tanto dos pastores como dos fiéis, a nova Igreja dará um consistente testemunho de Cristo, tornando-se sinal luminoso dos dons com que ele nos cumulou a todos”.

**CNBB, Doc. 20: Vida e Ministério dos Presbíteros - Pastoral Vocacional:** “**135.** Uma atenção maior aos textos do Novo Testamento ajudar-nos-á a perceber que a missão confiada por Jesus aos Doze e aos seus discípulos imediatos continua, embora de forma diferenciada, como missão de todos os discípulos, de todos os cristãos.

**136.** Mateus, por exemplo, diz que Jesus confiou sua missão aos discípulos (Mt 28,16) e que esta missão consiste em tornar discípulos todos os povos (Mt 28,19), isto é, ampliar universalmente a comunidade da Igreja em que todos são irmãos, e na qual não há outro Mestre senão Cristo (23,8). Este promete estar conosco até o fim dos tempos (Mt 28,20), mesmo onde somente dois ou três estiverem reunidos em seu nome (Mt 18,20).

**137.** O poder espiritual é confiado à Igreja (Mt 18,18), especialmente a Pedro (Mt 16,19) e aos Doze (Mt 28,16-20). O próprio Pedro não é apenas o depositário de uma missão específica, o ministério único de Fundamento e de Pastor Universal da Igreja (Mt 16,18-cf. Jo 21,15-17). Ao mesmo tempo é protótipo do discípulo, modelo que o cristão deve ter diante dos olhos, para imitar na fé (Mt 4,18-20; 16,16), e para evitar as fraquezas que a todos ameaçam, tanto quanto a Pedro (cf. Mt 14,31; 16,22-23; 26,69-75).

**138.** Sob outras formas, esta doutrina está presente em todos os Evangelhos como também nos demais livros do Novo Testamento. Segundo os Atos dos Apóstolos, o Espírito Santo é doado não somente aos Doze Apóstolos, mas a todos os discípulos (cf. At 2,1). Bem consciente de sua autoridade apostólica, Paulo não só não desconhece, mas valoriza a responsabilidade de toda a comunidade, chamada a decidir, julgar, escolher (cf. 1Cor 5,4; 6,3; 11,13; 1Ts 5,21; etc.) e participar ativamente da edificação do corpo de Cristo, cada qual segundo o próprio dom (1 Cor 12,7). Atesta especialmente a variedade dos carismas e dos ministérios, com que são edificadas as primeiras comunidades.

**139.** Diversidade que não anula a ação de conjunto, mas, ao contrário, a organiza: Ele (Cristo) é que concedeu a uns ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e mestres, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do corpo de Cristo, até que alcancemos todos nós a unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus (Ef 4,11-12).

**140.** Insistência ainda mais forte sobre a fraternidade cristã e a responsabilidade comum encontra-se na tradição Joanina (Evangelho e Cartas de São João, Apocalipse). É a comunidade que examina os carismas (1Jo 4,1) e vigia contra os falsos mestres (2Jo 10).

**141.** Doutrina semelhante à de São Paulo se encontra na tradição de Pedro, como por exemplo no belo texto de 1Pd 4,10: Todos vós, conforme o dom que cada um recebeu de Deus, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons dispenseiros da multiforme graça de Deus. Se alguém fala, faça-o como se pronunciasse o oráculo de Deus. Alguém presta um serviço? Faça-o com a capacidade que Deus lhe concedeu, a fim de que em tudo seja Deus glorificado por Jesus Cristo, a quem pertencem a glória e o poder pelos séculos dos séculos. Amém”.

**1Cor 12,7:** “Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos”.

**Ef 4,11-2:** “Foi ele quem estabeleceu alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas e outros como pastores e mestres. Assim, ele preparou os cristãos para o trabalho do ministério que constrói o Corpo de Cristo”.

**1Pd 4,10-11:** “Cada um viva de acordo com a graça recebida e coloquem-se a serviço dos outros, como bons administradores das muitas formas da graça que Deus concedeu a vocês. Quem fala, seja porta-voz de Deus; quem se dedica ao serviço, faça com as forças que Deus lhe dá, a fim de que em tudo Deus seja glorificado por meio de Jesus Cristo, ao qual pertencem a glória e o poder para sempre. Amém!”.

cf. **CDC, cân. 204, 211:** “**204.** § 1. Fiéis são os que, incorporados a Cristo pelo batismo, foram constituídos como povo de Deus e assim, feitos participantes, a seu modo, do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, são chamados a exercer, segundo a condição própria de cada um, a missão que Deus confiou para a Igreja cumprir no mundo.

§ 2. Essa Igreja, constituída e organizada neste mundo como sociedade, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele.

**211.** Todos os fiéis têm o direito e o dever de trabalhar, a fim de que o anúncio divino da salvação chegue sempre mais a todos os homens de todos os tempos e de todo o mundo”.

**Nota:102**

**Mt 5,13-14:** “Vocês são o sal da terra. Ora, se o sal perde o gosto, com que poderemos salgá-lo? Não serve para mais nada; serve só para ser jogado fora e ser pisado pelos homens.

Vocês são a luz do mundo. Não pode ficar escondida uma cidade construída sobre um monte”.

**Nota:103**

**Puebla, 273:** “Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modelo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo,

qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem”.

**Nota: 104**

**AG, 7:** “O fundamento da atividade missionária é a vontade de Deus de “salvar todos os seres humanos e levá-los ao conhecimento da verdade. Deus é um só. Um só, também, o mediador entre Deus e os seres humanos, o homem Cristo Jesus, que se entregou para a redenção da multidão” (1Tm 2, 4-6). “De ninguém mais se pode esperar a salvação” (At 4, 12). Por intermédio da pregação da Igreja, todos devem se converter a ele e fazer um só corpo com ele e com a Igreja, pela recepção do batismo. O próprio Cristo insistiu expressamente na “necessidade da fé e do batismo, mostrando ao mesmo tempo a necessidade da Igreja, porta pela qual são convidados a passar todos os seres humanos. Não se podem salvar todos aqueles que, sabendo que a Igreja católica foi fundada por Jesus Cristo, da parte de Deus, como necessária à salvação, recusam-se a entrar ou a permanecer nela”.

Embora Deus possa fazer chegar à fé, sem a qual ninguém que lhe é agradável, por caminhos só dele conhecidos, pessoas que, sem culpa de sua parte, ignorem o Evangelho, isto não torna dispensável, de maneira alguma, hoje como sempre, nem a Igreja nem a atividade missionária. Por isso deve ser mantido, com todo vigor, na sua integridade, hoje como sempre, o direito divino de evangelizar e, por conseguinte, o exercício da atividade missionária.

A atividade missionária faz crescer o corpo místico, polarizando e dispondo na devida ordem de prioridade todas as suas forças: leva os membros da Igreja a se moverem pelo amor com que amam a Deus e que os faz desejar comungar, com todos os seres humanos, nos bens espirituais da vida presente e futura.

Na atividade missionária Deus é sumamente glorificado, pois todos os homens e mulheres são convidados a acolher, consciente e plenamente, a obra salutar por ele realizada em Cristo. Por seu intermédio, cumpre-se o desígnio de Deus a serviço do qual Cristo se colocou inteiramente, por obediência e por amor, para a glória do Pai que o enviou, a fim de formar com todo o gênero humano um só povo de Deus, a ele unindo-se num só corpo, na edificação de um só templo do Espírito Santo.

A perspectiva de uma fraternidade universal envolvendo a todos corresponde à mais íntima aspiração da humanidade. O Criador quis fazer o ser humano à sua imagem e semelhança. Alcança de fato tal objetivo quando todos os que participam da natureza humana são regenerados por Cristo, no Espírito Santo, e se tornam capazes de dizer juntos, para a glória de Deus, “Pai Nosso”.

**Nota: 105**

O Concílio Vaticano II dedicou especial atenção às fontes da vida da Igreja, através das Constituições Dei Verbum, sobre a Divina Revelação, e Sacrosanctum Concilium, sobre a S. Liturgia. Veja-se também, a respeito, o Relatório final do Sínodo de 1985, itens II.B e II.C. Junto com o Sínodo dos bispos, voltamos a recomendar e estudo atento dos documentos do Vaticano II.

**Nota: 106**

**PO, 5b e 11a:** “5. Deus, que somente é santo e santificador, quis colocar humildes associados e auxiliares a serviço da obra de santificação. Nesse sentido, os sacerdotes são consagrados a Deus, por ministério do bispo, como participantes, a título especial, do sacerdócio de Cristo, para que atuem, nas celebrações sagradas, como ministros daquele que exerce incessantemente, por nós, na liturgia, seu papel sacerdotal, no Espírito.

Os sacerdotes introduzem os seres humanos, pelo batismo, no povo de Deus. Reconciliam os pecadores pelo sacramento da penitência. Aliviam os doentes com a unção. Oferecem na missa, sacramentalmente, o sacrifício de Cristo. Desde os tempos primitivos, como mostra santo Inácio, mártir, os padres estão associados ao bispo em todos os sacramentos e o representam de diversas maneiras em cada uma das assembléias de fiéis.

Os sacramentos, todos os ministérios eclesiais e todas as obras apostólicas estão ordenados à eucaristia formando um só todo. Na eucaristia reside todo o bem espiritual da Igreja, que é Cristo, nossa páscoa. Pão vivo, em sua carne, vivificada e vivificante, no Espírito Santo, é fonte de vida para os homens, convidados a se unirem a ele, com todos os seus sofrimentos e toda a criação, num único oferecimento.

Por isso a eucaristia é fonte e cume de toda a evangelização. Os catecúmenos são progressivamente admitidos à eucaristia, enquanto os fiéis batizados e confirmados, pela recepção da eucaristia, se inserem cada vez mais profundamente no corpo de Cristo.

A assembléia eucarística, presidida pelo padre, é o centro de todas as reuniões de fiéis. Os sacerdotes ensinam o povo a oferecer a Deus Pai a vítima divina no sacrifício da missa, em união com sua própria vida.

No espírito de Cristo pastor, os sacerdotes procurarão levar os fiéis contritos a submeterem seus pecados ao sacramento da penitência, para melhor se converterem ao Senhor, recordando-se de sua palavra: Façam penitência, aproxima-se o reino dos céus (Mt 4, 17).

Habituem-nos igualmente a participar da liturgia sagrada, para se iniciarem na oração e se exercitarem a praticar, em toda a vida, de maneira cada vez mais perfeita, o espírito de oração, segundo as graças e necessidades de cada um. Orientem todos a viver segundo as exigências do seu estado, estimulando os mais perfeitos à prática dos conselhos evangélicos. Ensinem os fiéis a cantarem ao Senhor, em seu coração, hinos e cânticos espirituais, dando sempre graças a Deus Pai por tudo, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo.

Os louvores e ações de graça da celebração eucarística se prolonguem pelas diversas horas do dia através da recitação do ofício divino, que os padres devem dizer em nome da Igreja, do seu povo, e de todos os seres humanos.

Para consolo e satisfação dos fiéis a casa de oração, em que se celebra e se guarda a santíssima eucaristia, deve ser objeto de respeito e veneração, pois é o lugar da reunião dos fiéis e da presença do Filho de Deus, nosso salvador, que se oferece no altar por nós. Ela deve estar sempre limpa e ser reservada à oração e às celebrações solenes, pois, nesse lugar, pastores e fiéis são convidados a corresponder ao dom daquele que, por sua humanidade, infunde incessantemente a vida em seu corpo.

Cultivem os sacerdotes a ciência e arte litúrgicas, para que seu ministério junto às comunidades que lhe são confiadas seja cada dia mais perfeito no louvor a Deus Pai, Filho e Espírito Santo.

**11.** O pastor e bispo de nossas almas, que constituiu a Igreja como seu povo, adquirido pelo seu sangue, providenciará até o fim do mundo os sacerdotes necessários para que os cristãos não venham a se tornar como rebanho sem pastor.

Conhecendo, no Espírito Santo, esta disposição de Cristo, os apóstolos julgaram seu dever escolher ministros capazes de ensinar aos outros (2Tm 2, 2). Este papel deriva, sem dúvida, da missão sacerdotal, através da qual o padre participa da preocupação que a Igreja tem de que não faltem, na terra, operários, ao povo de Deus.

Como, porém, piloto e viajantes estão no mesmo barco, lembre-se a todo o povo de Deus que é seu dever cooperar de diversas maneiras, pela oração constante e por todos os meios a seu alcance, para que a Igreja tenha sempre os sacerdotes necessários ao cumprimento de sua missão divina.

A começar pelos padres: na pregação e pelo testemunho da própria vida, manifestando claramente o espírito de serviço e a alegria pascal, coloquem diante dos olhos dos fiéis a excelência e a necessidade do sacerdócio. Sem medir sacrifícios ou dificuldades, procurem ajudar os jovens e adultos que julgarem idôneos para tão excelso ministério, a fim de que se preparem devidamente e possam ser chamados pelo bispo, respeitada integralmente sua liberdade tanto exterior quanto interior.

A direção espiritual contribui enormemente para a consecução desse objetivo.

Pais, professores e todos que cuidam da educação das crianças e dos jovens formem-nos de tal modo que, conscientes da solicitude do Senhor para com seu rebanho e considerando as necessidades da Igreja, estejam prontos a responder generosamente ao chamado do Senhor, dizendo, como o profeta: Eis-me aqui. Envia-me (Is 6, 8).

Não se espere, porém, que o chamado do Senhor se faça ouvir de maneira extraordinária ao futuro padre. Deve ser percebido e avaliado, com toda atenção, pelos padres, através dos sinais habituais com que a vontade de Deus é conhecida todos os dias pelos cristãos prudentes.

Recomendam-se vivamente as obras das vocações, tanto diocesanas, como nacionais. Na pregação, na catequese e na imprensa é preciso manifestar as necessidades da Igreja, tanto local como universal, colocar em sua verdadeira luz o sentido e a excelência do ministério sacerdotal, em que se acumulam os muitos deveres, muito maiores alegrias e através do qual se pode dar a Cristo o testemunho máximo do amor".

**AG, 9:** "A atividade missionária se situa entre a primeira e a segunda vinda do Senhor, quando a Igreja será reunida no reino de Deus como uma colheita, vindo dos quatro cantos da terra. Antes pois que venha o Senhor é preciso pregar o Evangelho a todos os povos.

A atividade missionária é nada mais nada menos do que a manifestação ou epifania do desígnio de Deus e seu cumprimento no mundo, na história, em que Deus, por intermédio da missão, realiza a história da salvação. Cristo, autor da salvação, torna-se presente por intermédio da pregação da palavra e pela celebração dos sacramentos, cujo centro e cume é a santíssima eucaristia. Toda verdade e graça já existentes entre os povos, fruto de uma secreta presença divina. a ação missionária liberta do contágio com o maligno, restitui a Cristo, seu autor, destruindo o império do diabo e expulsando para longe a malícia de muitos crimes. Tudo, porém, que haja de bom no coração e no espírito dos seres humanos, na cultura e nos ritos dos povos, não há de perecer, mas, uma vez curado, será elevado e se tornará perfeito para a glória de Deus, confusão do demônio e felicidade de todos os seres humanos. Dessa forma, a atividade missionária tende para a plenitude escatológica: por seu intermédio, até o momento em que o Pai determinou o povo de Deus cresce e se desenvolve, segundo a palavra do profeta: "Aumente o espaço da sua tenda, ligeira estende a lona, estique a corda, não se detenha" (Is 54, 2). Cresce assim o corpo místico até que chegue à plenitude de Cristo, templo espiritual em que Deus é adorado em espírito e verdade, constituído e desenvolvido a partir do "fundamento dos apóstolos e dos profetas, tendo por pedra angular o próprio Cristo Jesus".

**Nota: 107**

cf. o nosso documento **Catequese renovada** (doc. da CNBB 26, 1983).

**Nota: 108**

**LG, 42:** "Deus é amor. Quem permanece no amor, permanece em Deus e Deus nele (1Jo 4, 16). Deus derrama seu amor em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos é dado (cf. Rm 5, 5). O dom primordial, pois, e absolutamente necessário é o amor com que amamos Deus sobre todas as coisas e o próximo por causa dele. Mas para que a caridade cresça e frutifique na alma, como boa semente, cada um deve estar pronto a ouvir a palavra de Deus, cumprir a sua vontade, com o auxílio da graça, participar freqüentemente dos sacramentos e do culto, especialmente da eucaristia, entregar-se constantemente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço fraterno e ao exercício da virtude. O amor é o vínculo da perfeição e a plenitude da lei (Cl 3, 14; Rm 13, 10). Orienta, dá forma e acabamento a todos os outros meios de santificação. Por isso o amor para com Deus e para com o próximo é o sinal do verdadeiro discípulo de Cristo.

Jesus, o Filho de Deus, manifestou seu amor dando sua vida por nós. Não há maior amor do que dar a vida por ele e por seus irmãos (cf. 1Jo 3, 16; Jo 15, 13). Desde os primeiros tempos até os dias de hoje, alguns cristãos foram chamados a dar esse testemunho supremo diante de todos, especialmente dos perseguidores. É o martírio, considerado pela Igreja dom supremo e prova máxima de amor, pois, ao aceitar livremente a morte pela salvação do mundo, o discípulo se assemelha ao mestre, igualando-o no derramamento do próprio sangue. Poucos recebem esse dom, mas todos devem estar preparados para confessar a Cristo diante dos homens e segui-lo no caminho da cruz, em meio às perseguições que nunca faltam à Igreja.

A santidade da Igreja se sustenta ainda de modo especial pela observância dos muitos conselhos que o Senhor propôs aos seus discípulos no Evangelho. Em primeiro lugar, o precioso dom da graça divina feito pelo Pai (cf. Mt 19, 11; 1Cor 7, 7) àqueles que na virgindade e no celibato oferecem unicamente a Deus seu coração indiviso (cf. 1Cor 7, 32-34) e a ele se consagram totalmente. A Igreja sempre teve em grande conta esta prática da continência perfeita por causa do reino dos céus, considerando-a sinal e estímulo do amor, fonte espiritual particularmente fecunda para o mundo.

A Igreja medita na admoestação do apóstolo. Estimulando os fiéis ao amor, ele os exorta a terem os mesmos sentimentos do Cristo Jesus, que se esvaziou a si mesmo, assumiu a condição de servo e se tornou obediente até a morte (Fl 2, 7-8) fazendo-se pobre por nossa causa, apesar de rico (2Cor 8, 9). É indispensável que a Igreja como mãe dê em todo tempo o testemunho e o exemplo deste amor e desta humildade. Por isso, se alegra de contar em seu seio com homens e mulheres que seguem de perto o Senhor e claramente proclamam o aniquilamento do salvador, abraçando a pobreza com a liberdade dos filhos de Deus e renunciando às suas próprias vontades. Submetem-se a outros, por causa de Deus, ultrapassando, na perfeição, a medida do preceito, para se tornarem mais próximos da obediência praticada por Cristo.

Todos os fiéis são chamados e obrigados a buscar a perfeição do próprio estado de vida. Cuidem, pois, de manter o coração no caminho reto, para que o uso das coisas terrestres e o apego às riquezas não seja obstáculo ao espírito evangélico de pobreza, nem à busca da perfeição do amor, conforme a admoestação do apóstolo: Os que usam deste mundo passageiro, a ele não se apeguem (cf. 1Cor 7, 31)".

**Nota: 109**

**LG, 39:** "O concílio, ao expor o mistério da Igreja, crê na sua indefectível santidade. De fato, Cristo, Filho de Deus, celebrado como único santo, amou sua Igreja como esposa, entregou-se por ela para torná-la santa (cf. Ef 5, 25s), uniu-se a ela como a seu corpo e a santificou, com o dom do Espírito, para a glória de Deus. Todos pois, na Igreja, quer pertençam à hierarquia ou sejam por ela conduzidos, são chamados à santidade, conforme a palavra do apóstolo: A vontade de Deus é que sejam santos (1Ts 4, 3; cf. Ef 1, 4). A santidade da Igreja se manifesta de direito e de fato nos muitos e variados frutos da graça, que o Espírito faz brotar nos fiéis, quando tendem para a perfeição do amor em suas vidas. A santidade da Igreja se manifesta de maneira especial na prática dos conselhos chamados evangélicos, assumidos particular ou publicamente por muitos fiéis, sob a moção do Espírito, os quais dão ao mundo testemunho e exemplo de santidade.

**40.** O Senhor Jesus é mestre e exemplo de toda perfeição. Autor e realizador da santidade, ele mesmo manifestou suas exigências a todos e a cada um dos discípulos: Sejam perfeitos como é perfeito seu Pai, que está nos céus (Mt 5, 48). Enviou igualmente a todos o Espírito Santo, para movê-los interiormente ao amor de Deus de todo o seu coração, com toda a sua alma, com todo o seu entendimento e com toda a sua força (cf. Mc 12, 30) e para que se amem uns aos outros, como Cristo os amou (cf. Jo 13, 34; 15, 12). Os seguidores de Cristo são santificados por Deus, não por suas obras, mas de acordo com o propósito e a graça daquele que os chamou e justificou no Senhor Jesus, tornando-os, pelo batismo da fé, verdadeiros filhos de Deus e participantes da natureza divina. Devem, pois, manter e aperfeiçoar na vida a santidade que lhes é dada por Deus. O apóstolo Paulo lhes recomenda que vivam como convém aos santos (Ef 5, 3): como escolhidos de Deus, santos e amados, vistam-se de sentimentos de compaixão, bondade, humildade, mansidão e paciência (Cl 3, 12), trazendo os santos frutos do Espírito (cf. Gl 5, 22; Rm 6, 22). Como, porém, todos estamos sujeitos a muitas falhas (cf. Tg 3, 2) e precisamos a todo momento da misericórdia divina, devemos pedir diariamente que nos perdoe as nossas ofensas (Mt 6, 12).

Fique bem claro que todos os fiéis, qualquer que seja sua posição na Igreja ou na sociedade, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade. A santidade promove uma crescente humanização. Que todos pois se esforcem, na medida do dom de Cristo, para seguir seus passos, tornando-se conformes à sua imagem, obedecendo em tudo à vontade do Pai, consagrando-se de coração à glória de Deus e ao serviço do próximo. A história da Igreja mostra como a vida dos santos foi fecunda, manifestando abundantes frutos da santidade no povo de Deus.

**41.** Nas diversas profissões e formas de vida, a santidade é sempre a mesma. Todos são movidos pelo Espírito de Deus. Obedecendo à voz do Pai, adoram-no em espírito e verdade e seguem a Cristo pobre, humilde e portador de sua cruz, para merecer participar de sua glória. De acordo com seus próprios dons e capacidades, cada um deve marchar firmemente pelo caminho da fé viva, que desperta a esperança e atua por amor.

Em primeiro lugar, vêm os pastores do rebanho de Cristo. Eles devem desempenhar o seu ministério santa e alegremente, humilde e corajosamente, a exemplo do sacerdote supremo e eterno, bispo e pastor de nossas almas. Dessa forma, também o ministério é para eles magnífico instrumento de santificação. Os que são chamados à plenitude do sacerdócio recebem a graça sacramental para cumprir com perfeição o exercício da caridade pastoral orando, celebrando o sacrifício, pregando ou praticando qualquer outra forma de cura e de serviço episcopal. Não hesitem em dar sua vida por suas ovelhas e, como modelos do rebanho (cf. 1Pd 5, 3) façam crescer cada dia, pelo seu exemplo, a santidade da Igreja.

Os sacerdotes imitem os bispos, de que são o complemento espiritual e de cuja função participam pela graça de Cristo, eterno e único mediador. No exercício cotidiano de sua função cresçam no amor de Deus e do próximo. Observando os laços da comunhão sacerdotal, participem de todos os bens espirituais e dêem testemunho vivo de Deus, como tantos sacerdotes de todas as épocas, que deixaram exemplos de exímia santidade no exercício de um ministério humilde e abnegado. A Igreja os exalta. Orando e oferecendo o sacrifício por sua gente e pelo povo de Deus, conscientes do que fazem e imitando o que tratam, superam os perigos e as dificuldades dos trabalhos apostólicos, que se tornam, para eles, via de acesso a uma santidade cada vez maior. Alimentam sua ação com a abundância da contemplação, para o conforto de toda a Igreja de Deus. Em virtude de sua ordenação os sacerdotes, especialmente os diocesanos, tenham sempre presente o quanto contribuí para sua santidade manterem-se fielmente unidos ao bispo, num espírito generoso de cooperação.

Os ministros das ordens inferiores participam a seu modo da missão e da graça do sumo sacerdote. Em primeiro lugar, os diáconos. Sirvam os mistérios de Cristo e da Igreja conservando-se puros de todos os vícios, agradando a Deus e praticando o bem diante dos homens (cf. 1Tm 3, 8-10.12-13). Os clérigos, chamados pelo Senhor e considerados sua parte, preparem-se para as funções de ministros sob a vigilância dos pastores, procurem conformar suas mentes e seus corações às exigências de sua vocação. Sejam assíduos na oração, fervorosos no amor, pensando sempre no que é verdadeiro, justo e digno, tudo fazendo para a glória e honra de Deus. O mesmo vale para os leigos escolhidos por Deus e chamados pelo bispo para se dedicarem inteiramente aos trabalhos apostólicos e cultivar com frutos o campo do Senhor.

Esposos e esposas, pais e mães cristãos, seguindo o caminho que lhes é próprio, sustentem-se reciprocamente com amor e fidelidade, aceitando amorosamente os filhos e educando-os na doutrina e nas virtudes cristãs. Dêem assim a todos exemplo de um amor incansável e generoso. Construam a fraternidade na caridade, como testemunhas e cooperadores da fecundidade da Igreja mãe, que Cristo amou como esposa e por quem se entregou. O mesmo exemplo é dado a seu modo pelas viúvas e pelos solteiros que podem contribuir grandemente para a santidade e para a atuação da Igreja. Todos devem se aperfeiçoar através do seu trabalho. Ajudem seus concidadãos e procurem promover o bem da sociedade e de toda a criação. Sigam assim a Cristo, que também trabalhou e atuou em vista da salvação de todos, sempre unido ao Pai. Imitem esse amor, alegrando-se na esperança e levando os fardos uns dos outros, sabendo que o seu trabalho os pode encaminhar para o cume da santidade, inclusive apostólica.

Todos aqueles que são oprimidos pela pobreza, fraqueza, doença ou outras dificuldades saibam estar unidos especialmente a Cristo, que sofreu para a salvação do mundo. Unam-se também a ele os que sofrem



perseguição por causa da justiça e que o Senhor proclama bem-aventurados no Evangelho. Depois de sofrerem um pouco, Deus, fonte de toda graça, que os chamou em Cristo Jesus para sua glória eterna, os restabelecerá, firmará e fortalecerá (1 Pd 5, 10).

Numa palavra, todos os fiéis cristãos santificam-se cada dia em sua condição de vida, nas circunstâncias concretas em que vivem e no exercício de sua profissão, desde que tudo recebam fielmente das mãos do Pai celestial, cooperem com a vontade divina e manifestem, na prática da vida temporal o mesmo amor com que Deus amou o mundo.

**42.** Deus é amor. Quem permanece no amor, permanece em Deus e Deus nele (1Jo 4, 16). Deus derrama seu amor em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos é dado (cf. Rm 5, 5). O dom primordial, pois, e absolutamente necessário é o amor com que amamos Deus sobre todas as coisas e o próximo por causa dele. Mas para que a caridade cresça e frutifique na alma, como boa semente, cada um deve estar pronto a ouvir a palavra de Deus, cumprir a sua vontade, com o auxílio da graça, participar freqüentemente dos sacramentos e do culto, especialmente da eucaristia, entregar-se constantemente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço fraterno e ao exercício da virtude. O amor é o vínculo da perfeição e a plenitude da lei (Cl 3, 14; Rm 13, 10). Orienta, dá forma e acabamento a todos os outros meios de santificação. Por isso o amor para com Deus e para com o próximo é o sinal do verdadeiro discípulo de Cristo.

Jesus, o Filho de Deus, manifestou seu amor dando sua vida por nós. Não há maior amor do que dar a vida por ele e por seus irmãos (cf. 1Jo 3, 16; Jo 15, 13). Desde os primeiros tempos até os dias de hoje, alguns cristãos foram chamados a dar esse testemunho supremo diante de todos, especialmente dos perseguidores. É o martírio, considerado pela Igreja dom supremo e prova máxima de amor, pois, ao aceitar livremente a morte pela salvação do mundo, o discípulo se assemelha ao mestre, igualando-o no derramamento do próprio sangue. Poucos recebem esse dom, mas todos devem estar preparados para confessar a Cristo diante dos homens e segui-lo no caminho da cruz, em meio às perseguições que nunca faltam à Igreja.

A santidade da Igreja se sustenta ainda de modo especial pela observância dos muitos conselhos que o Senhor propôs aos seus discípulos no Evangelho. Em primeiro lugar, o precioso dom da graça divina feito pelo Pai (cf. Mt 19, 11; 1Cor 7, 7) àqueles que na virgindade e no celibato oferecem unicamente a Deus seu coração indiviso (cf. 1Cor 7, 32-34) e a ele se consagram totalmente. A Igreja sempre teve em grande conta esta prática da continência perfeita por causa do reino dos céus, considerando-a sinal e estímulo do amor, fonte espiritual particularmente fecunda para o mundo.

A Igreja medita na admoestação do apóstolo. Estimulando os fiéis ao amor, ele os exorta a terem os mesmos sentimentos do Cristo Jesus, que se esvaziou a si mesmo, assumiu a condição de servo e se tornou obediente até a morte (Fl 2, 7-8) fazendo-se pobre por nossa causa, apesar de rico (2Cor 8, 9). É indispensável que a Igreja como mãe dê em todo tempo o testemunho e o exemplo deste amor e desta humildade. Por isso, se alegria de contar em seu seio com homens e mulheres que seguem de perto o Senhor e claramente proclamam o aniquilamento do salvador, abraçando a pobreza com a liberdade dos filhos de Deus e renunciando às suas próprias vontades. Submetem-se a outros, por causa de Deus, ultrapassando, na perfeição, a medida do preceito, para se tornarem mais próximos da obediência praticada por Cristo.

Todos os fiéis são chamados e obrigados a buscar a perfeição do próprio estado de vida. Cuidem pois, de manter o coração no caminho reto, para que o uso das coisas terrestres e o apego às riquezas não seja obstáculo ao espírito evangélico de pobreza, nem à busca da perfeição do amor, conforme a admoestação do apóstolo: Os que usam deste mundo passageiro, a ele não se apeguem (cf. 1Cor 7, 31)".

#### Nota:110

O Sínodo dos bispos de 1985, acolhendo um anseio de muitas Igrejas locais, insistiu de um modo particular sobre o chamado de todos os cristãos para uma vida de santidade, que é hoje a primeira e mais valiosa resposta ao secularismo e à indiferença. cf. Relatório final do Sínodo dos bispos de 1985, II A, 4.

**Mt 5,48:** "Portanto, sejam perfeitos como é perfeito o Pai de vocês que está no céu".

#### Nota:111

**EN, 18:** "Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: "Eis que faço novas todas as coisas". No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios".

#### Nota:112

**Puebla 193, 327, 358, 973, 998, 1134, 1206:** "193. Assim Jesus, de modo original, próprio, incomparável, exige um seguimento radical que abrange o homem todo e todos os homens, que envolve todo o mundo e o cosmo todo. Esta radicalidade faz que a conversão seja um processo nunca encerrado, tanto em nível pessoal quanto em nível social. Porque, se o Reino de Deus passa por realizações históricas, não se esgota nem se identifica com elas.

**327.** O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. De fato, "ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não ama o irmão a quem vê" (I Jo 4,20). Todavia a comunhão e a participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo que o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se vão realizando em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia. O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode atualmente na AL amar de verdade o irmão nem portanto a Deus sem que o homem se comprometa em nível pessoal e, em muitos casos, até em nível estrutural com o serviço e promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as conseqüências que se seguem no plano destas realidades temporais.

**358.** Gera a fé, que é conversão do coração e de vida, entrega da pessoa a Jesus Cristo; dá a participação de sua morte, para que a vida de Cristo se manifeste em cada homem. Esta fé, que também denuncia o que se opõe à construção do Reino, implica em rupturas que são necessárias e às vezes dolorosas.

**973.** Esta é a nossa primeira opção pastoral: a própria comunidade cristã, seus leigos, seus pastores, seus ministros e seus religiosos devem converter-se cada vez mais ao Evangelho, para poderem evangelizar os outros.

**998.** A catequese deve levar a um processo de conversão e crescimento permanente e progressivo na fé.

**1134.** A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação.

**1206.** A Igreja colabora por meio do anúncio da Boa Nova e mediante uma radical conversão à justiça e ao amor, para transformar, a partir do seu íntimo, as estruturas da sociedade pluralista, para que respeitem e promovam a dignidade da pessoa humana e lhe ensejem a possibilidade de realizar a sua vocação suprema de comunhão com Deus e dos homens entre si (Cf. EN 18,19, 20)".

**Nota:113**

**Cl 3,10:** "E se revestiram do homem novo que, através do conhecimento, vai se renovando à imagem do seu Criador".

**Nota:114**

**1Cor 11,1:** "Sejam meus imitadores, como também eu o sou de Cristo".

**2Ts 3,7:** "Vocês sabem como devem imitar-nos: nós não ficamos sem fazer nada quando estivemos entre vocês".

**Nota:115**

**Fl 2,5-7:** "Tenham em vocês os mesmos sentimentos que havia em Jesus Cristo: Ele tinha a condição divina, mas não se apegou a sua igualdade com Deus. Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo e tornando-se semelhante aos homens. Assim, apresentando-se como simples homem".

**Nota:116**

**Puebla, 265:** "Em outro extremo estão os que quiseram viver uma mudança contínua. Não é este o sentido de ser peregrinos. Não estamos à procura de tudo. Existe algo que já possuímos na esperança, mas com segurança e do qual devemos dar testemunho. Somos peregrinos, mas também somos testemunhas. Nossa atitude é de tranquilidade e de alegria por aquilo que já encontramos e de esperança pelo que ainda nos falta. Tampouco é certo que todo caminho se faz andando. O caminho pessoal, em suas circunstâncias concretas, sim, mas o largo caminho que é comum aos povos de Deus já está aberto, já foi percorrido por Cristo e pelos santos, e em especial pelos santos da América Latina: os que morreram defendendo a integridade da fé e a liberdade da Igreja, servindo aos pobres, servindo aos índios, servindo aos escravos. Foi percorrido igualmente pelos que alcançaram os mais altos cumes da contemplação. Eles caminham conosco. Ajudam-nos com sua intercessão".

**Nota:117**

**LG, 10-12; 34-36:** "O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5,1-5) fez do novo povo "um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai" (Ap 1,6; cf. 5,9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2,4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2,42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3,15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade.

**11.** A índole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e lhes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribui para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5,14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8,17; Cl 1,24; 2Tm 2,11-12; 1Pd 4,13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus.

Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de Igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada.

Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, de acordo com o caminho que lhes é próprio, são chamados pelo Senhor à perfeição da santidade, que é a própria perfeição de Deus e, por isso, dispõem de tais e de tantos meios.

**12.** O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13,15). O conjunto dos fiéis ungidos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2,20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, “desde os bispos até o último fiel leigo”, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2,13) “transmitida aos fiéis de uma vez por todas” (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. “Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer” (1Cor 12,11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: “Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos” (1Cor 12,7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5,12.19-21).

**34.** Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito.

Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.

Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus.

**35.** Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e instrui com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta “contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal” (Ef 6, 12).

Os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram o novo céu e a nova terra (cf. Ap 21,1). Da mesma forma, os leigos anunciam a fé nos bens que se esperam (cf. Hb 11,1), quando unem, de maneira inseparável, a vida e a profissão de fé. Esta evangelização, o anúncio de Cristo pelo testemunho de vida que acompanha a manifestação da palavra, adquire uma eficácia especial e específica, pelo fato de se fazer nas condições comuns da vida no mundo. A vida matrimonial e familiar, santificada pelo sacramento, tem um valor particular: é exercício e principal escola do apostolado leigo, enquanto a religião cristã nela praticada penetra toda a vida e a vai progressivamente transformando. Na família, os cônjuges são especialmente chamados a serem testemunhas da fé e do amor entre si e em relação aos filhos. A família cristã é chamada a proclamar, ao mesmo tempo, a força atual do reino de Deus e a esperança da vida eterna. Por seu testemunho e exemplo, denuncia o pecado do mundo e ilumina os que buscam a verdade.

Por conseguinte, os leigos podem e devem exercer uma ação valiosa para a evangelização do mundo, ocupando-se das coisas temporais. Na falta, porém, de ministros ou em regime de perseguição, podem ser chamados a suprir certas funções. Somente alguns se dedicam exclusivamente ao apostolado, mas todos devem contribuir para o aumento e o crescimento do reino de Cristo. Que todos, pois, se empenhem em aprofundar o conhecimento da verdade revelada e peçam com insistência a Deus o dom da sabedoria.

**36.** Cristo entrou na glória do reino fazendo-se obediente até a morte e sendo, por isso, exaltado pelo Pai (cf. Fl 2, 8s). Tudo lhe foi submetido, até que ele mesmo submetta ao Pai todas as coisas criadas, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 27s). Comunicou aos discípulos este seu poder para que tenham uma liberdade de reis e vençam em si mesmos o domínio do pecado, pela abnegação de si mesmos e por uma vida de santidade (cf. Rm 6, 12). Mas além disso, para que, servindo a Cristo nos outros, os discípulos encaminhem seus irmãos, pela humildade e pela paciência, ao rei, a quem servir é reinar.

O Senhor deseja que também os leigos contribuam para o aumento de seu “reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz”, em que a criatura é libertada da escravidão da morte, para a liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21). A promessa é grande, como é grande o mandamento dado aos discípulos: “Tudo é de vocês, mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus” (1Cor 3, 22ss).

Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho.

Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do Criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã. Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja.

Unidos, os leigos devem procurar corrigir as condições de vida e as instituições do mundo que induzem ao pecado, para que se conformem com as normas da justiça e contribuam para a prática do bem, em lugar de dificultá-la. Agindo assim conferem à cultura e às atividades humanas um valor moral. Preparam o campo do mundo para melhor receber a semente da palavra divina e abrem as portas à Igreja, para que atue como anunciadora da paz.

Em benefício da própria salvação, os fiéis devem cuidadosamente aprender a distinguir entre seus direitos e deveres, como membros da Igreja e o que lhes compete como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar esses dois aspectos de sua vida, lembrando-se de que em todas as circunstâncias temporais precisam se deixar inspirar pela consciência cristã, pois, nada foge ao domínio de Deus. Nos dias de hoje, é muito importante que se evidenciem no modo de agir dos fiéis tanto essa distinção quanto a harmonia, para que a Igreja, no cumprimento de sua missão, corresponda às necessidades do mundo atual. Assim como se reconhece que a sociedade terrena, voltada para o cuidado das coisas temporais, é regida por princípios próprios, deve-se rejeitar a doutrina infausta, que pretende construir a sociedade sem levar em conta a religião e que combate e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos.

**AA 2:** "A Igreja nasceu para estender o reinado de Cristo a toda parte, em vista da glória de Deus Pai e de virem a se tornar todos os seres humanos participantes efetivos da redenção salvadora contribuindo assim para que o mundo inteiro se volte para Cristo. Toda a atividade do corpo místico ordenada para esse fim merece o nome de apostolado. A Igreja o exerce de inúmeras formas, por intermédio de todos os seus membros. A vocação cristã é vocação ao apostolado. Assim como no corpo vivo nenhum membro fica inteiramente passivo, mas participa da vida e da ação de todo o corpo, no corpo de Cristo, a Igreja, o corpo inteiro cresce, "através da rede de articulações, que são os membros" (Ef 4,16). Neste corpo a junção entre os membros e sua união é de tal natureza, que o membro que não contribui segundo sua capacidade para o crescimento do corpo não vale nada nem para si mesmo nem para a Igreja.

Na Igreja, há diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Cristo outorgou aos apóstolos e seus sucessores o poder de ensinar, santificar e governar em seu nome. Os leigos, também participantes das funções sacerdotal, profética e real de Cristo, cumprem seu papel na missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo. Exercem um verdadeiro apostolado ao atuar em vista da evangelização e da santificação dos seres humanos ou quando se esforçam por imbuir do espírito do Evangelho as coisas temporais, contribuindo para seu pleno desenvolvimento. Sua ação dá assim testemunho inequívoco de Cristo e aproveita à salvação de todos. Sendo próprio dos leigos viver no meio do mundo e dos afazeres humanos, Deus os chama a exercer aí seu apostolado, no fervor do espírito cristão, como fermento do mundo".

**Rm 5,19:** "Assim como, pela desobediência de um só homem, todos se fizeram pecadores, do mesmo modo, pela obediência de um só, todos se tornarão justos."

**2Cor 5,14:** "O amor de Cristo é que nos impulsiona, quando consideramos que um só morreu por todos, e conseqüentemente todos morreram".

**Nota:118**

**Rm 5,19:** "Assim como, pela desobediência de um só homem, todos se fizeram pecadores, do mesmo modo, pela obediência de um só, todos se tornarão justos."

**Fl 2,8:** "humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz!"

**Gl 2,20:** "Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim. E esta vida que agora vivo, eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim."

**2Cor 5,14:** "O amor de Cristo é que nos impulsiona, quando consideramos que um só morreu por todos, e conseqüentemente todos morreram".

**Rm 8,35-37:** "Quem nos poderá separar do amor de Cristo? A tribulação, a angústia, a perseguição, a fome, a nudez, o perigo, a espada? Como diz a Escritura: Por tua causa somos postos à morte o dia todo, somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro. Mas, em todas essas coisas somos mais do que vencedores por meio daquele que nos amou."

**Nota:119**

**Rm 12,1:** "Irmãos, pela misericórdia de Deus, peço que vocês ofereçam os próprios corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus. Esse é o culto autêntico de vocês".

**Nota:120**

**1Pd 2,4-5:** "Aproximem-se do Senhor, a pedra viva rejeitada pelos homens, mas escolhida e preciosa aos olhos de Deus. Do mesmo modo, vocês também, como pedras vivas, vão entrando na construção do templo espiritual, e formando um sacerdócio santo, destinado a oferecer sacrifícios espirituais que Deus aceita por meio de Jesus Cristo".

**Nota:121**

**1Cor 10,31:** "Portanto, quer vocês comam, ou bebam, ou façam qualquer outra coisa, façam tudo para a glória de Deus".

**Nota:122**

**LG, 34:** "Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito.

Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os

leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.

Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus”.

**1Pd 3,15-18:** “Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar a razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês, mas com bons modos, com respeito e mantendo a consciência limpa. Assim, quando vocês forem difamados em alguma coisa, aqueles que criticam o bom comportamento que vocês têm em Cristo ficarão confundidos. Pois, se é da vontade de Deus que vocês sofram, é melhor que seja por praticarem o bem, e não o mal. De fato, o próprio Cristo morreu uma vez por todas pelos pecados, o justo pelos injustos, a fim de os conduzir a Deus. Ele sofreu a morte em seu corpo, mas recebeu vida pelo Espírito”.

**1Pd 4,7-16:** “O fim de todas as coisas está próximo. Sejam, portanto, moderados e sóbrios, para se dedicarem à oração. Sobre tudo, conservem entre vocês um grande amor, porque o amor cobre uma multidão de pecados. Pratiquem a hospitalidade uns com os outros, sem murmurar. Cada um viva de acordo com a graça recebida e coloquem-se a serviço dos outros, como bons administradores das muitas formas da graça que Deus concedeu a vocês. Quem fala, seja porta-voz de Deus; quem se dedica ao serviço, faça com as forças que Deus lhe dá, a fim de que em tudo Deus seja glorificado por meio de Jesus Cristo, ao qual pertencem a glória e o poder para sempre. Amém!

Amados, não fiquem alarmados com o incêndio que se espalha entre vocês para prová-los, como se estivesse acontecendo algo estranho no meio de vocês. Ao contrário, alegrem-se por estarem participando dos sofrimentos de Cristo, para que vocês também se alegrem e exultem ao se revelar a glória dele. Felizes de vocês, quando forem insultados por causa do nome de Cristo; isso significa que o Espírito da glória, o Espírito de Deus, repousa sobre vocês. Que ninguém de vocês sofra por ser assassino ou ladrão, malfeitor ou delator. Todavia, se alguém sofre como cristão, não se sinta envergonhado; ao contrário, glorifique a Deus por levar o nome de cristão”.

**Mt 5,16:** “Assim também: que a luz de vocês brilhe diante dos homens, para que eles vejam as boas obras que vocês fazem, e louvem o Pai de vocês que está no céu”.

#### **Nota:123**

**LG, 11:** “A índole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e lhes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribuí para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5, 14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8, 17; Cl 1, 24; 2Tm 2, 11-12; 1Pd 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus.

Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada.

Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, de acordo com o caminho que lhes é próprio, são chamados pelo Senhor à perfeição da santidade, que é a própria perfeição de Deus e, por isso, dispõem de tais e de tantos meios”.

#### **Nota:124**

cf. **LG 35:** “Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e instruí com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal (Ef 6, 12).

Os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram o novo céu e a nova terra (cf. Ap 21, 1). Da mesma forma, os leigos anunciam a fé nos bens que se esperam (cf. Hb 11, 1), quando unem, de maneira inseparável, a vida e a profissão de fé. Esta evangelização, o anúncio de Cristo pelo

testemunho de vida que acompanha a manifestação da palavra, adquire uma eficácia especial e específica, pelo fato de se fazer nas condições comuns da vida no mundo.

A vida matrimonial e familiar, santificada pelo sacramento, tem um valor particular: é exercício e principal escola do apostolado leigo, enquanto a religião cristã nela praticada penetra toda a vida e a vai progressivamente transformando. Na família, os cônjuges são especialmente chamados a serem testemunhas da fé e do amor entre si e em relação aos filhos. A família cristã é chamada a proclamar, ao mesmo tempo, a força atual do reino de Deus e a esperança da vida eterna. Por seu testemunho e exemplo, denuncia o pecado do mundo e ilumina os que buscam a verdade.

Por conseguinte, os leigos podem e devem exercer uma ação valiosa para a evangelização do mundo, ocupando-se das coisas temporais. Na falta, porém, de ministros ou em regime de perseguição, podem ser chamados a suprir certas funções. Somente alguns se dedicam exclusivamente ao apostolado, mas todos devem contribuir para o aumento e o crescimento do reino de Cristo. Que todos pois se empenhem em aprofundar o conhecimento da verdade revelada e peçam com insistência a Deus o dom da sabedoria”.

**Ef 6,12:** “A nossa luta, de fato, não é contra homens de carne e osso, mas contra os principados e as autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas, contra os espíritos do mal, que habitam as regiões celestes”.

**Nota:125**

**LG, 36:** “Cristo entrou na glória do reino fazendo-se obediente até a morte e sendo, por isso, exaltado pelo Pai (cf. Fl 2, 8s). Tudo lhe foi submetido, até que ele mesmo submeta ao Pai todas as coisas criadas, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 27s). Comunicou aos discípulos este seu poder para que tenham uma liberdade de reis e vençam em si mesmos o domínio do pecado, pela abnegação de si mesmos e por uma vida de santidade (cf. Rm 6, 12). Mas além disso, para que, servindo a Cristo nos outros, os discípulos encaminhem seus irmãos, pela humildade e pela paciência, ao rei, a quem servir é reinar. O Senhor deseja que também os leigos contribuam para o aumento de seu reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz, em que a criatura é libertada da escravidão da morte, para a liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21). A promessa é grande, como é grande o mandamento dado aos discípulos: Tudo é de vocês, mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus (1Cor 3, 22ss).

Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho. Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã. Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja.

Unidos, os leigos devem procurar corrigir as condições de vida e as instituições do mundo que induzem ao pecado, para que se conformem com as normas da justiça e contribuam para a prática do bem, em lugar de dificultá-la. Agindo assim conferem à cultura e às atividades humanas um valor moral. Preparam o campo do mundo para melhor receber a semente da palavra divina e abrem as portas à Igreja, para que atue como anunciadora da paz.

Em benefício da própria salvação, os fiéis devem cuidadosamente aprender a distinguir entre seus direitos e deveres, como membros da Igreja e o que lhes compete como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar esses dois aspectos de sua vida, lembrando-se de que em todas as circunstâncias temporais precisam se deixar inspirar pela consciência cristã, pois nada foge ao domínio de Deus. Nos dias de hoje, é muito importante que se evidenciem no modo de agir dos fiéis tanto essa distinção quanto a harmonia, para que a Igreja, no cumprimento de sua missão, corresponda às necessidades do mundo atual. Assim como se reconhece que a sociedade terrena, voltada para o cuidado das coisas temporais, é regida por princípios próprios, deve-se rejeitar a doutrina infausta, que pretende construir a sociedade sem levar em conta a religião e que combate e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos”.

**Nota:126**

**Rm 12,1:** “Irmãos, pela misericórdia de Deus, peço que vocês ofereçam os próprios corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus. Esse é o culto autêntico de vocês.”

**Nota:127**

cf. **Puebla 511, 538, 1227:** “**511.** A Igreja, como Mãe e Mestra, perita em humanidade, deve discernir e iluminar, a partir do Evangelho e de sua doutrina social, as situações, os sistemas, as ideologias e a vida política do Continente. Deve fazer isso, embora saiba que se procura instrumentalizar sua mensagem.

**538.** Para o necessário discernimento e julgamento crítico sobre as ideologias, devem os cristãos apoiar-se no “rico e complexo patrimônio que a Evangelii Nuntiandi denomina Doutrina Social ou Ensino Social da Igreja” (João Paulo II, Discurso Inaugural, III, 7. AAS - LXXI, p.203).

**1227.** Neste contato e diálogo deve circular, numa atitude de escuta sincera e acolhedora, a problemática trazida por eles do seu próprio ambiente temporal. Assim poderemos descobrir os critérios, normas e caminhos por onde aprofundar e atualizar a doutrina social da Igreja, no sentido da elaboração duma ética capaz de formular as respostas cristãs aos grandes problemas da cultura contemporânea. Exortamos a todos a lutarem contra a corrupção econômica em seus diversos níveis, tanto na administração pública como nos negócios particulares, pois com ela causa-se grave prejuízo à grande maioria”.

**Nota:128**

**Libertatis Conscientia, 72: “Mensagem evangélica e vida social** - O ensinamento social da Igreja nasceu do encontro da mensagem evangélica e de suas exigências, resumidas no mandamento supremo do amor, com os problemas que emanam da vida da sociedade. Ele constituiu-se como uma doutrina, usando os recursos da sabedoria e das ciências humanas, diz respeito ao aspecto ético desta vida e leva em consideração os aspectos técnicos dos problemas, mas sempre para julgá-los do ponto de vista moral.

Essencialmente orientado para a ação, esse ensinamento desenvolve-se em função das circunstâncias mutáveis da história. É por essa razão que, com princípios sempre válidos, ele comporta também juízos contingentes. Longe de constituir um sistema fechado, ele permanece constantemente aberto às questões novas que não cessam de se apresentar; requer a contribuição de todos os carismas, experiências e competências.

Perita em humanidade, a Igreja oferece, em sua doutrina social, um conjunto de princípios de reflexão, de critérios de julgamento, como também de diretrizes de ação, para que sejam realizadas as mudanças profundas que as situações de miséria e de injustiça estão a exigir, e isso de uma maneira que sirva ao verdadeiro bem dos homens.

**74. Critérios de julgamento** - Esses princípios estabelecem critérios para efetuar um julgamento acerca das situações, das estruturas e dos sistemas sociais.

Assim, a Igreja não hesita em denunciar as situações de vida que lesem a dignidade e a liberdade do homem.

Tais critérios permitem também julgar o valor das estruturas. Estas são o conjunto das instituições e das práticas que os homens já encontram em ação ou criam, em plano nacional e internacional, e que orientam ou organizam a vida econômica, social e política. Em si necessárias, elas tendem, freqüentemente, a se fixarem e enrijecerem em mecanismos relativamente independentes da vontade humana, paralizando ou pervertendo assim o desenvolvimento social e gerando a injustiça. No entanto, elas dependem sempre da responsabilidade do homem, que pode modificá-las, e não de um pretensão determinismo da história.

As instituições e as leis, quando são conformes à lei natural e ordenadas ao bem comum, são a garantia da liberdade das pessoas e da sua promoção. Não se pode condenar todos os aspectos coercitivos da estabilidade de um estado de Direito digno desse nome. Pode-se falar, portanto, de estruturas marcadas pelo pecado, mas não se pode condenar as estruturas enquanto tais.

Os critérios de julgamento dizem respeito também aos sistemas econômicos, sociais e políticos. A doutrina social da igreja não propõe algum sistema particular, mas à luz dos seus princípios fundamentais, permite ver em que medida os sistemas existentes são ou não conformes às exigências da dignidade humana”.

**OA, 1-4:** “O 80º aniversário da publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, cuja mensagem continua inspirar a ação em ordem à justiça social, anima-Nos a retomar e prosseguir o ensino dos Nossos Predecessores, em resposta às necessidades novas de um mundo em transformação. A Igreja caminha, de fato, juntamente com a humanidade e compartilha de sua sorte no seio da história. Ao anunciar aos homens, a Boa Nova do amor de Deus e da salvação em Cristo, ela ilumina também a sua atividade com a luz do Evangelho e ajuda-os, deste modo, a corresponderem aos desígnios do mesmo amor de Deus e a realizarem a plenitude das suas aspirações.

**2.** Com confiança, Nós vemos o Espírito do Senhor a prosseguir a sua obra no coração dos homens e a congregar por toda a parte comunidades cristãs, conscientes das suas responsabilidades na sociedade. Em todos os continentes, entre todas as raças, nações e culturas, e no meio de todos os condicionalismos, o Senhor continua a suscitar apóstolos autênticos do evangelho.

Foi-Nos dada a oportunidade de os encontrar, de os admirar e de os encorajar, no decorrer das Nossas recentes viagens. Entramos em contato com as multidões e pudemos ouvir os seus apelos, gritos de angústia e de esperança ao mesmo tempo. Nessas ocasiões, apresentaram-se-Nos com uma evidência nova os graves problemas do nosso tempo, como peculiares, é certo, de cada região, mas, não obstante, comuns a uma humanidade que se interroga a si mesma, sobre o seu futuro e sobre a orientação e o significado das mudanças que estão a operar-se. Diferenças flagrantes subsistem no desenvolvimento econômico, cultural e político das nações: ao lado de regiões fortemente industrializadas, outras, nesse aspecto, encontram-se ainda no estado agrícola; ao lado de países que desfrutam de bem-estar, outros lutam ainda contra a fome; ao lado de povos com um nível cultural elevado, outros continuam ainda empenhados em eliminar o analfabetismo. De todas as partes, porém, se sente o despertar de uma aspiração a mais justiça e se eleva o desejo de uma paz melhor assegurada, num clima de respeito mútuo entre os homens e entre os povos.

**3.** Sem dúvida que são muito diversas as situações nas quais, voluntária ou forçosamente, se encontram comprometidos os cristãos, conforme as regiões, conforme os sistemas sócio-políticos e conforme as culturas. Em algumas partes, eles são reduzidos ao silêncio e olhados com suspeita e, por assim dizer, postos à margem da sociedade, apesar de enquadrados, sem liberdade, num sistema totalitário. Noutras nações, ainda, onde a Igreja vê reconhecido o seu lugar e por vezes de maneira oficial, ela própria se acha sujeita às repercussões da crise que abala a sociedade, de modo que alguns dos seus membros são tentados a optarem por soluções radicais e violentas, das quais eles crêem poder esperar soluções mais felizes. E, enquanto outros, inconscientes das injustiças presentes, se esforçam por manter a situação existente, outros, enfim, deixam-se fascinar por ideologias revolucionárias, que lhes prometem, não sem ilusão, um mundo definitivamente melhor.

**4.** Perante situações, assim tão diversificadas, tornar-se-Nos difícil tanto o pronunciar uma palavra única, como o propor uma solução que tenha um valor universal. Mas, isso não é ambição. Nossa, nem mesmo a Nossa missão. É às comunidades cristãs que cabe analisarem, com objetividade, a situação própria do seu país e procurarem iluminá-la, com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho; a elas cumpre o haurirem princípios de reflexão, normas para julgar e diretrizes para a ação, na doutrina social da Igreja, tal como ela tem vindo a ser elaborada, no decurso da história, e, especialmente, nesta era industrial, a partir da data histórica da mensagem de Leão XIII sobre a condição dos operários, da qual Nós temos a honra e a alegria de celebrar hoje o aniversário. A essas comunidades cristãs incumbe o discernirem, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com os outros irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e econômicas que se apresentam como necessárias, com urgência, em não poucos casos. Nesta procura diligente das mudanças a promover, os cristãos deverão, antes de mais nada, renovar a sua confiança “Na força na força e na originalidade das exigências evangélicas. O Evangelho, de fato, não está ultrapassado, pela circunstância de ter sido anunciado, escrito e vivido, num contexto sócio-cultural diferente. A sua inspiração, enriquecida pela experiência vivente da tradição cristã, ao longo dos séculos, permanece sempre nova, em ordem à conversão dos homens e do progresso da vida em sociedade, sem que por outro lado, se possa utilizar da mesma em favor de opções temporais particulares, esquecendo a sua mensagem universal e eterna”.

**Nota: 129**

**1Tm 2,4:** “Ele quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade”.

**Nota:130**

cf. **CDC**, L III, Título II c. 781-792: “**781.** Sendo que a Igreja toda é missionária por sua natureza e que a obra de evangelização é dever fundamental do povo de Deus, todos os fiéis conscientes da própria responsabilidade, assumam cada um a sua parte na obra missionária.

**782.** § 1. Compete ao Romano Pontífice e ao Colégio dos Bispos a suprema direção e coordenação das iniciativas e atividades próprias da obra das missões e da cooperação missionária.

§ 2. Como responsáveis pela Igreja universal e por todas as Igrejas, os Bispos todos tenham especial solicitude pela obra das missões, principalmente despertando, incentivando e sustentando iniciativas missionárias em sua própria Igreja particular.

**783.** Os membros de institutos de vida consagrada, enquanto dedicados, em virtude da própria consagração, ao serviço da Igreja, têm obrigação de se entregar, de maneira especial, à ação missionária no modo próprio de seu instituto.

**784.** Missionários, isto é, aqueles que são enviados pela competente autoridade eclesiástica para realizar a obra das missões, como tais podem ser escolhidos autóctones ou não, clérigos seculares ou membros de institutos de vida consagrada ou de sociedades devida apostólica, ou outros fiéis leigos.

**785.** § 1. Para a realização da obra das missões, sejam assumidos catequistas, isto é, fiéis leigos que sejam devidamente instruídos e se distingam pela vivência cristã, os quais, sob a coordenação do missionário, se dediquem inteiramente à apresentação da doutrina evangélica e à direção dos exercícios litúrgicos e das obras de caridade.

§ 2. Os catequistas sejam formados em escolas para isso destinadas ou, onde não existirem, sob a direção dos missionários.

**786.** A atividade propriamente missionária, pela qual a Igreja é implantada entre os povos ou grupos onde ainda não se tenha enraizado, a Igreja a cumpre especialmente enviando pregadores do Evangelho, até que as novas Igrejas estejam plenamente constituídas, isto é, enquanto não estejam dotadas de forças próprias e de meios suficientes com que possam realizar, por si mesmas, o trabalho da evangelização.

**787.** § 1. Os missionários, pelo testemunho da vida e da palavra, estabeleçam sincero diálogo com os que não têm fé em Cristo, a fim de que se abram para eles, de modo adequado à sua capacidade e cultura, os caminhos por onde possam ser conduzidos ao conhecimento do anúncio evangélico.

§ 2. Cuidem de ensinar as verdades da fé aos que julgarem preparados para a acolher o anúncio evangélico, de tal modo que eles, pedindo livremente, possam ser admitidos a receber o batismo.

**788.** § 1. Aqueles que tiverem manifestado vontade de abraçar a fé em Cristo, após terem concluído o tempo de pré-catecumenato sejam admitidos ao catecumenato com cerimônias litúrgicas; seus nomes sejam inscritos no livro para isso destinado.

§ 2. Os catecúmenos, mediante a formação e o aprendizado da vida cristã, sejam adequadamente iniciados no mistério da salvação e introduzidos na vida da fé, da liturgia, da caridade do povo de Deus e do apostolado.

§ 3. Compete à Conferência dos Bispos dar estatutos para a organização do catecumenato, determinando o que os catecúmenos precisam cumprir e definindo as prerrogativas a serem atribuídas a eles.

**789.** Os neófitos sejam formados com educação apropriada, para conhecerem mais profundamente a verdade evangélica e cumprirem os deveres assumidos no batismo; sejam imbuídos de sincero amor a Cristo e à sua Igreja.

**790.** § 1. Compete ao Bispo diocesano em territórios de missão:

1° - promover, dirigir e coordenar as iniciativas próprias da ação missionária;

2° - cuidar que se façam oportunos convênios com os Superiores de institutos consagrados à atividade missionária, e que as relações com eles sejam benéficas para a missão.

§ 2. As prescrições do Bispo diocesano, mencionadas no § 1, n. 1, estão sujeitos todos os missionários, também os religiosos e seus auxiliares que vivem na sua jurisdição.

**791.** Em cada diocese, para favorecer a cooperação missionária:

1° - promovam-se as vocações missionárias;

2° - seja designado um sacerdote para promover eficazmente as iniciativas em favor das missões, sobretudo as

**Pontifícias Obras Missionárias;**

3° - celebre-se o dia anual das missões;

4° - dê-se anualmente, para as missões, conveniente contribuição, que deve ser remetida à Santa Sé.

**792.** As Conferências dos Bispos estabeleçam e promovam obras, que recebam fraternalmente e ajudem, com o devido cuidado pastoral, àqueles que das terras de missão se dirigem ao seu território por motivo de trabalho ou estudo”.

**Nota:131**

**Puebla, 368:** “Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar.

**Nota:132**

**LG, 23:** “A união colegial se manifesta igualmente nas relações recíprocas dos diversos bispos entre si e com a Igreja universal. O pontífice romano, sucessor de Pedro, é princípio e fundamento visível da unidade, tanto dos bispos como do conjunto dos fiéis. Cada um dos bispos, por sua vez, é princípio e fundamento da unidade, em suas respectivas igrejas particulares com as quais e por meio das quais, à imagem da Igreja universal, se forma a única Igreja católica. Por isso, cada bispo representa a sua Igreja e, em união com o papa, a Igreja universal, unida pelo vínculo da paz, do amor e da unidade.

À frente de sua igreja particular, o bispo exerce o governo pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada, mas não sobre as outras igrejas ou sobre a Igreja universal. Como membros do colégio episcopal e legítimos sucessores dos apóstolos, os bispos devem se preocupar com toda a Igreja, por disposição e preceito do próprio Cristo. Apesar de não exercerem, sob esse aspecto, nenhum ato de jurisdição, contribuem



imensamente para o bem da Igreja universal. Todos os bispos devem promover e defender a unidade da fé e da disciplina comum a toda a Igreja e ensinar aos fiéis o amor do corpo místico de Cristo, especialmente dos membros mais pobres, dos doentes e dos que sofrem perseguição por causa da justiça (cf. Mt 5, 10). Devem apoiar todas as iniciativas da Igreja, especialmente no que se refere ao aumento da fé, para que a luz da verdade plena brilhe para todos os homens. Quando dirigem bem a própria igreja, como porção da Igreja universal, cooperam eficazmente para o bem de todo o corpo místico, que é, precisamente, o conjunto de todas as igrejas.

Cristo confiou aos pastores, em conjunto, a função de anunciar o Evangelho ao mundo inteiro, como lembrou o papa Celestino aos padres do Concílio de Éfeso. Na medida, pois, em que o exercício de sua função específica lhe permite, o bispo deve se associar aos outros e ao sucessor de Pedro, especialmente encarregado da enorme responsabilidade de propagar a religião cristã. Os bispos devem, por isso, se empenhar com todas as forças em favor das missões, contribuindo com operários para a messe e com toda espécie de auxílios espirituais e materiais, quer por si mesmos, quer suscitando a cooperação generosa dos fiéis. Devem também, inspirados por uma caridade sem limites, prestar alegremente auxílio fraterno às outras igrejas, especialmente às mais próximas e às mais pobres.

A divina providência quis que, desde o tempo dos apóstolos e de seus sucessores, várias igrejas, em determinadas regiões, se associassem entre si, ao longo da história, formando grupos organicamente estruturados, tanto do ponto de vista disciplinar, como no que concerne às práticas litúrgicas e ao patrimônio teológico e espiritual, respeitadas sempre a unidade da fé e a constituição da Igreja universal. Alguns desses conglomerados, especialmente as antigas igrejas patriarcais, como verdadeiras mães na fé, geraram filhas com as quais mantêm até hoje um vínculo estreito de caridade, quer na vida sacramental, quer no respeito mútuo dos direitos e dos deveres recíprocos. A variedade dessas igrejas locais, unidas entre si, é prova evidente da catolicidade da Igreja indivisa. Nos nossos dias, as conferências episcopais podem desempenhar esse papel diversificado e fecundo, exprimindo, de maneira concreta, o sentimento de colegialidade”.

**AG, 19: “O crescimento das jovens igrejas:** A implantação da Igreja num determinado grupo humano alcança uma primeira etapa quando a comunidade dos fiéis, já minimamente entrosada com a vida social local, começa a desfrutar de uma certa estabilidade e de maior firmeza. Contando com sacerdotes, religiosos e leigos provenientes deste mesmo grupo humano, ainda que não em número suficiente, mostra-se capaz de desempenhar os ministérios e de dar continuidade às instituições indispensáveis à vida e ao crescimento do povo de Deus, sob a direção do bispo.

Nessas novas igrejas a vida do povo de Deus deve ir amadurecendo sob todos os aspectos, na linha da renovação proposta pelo concílio. Ao tomar consciência de sua fé, os grupos de fiéis, se tornam verdadeiras comunidades de fé e de culto, no amor fraterno. Os leigos, por sua atividade civil e apostólica, empenham-se, na sociedade, em favor da justiça e da prática da caridade. Os meios de comunicação passam a ser devidamente utilizados. A vida familiar, inspirada pelo Evangelho, torna-se foco de apostolado leigo e sementeira de vocações sacerdotais e religiosas. A prática da catequese educa a fé. A liturgia, celebrada de acordo com a maneira de sentir do povo e de acordo com a norma canônica, leva a se constituírem tradições e costumes locais.

Juntamente com seu presbitério, em comunhão com a Igreja universal, procurem os bispos desenvolver cada vez mais o espírito de Cristo e da Igreja. As novas igrejas, unindo-se ao resto da Igreja, contribuam para enriquecê-la e fazê-la crescer, proporcionando-lhe elementos de sua própria tradição e cultura que passam a fazer parte da corrente de vida que anima o corpo místico. Daí que é preciso valorizar os elementos teológicos, psicológicos e humanos que favoreçam e fortaleçam os vínculos com a Igreja universal.

Tais igrejas, situadas freqüentemente nas regiões mais pobres da terra, sofrem muito com a falta de sacerdotes e com a escassez de recursos materiais. Precisam pois de uma constante ação missionária da Igreja universal para poderem amadurecer mais rápido. Ação que se faz igualmente necessária junto a igrejas mais antigas, que se encontram em estado de regressão ou de grande debilidade.

No entanto estas igrejas devem organizar uma pastoral adequada para que as vocações tanto sacerdotais como religiosas aumentem em número e em qualidade e sejam melhor cultivadas de tal sorte que vão-se tornando auto-suficientes e capazes de ajudar a outras igrejas.

**20. A atividade missionária das igrejas particulares** - Representante a título pleno da Igreja universal, saiba a igreja particular que foi enviada aos não-fiéis que habitam o território em que está implantada deve, pois, individual e comunitariamente dar testemunho e ser sinal de Cristo junto a eles.

Além disso é preciso que o ministério da palavra alcance a todos, para que lhes chegue o anúncio do Evangelho. Antes de mais nada, o bispo é pregador, que deve trazer para Cristo novos discípulos. A fim de cumprir devidamente esse ministério precípuo, conheça o melhor possível as condições em que vive seu rebanho, assim como as opiniões que nele circulam a respeito de Deus, leve em conta as mudanças por que está passando a sociedade, especialmente no que concerne à urbanização, às migrações e à difusão da indiferença religiosa.

Os sacerdotes oriundos dessas igrejas particulares devem se dedicar com afinco à obra da evangelização, colaborando com os missionários que vêm de fora, na unidade de um mesmo presbitério sob a autoridade do bispo. Essa colaboração não se limita ao pastoreio dos fiéis e à celebração do culto, mas se estende à pregação do Evangelho aos que estão fora da comunidade cristã. Alegrem-se os sacerdotes quando têm ocasião de se oferecer ao bispo para serem enviados como missionários nas regiões mais distantes e menos favorecidas da diocese ou mesmo na fundação de novas dioceses.

Espera-se que religiosos e religiosas, e mesmo leigos, tenham o mesmo zelo, especialmente para com os mais pobres.

Num mundo em constante mudança, que passa, como o nosso, por transformações profundas, as conferências episcopais devem promover, em datas fixas, cursos de renovação bíblica, teológica, espiritual e pastoral, que coloquem o clero a par do pensamento teológico em evolução e dos novos métodos pastorais.

Observe-se, de modo geral, o que prescreve o decreto conciliar sobre o ministério e a vida dos presbíteros.

O trabalho missionário na sua especificidade exige ministros capazes de ser desde cedo preparados tendo em conta as condições particulares de suas próprias igrejas. Hoje em dia verifica-se um desenvolvimento dos grandes grupos que reúnem um numero crescente de pessoas. É indispensável que as conferências episcopais

procurem estabelecer um diálogo com eles. Quando certos grupos humanos encontram dificuldade em abraçar a fé católica dada a forma como existe a Igreja em sua região, devem ser tomadas providências especiais para que a Igreja se adapte à forma de ser do grupo humano em questão enquanto não for possível reunir todos os cristãos numa única comunidade. Se a sé apostólica dispõe de missionários capazes de estabelecer esse contato, os bispos os devem convidar e alegremente recebê-los em suas dioceses, dando efetivo apoio às suas iniciativas.

Para despertar o zelo missionário é conveniente que as novas igrejas se disponham quanto antes a participar da ação missionária da Igreja universal, enviando também elas missionários que anunciem o Evangelho em todo o mundo, apesar da penúria do clero. A plena comunhão com a Igreja universal requer que as igrejas particulares participem ativamente da missão da Igreja junto aos povos.

**Nota:133**

O Documento de Puebla indica os passos do processo que a Igreja gera em seu dinamismo evangelizador: Dá testemunho de Deus, revelado em Cristo pelo Espírito, que dentro de nós clama Abba "Pai". Assim comunica a experiência de sua fé nele. Anuncia a Boa Nova de Jesus Cristo, mediante a palavra da vida: este anúncio suscita a fé, a pregação, a catequese progressiva que alimenta e educa. Gera a fé, que é conversão do coração e da vida, entrega da pessoa a Jesus Cristo; dá a participação da sua morte, para que a vida de Cristo se manifeste em cada homem. Esta fé, que também denuncia o que se opõe à construção do Reino, implica em rupturas que são necessárias e às vezes dolorosas. Leva ao ingresso na comunidade dos que perseveraram na oração, na convivência fraterna e celebram a fé e os seus sacramentos, cujo ápice é a Eucaristia. Envia missionários aos que receberam o Evangelho com ânsias de que todos os homens sejam oferecidos a Deus e de que todos os povos o louvem.

**Puebla 356-360:** "356. Dá testemunho de Deus, revelado em Cristo pelo Espírito, que dentro de nós clama Abba "Pai". Assim comunica a experiência de sua fé nele.

**357.** Anuncia a Boa Nova de Jesus Cristo, mediante a palavra da vida: este anúncio suscita a fé, a pregação, a catequese progressiva que a alimenta e educa.

**358** Gera a fé, que é conversão do coração e de vida, entrega da pessoa a Jesus Cristo; dá a participação de sua morte, para que a vida de Cristo se manifeste em cada homem. Esta fé, que também denuncia o que se opõe à construção do Reino, implica em rupturas que são necessárias e às vezes dolorosas.

**359.** Leva ao ingresso na comunidade dos fiéis, que perseveraram na oração, na convivência fraterna e celebram a fé e os seus sacramentos, cujo ápice é a Eucaristia.

**360.** Envia como missionários aos que receberam o Evangelho com ânsias de que todos os homens sejam oferecidos a Deus e de que todos os povos o louvem".

**Nota:134**

**Puebla, 308:** "Não se pode desconhecer na AL a erupção da alma religiosa primitiva à qual se prende uma visão da pessoa como prisioneira das formas mágicas de ver o mundo e de atuar sobre ele. O homem não é dono de si, mas vítima de forças ocultas. Nesta visão determinista, não encontra outra atitude senão colaborar com essas forças ou aniquilar-se diante delas. Acresce ainda, às vezes, a crença na reencarnação por parte dos adeptos de várias formas de espiritismo e de religiões orientais. Não poucos cristãos, ignorando a autonomia própria da natureza e da história, continuam crendo que tudo o que acontece é determinado e imposto por Deus".

**Nota:135**

Situações permanentes: nossos indígenas, habitualmente marginalizados quanto aos bens da sociedade e, em alguns casos, ou não evangelizados ou evangelizados de forma insuficiente; os afro-americanos tantas vezes esquecidos.

- Situações novas (AG 6 - ver abaixo) que nascem de mudanças sócio-culturais e exigem uma outra evangelização: pessoas que emigram para outros países; grandes aglomerações urbanas no próprio país; massas de todos os estratos sociais em precária situação de fé; grupos expostos aos influxos de seitas e ideologias que não lhes respeitam a identidade, que confundem e provocam divisões.

- Situações particularmente difíceis: grupos cuja evangelização é urgente, mas muitas vezes adiada: universitários, militares, operários, jovens, mundo da comunicação social....

**Puebla 365-367:** "365. Situações permanentes: nossos indígenas, habitualmente marginalizados quanto aos bens da sociedade e, em alguns casos, ou não evangelizados ou evangelizados de forma insuficiente, os afro-americanos tantas vezes esquecidos.

**366.** Situações novas (AG 6) que nascem de mudanças sócio-culturais e exigem uma outra evangelização: pessoas que emigram para outros países; grandes aglomerações urbanas no próprio país; massas de todos os estratos sociais em precária situação de fé; grupos expostos aos influxos de seitas e ideologias que não lhes respeitam a identidade, que confundem e provocam divisões.

**367.** Situações particularmente difíceis: grupos cuja evangelização é urgente, mas muitas vezes adiada: universitários, militares, operários, jovens, mundo da comunicação social, etc."

**AG, 6:** "Embora varie, de acordo com as circunstâncias e com o modo como é exercida, a ação missionária é a mesma e uma só, realizada em todas as partes do mundo e em todas as situações pelos bispos, sob a presidência do sucessor de Pedro, conjuntamente com a oração e a colaboração de toda a Igreja. Portanto, as diferenças que se observam na Igreja quanto ao exercício da atividade missionária, não provêm da natureza da missão, mas se devem às diferentes situações em que é exercida.

A diversidade de situações pode vir da própria Igreja, dos vários povos em sua grande multiplicidade, dos grupos humanos e das pessoas a que se dirige a missão.

Apesar de dispor da totalidade e da plenitude dos meios de salvação, a Igreja nem sempre ou simultaneamente recorre a todos. Sua ação é gradual e progressiva, num esforço de ir aos poucos realizando o desígnio divino. Acontece mesmo que às vezes, depois de brilhantes começos, experimenta dolorosos retrocessos ou passa por longos estágios de incompletude e de insuficiência.

Pessoas, grupos humanos e populações, por sua vez, não são senão progressiva e lentamente influenciados e compenetrados pela plenitude católica. Os instrumentos de ação devem levá-los em conta e se adaptarem a essas diversas situações e condições.

Denominam-se habitualmente missões a atividade própria desenvolvida por aqueles que percorrem o mundo pregando o Evangelho e implantando a Igreja entre os povos ou grupos humanos que ainda não vivem segundo a fé em Cristo. A atividade missionária no sentido estrito é esse trabalho feito em determinados territórios designados pela santa sé. O objetivo primordial dessa atividade é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos e grupos humanos em que ela ainda não tem raízes.

As Igrejas autóctones particulares, plantadas a partir da semente da palavra de Deus, crescem por sua própria força e alcançam a maturidade quando, dotadas de hierarquia própria, unidas ao povo fiel, e dos meios de salvação necessários ao desempenho de uma vida cristã plena, contribuem a seu modo para o bem da Igreja universal.

O principal instrumento desta implantação é a pregação do Evangelho de Jesus Cristo, para cujo anúncio o Senhor enviou os seus discípulos a todo o mundo com o objetivo de fazer com os seres humanos renascidos pela palavra de Deus, se incorporassem pelo batismo à Igreja que, como corpo do Verbo encarnado, alimenta-se e vive da palavra de Deus e do pão eucarístico.

Na atividade missionária da Igreja ocorrem às vezes situações mistas: o começo e a implantação se fazem sem maior novidade, nem nenhuma expressão de juventude. Uma vez porém implantada a Igreja, sua ação missionária não pode cessar. É dever das igrejas particulares prosseguir-la, pregando o Evangelho àqueles que ainda não o conhecem.

Por outro lado, os grupos humanos em que vive a Igreja estão habitualmente sujeitos a profundas modificações, que dão origem a situações inteiramente diversas. A Igreja deve estar atenta para ver se estas mudanças não requerem de sua parte novas ações missionárias.

As circunstâncias são às vezes de tal natureza que durante algum tempo tornam impossível anunciar o Evangelho diretamente. Os missionários podem então e até devem perseverar no testemunho de Cristo com paciência e prudência, grande confiança, caridade e amor. Preparam assim o caminho do Senhor e de certa maneira o mantêm presente nas circunstâncias adversas que a Igreja atravessa.

Vê-se claramente que a atividade missionária decorre da própria natureza da Igreja, cuja fé salvadora se propaga, torna aos poucos efetiva a unidade católica, sustenta a apostolicidade, desperta a hierarquia para o amor da colegialidade, dá testemunho, difunde e promove a santidade.

A atividade missionária entre os povos é distinta tanto da ação pastoral, que se exerce junto aos fiéis, como da ação que se empenha na restauração da unidade entre os cristãos. Ambas, porém, conservam estreitos laços com a atividade missionária, pois a divisão entre os cristãos prejudica a pregação do Evangelho a toda a criatura e fecha, para muitos, as vias de acesso à fé.

Todos os batizados estão convidados a se reunir num único rebanho, para dar unanimemente testemunho de Cristo Senhor. Não se pode ainda dar testemunho de uma só fé, que ao menos, porém, dê-se testemunho da estima e do amor recíproco que nos deve animar a todos".

**Nota:136**

**EN, 22:** "Entretanto isto permanecerá sempre insuficiente, pois ainda o mais belo testemunho virá a demonstrar-se, com o andar do tempo, impotente, se ele não vier a ser esclarecido, justificado - aquilo que São Pedro chamava dar "a razão da própria esperança" - explicitado por um anúncio claro e inelutável do Senhor Jesus. Por conseguinte, a Boa Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados.

A história da Igreja, a partir da pregação de Pedro na manhã do Pentecostes, identifica-se e confunde-se com a história de tal anúncio. Em cada nova fase da história humana, a Igreja, constantemente estimulada pelo desejo de evangelizar, não tem senão uma preocupação instigadora: Quem enviar a anunciar o mistério de Jesus? Com que linguagem anunciar um tal mistério? Como fazer para que ele ressoe e chegue a todos aqueles que não o ouviram? Este anúncio - kerigma, pregação ou catequese - ocupa um tal lugar na evangelização que, com frequência, se tornou sinônimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto da evangelização".

**Nota:137**

**Puebla, 363:** "O fundamento desta universalidade é, antes de tudo, o mandato do Senhor: "Ide, pois, fazei discípulos meus todos os povos" (Mt 28,19) e a unidade da família humana, criada por um mesmo Deus que a salva e a assinala com sua graça. Cristo, morto por todos, atrai a todos por sua glorificação no Espírito. Quanto mais convertidos a Cristo, tanto mais somos arrastados por seu anseio universal de salvação. Assim sendo, quanto mais vital é a Igreja particular, tanto mais tornará presente e visível a Igreja universal e mais forte será o seu movimento missionário na direção dos outros povos".

**Nota:138**

cf. **CDC**, L III, Tít. II, c.791: "Em cada diocese, para favorecer a cooperação missionária:

1. Promovam-se as vocações missionárias;
2. seja designado um sacerdote para promover eficazmente as iniciativas em favor das missões, sobretudo as Pontifícias Obras Missionárias;
3. celebre-se o dia anual das missões;
4. dê-se anualmente, para as missões, conveniente contribuição, que deve ser remitida à Santa Sé".

**Nota:139**

A linha 2, Ação e Animação Missionária, atua através do:

- COMINA: Conselho Missionário Nacional.
- CENFI: Centro de Formação intercultural.
- SCAI: Serviço de Colaboração Apostólica Internacional.
- CIMI: Conselho Indigenista Missionário.
- Colabora com as PP.OO.MM. (Pontifícias Obras Missionárias).

Faz-se necessário uma melhor articulação entre os vários Organismos. Ao mesmo tempo, a fim de tornar eficaz a ação e animação missionária nos vários níveis, em cada Regional e Diocese, deverão ser criados, respectivamente, o COMIRE (Conselho Missionário Regional) e o COMIDI (Conselho Missionário Diocesano).

**Nota:140**

**LE**, Prólogo: "Com a palavra trabalho é indicada toda a atividade realizada pelo mesmo homem, tanto manual como intelectual, independentemente de suas características e das circunstâncias, quer dizer toda a atividade

humana que se pode e deve reconhecer como trabalho, no meio de toda aquela riqueza de atividades para as quais o homem tem capacidade e está predisposto pela própria natureza, em virtude da sua humanidade. Feito à imagem e semelhança do mesmo Deus no universo visível e nele estabelecido para que dominasse a terra, o homem, por isso mesmo, desde o princípio é chamado ao trabalho. O trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas”.

**Nota: 141**

**LE, 3:** “No meio de todos estes processos quer da diagnose da realidade social objetiva, quer paralelamente do ensino da Igreja no âmbito da complexa e múltipla questão social o problema do trabalho humano, como é natural, aparece muitas vezes. Ele é, de certo modo, um componente fixa, tanto da vida social como do ensino da Igreja. Neste ensino da Igreja, aliás, o dedicar atenção ao problema remonta a tempos muito para além dos últimos noventa anos. A doutrina social da Igreja, efetivamente, tem a sua fonte na Sagrada Escritura, a começar do Livro do Génesis e, em particular, no Evangelho e nos escritos dos tempos apostólicos. Dedicar atenção aos problemas sociais faz parte desde os inícios do ensino da Igreja e da sua concepção do homem e da vida social e, especialmente, da moral social que foi sendo elaborada segundo as necessidades das diversas épocas. Tal património tradicional foi depois herdado e desenvolvido pelo ensino dos Sumos Pontífices sobre a moderna questão social, a partir da Encíclica Rerum Novarum. E no contexto de tal questão, o problema do trabalho foi objeto de uma continua atualização, mantendo sempre a base cristã daquela verdade que podemos chamar perene.

Ao voltarmos no presente documento uma vez mais a este problema sem ter a intenção, aliás, de tocar todos os temas que lhe dizem respeito não é tanto para coligir e repetir o que já se encontra contido nos ensinamentos da Igreja, mas sobretudo para pôr em relevo possivelmente mais do que foi feito até agora o fato de que o trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem. E se a solução ou melhor, a gradual solução da questão social, que continuamente se reapresenta e se vai tornando cada vez mais complexa, deve ser buscada no sentido de tornar a vida humana mais humana, então por isso mesmo a chave, que é o trabalho humano, assume uma importância fundamental e decisiva”.

**Nota: 142**

**LE, 3:** “No meio de todos estes processos quer da diagnose da realidade social objetiva, quer paralelamente do ensino da Igreja no âmbito da complexa e múltipla questão social o problema do trabalho humano, como é natural, aparece muitas vezes. Ele é, de certo modo, uma componente fixa, tanto da vida social como do ensino da Igreja. Neste ensino da Igreja, aliás, o dedicar atenção ao problema remonta a tempos muito para além dos últimos noventa anos. A doutrina social da Igreja, efetivamente, tem a sua fonte na Sagrada Escritura, a começar do Livro do Génesis e, em particular, no Evangelho e nos escritos dos tempos apostólicos. Dedicar atenção aos problemas sociais faz parte desde os inícios do ensino da Igreja e da sua concepção do homem e da vida social e, especialmente, da moral social que foi sendo elaborada segundo as necessidades das diversas épocas. Tal património tradicional foi depois herdado e desenvolvido pelo ensino dos Sumos Pontífices sobre a moderna questão social, a partir da Encíclica Rerum Novarum. E no contexto de tal questão, o problema do trabalho foi objeto de uma continua atualização, mantendo sempre a base cristã daquela verdade que podemos chamar perene.

Ao voltarmos no presente documento uma vez mais a este problema sem ter a intenção, aliás, de tocar todos os temas que lhe dizem respeito não é tanto para coligir e repetir o que já se encontra contido nos ensinamentos da Igreja, mas sobretudo para pôr em relevo possivelmente mais do que foi feito até agora o fato de que o trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem. E se a solução ou melhor, a gradual solução da questão social, que continuamente se reapresenta e se vai tornando cada vez mais complexa, deve ser buscada no sentido de tornar a vida humana mais humana, então por isso mesmo a chave, que é o trabalho humano, assume uma importância fundamental e decisiva”.

**Nota: 143**

**SRS, 34:** “O caráter moral do desenvolvimento também não pode prescindir do respeito pelos seres que formam a natureza visível, a que os gregos, aludindo precisamente à ordem que a distingue, chamavam de cosmos. Também estas realidades exigem respeito, em virtude de três considerações sobre as quais convém refletir atentamente.

A primeira refere-se às vantagens de tomar ainda mais consciência de que não se pode fazer impunemente uso das diversas categorias de seres, vivos ou inanimados animais, plantas e elementos naturais como se quiser, em função das próprias exigências económicas. Pelo contrário, é preciso ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado, como é exatamente o cosmos.

A segunda consideração funda-se, por sua vez, na convicção, dir-se-ia mais premente, da limitação dos recursos naturais, alguns dos quais não são renováveis, como se diz. Usá-los como se fossem inexauríveis, com absoluto domínio, põe em perigo seriamente a sua disponibilidade, não só para a geração presente, mas sobretudo para as gerações futuras.

A terceira consideração relaciona-se diretamente com as conseqüências que um certo tipo de desenvolvimento tem quanto à qualidade da vida nas zonas industrializadas. Todos sabemos que, como resultado direto ou indireto da industrialização, ocorre, cada vez com maior freqüência, a contaminação do ambiente, com graves conseqüências para a saúde da população.

Torna-se evidente, uma vez mais, que o desenvolvimento e a vontade de planificação que o orienta, assim como o uso dos recursos e a maneira de os utilizar, não podem ser separados do respeito das exigências morais. Uma destas impõe limites sem dúvida, ao uso da natureza visível. O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de usar e abusar, ou de dispor das coisas como melhor agrada. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de comer o fruto da árvore (cf. Gn 2,16-17), mostra com suficiente clareza que, nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas.

Uma justa concepção do desenvolvimento não pode prescindir destas considerações relativas ao uso dos elementos da natureza, às possibilidades de renovação dos recursos e às conseqüências de uma

industrialização desordenada, as quais propõem uma vez mais à nossa consciência a dimensão moral, que deve distinguir o desenvolvimento”.

**Nota:144**

**Puebla, 47:** “A economia de mercado livre, na sua expressão mais rígida, que ainda vigora em nosso continente e é legitimada por ideologias liberais, tem alargado a distancia entre ricos e pobres, pelo fato de antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social. Grupos minoritários nacionais, associados às vezes a interesses de fora, têm-se aproveitado das oportunidades que lhes oferecem estas formas envelhecidas de mercado livre, para se desenvolverem em proveito próprio e às custas dos interesses dos setores populares majoritários”.

**João Paulo II, Discurso inaugural, 3.3:** “Não é por oportunismo nem por afã de novidade que a Igreja, ‘perita em humanidade’ (Paulo VI, Discurso na ONU, 5.10.1965), é defensora dos direitos humanos. É por um autêntico compromisso evangélico, o qual, como sucedeu com Cristo, é, sobretudo, compromisso com os mais necessitados”.

**Nota:145**

**LE, III parte: “11.** O esboço da problemática fundamental do trabalho, conforme foi delineado acima, do modo que se refere aos primeiros textos bíblicos, assim constitui, em certo sentido, a estrutura basilar do ensino da Igreja, que se mantém inalterado através dos séculos, no contexto das diversas experiências da história. Todavia, sobre o pano de fundo das experiências que precederam a publicação da Encíclica *Rerum Novarum* e daquelas que a seguiram, este ensino adquire uma particular possibilidade de expressão e um caráter de viva atualidade. O trabalho aparece em tal análise como uma grande realidade, que exerce uma influência fundamental sobre a formação, no sentido humano, do mundo confiado ao homem pelo Criador e sobre a sua humanização; ele é também uma realidade intimamente ligada ao homem, como ao seu sujeito próprio, e à sua maneira racional de agir. Esta realidade, no curso normal das coisas, preenche a vida humana e tem uma forte incidência sobre o seu valor e sobre o seu sentido. Muito embora unido com a fadiga e o esforço, o trabalho não cessa de ser um bem, de tal sorte que o homem se desenvolve mediante o amor pelo trabalho. Este caráter do trabalho humano, totalmente positivo e criador, educativo e meritório, deve constituir o fundamento das avaliações e das decisões que nos dias de hoje se tomam a seu respeito, mesmo as que têm referência aos direitos subjetivos do homem, como o atestam as Declarações internacionais e igualmente os múltiplos Códigos do trabalho, elaborados tanto pelas competentes instituições legislativas dos diversos países, como pelas organizações que consagram a sua atividade social ou científico-social à problemática do trabalho. Há um organismo que promove a nível internacional tais iniciativas: é a Organização Internacional do Trabalho, a mais antiga das instituições especializadas da Organização das Nações Unidas.

Mais adiante, no seguimento das presentes considerações, tenho intenção de voltar de maneira mais pormenorizada a estes problemas importantes, recordando então ao menos os elementos fundamentais da doutrina da Igreja sobre este tema. Antes, porém, é conveniente tratar com brevidade de um círculo muito importante de problemas, rodeado pelos quais se foi formando tal ensino da Igreja na última fase, isto é; naquele período cujos inícios se podem situar, num certo sentido simbólico, no ano de que data a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*.

É sabido que, durante todo este período, o qual aliás ainda não terminou, o problema do trabalho foi sendo posto no clima do grande conflito que, na época do desenvolvimento industrial e em ligação com ele, se manifestou entre o mundo do capital e o mundo do trabalho; ou seja, entre o grupo restrito, mas muito influente, dos patrões e empresários, dos proprietários ou detentores dos meios de produção, e a multidão mais numerosa da gente que se achava privada de tais meios e que participava no processo de produção, mas isso exclusivamente mediante o seu trabalho. Tal conflito foi originado pelo fato de que os operários punham as suas forças à disposição do grupo dos patrões e empresários, e de que este, guiado pelo princípio do maior lucro da produção, procurava manter o mais baixo possível o salário para o trabalho executado pelos operários. A isto há que juntar ainda outros elementos de exploração, ligados com a falta de segurança no trabalho e também com a ausência de garantias quanto às condições de saúde e de vida dos mesmos operários e das suas famílias.

Este conflito, interpretado por alguns como conflito sócio-econômico com caráter de classe, encontrou a sua expressão no conflito ideológico entre o liberalismo, entendido como ideologia do capitalismo, e o marxismo, entendido como ideologia do socialismo científico e do comunismo, que pretende intervir na qualidade de portavoz da classe operária, de todo o proletariado mundial. Deste modo, o conflito real que existia entre o mundo do trabalho e o mundo do capital, transformou-se na luta de classe programada, conduzida com método não apenas ideológicos, mas também e sobretudo políticos. É conhecida a história deste conflito, como são conhecidas as exigências de uma e de outra parte. O programa marxista, baseado na filosofia de Marx e de Engels, vê na luta de classe o único meio para eliminar as injustiças de classe existentes na sociedade, e eliminar as mesmas classes. A realização deste programa propõe-se começar pela coletivização dos meios de produção, a fim de que, pela transferência destes meios das mãos dos privados para a coletividade, o trabalho humano seja preservado da exploração.

É para isto, pois, que tende a luta, conduzida com métodos não só ideológicos, mas também políticos. Os agrupamentos inspirados pela ideologia marxista como partidos políticos, em conformidade com o princípio da ditadura do proletariado e exercitando influências de diversos tipos, incluindo a pressão revolucionária, tendem para o monopólio do poder em cada uma das sociedades, a fim de introduzir nelas, mediante a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, o sistema coletivista. Segundo os principais ideólogos e chefes deste vasto movimento internacional, a finalidade de tal programa de ação é a de levar a cabo a revolução social e introduzir no mundo inteiro o socialismo e, por fim, o sistema comunista.

Ao entrar rapidamente neste importantíssimo círculo de problemas, que constituem não apenas uma teoria, mas sim o tecido da vida sócio-econômica, política e internacional da nossa época, não se pode e nem sequer é necessário entrar em pormenores, porque tais problemas são conhecidos, quer graças a uma abundante literatura, quer a partir das experiências práticas. Em lugar disso, deve-se remontar do seu contexto até ao problema fundamental do trabalho humano, ao qual são especialmente dedicadas as considerações contidas no presente documento. Com efeito, é evidente que este problema capital, encarado sempre do ponto de vista do

homem problema que constitui uma das dimensões fundamentais da sua existência terrena e da sua vocação não pode ser explicado se não for tido em conta o contexto global da realidade contemporânea.

**12.** Diante da realidade dos dias de hoje, em cuja estrutura se encontram marcas bem profundas de tantos conflitos, causados pelo homem, e na qual os meios técnicos fruto do trabalho humano desempenham um papel de primeira importância (pense-se ainda aqui neste ponto, na perspectiva de um cataclismo mundial na eventualidade de uma guerra nuclear, cujas possibilidades de destruição seriam quase inimagináveis), deve recordar-se, antes de mais nada, um princípio ensinado sempre pela Igreja. É o princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital. Este princípio diz respeito diretamente ao próprio processo de produção, relativamente ao qual o trabalho é sempre uma causa eficiente primária, enquanto que o capital, sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento, ou causa instrumental. Este princípio é uma verdade evidente que resulta de toda a experiência histórica do homem.

Quando lemos no primeiro capítulo da Bíblia que o homem tem o dever de submeter a terra, nós ficamos sabendo que estas palavras se referem a todos os recursos que o mundo visível encerra em si e que estão postos à disposição do homem. Tais recursos, no entanto, não podem servir ao homem senão mediante o trabalho. E com o trabalho permanece igualmente ligado, desde o princípio, o problema da propriedade. Com efeito, para fazer com que sirvam para si e para os demais os recursos escondidos na natureza, o homem tem como único meio o seu trabalho; e para fazer com que frutifiquem tais recursos, mediante o seu trabalho, o homem apossa-se de pequenas porções das variadas riquezas da natureza: do subsolo, do mar, da terra e do espaço. De tudo isso ele se apropria para aí assentar o seu banco de trabalho. E apropria-se disso mediante o trabalho e para poder ulteriormente ter trabalho.

O mesmo princípio se aplica, ainda, às fases sucessivas deste processo, no qual a primeira fase continua sendo sempre a relação do homem com os recursos e as riquezas da natureza. Todo o esforço do conhecimento com que se tende a descobrir tais riquezas e a determinar as diversas possibilidades de utilização das mesmas por parte do homem e para o homem, leva-nos a tomar consciência do seguinte: que tudo aquilo que no complexo da atividade econômica provém do homem tanto o trabalho, como o conjunto dos meios de produção e a técnica a eles ligada (isto é, a capacidade de utilizar tais meios no trabalho) pressupõe estas riquezas e estes recursos do mundo visível, que o homem encontra, mas não cria. Ele encontra-os, em certo sentido, já prontos e preparados para serem descobertos pelo seu conhecimento e para serem utilizados corretamente no processo de produção. Em qualquer fase do desenvolvimento do seu trabalho, o homem depara com o fato da principal doação da parte da natureza, o que equivale a dizer, em última análise, da parte do Criador. No princípio do trabalho humano está o mistério da Criação. Esta afirmação, já indicada como ponto de partida, constitui o fio condutor do presente documento e será mais desenvolvida ainda, na parte final das presentes reflexões.

A consideração do mesmo problema, que se fará em seguida, há de confirmar-nos na convicção quanto à prioridade do trabalho humano no confronto com aquilo que, com o tempo, passou a ser habitual chamar-se capital. Com efeito, se no âmbito deste último conceito entram, além dos recursos da natureza postos à disposição do homem, também aquele conjunto de meios pelos quais o homem se apropria dos recursos da natureza, transformando-os à medida das suas necessidades (e deste modo, em algum sentido, humanizando-os), então há que fixar desde já a certeza de que tal conjunto de meios é o fruto do patrimônio histórico do trabalho humano. Todos os meios de produção, desde os mais primitivos até aos mais modernos, foi o homem que os elaborou: a experiência e a inteligência do homem. Deste modo foram aparecendo não só os instrumentos mais simples que servem para o cultivo da terra, mas também graças a um adequado progresso da ciência e da técnica os mais modernos e os mais complexos: as máquinas, as fábricas, os laboratórios e os computadores. Assim, tudo aquilo que serve para o trabalho, tudo aquilo que, no estado atual da técnica, constitui dele instrumento cada dia mais aperfeiçoado, é fruto do mesmo trabalho.

Esse instrumento gigantesco e poderoso qual é o conjunto dos meios de produção, considerados, até certo ponto, como sinônimo do capital nasceu do trabalho e é portador das marcas do trabalho humano. No presente estágio do avanço da técnica, o homem, que é o sujeito do trabalho, quando quer servir-se deste conjunto de instrumentos modernos, ou seja, dos meios de produção, deve começar por assimilar, no plano do conhecimento, o fruto do trabalho dos homens que descobriram tais instrumentos, que os projetaram, os construíram e aperfeiçoaram, e que continuam a fazê-lo. A capacidade de trabalho quer dizer, de participar eficazmente no processo moderno de produção exige uma preparação cada vez maior e, primeiro que tudo, uma instrução adequada. Obviamente, permanece fora de dúvidas que todos os homens que participam no processo de produção, mesmo no caso de executarem só aquele tipo de trabalho para o qual não são necessárias uma instrução particular e qualificações especiais, todos e cada um deles continuam sendo o verdadeiro sujeito eficiente, enquanto que o conjunto dos instrumentos, ainda os mais perfeitos, são única e exclusivamente instrumentos subordinados ao trabalho do homem.

Esta verdade, que pertence ao patrimônio estável da doutrina da Igreja, deve ser sempre sublinhada, em relação com o problema do sistema de trabalho e igualmente de todo o sistema sócio-econômico. É preciso acentuar e pôr em relevo o primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação às coisas. E tudo aquilo que está contido no conceito de capital, num sentido restrito do termo, é somente um conjunto de coisas. Ao passo que o homem, como sujeito do trabalho, independentemente do trabalho que faz, o homem, e só ele, é uma pessoa. Esta verdade contém em si conseqüências importantes e decisivas.

**13.** À luz de tal verdade vê-se claramente, antes de mais nada, que não se podem separar o capital do trabalho e que de maneira nenhuma se pode contrapor o trabalho ao capital e o capital ao trabalho, e, menos ainda como adiante veremos se podem contrapor uns aos outros os homens concretos, que estão por detrás destes conceitos. Pode ser reto, quer dizer, em conformidade com a própria essência do problema, e reto ainda, porque intrinsecamente verdadeiro e ao mesmo tempo moralmente legítimo, aquele sistema de trabalho que, nos seus fundamentos, supera a antinomia entre trabalho e capital, procurando estruturar-se de acordo com o princípio em precedência anunciado; o princípio da prioridade substancial e efetiva do trabalho, da subjetividade do mesmo trabalho humano e da sua participação eficiente em todo o processo de produção, e isto independentemente da natureza dos serviços prestados pelo trabalhador.

A antinomia entre trabalho e capital não tem a sua fonte na estrutura do processo de produção, nem na estrutura do processo econômico em geral. Este processo, de fato, manifesta a recíproca compenetração existente entre o trabalho e aquilo que se tornou habitual denominar o capital; mostra mesmo o liga-me

indissolúvel entre as duas coisas. O homem, ao trabalhar em qualquer tarefa no seu banco de trabalho, seja este relativamente primitivo ou ultramoderno, pode facilmente cair na conta de que, por seu trabalho, entra na posse de um duplo patrimônio; ou seja, do patrimônio daquilo que é dado a todos os homens, sob a forma dos recursos da natureza, e do patrimônio daquilo que os outros que o precederam já elaboraram, a partir da base de tais recursos, em primeiro lugar desenvolvendo a técnica, isto é, tornando realidade um conjunto de instrumentos de trabalho, cada vez mais aperfeiçoados. Assim, o homem, ao trabalhar, aproveita do trabalho de outrem. Nós aceitamos sem dificuldade esta visão assim do campo e do processo do trabalho humano, guiados tanto pela inteligência quanto pela fé, que vai haurir a luz na Palavra de Deus. Trata-se de uma visão coerente, teológica e, ao mesmo tempo, humanista. Nela, o homem aparece-nos como o senhor das criaturas, postas à sua disposição do mundo visível. E se no processo do trabalho alguma dependência se descobre, esta é a dependência do homem do Doador de todos os recursos da criação e, por outro lado, a dependência de outros homens, daqueles a cujo trabalho e a cujas iniciativas se devem as já aperfeiçoadas e ampliadas possibilidades existentes para o nosso trabalho. De tudo isto, que no processo de produção constitui um conjunto de coisas, de instrumentos, do capital, podemos afirmar somente que condiciona o trabalho do homem; não podemos afirmar, porém, que isto constitua como que o sujeito anônimo que coloca em posição de dependência o homem e o seu trabalho.

À ruptura desta visão coerente, na qual se acha estritamente salvaguardado o princípio do primado da pessoa sobre as coisas, verificou-se no pensamento humano, algumas vezes depois de um longo período de incubação na vida prática. E operou-se de tal maneira que o trabalho foi separado do capital e contraposto mesmo ao capital, e por sua vez o capital contraposto ao trabalho, quase como se fossem duas forças anônimas, dois fatores de produção, postos um juntamente com o outro na mesma perspectiva economista. Em tal maneira de ver o problema, existiu o erro fundamental a que se pode chamar erro do economismo, que se dá quando o trabalho humano é considerado exclusivamente segundo a sua finalidade econômica. Também se pode e se deve chamar a este erro fundamental do pensamento um erro do materialismo, no sentido de que o economismo comporta, direta ou indiretamente, a convicção do primado e da superioridade daquilo que é material; ao passo que coloca, direta ou indiretamente, numa posição subordinada à realidade material, aquilo que é espiritual e pessoal (o agir do homem, os valores morais e semelhantes). Isso não é ainda o materialismo teórico, no sentido pleno da palavra; mas, certamente, é já um materialismo prático, o qual não tanto em virtude das premissas derivantes da teoria materialista, mas sim em virtude de um modo determinado de avaliar as realidades, e portanto em virtude de certa hierarquia de bens, fundada na atração imediata e mais forte daquilo que é material é julgado capaz de satisfazer as necessidades do homem.

O erro de pensar segundo as categorias do economismo caminhou a pari passu com o formar-se da filosofia materialista e com o desenvolvimento de tal filosofia, desde a fase mais elementar e mais comum (também chamada materialismo vulgar, porque pretende reduzir a realidade espiritual a um fenômeno supérfluo), até à fase do que se denominou materialismo dialético. Parece, no entanto, que no âmbito das presentes considerações para o problema fundamental do trabalho humano e, em particular, para aquela separação e contraposição entre trabalho e capital, como entre dois fatores da produção considerados naquela mesma perspectiva economista, acima referida, o economismo teve uma importância decisiva e influiu exatamente sobre este modo não-humanista de pôr o problema, antes do sistema filosófico materialista. Contudo, é evidente que o materialismo, mesmo sob sua forma dialética, não está em condições de proporcionar à reflexão sobre o trabalho humano bases suficientes e definitivas, para que o primado do homem sobre o instrumento-capital aí possa encontrar uma adequada e irrefutável verificação e um apoio. Mesmo no materialismo dialético não é o homem que, antes de tudo o mais, é o sujeito do trabalho humano e a causa eficiente do processo de produção; mas continua sendo compreendido e tratado na dependência daquilo que é material, como uma espécie de resultante das relações econômicas e das relações de produção, predominantes numa época determinada.

Evidentemente, a antinomia, que estamos considerando, entre o trabalho e o capital a antinomia em cujo âmbito o trabalho foi separado do capital e contraposto a ele, em certo sentido onticamente, como se fosse um elemento qualquer do processo econômico tem sua origem não apenas na filosofia e nas teorias econômicas do século XVIII, mas também e muito mais em em toda a prática econômico-social desses tempos, que coincidem com a época em que nascia e de desenvolvia, de modo impetuoso, a industrialização, na qual se divisava, em primeiro lugar, a possibilidade de multiplicar abundantemente as riquezas materiais, isto é, os meios, perdendo de vista o fim, quer dizer o homem, a quem tais meios devem servir. Foi exatamente este erro de ordem prática que atingiu, antes de mais nada, o trabalho humano, o homem do trabalho, e que causou a reação social eticamente justa, da qual se falou mais acima. O mesmo erro, que agora já tem uma fisionomia histórica definida, ligada ao período do capitalismo e do liberalismo primitivos, pode voltar a repetir-se ainda, noutras circunstâncias de tempo e de lugar, se no modo de raciocinar se partir das mesmas premissas tanto teóricas como práticas. Não se vêem outras possibilidades de uma superação radical deste erro, a não ser que intervenham mudanças adequadas, quer no campo da teoria quer no da prática, mudanças que se atenham a uma linha de firme convicção do primado da pessoa sobre as coisas e do trabalho do homem sobre o capital, entendido como conjunto dos meios de produção.

**14.** O processo histórico aqui brevemente apresentado que sem dúvida já saiu da sua fase inicial, mas continua ainda e tende mesmo a se tornar extensivo às relações entre nações e continentes, exige um esclarecimento também sob um outro ponto de vista. Quando se fala da antinomia entre trabalho e capital não se trata, como é evidente, apenas de conceitos abstratos e de forças anônimas que agem na produção econômica. Por detrás de um e de outro dos dois conceitos, há homens, os homens vivos e concretos. De um lado, aqueles que executam o trabalho sem serem proprietários dos meios de produção; e do outro lado, aqueles que desempenham a função de patrões e empresários e que são os proprietários de tais meios, ou então representam os proprietários. E assim, portanto, vem inserir-se no conjunto deste difícil processo histórico, desde o início, o problema da propriedade. A Encíclica *Rerum Novarum*, que tem por tema a questão social, põe em realce também este problema, recordando e confirmando a doutrina da Igreja sobre a propriedade e sobre o direito de propriedade privada, mesmo quando se trata dos meios de produção. E a Encíclica *Mater et Magistra* fez a mesma coisa.

O princípio a que se alude, conforme foi então recordado e como continua sendo ensinado pela Igreja, diverge radicalmente do programa do coletivismo, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo, nos decênios que se seguiram à publicação da Encíclica de Leão XIII. E, ao mesmo tempo, ele difere também do programa do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo. Neste segundo caso, a diferença está na maneira de compreender o direito de propriedade, precisamente. A tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens.

Por outras palavras, a propriedade, segundo o ensino da Igreja, nunca foi entendida de maneira a poder constituir um motivo de contraste social no trabalho. Conforme já foi recordado acima, a propriedade adquire-se primeiro que tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho. E isto diz respeito, de modo particular, à propriedade dos meios de produção. Considerá-los isoladamente, como um conjunto à parte de propriedades, com o fim de os contrapor, sob a forma do capital, ao trabalho e, mais ainda, com o fim de explorar o trabalho, é contrário à própria natureza de tais meios e à da sua posse. Estes não podem ser possuídos contra o trabalho, como não podem ser possuídos para possuir, porque o único título legítimo para a sua posse e isto tanto sob a forma da propriedade privada, como sob a forma da propriedade pública ou coletiva é que eles sirvam ao trabalho; e que, conseqüentemente, servindo ao trabalho, tornem possível a realização do primeiro princípio desta ordem, que é a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. Sob este ponto de vista, em consideração do trabalho humano e do acesso comum aos bens destinados ao homem, é também para não se excluir a socialização, dando-se as condições oportunas, de certos meios de produção. No espaço dos decênios que nos separam da publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, o ensino da Igreja tem vindo sempre recordar todos estes princípios, remontando aos argumentos formulados numa tradição bem mais antiga, por exemplo, aos conhecidos argumentos da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino.

No presente documento, que tem por tema principal o trabalho humano, convém confirmar todo o esforço com o qual o ensino da Igreja sobre a propriedade sempre procurou e procura assegurar o primado do trabalho e, por isso mesmo, a subjetividade do homem na vida social e, especialmente, na estrutura dinâmica de todo o processo económico. Deste ponto de vista, continua sendo inaceitável a posição do capitalismo rígido, que defende o direito exclusivo da propriedade privada dos meios de produção, como um dogma intocável na vida económica. O princípio do respeito do trabalho exige que tal direito seja submetido a uma revisão construtiva, tanto em teoria como na prática. Com efeito, se é verdade que o capital entendido como o conjunto dos meios de produção é ao mesmo tempo o produto do trabalho de gerações, também é verdade que ele se cria incessantemente graças ao trabalho efetuado com a ajuda do mesmo conjunto dos meios de produção, que aparecem então como um grande banco de trabalho, junto do qual, dia a dia, a presente geração dos trabalhadores desenvolve a própria atividade. Trata-se aqui, como é óbvio, das diversas espécies de trabalho, não somente do trabalho chamado manual, mas também das várias espécies de trabalho intelectual, desde o trabalho de concepção até ao de direção.

Sob esta luz, as numerosas proposições enunciadas pelos peritos da doutrina social católica e também pelo supremo Magistério da Igreja adquirem um significado de particular relevo. Trata-se de proposições que dizem respeito à compropriedade dos meios de trabalho, à participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas, o chamado acionariado do trabalho, e coisas semelhantes. Independentemente da aplicabilidade concreta destas diversas proposições, permanece algo evidente que o reconhecimento da posição justa do trabalho e do homem do trabalho no processo de produção exige várias adaptações, mesmo no âmbito do direito da propriedade dos meios de produção. Ao dizer isto, tomam-se em consideração, não só as situações mais antigas, mas também e antes de mais nada a realidade e a problemática que se criaram na segunda metade deste século, pelo que se refere ao Terceiro Mundo e aos diversos novos países independentes que foram aparecendo especialmente na África, mas também em outras latitudes no lugar dos territórios coloniais de outrora.

Se, por conseguinte, a posição do capitalismo rígido tem de ser continuamente submetida a uma revisão, no intuito de uma reforma sob o aspecto dos direitos do homem, entendidos no seu sentido mais amplo e nas suas relações com o trabalho, então, sob o mesmo ponto de vista, deve afirmar-se que estas reformas múltiplas e tão desejadas não podem ser realizadas com a eliminação apriorística da propriedade privada dos meios de produção. Convém, efetivamente, observar que o simples fato de subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para os socializar de maneira satisfatória. Assim, eles deixam de ser a propriedade de um determinado grupo social, os proprietários privados, para se tornarem propriedade da sociedade organizada, passando a estar sob a administração e a fiscalização diretas de um outro grupo de pessoas que, embora não tendo a propriedade, em virtude do poder que exercem na sociedade, dispõem deles a nível da inteira economia nacional, ou então a nível da economia local.

Este grupo dirigente e responsável pode desempenhar-se das suas funções de maneira satisfatória, do ponto de vista do primado do trabalho; mas pode também cumprir-las mal, reivindicando, ao mesmo tempo, para si o monopólio da administração e da disposição dos meios de produção, sem se deter quanto a isso nem sequer diante da ofensa aos direitos fundamentais do homem. Deste modo, pois, o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, não significa só por si, certamente, a socialização desta propriedade. Poder-se-á falar de socialização somente quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade, quer dizer, quando cada um dos que a compõem, com base no próprio trabalho, tiver garantido o pleno direito a considerar-se comproprietário do grande banco de trabalho em que se empenha juntamente com todos os demais. E um dos caminhos para alcançar tal objetivo poderia ser o de associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital e dar possibilidades de vida a uma série de corpos intermediários com finalidades económicas, sociais e culturais: corpos estes que não de usufruir de uma efetiva autonomia em relação aos poderes públicos e que não de procurar conseguir os seus objetivos específicos mantendo entre si relações de leal colaboração recíproca, subordinadamente às exigências do bem comum, e que não de, ainda, apresentar-se sob a forma e com a substância de uma comunidade viva; quer dizer, de maneira a que neles os respectivos membros sejam considerados e tratados como pessoas e estimulados a tomar parte ativa na sua vida.



15. Assim, o princípio da prioridade do trabalho, em relação ao capital, é um postulado que pertence à ordem da moral social. Este postulado tem uma importância-chave, tanto no sistema fundado sobre o princípio da propriedade privada dos meios de produção, como no sistema em que a propriedade privada de tais meios foi limitada mesmo radicalmente. O trabalho, em certo sentido, é inseparável do capital e não tolera, sob nenhuma forma, aquela antinomia quer dizer, a separação e contraposição relativamente aos meios de produção que, resultando de premissas unicamente econômicas, tem pesado sobre a vida humana nos últimos séculos. Quando o homem trabalha, utilizando-se do conjunto dos meios de produção, deseja ao mesmo tempo: que os frutos desse trabalho sejam úteis para si e para outrem; e ainda, no mesmo processar-se do trabalho, poder figurar como co-responsável e co-artífice da atividade no banco de trabalho, junto do qual se aplica.

Disto promanam alguns direitos específicos dos trabalhadores, direitos que correspondem à obrigação de trabalhar. Falar-se-á deles em seguida. Entretanto, é necessário frisar bem, desde já, que em geral o homem que trabalha deseja não só receber a remuneração devida pelo seu trabalho, mas deseja também que seja tomada em consideração, no mesmo processo de produção, a possibilidade de que ele, ao trabalhar, ainda que seja numa propriedade comum, esteja cômico de trabalhar por sua conta. Esta consciência fica nele abafada, ao encontrar-se num sistema de centralização burocrática excessiva, na qual o trabalhador se vê sobretudo como peça duma engrenagem num grande mecanismo movido de cima; e ainda por várias razões mais como um simples instrumento de produção do que como um verdadeiro sujeito do trabalho, dotado de iniciativa própria. O ensino da Igreja exprimiu sempre a firme e profunda convicção de que o trabalho humano não diz respeito simplesmente à economia, mas implica também e sobretudo valores pessoais. O próprio sistema econômico e o processo de produção auferem vantagens precisamente do fato de tais valores pessoais serem respeitados. No pensamento de Santo Tomás de Aquino, é sobretudo esta razão que depõe a favor da propriedade privada dos meios de produção. Se aceitamos que, por motivos certos e fundados, podem ser feitas exceções ao princípio da propriedade privada e nos nossos tempos estamos mesmo sendo testemunhas de que, na vida, foi introduzido o sistema da propriedade socializada o argumento personalista, contudo, não perde a sua força, nem ao nível dos princípios, nem no campo prático. Toda e qualquer socialização dos meios de produção, para ser racional e frutuosa, deve ter este argumento em consideração. Deve fazer-se todo o possível para que o homem, mesmo num tal sistema, possa conservar a consciência de trabalhar por sua própria conta. Caso contrário, verificam-se necessariamente danos incalculáveis em todo o processo econômico, danos que não são apenas de ordem econômica, mas que atingem em primeiro lugar o homem".

**Nota: 146**

**LE, 19:** "Salário e outras subvenções sociais - Depois de ter delineado, a traços largos, o papel importante que reveste a solicitude por dar possibilidades de trabalho a todos os trabalhadores, a fim de garantir o respeito dos direitos inalienáveis do homem em relação com o seu trabalho, convém tratar mais de perto, ainda que brevemente, de tais direitos que, no fim de contas, se formam na relação entre o trabalhador e o dador direito de trabalho. Tudo o que foi dito até agora sobre o tema do dador indireto de trabalho tem por fim precisar mais acuradamente estas relações, mediante a apresentação daqueles múltiplos condicionamentos, no meio dos quais indiretamente se formam as mesmas relações. Esta consideração, contudo, não têm um intento puramente descritivo; por outro lado, também não é um breve tratado de economia ou de política. Trata-se apenas de pôr em evidência o aspecto deontológico e moral. E o problema-chave da ética social, neste caso, é o problema da justa remuneração do trabalho que é executado. No contexto atual, não há maneira mais importante para realizar a justiça nas relações entre trabalhadores e dadores de trabalho, do que exatamente aquela que se concretiza na remuneração do mesmo trabalho. Independentemente do fato de o trabalho ser efetuado no sistema da propriedade privada dos meios de produção ou num sistema em que a propriedade sofreu uma espécie de socialização, a relação entre o dador de trabalho (em primeiro lugar o dador direto) e o trabalhador resolve-se à base do salário, quer dizer, mediante a justa remuneração do trabalho que foi feito.

Importa salientar também que a justiça de um sistema sócio-econômico e, em qualquer hipótese, o seu justo funcionamento, devem ser apreciados, no fim de contas, segundo a maneira como é equitativamente remunerado o trabalho nesse sistema. Quanto a este ponto, nós chegamos de novo ao primeiro princípio de toda a ordem ético-social, ou seja, ao princípio do uso comum dos bens. Em todo e qualquer sistema, independentemente das relações fundamentais existentes entre o capital e o trabalho, o salário, isto é, a remuneração do trabalho, permanece um meio concreto pelo qual a grande maioria dos homens pode ter acesso àqueles bens que estão destinados ao uso comum, quer se trate dos bens da natureza, quer dos bens que são fruto da produção. Uns e outros tornam-se acessíveis ao homem do trabalho, graças ao salário que ele recebe como remuneração do seu trabalho. Daqui vem que o justo salário se torna em todos os casos a verificação concreta da justiça de cada sistema sócio-econômico e, em qualquer hipótese, do seu justo funcionamento. Não é o único meio de verificação, mas é particularmente importante, ele é mesmo, em certo sentido, a verificação-chave.

Esta verificação diz respeito sobretudo à família. Uma justa remuneração do trabalho das pessoas adultas, que tenham responsabilidades de família, é aquela que for suficiente para fundar e manter dignamente uma família e para assegurar o seu futuro. Tal remuneração poderá efetuar-se ou por meio do chamado salário familiar, isto é, um salário único atribuído ao chefe de família pelo seu trabalho, e que seja suficiente para as necessidades da sua família, sem que a sua esposa seja obrigada a assumir um trabalho retribuído fora do lar; ou então por meio de outras medidas sociais, como sejam abonos familiares ou os subsídios para as mães que se dedicam exclusivamente à família, subsídios estes que devem corresponder às necessidades efetivas, quer dizer, ao número de pessoas a seu cargo, e durante todo o tempo em que elas não estejam em condições de assumir dignamente a responsabilidade da sua própria vida.

A experiência confirma que é necessário aplicar-se em prol da revalorização social das funções maternas, dos trabalhos que a elas andam ligados e da necessidade de cuidados, de amor e de carinho que têm os filhos, para se poderem desenvolver como pessoas responsáveis, moral e religiosamente amadurecidas e psicologicamente equilibradas. Reverterá em honra para a sociedade o tornar possível à mãe sem pôr obstáculos à sua liberdade, sem discriminação psicológica ou prática e sem que ela fique numa situação de desdouro em relação às outras mulheres cuidar dos seus filhos e dedicar-se à educação deles, segundo as diferentes necessidades da sua idade. O abono forçado de tais tarefas, por ter de arranjar um trabalho retribuído fora de casa, é algo não

correto do ponto de vista do bem da sociedade e da família, se isso estiver em contradição ou tornar difíceis tais objetivos primários da missão materna.

Nesta ordem de idéias, deve realçar-se que, numa visão mais geral, é necessário organizar e adaptar todo o processo do trabalho, de tal sorte que sejam respeitadas as exigências da pessoa e as suas formas de vida, antes de mais nada da sua vida doméstica, tendo em conta a idade e o sexo de cada uma delas. É um fato que, em muitas sociedades, as mulheres trabalham em quase todos os setores da vida. Convém, no entanto, que elas possam desempenhar plenamente as suas funções, segundo a índole que lhes é própria, sem discriminações e sem exclusão dos empregos para que tenham capacidade, como também sem faltar ao respeito pelas suas aspirações familiares e pelo papel específico que lhes cabe no contribuir para o bem comum da sociedade juntamente com o homem. A verdadeira promoção da mulher exige que o trabalho seja estruturado de tal maneira que ela não se veja obrigada a pagar a própria promoção com o ter de abandonar a sua especificidade e com detrimento da sua família, na qual ela, como mãe, tem um papel insubstituível. Ao lado do salário, entram em jogo aqui neste ponto ainda outras subvenções sociais que têm como finalidade assegurar a vida e a saúde dos trabalhadores e a das suas famílias. As despesas relacionadas com as necessidades de cuidar da saúde, especialmente em caso de acidentes no trabalho, exigem que o trabalhador tenha facilmente acesso à assistência sanitária; e isto, na medida do possível, a preços reduzidos ou mesmo gratuitamente. Um outro setor respeitante às subvenções é o daquilo que anda ligado ao direito ao repouso; trata-se aqui, antes de mais nada, do repouso semanal regular, compreendendo pelo menos o domingo, e, além disso, de um repouso mais longo, as chamadas férias, uma vez por ano ou, eventualmente, algumas vezes durante o ano, divididas por períodos mais breves. E trata-se, ainda, do direito à pensão de aposentadoria ou reforma, ao seguro para a velhice e ao seguro para os casos de acidentes de trabalho. E no âmbito destes direitos principais desdobra-se todo um sistema de direitos particulares: juntamente com a remuneração do trabalho, eles são o índice de uma correta ordenação das relações entre o trabalhador e o dador de trabalho. Entre estes direitos, há que ter sempre presente o direito a dispor de ambientes de trabalho e de processos de laboração que não causem dano à saúde física dos trabalhadores nem lesem a sua integridade moral."

**Nota:147**

**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos.**

**Nota:148**

cf. Revista **Senhor**, 363, p.41 (Dados de J. Furtado, Professor da UNEP).

**Nota:149**

cf. **Jornal do Brasil** de 17.5.87.

**Nota:150**

cf. **IBGE**, Anuário Estatístico, 1986.

**Nota:151**

O período 1980-86 ilustra bem que o endividamento externo tornou-se DESASTROSO para a economia do país e para as maiorias empobrecidas da sociedade. Neste período o Brasil pagou US\$ 109,2 bilhões como serviço da dívida externa, sendo US\$ 73,3 bilhões só de juros. Apesar disso, a dívida cresceu de US\$ 64,2 bilhões em 1980 para US\$ 111,0 bilhões em 1986. Isto porque grande parte dos empréstimos em moeda estrangeira tinham por fim pagar os juros sobre os empréstimos anteriores. Ainda mais terrível é pensar que o total do serviço da dívida no período eram US\$ 137,8 bilhões! A diferença foi renegociada, isto é, seus prazos de vencimento foram dilatados e sobre ela pagaremos ainda mais juros no futuro. Se tivéssemos pago o total previsto, teríamos transferido US\$ 92,7 bilhões líquidos para o exterior, em vez dos US\$ 40,1 bilhões que transferimos no período. Fontes: PACS-PRIES / CS, a partir dos relatórios anuais do Banco Central do Brasil.

**Nota:152**

**LE, Prólogo:** "Com a palavra trabalho é indicada toda a atividade realizada pelo mesmo homem, tanto manual como intelectual, independentemente de suas características e das circunstâncias, quer dizer toda a atividade humana que se pode e deve reconhecer como trabalho, no meio de toda aquela riqueza de atividades para as quais o homem tem capacidade e está predisposto pela própria natureza, em virtude da sua humanidade. Feito à imagem e semelhança do mesmo Deus no universo visível e nele estabelecido para que dominasse a terra, o homem, por isso mesmo, desde o princípio é chamado ao trabalho. O trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas".

**Nota:153**

**SRS, 38 e 39, especialmente 40: "38.** É um caminho longo e complexo, e, além disso, encontra-se sob constante ameaça, quer pela intrínseca fragilidade dos desígnios e realizações humanas, quer pela mutabilidade das circunstâncias externas assaz imprevisíveis. Todavia, é preciso ter a coragem de enveredar por ele e, se já tiverem sido dados alguns passos, ou já tiver sido percorrida uma parte do trajeto, ir até o fim.

No contexto destas reflexões, a decisão de pôr-se a caminho ou de continuar a marcha comporta, antes de tudo, um valor moral que os homens e as mulheres que acreditam em Deus reconhecem como requerido pela vontade divina, único e verdadeiro fundamento de uma ética absolutamente vinculante.

É para desejar que mesmo os homens e as mulheres desprovidos de uma fé explícita venham a convencer-se de que os obstáculos interpostos ao desenvolvimento integral não são apenas de ordem econômica, mas dependem de atitudes mais profundas que, para o ser humano, se configuram em valores absolutos. Por isso, é de esperar que todos aqueles que em relação aos seus semelhantes são responsáveis, de uma maneira ou de outra, por uma vida mais humana, inspirados ou não por uma fé religiosa, se dêem plenamente conta da urgente necessidade de uma mudança das atitudes espirituais, que determinam o comportamento de cada homem naquilo que diz respeito a si mesmo e nas relações com o próximo, com as comunidades humanas, mesmo as mais distantes, e com a natureza; e isto em virtude de valores superiores, como o bem comum, ou, para repetir a feliz expressão da Encíclica *Populorum Progressio*, o pleno desenvolvimento do homem todo e de todos os homens.

Para os cristãos, como para todos aqueles que reconhecem o significado teológico preciso da palavra pecado, a mudança de comportamento, de mentalidade ou de maneira de ser chama-se, na linguagem bíblica, conversão (cf. Mc 1,15; Lc 13,3.5; Is 30,15). Esta conversão designa especificamente uma relação com Deus, com a culpa cometida e com as suas conseqüências; e, portanto, relação com o próximo, indivíduo ou comunidade. É Deus

em cujas mãos estão os corações dos poderosos e os de todos os homens, que pode, segundo a sua própria promessa, transformar por obra do seu Espírito os corações de pedra em corações de carne (cf. Ez 36,26).

No caminho da desejada conversão, rumo à superação dos obstáculos morais para o desenvolvimento, pode-se já apontar, como valor positivo e moral, a consciência crescente da interdependência entre os homens e as nações. O fato de os homens e as mulheres, em várias partes do mundo, sentirem como próprias as injustiças e as violações dos direitos humanos cometidas em países longínquos, que talvez nunca visitem, é mais um sinal de uma realidade interiorizada na consciência, adquirindo assim uma conotação moral.

Trata-se antes de tudo da interdependência apreendida como sistema determinante de relações no mundo contemporâneo, com as suas componentes econômica, cultural, política e religiosa e assumida como categoria moral. Quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta co-relativa, como atitude moral e social e como virtude, é a solidariedade. Esta, portanto, não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos. Esta determinação está fundada na firme convicção de que as causas que entram o desenvolvimento integral são aquela avidez do lucro e aquela sede do poder de que se falou. Estas atitudes e estas estruturas de pecado só poderão ser vencidas pressupondo o auxílio da graça divina com uma atitude diametralmente oposta: a aplicação em prol do bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para perder-se em benefício do próximo em vez de o explorar, e para servi-lo em vez de o oprimir para proveito próprio (cf. Mt 10,40-42; 20,25; Mc 10,42-45; Lc 22,25-27).

39. A prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispendo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, não de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros.

Sinais positivos no mundo contemporâneo são, ainda, a maior consciência de solidariedade dos pobres entre si, as suas intervenções de apoio recíproco e as manifestações públicas no cenário social sem recorrer à violência, mas tornando presentes as próprias necessidades e os próprios direitos perante a ineficácia e a corrupção dos poderes públicos. Em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, a Igreja sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres, a discernir a justiça das suas solicitações e a contribuir para as satisfazer, sem perder de vista o bem dos grupos no quadro do bem comum.

O mesmo critério aplica-se, por analogia, nas relações internacionais. A interdependência deve transformar-se em solidariedade, fundada sobre o princípio de que os bens da criação são destinados a todos: aquilo que a indústria humana produz, com a transformação das matérias-primas e com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos.

Superando os imperialismos de todo gênero e os desígnios de conservar a própria hegemonia, as nações mais fortes e mais dotadas devem sentir-se moralmente responsáveis pelas outras, a fim de ser instaurado um verdadeiro sistema internacional que se apóie no fundamento da igualdade de todos os povos e seja regido pelo indispensável respeito das suas legítimas diferenças. Os países economicamente mais débeis, ou que se encontram nos limites da sobrevivência, com a assistência dos outros povos e da comunidade internacional, não de ser postos em condições de dar também eles uma contribuição para o bem comum, mediante os seus tesouros de humanidade e de cultura que, de outro modo, se perderiam para sempre.

A solidariedade ajuda-nos a ver o outro pessoa, povo ou nação não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso semelhante, um auxílio (cf. Gn 2,18.20), que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus. Daqui a importância de despertar a consciência religiosa dos homens e dos povos.

Assim, a exploração, a opressão e o aniquilamento dos outros são excluídos. Estes fatos, na divisão atual do mundo em blocos contrapostos, vão confluir no perigo de guerra e na preocupação excessiva pela própria segurança, muitas vezes à custa da autonomia, da livre decisão e da própria integridade territorial das nações mais débeis, que estão abrangidas nas camadas zonas de influência ou nos cinturões de segurança.

As estruturas de pecado e os pecados que nelas vão convergir opõem-se com igual radicalidade à paz e ao desenvolvimento, porque o desenvolvimento, na conhecida expressão da Encíclica de Paulo VI, é o novo nome da paz.

Deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. Com efeito, a paz do mundo é inconcebível se não se chegar, por parte dos responsáveis, ao reconhecimento de que a interdependência exige por si mesma a superação da política dos blocos, a renúncia a todas as formas de imperialismo econômico, militar ou político, e a transformação da recíproca desconfiança em colaboração. Esta última, precisamente, é o procedimento próprio da solidariedade entre os indivíduos e entre as nações.

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era *Opus iustitiae pax*: a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (cf. Is 32,17; Tg 3,18), *Opus solidaritatis pax*: a paz é fruto da solidariedade.

A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, unidos, construirmos, dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor.

40. A solidariedade é indubitavelmente uma virtude cristã. Na exposição que precede já foi possível entrever numerosos pontos de contato entre ela e a caridade, sinal distintivo dos discípulos de Cristo (cf. Jo 13,35).

A luz da fé, a solidariedade tende a superar-se a si mesma, a revestir-se das dimensões especificamente cristãs da gratuidade total, do perdão e da reconciliação. O próximo, então, não é só um ser humano com os seus direitos e a sua igualdade fundamental em relação a todos os demais; mas torna-se a imagem viva de Deus Pai, resgatada pelo sangue de Jesus Cristo e tornada objeto da ação permanente do Espírito Santo. Por isso, ele

deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que o ama o Senhor; e é preciso estarmos dispostos ao sacrifício por ele, mesmo ao sacrifício supremo: dar a vida pelos próprios irmãos (cf. 1Jo 3,1-6). E então, a consciência da paternidade comum de Deus, da fraternidade de todos os homens em Cristo, filhos no Filho, e da presença e da ação vivificante do Espírito Santo conferirá ao nosso olhar para o mundo como que um novo critério para o interpretar. Por cima dos vínculos humanos e naturais, já tão fortes e estreitos, delinea-se, à luz da fé, um novo modelo de unidade do gênero humano, no qual deve inspirar-se em última instância a solidariedade. Este supremo modelo de unidade, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três Pessoas, é o que nós cristãos designamos com a palavra comunhão. Esta comunhão, especificamente cristã, ciosamente preservada, alargada e enriquecida com o auxílio do Senhor, é a alma da vocação da Igreja para ser sacramento, no sentido já indicado.

A solidariedade, portanto, deve contribuir para a realização deste desígnio divino, tanto no plano individual como no da sociedade nacional e internacional. Os mecanismos perversos e as estruturas de pecado, de que falamos, só poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente. Só desta maneira muitas energias positivas poderão soltar-se inteiramente, em prol do desenvolvimento e da paz.

Muitos santos canonizados pela Igreja oferecem admiráveis testemunhos desta solidariedade e podem servir de exemplo nas difíceis circunstâncias atuais. Entre todos, quereria recordar: São Pedro Claver, que se pôs ao serviço dos escravos, em Cartagena das Índias; e São Maximiliano Maria Kolbe, que ofereceu a sua vida em favor de um prisioneiro que lhe era desconhecido, no campo de concentração de Auschwitz-Oswiecim”.

#### **Nota:154**

**LE 5 e 6:** *“O trabalho em sentido objetivo: a técnica* - Esta universalidade e, ao mesmo tempo, esta multiplicidade de tal processo de submeter a terra, projetam luz sobre o trabalho humano, uma vez que o domínio do homem sobre a terra se realiza no trabalho e mediante o trabalho. Assim emerge o significado do mesmo trabalho em sentido objetivo, o qual tem depois a sua expressão nas várias épocas da cultura e da civilização. O homem domina a terra quer pelo fato de domesticar os animais e tratar deles, granjeando assim o alimento e o vestuário de que precisa, quer pelo fato de poder extrair da terra e dos mares diversos recursos naturais. Mas o homem, além disso, submete a terra muito mais quando começa por cultivá-la e, sucessivamente, reelabora os produtos da mesma, adaptando-os às suas próprias necessidades. A agricultura constitui assim um campo primário da atividade econômica e, mediante o trabalho humano, um fator indispensável da produção. A indústria, por sua vez, consistirá sempre no conjugar as riquezas da terra quer se trate dos recursos vivos da natureza, quer dos produtos da agricultura, quer, ainda, dos recursos minerais ou químicos com o trabalho do homem, tanto o trabalho físico como o intelectual. Isto é válido, em certo sentido, também no campo da chamada indústria dos serviços e no campo da investigação pura ou aplicada.

Hoje, na indústria e na agricultura a atividade do homem, em muitos casos, deixou de ser um trabalho prevalentemente manual, uma vez que os esforços das mãos e dos músculos passaram a ser ajudados pela ação de máquinas e de mecanismos cada vez mais aperfeiçoados. Não somente na indústria, mas também na agricultura, nós somos testemunhas das transformações que foram possibilitadas pelo gradual e contínuo progresso da ciência e da técnica. E isto, no seu conjunto, tornou-se historicamente causa também de grandes viragens da civilização, a partir das origens da era industrial, passando pelas sucessivas fases de desenvolvimento graças às novas técnicas, até se chegar às da eletrônica ou dos microprocessores nos últimos anos.

Se pode parecer que no processo industrial é a máquina que trabalha, enquanto o homem só cuida dela, tornando possível e mantendo de diversas maneiras o seu funcionamento, também é verdade que, precisamente por isso, o desenvolvimento industrial serve de base para se repropor de um modo novo o problema do trabalho humano. Tanto a primeira industrialização, que fez com que surgisse a chamada questão operária, como as sucessivas mudanças industriais e pós-industriais demonstram claramente que, mesmo na época do trabalho cada dia mais mecanizado, o sujeito próprio do trabalho continua a ser o homem.

O desenvolvimento da indústria e dos diversos setores com ele ligados, até se chegar às mais modernas tecnologias da eletrônica, especialmente no campo da miniaturização, da informática, da telemática e outros, indica o papel imenso que, na interação do sujeito e do objeto do trabalho (no sentido mais amplo desta palavra), assume precisamente aquela aliada do mesmo trabalho gerada pelo pensamento humano, que é a técnica. Neste caso, entendida não como uma capacidade ou aptidão para o trabalho, mas sim como um conjunto de meios de que o homem se serve no próprio trabalho, a técnica é indubitavelmente uma aliada do homem. Ela facilita-lhe o trabalho, aperfeiçoa-o, acelera-o e multiplica-o; favorece o progresso em função de um aumento da quantidade dos produtos do trabalho e aperfeiçoa mesmo a qualidade de muitos deles. Mas é um fato, por outro lado, que em alguns casos a técnica de aliada pode também transformar-se quase em adversária do homem, como sucede: quando a mecanização do trabalho suplanta o mesmo homem, tirando-lhe todo o gosto pessoal e o estímulo para a criatividade e para a responsabilidade; igualmente, quando tira o emprego a muitos trabalhadores que antes estavam empregados; ou ainda quando, mediante a exaltação da máquina, reduz o homem a ser escravo da mesma.

Assim, se as palavras bíblicas submetei a terra, dirigidas ao homem desde o princípio, forem entendidas no contexto de toda a época moderna, industrial e pós-industrial, elas encerram em si indubitavelmente também uma relação com a técnica, com aquele mundo de mecanismos e de máquinas, que é fruto de um trabalho da inteligência humana e a confirmação histórica do domínio do homem sobre a natureza.

A época recente da história da humanidade, e especialmente a de algumas sociedades, trouxe consigo uma justa afirmação da técnica como um coeficiente fundamental de progresso econômico; ao mesmo tempo, porém, juntamente com tal afirmação surgiram e continuamente estão surgindo as interrogações essenciais respeitantes ao trabalho humano em relação com o seu sujeito, que é precisamente o homem. Tais interrogações contêm em si uma carga particular de conteúdos e de tensões de caráter ético e ético-social. E por isso elas constituem um desafio contínuo para muitas e diversas instituições, para os Estados e os Governos, bem como para os sistemas e as organizações internacionais; e constituem um desafio também para a Igreja.

**6.** Para continuar a nossa análise do trabalho em adesão às palavras da Bíblia, em virtude das quais o homem tem o dever de submeter a terra, é preciso concentrarmos agora a nossa atenção no trabalho no sentido

subjetivo; e isto muito mais do que fizemos pelo que se refere ao significado objetivo do trabalho, porquanto tocamos só brevemente aquela vasta problemática, que é perfeita e pormenorizadamente conhecida dos estudiosos nos vários campos e também dos mesmos homens do trabalho, segundo as suas especializações. As palavras do Livro do Gênesis, a que nos referimos nesta nossa análise, falam de maneira indireta do trabalho no sentido objetivo; e de modo análogo falam também do sujeito do trabalho; no entanto, aquilo que elas dizem é assaz eloquente e carregado de um grande significado.

O homem deve submeter a terra, deve dominá-la, porque, como imagem de Deus, é uma pessoa; isto é, um ser dotado de subjetividade, capaz de agir de maneira programada e racional, capaz de decidir por si mesmo e tendente a realizar-se a si mesmo. É como pessoa, pois, que o homem é sujeito do trabalho. É como pessoa que ele trabalha e realiza diversas ações que fazem parte do processo do trabalho; estas, independentemente do seu conteúdo objetivo, devem servir todas para a realização da sua humanidade e para o cumprimento da vocação a ser pessoa, que lhe é própria em razão da sua mesma humanidade. As principais verdades sobre este tema foram recordadas ultimamente pelo Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes*, especialmente no capítulo primeiro dedicado à vocação do homem.

E assim aquele domínio de que fala o texto bíblico, sobre o qual estamos meditando agora, não se refere só à dimensão objetiva do trabalho, mas introduz-nos, ao mesmo tempo, na compreensão da sua dimensão subjetiva. O trabalho, entendido como processo, mediante o qual o homem e o gênero humano submetem a terra, não corresponderá a este conceito fundamental da Bíblia senão enquanto, em todo esse processo, o homem, ao mesmo tempo, se manifestar e se confirmar como aquele que domina. Este domínio, em certo sentido, refere-se à dimensão subjetiva ainda mais do que à objetiva: esta dimensão condiciona a mesma natureza ética do trabalho. Não há dúvida nenhuma, realmente, de que o trabalho humano tem seu valor ético, o qual, sem meios-termos, permanece diretamente ligado ao fato de aquele que o realiza ser uma pessoa, um sujeito consciente e livre, isto é, um sujeito que decide por si mesmo.

Esta verdade, que constitui em certo sentido a medula fundamental e perene da doutrina cristã sobre o trabalho humano, teve e continua a ter um significado primordial para a formulação dos importantes problemas sociais ao longo de épocas inteiras.

A Idade Antiga introduziu entre os homens uma própria diferenciação típica em categorias, segundo o tipo de trabalho que realizavam. O trabalho que requeria do trabalhador o emprego das forças físicas, o trabalho dos músculos e das mãos, era considerado indigno dos homens livres, e por isso eram destinados à sua execução os escravos. O Cristianismo, ampliando alguns aspectos já próprios do Antigo Testamento, neste ponto operou uma transformação fundamental de conceitos, partindo do conteúdo global da mensagem evangélica, e sobretudo do fato de aquele que, sendo Deus, se tornou semelhante a nós em tudo, ter passado a maior parte dos anos da vida sobre a terra junto de um banco de carpinteiro, dedicando-se ao trabalho manual. Esta circunstância constitui por si mesma o mais eloquente evangelho do trabalho; aí se torna patente que o fundamento para determinar o valor do trabalho humano não é em primeiro lugar o gênero de trabalho que se realiza, mas o fato de aquele que o executa ser uma pessoa. As fontes da dignidade do trabalho devem ser procuradas sobretudo não na sua dimensão objetiva, mas sim na sua dimensão subjetiva.

Em tal concepção quase desaparece o próprio fundamento da antiga diferenciação dos homens em grupos, segundo o gênero de trabalho que eles faziam. Isto não quer dizer que o trabalho humano não possa e não deva ser de algum modo valorizado e qualificado do ponto de vista objetivo. Isto quer dizer somente que o primeiro fundamento do valor do trabalho é o mesmo homem, o seu sujeito. E relaciona-se com isto imediatamente uma conclusão muito importante de natureza ética: embora seja verdade que o homem está destinado e é chamado ao trabalho, contudo, antes de mais nada, o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho. E por esta conclusão se chega a reconhecer justamente a preeminência do significado subjetivo do trabalho sobre o seu significado objetivo. Partindo deste modo de entender as coisas e supondo que diversos trabalhos realizados pelos homens podem ter um maior ou menor valor objetivo, procuramos todavia pôr em evidência que cada um deles se mede sobretudo pelo padrão da dignidade do mesmo sujeito do trabalho, isto é, da pessoa, do homem que o executa. Por outro lado, independentemente do trabalho que faz cada um dos homens e supondo que ele constitui uma finalidade por vezes muito absorvente do seu agir, tal finalidade não possui por si mesma um significado definitivo. De fato, em última análise, a finalidade do trabalho, de todo e qualquer trabalho realizado pelo homem ainda que seja o trabalho mais humilde de um serviço e o mais monótono na escala do modo comum de apreciação e até o mais marginalizador permanece sempre o mesmo homem".

**Nota:155**

**João Paulo II, Homilia para o Mundo do Trabalho**, 6, em Danziguer (Polónia), 12.6.87, in: *L' Osservatore Romano* (Ed. Port.) 28.6.87, p.13.

**Nota:156**

cf. **LE, 14**: "*Trabalho e propriedade* - O processo histórico aqui brevemente apresentado que sem dúvida já saiu da sua fase inicial, mas continua ainda e tende mesmo a se tornar extensivo às relações entre nações e continentes, exige um esclarecimento também sob um outro ponto de vista. Quando se fala da antinomia entre trabalho e capital não se trata, como é evidente, apenas de conceitos abstratos e de forças anônimas que agem na produção econômica. Por detrás de um e de outro dos dois conceitos, há homens, os homens vivos e concretos. De um lado, aqueles que executam o trabalho sem serem proprietários dos meios de produção; e do outro lado, aqueles que desempenham a função de patrões e empresários e que são os proprietários de tais meios, ou então representam os proprietários. E assim, portanto, vem inserir-se no conjunto deste difícil processo histórico, desde o início, o problema da propriedade. A Encíclica *Rerum Novarum*, que tem por tema a questão social, põe em realce também este problema, recordando e confirmando a doutrina da Igreja sobre a propriedade e sobre o direito de propriedade privada, mesmo quando se trata dos meios de produção. E a Encíclica *Mater et Magistra* fez a mesma coisa.

O princípio a que se alude, conforme foi então recordado e como continua sendo ensinado pela Igreja, diverge radicalmente do programa do coletivismo, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo, nos decênios que se seguiram à publicação da Encíclica de Leão XIII. E, ao mesmo tempo, ele difere também do programa do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo. Neste segundo caso, a diferença esta na maneira de compreender o direito de

propriedade, precisamente. A tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens.

Por outras palavras, a propriedade, segundo o ensino da Igreja, nunca foi entendida de maneira a poder constituir um motivo de contraste social no trabalho. Conforme já foi recordado acima, a propriedade adquire-se primeiro que tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho. E isto diz respeito, de modo particular, à propriedade dos meios de produção. Considerá-los isoladamente, como um conjunto à parte de propriedades, com o fim de os contrapor, sob a forma do capital, ao trabalho e, mais ainda, com o fim de explorar o trabalho, é contrário à própria natureza de tais meios e à da sua posse. Estes não podem ser possuídos contra o trabalho, como não podem ser possuídos para possuir, porque o único título legítimo para a sua posse e isto tanto sob a forma da propriedade privada, como sob a forma da propriedade pública ou coletiva é que eles sirvam ao trabalho; e que, consequentemente, servindo ao trabalho, tornem possível a realização do primeiro princípio desta ordem, que é a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. Sob este ponto de vista, em consideração do trabalho humano e do acesso comum aos bens destinados ao homem, é também para não se excluir a socialização, dando-se as condições oportunas, de certos meios de produção. No espaço dos decênios que nos separam da publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, o ensino da Igreja tem vindo sempre recordar todos estes princípios, remontando aos argumentos formulados numa tradição bem mais antiga, por exemplo, aos conhecidos argumentos da *Suma Teológica* de Santo Tomás de Aquino.

No presente documento, que tem por tema principal o trabalho humano, convém confirmar todo o esforço com o qual o ensino da Igreja sobre a propriedade sempre procurou e procura assegurar o primado do trabalho e, por isso mesmo, a subjetividade do homem na vida social e, especialmente, na estrutura dinâmica de todo o processo económico. Deste ponto de vista, continua sendo inaceitável a posição do capitalismo rígido, que defende o direito exclusivo da propriedade privada dos meios de produção, como um dogma intocável na vida económica. O princípio do respeito do trabalho exige que tal direito seja submetido a uma revisão construtiva, tanto em teoria como na prática. Com efeito, se é verdade que o capital entendido como o conjunto dos meios de produção é ao mesmo tempo o produto do trabalho de gerações, também é verdade que ele se cria incessantemente graças ao trabalho efetuado com a ajuda do mesmo conjunto dos meios de produção, que aparecem então como um grande banco de trabalho, junto do qual, dia a dia, a presente geração dos trabalhadores desenvolve a própria atividade. Trata-se aqui, como é óbvio, das diversas espécies de trabalho, não somente do trabalho chamado manual, mas também das várias espécies de trabalho intelectual, desde o trabalho de concepção até ao de direção.

Sob esta luz, as numerosas proposições enunciadas pelos peritos da doutrina social católica e também pelo supremo Magistério da Igreja adquirem um significado de particular relevo. Trata-se de proposições que dizem respeito à compropriedade dos meios de trabalho, à participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas, o chamado acionariado do trabalho, e coisas semelhantes. Independentemente da aplicabilidade concreta destas diversas proposições, permanece algo evidente que o reconhecimento da posição justa do trabalho e do homem do trabalho no processo de produção exige várias adaptações, mesmo no âmbito do direito da propriedade dos meios de produção. Ao dizer isto, tomam-se em consideração, não só as situações mais antigas, mas também e antes de mais nada a realidade e a problemática que se criaram na segunda metade deste século, pelo que se refere ao Terceiro Mundo e aos diversos novos países independentes que foram aparecendo especialmente na África, mas também em outras latitudes no lugar dos territórios coloniais de outrora.

Se, por conseguinte, a posição do capitalismo rígido tem de ser continuamente submetida a uma revisão, no intuito de uma reforma sob o aspecto dos direitos do homem, entendidos no seu sentido mais amplo e nas suas relações com o trabalho, então, sob o mesmo ponto de vista, deve afirmar-se que estas reformas múltiplas e tão desejadas não podem ser realizadas com a eliminação apriorística da propriedade privada dos meios de produção. Convém, efetivamente, observar que o simples fato de subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para os socializar de maneira satisfatória. Assim, eles deixam de ser a propriedade de um determinado grupo social, os proprietários privados, para se tornarem propriedade da sociedade organizada, passando a estar sob a administração e a fiscalização diretas de um outro grupo de pessoas que, embora não tendo a propriedade, em virtude do poder que exercem na sociedade, dispõem deles a nível da inteira economia nacional, ou então a nível da economia local.

Este grupo dirigente e responsável pode desempenhar-se das suas funções de maneira satisfatória, do ponto de vista do primado do trabalho; mas pode também cumprir-las mal, reivindicando, ao mesmo tempo, para si o monopólio da administração e da disposição dos meios de produção, sem se deter quanto a isso nem sequer diante da ofensa aos direitos fundamentais do homem. Deste modo, pois, o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, não significa só por si, certamente, a socialização desta propriedade. Poder-se-á falar de socialização somente quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade, quer dizer, quando cada um dos que a compõem, com base no próprio trabalho, tiver garantido o pleno direito a considerar-se comproprietário do grande banco de trabalho em que se empenha juntamente com todos os demais. E um dos caminhos para alcançar tal objetivo poderia ser o de associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital e dar possibilidades de vida a uma série de corpos intermediários com finalidades económicas, sociais e culturais: corpos estes que não de usufruir de uma efetiva autonomia em relação aos poderes públicos e que não de procurar conseguir os seus objetivos específicos mantendo entre si relações de leal colaboração recíproca, subordinadamente às exigências do bem comum, e que não de, ainda, apresentar-se sob a forma e com a substância de uma comunidade viva; quer dizer, de maneira a que neles os respectivos membros sejam considerados e tratados como pessoas e estimulados a tomar parte ativa na sua vida".

#### **Nota:157**

**LE, 13:** "À luz de tal verdade vê-se claramente, antes de mais nada, que não se podem separar o capital do trabalho e que de maneira nenhuma se pode contrapor o trabalho ao capital e o capital ao trabalho, e, menos ainda como adiante veremos se podem contrapor uns aos outros os homens concretos, que estão por detrás destes conceitos. Pode ser reto, quer dizer, em conformidade com a própria essência do problema, e reto ainda,

porque intrinsecamente verdadeiro e ao mesmo tempo moralmente legítimo, aquele sistema de trabalho que, nos seus fundamentos, supera a antinomia entre trabalho e capital, procurando estruturar-se de acordo com o princípio em precedência anunciado; o princípio da prioridade substancial e efetiva do trabalho, da subjetividade do mesmo trabalho humano e da sua participação eficiente em todo o processo de produção, e isto independentemente da natureza dos serviços prestados pelo trabalhador.

A antinomia entre trabalho e capital não tem a sua fonte na estrutura do processo de produção, nem na estrutura do processo económico em geral. Este processo, de fato, manifesta a recíproca compenetração existente entre o trabalho e aquilo que se tornou habitual denominar o capital; mostra mesmo o ligame indissolúvel entre as duas coisas. O homem, ao trabalhar em qualquer tarefa no seu banco de trabalho, seja este relativamente primitivo ou ultramoderno, pode facilmente cair na conta de que, por seu trabalho, entra na posse de um duplo património; ou seja, do património daquilo que é dado a todos os homens, sob a forma dos recursos da natureza, e do património daquilo que os outros que o precederam já elaboraram, a partir da base de tais recursos, em primeiro lugar desenvolvendo a técnica, isto é, tornando realidade um conjunto de instrumentos de trabalho, cada vez mais aperfeiçoados. Assim, o homem, ao trabalhar, aproveita do trabalho de outrem. Nós aceitamos sem dificuldade esta visão assim do campo e do processo do trabalho humano, guiados tanto pela inteligência quanto pela fé, que vai haurir a luz na Palavra de Deus. Trata-se de uma visão coerente, teológica e, ao mesmo tempo, humanista. Nela, o homem aparece-nos como o senhor das criaturas, postas à sua disposição do mundo visível. E se no processo do trabalho alguma dependência se descobre, esta é a dependência do homem do Doador de todos os recursos da criação e, por outro lado, a dependência de outros homens, daqueles a cujo trabalho e a cujas iniciativas se devem as já aperfeiçoadas e ampliadas possibilidades existentes para o nosso trabalho. De tudo isto, que no processo de produção constitui um conjunto de coisas, de instrumentos, do capital, podemos afirmar somente que condiciona o trabalho do homem; não podemos afirmar, porém, que isto constitua como que o sujeito anónimo que coloca em posição de dependência o homem e o seu trabalho.

A ruptura desta visão coerente, na qual se acha estritamente salvaguardado o princípio do primado da pessoa sobre as coisas, verificou-se no pensamento humano, algumas vezes depois de um longo período de incubação na vida prática. E operou-se de tal maneira que o trabalho foi separado do capital e contraposto mesmo ao capital, e por sua vez o capital contraposto ao trabalho, quase como se fossem duas forças anónimas, dois fatores de produção, postos um juntamente com o outro na mesma perspectiva economista. Em tal maneira de ver o problema, existiu o erro fundamental a que se pode chamar erro do economismo, que se dá quando o trabalho humano é considerado exclusivamente segundo a sua finalidade económica. Também se pode e se deve chamar a este erro fundamental do pensamento um erro do materialismo, no sentido de que o economismo comporta, direta ou indiretamente, a convicção do primado e da superioridade daquilo que é material; ao passo que coloca, direta ou indiretamente, numa posição subordinada à realidade material, aquilo que é espiritual e pessoal (o agir do homem, os valores morais e semelhantes). Isso não é ainda o materialismo teórico, no sentido pleno da palavra; mas, certamente, é já um materialismo prático, o qual não tanto em virtude das premissas derivantes da teoria materialista, mas sim em virtude de um modo determinado de avaliar as realidades, e portanto em virtude de certa hierarquia de bens, fundada na atração imediata e mais forte daquilo que é material é julgado capaz de satisfazer as necessidades do homem.

O erro de pensar segundo as categorias do economismo caminhou a pari passu com o formar-se da filosofia materialista e com o desenvolvimento de tal filosofia, desde a fase mais elementar e mais comum (também chamada materialismo vulgar, porque pretende reduzir a realidade espiritual a um fenómeno supérfluo), até à fase do que se denominou materialismo dialético. Parece, no entanto, que no âmbito das presentes considerações para o problema fundamental do trabalho humano e, em particular, para aquela separação e contraoposição entre trabalho e capital, como entre dois fatores da produção considerados naquela mesma perspectiva economista, acima referida, o economismo teve uma importância decisiva e influiu exatamente sobre este modo não-humanista de pôr o problema, antes do sistema filosófico materialista. Contudo, é evidente que o materialismo, mesmo sob sua forma dialética, não está em condições de proporcionar à reflexão sobre o trabalho humano bases suficientes e definitivas, para que o primado do homem sobre o instrumento-capital aí possa encontrar uma adequada e irrefutável verificação e um apoio. Mesmo no materialismo dialético não é o homem que, antes de tudo o mais, é o sujeito do trabalho humano e a causa eficiente do processo de produção; mas continua sendo compreendido e tratado na dependência daquilo que é material, como uma espécie de resultante das relações económicas e das relações de produção, predominantes numa época determinada.

Evidentemente, a antinomia, que estamos considerando, entre o trabalho e o capital a antinomia em cujo âmbito o trabalho foi separado do capital e contraposto a ele, em certo sentido onticamente, como se fosse um elemento qualquer do processo económico tem sua origem não apenas na filosofia e nas teorias económicas do século XVIII, mas também e muito mais em toda a prática económico-social desses tempos, que coincidem com a época em que nascia e de desenvolvia, de modo impetuoso, a industrialização, na qual se divisava, em primeiro lugar, a possibilidade de multiplicar abundantemente as riquezas materiais, isto é, os meios, perdendo de vista o fim, quer dizer o homem, a quem tais meios devem servir. Foi exatamente este erro de ordem prática que atingiu, antes de mais nada, o trabalho humano, o homem do trabalho, e que causou a reação social eticamente justa, da qual se falou mais acima. O mesmo erro, que agora já tem uma fisionomia histórica definida, ligada ao período do capitalismo e do liberalismo primitivos, pode voltar a repetir-se ainda, noutras circunstâncias de tempo e de lugar, se no modo de raciocinar se partir das mesmas premissas tanto teóricas como práticas. Não se vêem outras possibilidades de uma superação radical deste erro, a não ser que intervenham mudanças adequadas, quer no campo da teoria quer no da prática, mudanças que se atenham a uma linha de firme convicção do primado da pessoa sobre as coisas e do trabalho do homem sobre o capital, entendido como conjunto dos meios de produção”.

#### **Nota:158**

**LE, 8:** “Ao tratar-se do trabalho humano, encarado pela dimensão fundamental do seu sujeito, isto é, do homem-pessoa que executa esse trabalho, partindo deste ponto de vista deve fazer-se uma apreciação pelo menos sumária dos processos que se verificaram, ao longo dos noventa anos transcorridos após a Encíclica Rerum Novarum, em relação com a dimensão subjetiva do trabalho. Com efeito, embora o sujeito do trabalho

seja sempre o mesmo, isto é, o homem, deram-se todavia notáveis modificações quanto ao aspecto objetivo do mesmo trabalho. E embora se possa dizer que o trabalho, em razão do seu sujeito, é um (um e, de cada vez que é feito, irrepitível), todavia, considerando os seus sentidos objetivos, tem de se reconhecer que existem muitos trabalhos: um grande número de trabalhos diversos. O desenvolvimento da civilização humana proporciona neste campo um enriquecimento contínuo. Ao mesmo tempo, porém, não se pode deixar de notar que, no processar-se de tal desenvolvimento, não somente aparecem novas formas de trabalho humano, mas há também outras que desaparecem. Admitindo muito embora, em princípio, que isto é um fenômeno normal, importa, no entanto, ver se nele não se intrometem, e em que medida, certas irregularidades que podem ser perigosas, por motivos ético-sociais.

Foi precisamente por causa de uma dessas anomalias com grande alcance que nasceu, no século passado, a chamada questão operária, definida por vezes como questão proletária. Tal questão bem como os problemas com ela ligados deram origem a uma justa reação social e fizeram com que surgisse e, poder-se-ia mesmo dizer, com que irrompesse um grande movimento de solidariedade entre os homens do trabalho e, em primeiro lugar, entre os trabalhadores da indústria. O apelo à solidariedade e à ação comum lançado aos homens do trabalho sobretudo aos do trabalho setorial, monótono e despersonalizante nas grandes instalações industriais, quando a máquina tende a dominar sobre o homem tinha um seu valor importante e uma eloquência própria, sob o ponto de vista da ética social. Era a reação contra a degradação do homem como sujeito do trabalho e contra a exploração inaudita que a acompanhava, no campo dos lucros, das condições de trabalho e de previdência para a pessoa do trabalhador. Tal reação uniu o mundo operário numa convergência comunitária, caracterizada por uma grande solidariedade.

Na esteira da Encíclica *Rerum Novarum* e dos numerosos documentos do Magistério da Igreja que se lhe seguiram, francamente tem de se reconhecer que se justificava, sob o ponto de vista da moral social, a reação contra o sistema de injustiça e de danos que Bradava ao Céu vingança e que pesava sobre o homem do trabalho nesse período de rápida industrialização. Este estado de coisas era favorecido pelo sistema sócio-político liberal que, segundo suas premissas de economismo, reforçava e assegurava a iniciativa econômica somente dos possuidores do capital, mas não se preocupava suficientemente com os direitos do homem do trabalho, afirmando que o trabalho humano é apenas um instrumento de produção, e que o capital é o fundamento, coeficiente e a finalidade da produção.

Desde então, a solidariedade dos homens do trabalho e, simultaneamente, uma tomada de consciência mais clara e mais compromissória pelo que respeita aos direitos dos trabalhadores da parte dos outros, produziu em muitos casos mudanças profundas. Foram excogitados diversos sistemas novos. Desenvolveram-se diversas formas de neo-capitalismo ou de coletivismo. E, não raro, os homens do trabalho passam a ter a possibilidade de participar e participam efetivamente na gestão e no controle da produtividade das empresas. Por meio de associações apropriadas, eles passam a ter influência na que respeita às condições de trabalho e de remuneração, bem como quanto à legislação social. Mas, ao mesmo tempo, diversos sistemas fundados em ideologias ou no poder, como também novas relações que foram surgindo nos vários níveis da convivência humana, deixaram persistir injustiças flagrantes ou criaram outras novas. A nível mundial, o desenvolvimento da civilização e das comunicações tornou possível uma diagnose mais completa das condições de vida e de trabalho do homem no mundo inteiro, mas tornou também patentes outras formas de injustiça, bem mais amplas ainda do que aquelas que no século passado haviam estimulado a união dos homens do trabalho para uma particular solidariedade no mundo operário. E isto assim, nos países em que já se realizou certo processo de revolução industrial; e assim igualmente nos países onde o local de trabalho que predomina continua sendo o da cultura da terra ou de outras ocupações congêneres.

Movimentos de solidariedade no campo do trabalho de uma solidariedade que não há de nunca ser fechamento para o diálogo e para a colaboração com os demais podem ser necessários, mesmo pelo que se refere às condições de grupos sociais que anteriormente não se achavam compreendidos entre estes movimentos, mas que vão sofrendo no meio dos sistemas sociais e das condições de vida que mudam uma efetiva proletarização, ou mesmo que se encontram realmente já numa condição de proletariado que, embora não seja chamada ainda com este nome, de fato, é tal que o merece. Podem encontrar-se nesta situação algumas categorias ou grupos da inteligência do trabalho, sobretudo quando, simultaneamente com um acesso cada vez mais ampliado à instrução e com o número sempre crescente das pessoas que alcançaram diplomas pela sua preparação cultural, se verifica uma diminuição de procura do trabalho destas pessoas. Tal desemprego dos intelectuais sucede ou aumenta: quando a instrução acessível não está orientada para os tipos de emprego ou de serviços que são requeridos pelas verdadeiras necessidades da sociedade; ou quando o trabalho para o qual se exige a instrução, pelo menos profissional, é menos procurado e menos bem pago do que um trabalho braçal. É evidente que a instrução, em si mesma, constitui sempre um valor e um enriquecimento importante da pessoa humana; contudo, independentemente deste fato, continuam sendo possíveis certos processos de proletarização.

Assim, é necessário prosseguir interrogando-se sobre o sujeito do trabalho e sobre as condições da sua existência. Para se realizar a justiça social nas diversas partes do mundo, nos vários países e nas relações entre eles, é preciso que haja sempre novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho. Tal solidariedade deverá fazer sentir a sua presença onde a exijam a degradação social do homem-sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome. A Igreja acha-se vivamente empenhada nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a Igreja dos pobres. E os pobres aparecem sob variados aspectos; aparecem em diversos lugares e em diferentes momentos; aparecem, em muitos casos, como um resultado da violação da dignidade do trabalho humano: e isso, quer porque as possibilidades do trabalho humano são limitadas e há a chaga do desemprego quer porque são depreciados o valor do mesmo trabalho e os direitos que dele derivam, especialmente o direito ao justo salário e à segurança da pessoa do trabalhador e da sua família".

#### **Nota:159**

**LE, 12:** "Diante da realidade dos dias de hoje, em cuja estrutura se encontram marcas bem profundas de tantos conflitos, causados pelo homem, e na qual os meios técnicos fruto do trabalho humano desempenham um papel de primeira importância (pense-se ainda aqui neste ponto, na perspectiva de um cataclismo mundial



na eventualidade de uma guerra nuclear, cujas possibilidades de destruição seriam quase inimagináveis), deve recordar-se, antes de mais nada, um princípio ensinado sempre pela Igreja. É o princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital. Este princípio diz respeito diretamente ao próprio processo de produção, relativamente ao qual o trabalho é sempre uma causa eficiente primária, enquanto que o capital, sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento, ou causa instrumental. Este princípio é uma verdade evidente que resulta de toda a experiência histórica do homem.

Quando lemos no primeiro capítulo da Bíblia que o homem tem o dever de submeter a terra, nós ficamos sabendo que estas palavras se referem a todos os recursos que o mundo visível encerra em si e que estão postos à disposição do homem. Tais recursos, no entanto, não podem servir ao homem senão mediante o trabalho. E com o trabalho permanece igualmente ligado, desde o princípio, o problema da propriedade. Com efeito, para fazer com que sirvam para si e para os demais os recursos escondidos na natureza, o homem tem como único meio o seu trabalho; e para fazer com que frutifiquem tais recursos, mediante o seu trabalho, o homem apossa-se de pequenas porções das variadas riquezas da natureza: do subsolo, do mar, da terra e do espaço. De tudo isso ele se apropria para aí assentar o seu banco de trabalho. E apropria-se disso mediante o trabalho e para poder ulteriormente ter trabalho.

O mesmo princípio se aplica, ainda, às fases sucessivas deste processo, no qual a primeira fase continua sendo sempre a relação do homem com os recursos e as riquezas da natureza. Todo o esforço do conhecimento com que se tende a descobrir tais riquezas e a determinar as diversas possibilidades de utilização das mesmas por parte do homem e para o homem, leva-nos a tomar consciência do seguinte: que tudo aquilo que no complexo da atividade econômica provém do homem tanto o trabalho, como o conjunto dos meios de produção e a técnica a eles ligada (isto é, a capacidade de utilizar tais meios no trabalho) pressupõe estas riquezas e estes recursos do mundo visível, que o homem encontra, mas não cria. Ele encontra-os, em certo sentido, já prontos e preparados para serem descobertos pelo seu conhecimento e para serem utilizados corretamente no processo de produção. Em qualquer fase do desenvolvimento do seu trabalho, o homem depara com o fato da principal doação da parte da natureza, o que equivale a dizer, em última análise, da parte do Criador. No princípio do trabalho humano está o mistério da Criação. Esta afirmação, já indicada como ponto de partida, constitui o fio condutor do presente documento e será mais desenvolvida ainda, na parte final das presentes reflexões.

A consideração do mesmo problema, que se fará em seguida, há de confirmar-nos na convicção quanto à prioridade do trabalho humano no confronto com aquilo que, com o tempo, passou a ser habitual chamar-se capital. Com efeito, se no âmbito deste último conceito entram, além dos recursos da natureza postos à disposição do homem, também aquele conjunto de meios pelos quais o homem se apropria dos recursos da natureza, transformando-os à medida das suas necessidades (e deste modo, em algum sentido, humanizando-os), então há que fixar desde já a certeza de que tal conjunto de meios é o fruto do patrimônio histórico do trabalho humano. Todos os meios de produção, desde os mais primitivos até aos mais modernos, foi o homem que os elaborou: a experiência e a inteligência do homem. Deste modo foram aparecendo não só os instrumentos mais simples que servem para o cultivo da terra, mas também graças a um adequado progresso da ciência e da técnica os mais modernos e os mais complexos: as máquinas, as fábricas, os laboratórios e os computadores. Assim, tudo aquilo que serve para o trabalho, tudo aquilo que, no estado atual da técnica, constitui dele instrumento cada dia mais aperfeiçoado, é fruto do mesmo trabalho.

Esse instrumento gigantesco e poderoso qual é o conjunto dos meios de produção, considerados, até certo ponto, como sinónimo do capital nasceu do trabalho e é portador das marcas do trabalho humano. No presente estágio do avanço da técnica, o homem, que é o sujeito do trabalho, quando quer servir-se deste conjunto de instrumentos modernos, ou seja, dos meios de produção, deve começar por assimilar, no plano do conhecimento, o fruto do trabalho dos homens que descobriram tais instrumentos, que os projetaram, os construíram e aperfeiçoaram, e que continuam a fazê-lo. A capacidade de trabalho quer dizer, de participar eficazmente no processo moderno de produção exige uma preparação cada vez maior e, primeiro que tudo, uma instrução adequada. Obviamente, permanece fora de dúvidas que todos os homens que participam no processo de produção, mesmo no caso de executarem só aquele tipo de trabalho para o qual não são necessárias uma instrução particular e qualificações especiais, todos e cada um deles continuam sendo o verdadeiro sujeito eficiente, enquanto que o conjunto dos instrumentos, ainda os mais perfeitos, são única e exclusivamente instrumentos subordinados ao trabalho do homem.

Esta verdade, que pertence ao patrimônio estável da doutrina da Igreja, deve ser sempre sublinhada, em relação com o problema do sistema de trabalho e igualmente de todo o sistema sócio-econômico. É preciso acentuar e pôr em relevo o primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação às coisas. E tudo aquilo que está contido no conceito de capital, num sentido restrito do termo, é somente um conjunto de coisas. Ao passo que o homem, como sujeito do trabalho, independentemente do trabalho que faz, o homem, e só ele, é uma pessoa. Esta verdade contém em si consequências importantes e decisivas".

#### **Nota: 160**

Os parêntesis são nossos e seu conteúdo vem de LE 17, onde estas instituições são apresentadas com as que indiretamente oferecem trabalho.

**LE, 18:** "Ao considerar os direitos do homem do trabalho em relação com este dador de trabalho indireto, quer dizer, em relação com o conjunto das instituições que, a nível nacional e a nível internacional, são responsáveis por toda a orientação da política do trabalho, deve voltar-se a atenção antes de mais nada para um problema fundamental. Trata-se do problema de ter trabalho ou, por outras palavras, do problema de encontrar um emprego adaptado para todos aqueles sujeitos que são capazes de o ter. O contrário de uma situação justa e correta neste campo é o desemprego, isto é, a falta de lugares de trabalho para as pessoas que são capazes de trabalhar. E pode tratar-se de falta de trabalho em geral, ou então de falta de emprego em determinados setores do trabalho. O papel das aludidas instituições, que aqui são compreendidas sob a denominação de dador de trabalho indireto, é o de atuar contra o desemprego, que é sempre um mal e, quando chega a atingir determinadas dimensões, pode tornar-se uma verdadeira calamidade social. E o desemprego torna-se um problema particularmente doloroso quando são atingidos sobretudo os jovens que, depois de se terem preparado por meio de uma formação cultural, técnica e profissional apropriada, não conseguem um emprego e, com mágoa, vêem frustradas a sua vontade sincera de trabalhar e a sua disponibilidade para assumir a própria responsabilidade no desenvolvimento econômico e social da comunidade. A obrigação de conceder

fundos em favor dos desempregados, quer dizer, o dever de assegurar as subvenções indispensáveis para a subsistência dos desempregados e das suas famílias, é um dever que deriva do princípio fundamental da ordem moral neste campo, isto é, do princípio do uso comum dos bens ou, para exprimir o mesmo de maneira ainda mais simples do direito à vida e à subsistência.

Para fazer face ao perigo do desemprego e para garantir trabalho a todos, as instituições que acima foram definidas como dador de trabalho indireto devem prover a uma planificação global, que esteja em função daquele banco de trabalho diferenciado, junto do qual se plasma a vida, não apenas econômica, mas também cultural, de uma dada sociedade; elas devem dispensar atenção, ainda, à organização correta e racional do trabalho que se desenvolve em tal banco. Esta solicitude global, em última análise, pesara sobre os ombros do Estado, mas ela não pode significar uma centralização operada unilateralmente pelos poderes públicos. Trata-se, ao contrário, de uma coordenação justa e racional, no quadro da qual deve ficar garantida a iniciativa das pessoas, dos grupos livres, dos centros e dos complexos de trabalho locais, tendo em conta aquilo que foi dito acima a respeito do caráter subjetivo o trabalho humano.

O fato da dependência recíproca das diversas sociedades e dos diversos Estados, bem como a necessidade de colaboração em diversos domínios exigem que, embora mantendo os direitos soberanos de cada um deles no campo da planificação e da organização do trabalho a nível da própria sociedade, se aja ao mesmo tempo, neste setor importante, no quadro da colaboração internacional, mediante os tratados e os acordos necessários. Também aqui, é indispensável que o critério de tais tratados e acordos se torne cada vez mais o trabalho humano, entendido como um direito fundamental de todos os homens, trabalho que da a todos aqueles que trabalham direitos análogos, de tal maneira que o nível de vida dos homens do trabalho nas diversas sociedades seja cada vez menos marcado por aquelas diferenças chocantes que, com a sua injustiça, são suscetíveis de provocar violentas reações. As Organizações Internacionais têm tarefas imensas a desempenhar neste setor. E é necessário que elas se deixem guiar por uma diagnose exata da complexidade das situações, assim como dos condicionamentos naturais, históricos, sociais, etc.: é necessário, ainda, que elas, pelo que se refere aos planos de ação estabelecidos em comum, procurem ter a maior efetividade, isto é, eficácia na realização.

É em tal direção que se pode pôr em prática o plano de um progresso universal e harmonioso de todos, segundo o fio condutor da Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI. É necessário acentuar bem que o elemento constitutivo e, ao mesmo tempo, a verificação mais adequada de tal progresso no espírito de justiça e de paz, que a Igreja proclama e pelo qual não cessa de orar ao Pai de todos os homens e de todos os povos, é exatamente a revalorização contínua do trabalho humano, quer sob o aspecto da sua finalidade objetiva, quer sob o aspecto da dignidade do sujeito de todo o trabalho, que é o homem. O progresso de que se está falando aqui deve ser atuado pelo homem e para o homem e deve produzir frutos no homem. Uma verificação do mesmo progresso será o reconhecimento cada vez mais maturado da finalidade do trabalho e o respeito cada vez mais universal dos direitos a ele inerentes, em conformidade com a dignidade do homem, sujeito do trabalho.

Uma planificação racional e uma organização adequada do trabalho humano, à medida das diversas sociedades e dos diversos Estados, deveriam facilitar também a descoberta das justas proporções entre os vários tipos de atividades: o trabalho dos campos, o da indústria, o dos multiformes serviços, o trabalho de concepção intelectual e mesmo o científico ou artístico, segundo as capacidades de cada um dos homens e para o bem comum de todas as sociedades e de toda a humanidade. À organização da vida humana segundo as múltiplas possibilidades do trabalho deveria corresponder um sistema de instrução e de educação adaptado, que tivesse como finalidade, antes de mais nada, o desenvolvimento da humanidade e a sua maturidade, e também a formação específica necessária para ocupar de maneira rendosa um justo lugar no amplo e socialmente diferenciado banco de trabalho.

Lançando o olhar para a inteira família humana espalhada por toda a terra, não é possível ficar sem ser impressionado por um fato desconcertante de imensas proporções; ou seja, enquanto que por um lado importantes recursos da natureza permanecem inutilizados, há, por outro lado, massas imensas de desempregados e subempregados e multidões ingentes de famintos. É um fato que está demonstrando, sem dúvida alguma, que, tanto no interior de cada comunidade política como nas relações entre elas a nível continental e mundial pelo que diz respeito à organização do trabalho e do emprego existe alguma coisa que não está bem, e isso precisamente nos pontos mais críticos e mais importantes sob o aspecto social.

**17.** No conceito de dador de trabalho indireto entram as pessoas, as instituições de diversos tipos, bem como os contratos coletivos de trabalho e os princípios de comportamento, que, estabelecidos por essas pessoas ou instituições, determinam todo o sistema sócio-econômico ou dele resultam. O conceito de dador de trabalho indireto, deste modo, refere-se a elementos numerosos e variados. E a responsabilidade do dador de trabalho indireto é diferente da responsabilidade do dador de trabalho direto, como indicam os próprios termos: a responsabilidade é menos direta; mas permanece uma verdadeira responsabilidade, porquanto o dador de trabalho indireto determina substancialmente um e outro aspecto da relação de trabalho, e condiciona assim o comportamento do dador de trabalho direto, quando este último determina concretamente o contrato e as relações de trabalho. Uma verificação deste gênero não tem como finalidade o eximir este último da responsabilidade que lhe cabe, mas simplesmente chamar a atenção para todo o entrelaçado de condicionamentos que influem no seu comportamento. Quando se trata de instaurar uma política de trabalho correta, sob o ponto de vista ético, é necessário ter presentes todos esses condicionamentos. E essa política será correta quando forem plenamente respeitados os direitos objetivos do homem do trabalho.

O conceito de dador de trabalho indireto pode aplicar-se a todas e a cada uma das sociedades e, primeiro que tudo, ao Estado. É o Estado, efetivamente, que deve conduzir uma justa política do trabalho. É sabido, porém, que, no sistema atual das relações econômicas no mundo, se verificam múltiplas ligações entre os diversos Estados, ligações que se exprimem por exemplo no processar-se da importação e da exportação, isto é, na permuta recíproca dos bens econômicos, quer se trate de matérias-primas ou de produtos semi-elaborados, quer de produtos industriais já acabados. Tais processos criam também dependências recíprocas e, por conseguinte, seria difícil falar de plena auto-suficiência, quer dizer, de autarquia, seja para que Estado for, ainda que se tratasse do mais potente no sentido econômico.

Tal sistema de dependências recíprocas é em si mesmo normal; todavia, pode facilmente dar azo a diversas formas de exploração ou de injustiça e, por conseguinte, ter influência na política do trabalho dos Estados tomados singularmente e, em última análise, no trabalhador individual que é o sujeito próprio do trabalho. Por exemplo, os países altamente industrializados e, mais ainda, as empresas que em vasta escala superintendem nos meios de produção industrial (as chamadas sociedades multinacionais ou transnacionais), ditando os preços o mais alto possível para os seus produtos, procuram ao mesmo tempo fixar os custos mais baixos possível para as matérias-primas ou para os produtos semi-elaborados. Ora, isto, juntamente com outras causas, dá como resultado criar uma desproporção sempre crescente entre as rendas nacionais dos respectivos países. A distância entre a maior parte dos países ricos e os países mais pobres não diminui e não se dá a tendência para o nivelamento, mas aumenta cada vez mais, em detrimento, como é óbvio, destes últimos. Evidentemente que isto não deixa de ter os seus efeitos na política local do trabalho e na situação dos trabalhadores nas sociedades economicamente desfavorecidas. O dador direto de trabalho que se encontra num sistema semelhante de condicionamentos fixa as condições de trabalho abaixo das objetivas exigências dos trabalhadores, especialmente se ele próprio quer tirar os lucros mais elevados possíveis da empresa que dirige (ou das empresas que dirige, quando se trata de uma situação de propriedade socializada dos meios de produção).

Este quadro das dependências em relação com o conceito de dador indireto de trabalho, como é fácil deduzir, é muitíssimo amplo e complexo. Para o determinar deve tomar-se em consideração, em certo sentido, o conjunto dos elementos decisivos para a vida económica no contexto de uma dada sociedade ou Estado, ao mesmo tempo, porém, devem ter-se em conta ligações e dependências muito mais vastas. O fazer com que se tornem realidade os direitos do homem do trabalho, todavia, não pode ser condenado a constituir somente um elemento derivado dos sistemas económicos, os quais, em maior ou em menor escala, sejam guiados principalmente pelo critério do lucro máximo. E, pelo contrário, é precisamente a consideração dos direitos objetivos do homem do trabalho de todo tipo de trabalhador: braçal, intelectual, industrial, agrícola, etc. que deve constituir o critério adequado e fundamental para a formação de toda a economia, na dimensão tanto da economia de cada uma das sociedades e de cada um dos Estados, como no conjunto da política económica mundial e dos sistemas e das relações internacionais que derivam da mesma política.

É neste sentido que deveria exercitar-se a influência de todas as Organizações Internacionais que a isso são chamadas, a começar pela Organização das Nações Unidas (ONU). Parece terem a proporcionar novas contribuições particularmente quanto a isto a Organização Mundial do Trabalho (OIT), como também a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e outras ainda. E na contextura dos diferentes Estados existem ministérios e órgãos do poder público e também diversos organismos sociais, instituídos com esta finalidade. Tudo isto indica eficazmente a grande importância que tem como foi dito acima o dador de trabalho indireto, para se tornar realidade o pleno respeito dos direitos do homem do trabalho, porque os direitos da pessoa humana constituem o elemento-chave de toda a ordem moral social".

**Nota: 161**

**LE, 20:** "Com base em todos estes direitos, juntamente com a necessidade de os garantir por parte dos mesmos trabalhadores, surge ainda um outro direito: o direito de se associar, quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de sindicatos. Os interesses vitais dos homens do trabalho são até certo ponto comuns a todos; ao mesmo tempo, porém, cada espécie de trabalho, cada profissão, possui uma sua especificidade, que deveria encontrar nestas organizações de maneira particular o seu reflexo próprio. Os sindicatos têm os seus ascendentes, em certo sentido, já nas corporações artesanais da Idade Média, na medida em que tais organizações uniam entre si os homens que pertenciam ao mesmo ofício, isto é, agremiavam-nos em base ao trabalho que eles faziam. No entanto, os sindicatos também diferem dessas corporações neste ponto essencial: os modernos sindicatos cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus justos direitos, em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção. Constitui sua tarefa a defesa dos interesses existenciais dos trabalhadores em todos os setores em que entram em causa os seus direitos. A experiência histórica ensina que as organizações deste tipo são um elemento indispensável da vida social, especialmente nas modernas sociedades industrializadas. Isto, evidentemente, não significa que somente os trabalhadores da indústria possam constituir associações deste género. Os representantes de todas as profissões podem servir-se delas para garantir seus respectivos direitos. Existem, com efeito, os sindicatos dos agricultores e dos trabalhadores intelectuais; como existem também as organizações dos dadores de trabalho. Todos, como já foi dito acima, se subdividem em grupos e subgrupos segundo as particulares especializações profissionais.

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura de classe da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta luta deve ser compreendida como um empenho normal das pessoas em prol do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas não é uma luta contra os outros. Se ela assume um carácter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a luta pela luta, ou então para eliminar o antagonista. O trabalho tem como sua característica, antes de mais nada, unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. A luz desta estrutura fundamental de todo o trabalho à luz do fato de que, afinal, o trabalho e o capital são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social a união dos homens para se assegurarem os direitos que lhes cabem, nascida das exigências do trabalho, permanece um fator construtivo de ordem social e de solidariedade, fator do qual não é possível prescindir.

Os justos esforços para garantir os direitos dos trabalhadores, que se acham unidos pela mesma profissão devem ter sempre em conta limitações que impõe a situação económica geral do país. As exigências sindicais

não podem transformar-se numa espécie de egoísmo de grupo ou de classe, embora possam e devam também tender para corrigir no que respeita ao bem comum da inteira sociedade tudo aquilo que é defeituoso no sistema de propriedade dos meios de produção, ou no modo de os gerir e de dispor deles. A vida social e econômico-social é certamente como um sistema de vasos comunicantes, e todas e cada uma das atividades sociais, que tenham como finalidade salvaguardar os direitos dos grupos particulares, devem adaptar-se a tal sistema.

Neste sentido, a atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da política, entendida como uma prudente solicitude pelo bem comum. Ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de fazer política no sentido que hoje comumente se vai dando a esta expressão. Os sindicatos não têm o caráter de partidos políticos que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Com efeito, se for esta a situação, eles perdem facilmente o contato com aquilo que é o seu papel específico, que é o de garantirem os justos direitos dos homens do trabalho no quadro do bem comum de toda a sociedade, e, ao contrário, tornam-se um instrumento da luta para outros fins.

Ao falar da tutela dos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões, é preciso naturalmente ter sempre diante dos olhos aquilo de que depende o caráter subjetivo do trabalho em cada profissão; mas, ao mesmo tempo, ou primeiro que tudo, aquilo que condiciona a dignidade própria do sujeito do trabalho. E aqui apresentam-se múltiplas possibilidades para a ação das organizações sindicais, inclusive também para um seu empenho por coisas de caráter instrutivo, educativo e de promoção da auto-educação. A ação das escolas, das chamadas universidades operárias e populares, dos programas e dos cursos de formação, que desenvolveram e continuam ainda desenvolvendo atividades neste campo, é uma ação benemérita. Deve-se sempre desejar que, graças à ação dos seus sindicatos, o trabalhador não só possa ter mais, mas também e sobretudo possa ser mais; o que equívale a dizer, possa realizar mais plenamente a sua humanidade sob todos os aspectos.

Ao agirem em prol dos justos direitos dos seus membros, os sindicatos lançam mão também do método da greve, ou seja, da suspensão do trabalho, como de uma espécie de ultimatum dirigido aos órgãos competentes e, sobretudo, aos dadores de trabalho. É um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política. Além disso, não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralização da vida sócio-econômica; ora, isto é contrário às exigências do bem comum da sociedade, o qual também corresponde à natureza, entendida retamente, do mesmo trabalho".

#### **Nota:162**

**SRS, 38 e 39 e especialmente 40:** "É um caminho longo e complexo, e, além disso, encontra-se sob constante ameaça, quer pela intrínseca fragilidade dos desígnios e realizações humanas, quer pela mutabilidade das circunstâncias externas assaz imprevisíveis. Todavia, é preciso ter a coragem de enveredar por ele e, se já tiverem sido dados alguns passos, ou já tiver sido percorrida uma parte do trajeto, ir até o fim.

No contexto destas reflexões, a decisão de pôr-se a caminho ou de continuar a marcha comporta, antes de tudo, um valor moral que os homens e as mulheres que acreditam em Deus reconhecem como requerido pela vontade divina, único e verdadeiro fundamento de uma ética absolutamente vinculante.

É para desejar que mesmo os homens e as mulheres desprovidos de uma fé explícita venham a convencer-se de que os obstáculos interpostos ao desenvolvimento integral não são apenas de ordem econômica, mas dependem de atitudes mais profundas que, para o ser humano, se configuram em valores absolutos. Por isso, é de esperar que todos aqueles que em relação aos seus semelhantes são responsáveis, de uma maneira ou de outra, por uma vida mais humana, inspirados ou não por uma fé religiosa, se dêem plenamente conta da urgente necessidade de uma mudança das atitudes espirituais, que determinam o comportamento de cada homem naquilo que diz respeito a si mesmo e nas relações com o próximo, com as comunidades humanas, mesmo as mais distantes, e com a natureza; e isto em virtude de valores superiores, como o bem comum, ou, para repetir a feliz expressão da Encíclica *Populorum Progressio*, o pleno desenvolvimento do homem todo e de todos os homens.

Para os cristãos, como para todos aqueles que reconhecem o significado teológico preciso da palavra pecado, a mudança de comportamento, de mentalidade ou de maneira de ser chama-se, na linguagem bíblica, conversão (cf. Mc 1,15; Lc 13,3.5; Is 30,15). Esta conversão designa especificamente uma relação com Deus, com a culpa cometida e com as suas conseqüências; e, portanto, relação com o próximo, indivíduo ou comunidade. É Deus em cujas mãos estão os corações dos poderosos e os de todos os homens, que pode, segundo a sua própria promessa, transformar por obra do seu Espírito os corações de pedra em corações de carne (cf. Ez 36,26).

No caminho da desejada conversão, rumo à superação dos obstáculos morais para o desenvolvimento, pode-se já apontar, como valor positivo e moral, a consciência crescente da interdependência entre os homens e as nações. O fato de os homens e as mulheres, em várias partes do mundo, sentirem como próprias as injustiças e as violações dos direitos humanos cometidas em países longínquos, que talvez nunca visitem, é mais um sinal de uma realidade interiorizada na consciência, adquirindo assim uma conotação moral.

Trata-se antes de tudo da interdependência apreendida como sistema determinante de relações no mundo contemporâneo, com as suas componentes econômica, cultural, política e religiosa e assumida como categoria moral. Quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta correlativa, como atitude moral e social e como virtude, é a solidariedade. Esta, portanto, não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos. Esta determinação está fundada na firme convicção de que as causas que entravam o desenvolvimento integral são aquela avidez do lucro e aquela sede do poder de que se falou. Estas atitudes e estas estruturas de pecado só poderão ser vencidas pressupondo o auxílio da

graça divina com uma atitude diametralmente oposta: a aplicação em prol do bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para perder-se em benefício do próximo em vez de o explorar, e para servi-lo em vez de o oprimir para proveito próprio (cf. Mt 10,40-42; 20,25; Mc 10,42-45; Lc 22,25-27)".

**39.** A prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispendo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, não de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros.

Sinais positivos no mundo contemporâneo são, ainda, a maior consciência de solidariedade dos pobres entre si, as suas intervenções de apoio recíproco e as manifestações públicas no cenário social sem recorrer à violência, mas tornando presentes as próprias necessidades e os próprios direitos perante a ineficácia e a corrupção dos poderes públicos. Em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, a Igreja sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres, a discernir a justiça das suas solicitações e a contribuir para as satisfazer, sem perder de vista o bem dos grupos no quadro do bem comum.

O mesmo critério aplica-se, por analogia, nas relações internacionais. A interdependência deve transformar-se em solidariedade, fundada sobre o princípio de que os bens da criação são destinados a todos: aquilo que a indústria humana produz, com a transformação das matérias-primas e com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos.

Superando os imperialismos de todo gênero e os desígnios de conservar a própria hegemonia, as nações mais fortes e mais dotadas devem sentir-se moralmente responsáveis pelas outras, a fim de ser instaurado um verdadeiro sistema internacional que se apóie no fundamento da igualdade de todos os povos e seja regido pelo indispensável respeito das suas legítimas diferenças. Os países economicamente mais débeis, ou que se encontram nos limites da sobrevivência, com a assistência dos outros povos e da comunidade internacional, não de ser postos em condições de dar também eles uma contribuição para o bem comum, mediante os seus tesouros de humanidade e de cultura que, de outro modo, se perderiam para sempre.

A solidariedade ajuda-nos a ver o outro pessoa, povo ou nação não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso semelhante, um auxílio (cf. Gn 2,18.20), que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus. Daqui a importância de despertar a consciência religiosa dos homens e dos povos.

Assim, a exploração, a opressão e o aniquilamento dos outros são excluídos. Estes fatos, na divisão atual do mundo em blocos contrapostos, vão confluir no perigo de guerra e na preocupação excessiva pela própria segurança, muitas vezes à custa da autonomia, da livre decisão e da própria integridade territorial das nações mais débeis, que estão abrangidas nas camadas zonas de influência ou nos cinturões de segurança.

As estruturas de pecado e os pecados que nelas vão convergir opõem-se com igual radicalidade à paz e ao desenvolvimento, porque o desenvolvimento, na conhecida expressão da Encíclica de Paulo VI, é o novo nome da paz.

Deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. Com efeito, a paz do mundo é inconcebível se não se chegar, por parte dos responsáveis, ao reconhecimento de que a interdependência exige por si mesma a superação da política dos blocos, a renúncia a todas as formas de imperialismo econômico, militar ou político, e a transformação da recíproca desconfiança em colaboração. Esta última, precisamente, é o procedimento próprio da solidariedade entre os indivíduos e entre as nações.

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era *Opus iustitiae pax*: a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (cf. Is 32,17; Tg 3,18), *Opus solidaritatis pax*: a paz é fruto da solidariedade.

A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, unidos, construirmos, dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor.

**40.** A solidariedade é indubitavelmente uma virtude cristã. Na exposição que precede já foi possível entrever numerosos pontos de contato entre ela e a caridade, sinal distintivo dos discípulos de Cristo (cf. Jo 13,35).

À luz da fé, a solidariedade tende a superar-se a si mesma, a revestir-se das dimensões especificamente cristãs da gratuidade total, do perdão e da reconciliação. O próximo, então, não é só um ser humano com os seus direitos e a sua igualdade fundamental em relação a todos os demais; mas torna-se a imagem viva de Deus Pai, resgatada pelo sangue de Jesus Cristo e tornada objeto da ação permanente do Espírito Santo. Por isso, ele deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que o ama o Senhor; e é preciso estarmos dispostos ao sacrifício por ele, mesmo ao sacrifício supremo: dar a vida pelos próprios irmãos (cf. 1Jo 3,1-6).

E então, a consciência da paternidade comum de Deus, da fraternidade de todos os homens em Cristo, filhos no Filho, e da presença e da ação vivificante do Espírito Santo conferirá ao nosso olhar para o mundo como que um novo critério para o interpretar. Por cima dos vínculos humanos e naturais, já tão fortes e estreitos, delineia-se, à luz da fé, um novo modelo de unidade do gênero humano, no qual deve inspirar-se em última instância a solidariedade. Este supremo modelo de unidade, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três Pessoas, é o que nós cristãos designamos com a palavra *comunhão*. Esta *comunhão*, especificamente cristã, ciosamente preservada, alargada e enriquecida com o auxílio do Senhor, é a alma da vocação da Igreja para ser sacramento, no sentido já indicado.

A solidariedade, portanto, deve contribuir para a realização deste designio divino, tanto no plano individual como no da sociedade nacional e internacional. Os mecanismos perversos e as estruturas de pecado, de que falamos, só poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente. Só desta maneira muitas energias positivas poderão soltar-se inteiramente, em prol do desenvolvimento e da paz.

Muitos santos canonizados pela Igreja oferecem admiráveis testemunhos desta solidariedade e podem servir de exemplo nas difíceis circunstâncias atuais. Entre todos, quereria recordar: São Pedro Claver, que se pôs ao

serviço dos escravos, em Cartagena das Índias; e São Maximiliano Maria Kolbe, que ofereceu a sua vida em favor de um prisioneiro que lhe era desconhecido, no campo de concentração de Auschwitz-Oswiecim”.

**Nota:163**

A Laboren exercens, 14, ao tratar do “Trabalho e Propriedade” declara “inaceitável a posição do Capitalismo ‘rígido’, que defende o direito exclusivo da propriedade privada dos meios de produção como ‘dogma’ intocável na vida econômica”, e alude às proposições da Doutrina Social Católica que dizem respeito à “co-propriedade dos meios de trabalho, a participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas”. Logo mais adiante propõe associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital.

**LE, 14:** “O processo histórico aqui brevemente apresentado que sem dúvida já saiu da sua fase inicial, mas continua ainda e tende mesmo a se tornar extensivo às relações entre nações e continentes, exige um esclarecimento também sob um outro ponto de vista. Quando se fala da antinomia entre trabalho e capital não se trata, como é evidente, apenas de conceitos abstratos e de forças anônimas que agem na produção econômica. Por detrás de um e de outro dos dois conceitos, há homens, os homens vivos e concretos. De um lado, aqueles que executam o trabalho sem serem proprietários dos meios de produção; e do outro lado, aqueles que desempenham a função de patrões e empresários e que são os proprietários de tais meios, ou então representam os proprietários. E assim, portanto, vem inserir-se no conjunto deste difícil processo histórico, desde o início, o problema da propriedade. A Encíclica Rerum Novarum, que tem por tema a questão social, põe em realce também este problema, recordando e confirmando a doutrina da Igreja sobre a propriedade e sobre o direito de propriedade privada, mesmo quando se trata dos meios de produção. E a Encíclica Mater et Magistra fez a mesma coisa.

O princípio a que se alude, conforme foi então recordado e como continua sendo ensinado pela Igreja, diverge radicalmente do programa do coletivismo, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo, nos decênios que se seguiram à publicação da Encíclica de Leão XIII. E, ao mesmo tempo, ele difere também do programa do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo. Neste segundo caso, a diferença esta na maneira de compreender o direito de propriedade, precisamente. A tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens.

Por outras palavras, a propriedade, segundo o ensino da Igreja, nunca foi entendida de maneira a poder constituir um motivo de contraste social no trabalho. Conforme já foi recordado acima, a propriedade adquire-se primeiro que tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho. E isto diz respeito, de modo particular, à propriedade dos meios de produção. Considerá-los isoladamente, como um conjunto à parte de propriedades, com o fim de os contrapor, sob a forma do capital, ao trabalho e, mais ainda, com o fim de explorar o trabalho, é contrário à própria natureza de tais meios e à da sua posse. Estes não podem ser possuídos contra o trabalho, como não podem ser possuídos para possuir, porque o único título legítimo para a sua posse e isto tanto sob a forma da propriedade privada, como sob a forma da propriedade pública ou coletiva é que eles sirvam ao trabalho; e que, conseqüentemente, servindo ao trabalho, tornem possível a realização do primeiro princípio desta ordem, que é a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. Sob este ponto de vista, em consideração do trabalho humano e do acesso comum aos bens destinados ao homem, é também para não se excluir a socialização, dando-se as condições oportunas, de certos meios de produção. No espaço dos decênios que nos separam da publicação da Encíclica Rerum Novarum, o ensino da Igreja tem vindo sempre recordar todos estes princípios, remontando aos argumentos formulados numa tradição bem mais antiga, por exemplo, aos conhecidos argumentos da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino.

No presente documento, que tem por tema principal o trabalho humano, convém confirmar todo o esforço com o qual o ensino da Igreja sobre a propriedade sempre procurou e procura assegurar o primado do trabalho e, por isso mesmo, a subjetividade do homem na vida social e, especialmente, na estrutura dinâmica de todo o processo econômico. Deste ponto de vista, continua sendo inaceitável a posição do capitalismo rígido, que defende o direito exclusivo da propriedade privada dos meios de produção, como um dogma intocável na vida econômica. O princípio do respeito do trabalho exige que tal direito seja submetido a uma revisão construtiva, tanto em teoria como na prática. Com efeito, se é verdade que o capital entendido como o conjunto dos meios de produção é ao mesmo tempo o produto do trabalho de gerações, também é verdade que ele se cria incessantemente graças ao trabalho efetuado com a ajuda do mesmo conjunto dos meios de produção, que aparecem então como um grande banco de trabalho, junto do qual, dia a dia, a presente geração dos trabalhadores desenvolve a própria atividade. Trata-se aqui, como é óbvio, das diversas espécies de trabalho, não somente do trabalho chamado manual, mas também das várias espécies de trabalho intelectual, desde o trabalho de concepção até ao de direção.

Sob esta luz, as numerosas proposições enunciadas pelos peritos da doutrina social católica e também pelo supremo Magistério da Igreja adquirem um significado de particular relevo. Trata-se de proposições que dizem respeito à compropriedade dos meios de trabalho, à participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas, o chamado acionariado do trabalho, e coisas semelhantes. Independentemente da aplicabilidade concreta destas diversas proposições, permanece algo evidente que o reconhecimento da posição justa do trabalho e do homem do trabalho no processo de produção exige várias adaptações, mesmo no âmbito do direito da propriedade dos meios de produção. Ao dizer isto, tomam-se em consideração, não só as situações mais antigas, mas também e antes de mais nada a realidade e a problemática que se criaram na segunda metade deste século, pelo que se refere ao Terceiro Mundo e aos diversos novos países independentes que foram aparecendo especialmente na África, mas também em outras latitudes no lugar dos territórios coloniais de outrora.

Se, por conseguinte, a posição do capitalismo rígido tem de ser continuamente submetida a uma revisão, no intuito de uma reforma sob o aspecto dos direitos do homem, entendidos no seu sentido mais amplo e nas suas relações com o trabalho, então, sob o mesmo ponto de vista, deve afirmar-se que estas reformas múltiplas e tão desejadas não podem ser realizadas com a eliminação apriorística da propriedade privada dos meios de produção. Convém, efetivamente, observar que o simples fato de subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para os socializar de maneira satisfatória. Assim, eles

deixam de ser a propriedade de um determinado grupo social, os proprietários privados, para se tornarem propriedade da sociedade organizada, passando a estar sob a administração e a fiscalização diretas de um outro grupo de pessoas que, embora não tendo a propriedade, em virtude do poder que exercem na sociedade, dispõem deles a nível da inteira economia nacional, ou então a nível da economia local.

Este grupo dirigente e responsável pode desempenhar-se das suas funções de maneira satisfatória, do ponto de vista do primado do trabalho; mas pode também cumpri-las mal, reivindicando, ao mesmo tempo, para si o monopólio da administração e da disposição dos meios de produção, sem se deter quanto a isso nem sequer diante da ofensa aos direitos fundamentais do homem. Deste modo, pois, o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, não significa só por si, certamente, a socialização desta propriedade. Poder-se-á falar de socialização somente quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade, quer dizer, quando cada um dos que a compõem, com base no próprio trabalho, tiver garantido o pleno direito a considerar-se comproprietário do grande banco de trabalho em que se empenha juntamente com todos os demais. E um dos caminhos para alcançar tal objetivo poderia ser o de associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital e dar possibilidades de vida a uma série de corpos intermediários com finalidades econômicas, sociais e culturais: corpos estes que não de usufruir de uma efetiva autonomia em relação aos poderes públicos e que não de procurar conseguir os seus objetivos específicos mantendo entre si relações de leal colaboração recíproca, subordinadamente às exigências do bem comum, e que não de, ainda, apresentar-se sob a forma e com a substância de uma comunidade viva; quer dizer, de maneira a que neles os respectivos membros sejam considerados e tratados como pessoas e estimulados a tomar parte ativa na sua vida”.

**Nota:164**

**SRS, 38 e 39, especialmente 40:** “É um caminho longo e complexo, e, além disso, encontra-se sob constante ameaça, quer pela intrínseca fragilidade dos desígnios e realizações humanas, quer pela mutabilidade das circunstâncias externas assaz imprevisíveis. Todavia, é preciso ter a coragem de enveredar por ele e, se já tiverem sido dados alguns passos, ou já tiver sido percorrida uma parte do trajeto, ir até o fim.

No contexto destas reflexões, a decisão de pôr-se a caminho ou de continuar a marcha comporta, antes de tudo, um valor moral que os homens e as mulheres que acreditam em Deus reconhecem como requerido pela vontade divina, único e verdadeiro fundamento de uma ética absolutamente vinculante.

É para desejar que mesmo os homens e as mulheres desprovidos de uma fé explícita venham a convencer-se de que os obstáculos interpostos ao desenvolvimento integral não são apenas de ordem econômica, mas dependem de atitudes mais profundas que, para o ser humano, se configuram em valores absolutos. Por isso, é de esperar que todos aqueles que em relação aos seus semelhantes são responsáveis, de uma maneira ou de outra, por uma vida mais humana, inspirados ou não por uma fé religiosa, se dêem plenamente conta da urgente necessidade de uma mudança das atitudes espirituais, que determinam o comportamento de cada homem naquilo que diz respeito a si mesmo e nas relações com o próximo, com as comunidades humanas, mesmo as mais distantes, e com a natureza; e isto em virtude de valores superiores, como o bem comum, ou, para repetir a feliz expressão da Encíclica *Populorum Progressio*, o pleno desenvolvimento do homem todo e de todos os homens.

Para os cristãos, como para todos aqueles que reconhecem o significado teológico preciso da palavra pecado, a mudança de comportamento, de mentalidade ou de maneira de ser chama-se, na linguagem bíblica, conversão (cf. Mc 1,15; Lc 13,3.5; Is 30,15). Esta conversão designa especificamente uma relação com Deus, com a culpa cometida e com as suas conseqüências; e, portanto, relação com o próximo, indivíduo ou comunidade. É Deus em cujas mãos estão os corações dos poderosos e os de todos os homens, que pode, segundo a sua própria promessa, transformar por obra do seu Espírito os corações de pedra em corações de carne (cf. Ez 36,26).

No caminho da desejada conversão, rumo à superação dos obstáculos morais para o desenvolvimento, pode-se já apontar, como valor positivo e moral, a consciência crescente da interdependência entre os homens e as nações. O fato de os homens e as mulheres, em várias partes do mundo, sentirem como próprias as injustiças e as violações dos direitos humanos cometidas em países longínquos, que talvez nunca visitem, é mais um sinal de uma realidade interiorizada na consciência, adquirindo assim uma conotação moral.

Trata-se antes de tudo da interdependência apreendida como sistema determinante de relações no mundo contemporâneo, com as suas componentes econômica, cultural, política e religiosa e assumida como categoria moral. Quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta correlativa, como atitude moral e social e como virtude, é a solidariedade. Esta, portanto, não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos. Esta determinação está fundada na firme convicção de que as causas que entravam o desenvolvimento integral são aquela avidez do lucro e aquela sede do poder de que se falou. Estas atitudes e estas estruturas de pecado só poderão ser vencidas pressupondo o auxílio da graça divina com uma atitude diametralmente oposta: a aplicação em prol do bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para perder-se em benefício do próximo em vez de o explorar, e para servi-lo em vez de o oprimir para proveito próprio (cf. Mt 10,40-42; 20,25; Mc 10,42-45; Lc 22,25-27).

**39.** A prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispendo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, não de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros.

Sinais positivos no mundo contemporâneo são, ainda, a maior consciência de solidariedade dos pobres entre si, as suas intervenções de apoio recíproco e as manifestações públicas no cenário social sem recorrer à violência, mas tornando presentes as próprias necessidades e os próprios direitos perante a ineficácia e a corrupção dos poderes públicos. Em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, a Igreja sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres, a discernir a justiça das suas solicitações e a contribuir para as satisfazer, sem perder de vista o bem dos grupos no quadro do bem comum.

O mesmo critério aplica-se, por analogia, nas relações internacionais. A interdependência deve transformar-se em solidariedade, fundada sobre o princípio de que os bens da criação são destinados a todos: aquilo que a indústria humana produz, com a transformação das matérias-primas e com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos.

Superando os imperialismos de todo gênero e os desígnios de conservar a própria hegemonia, as nações mais fortes e mais dotadas devem sentir-se moralmente responsáveis pelas outras, a fim de ser instaurado um verdadeiro sistema internacional que se apoie no fundamento da igualdade de todos os povos e seja regido pelo indispensável respeito das suas legítimas diferenças. Os países economicamente mais débeis, ou que se encontram nos limites da sobrevivência, com a assistência dos outros povos e da comunidade internacional, não de ser postos em condições de dar também eles uma contribuição para o bem comum, mediante os seus tesouros de humanidade e de cultura que, de outro modo, se perderiam para sempre.

A solidariedade ajuda-nos a ver o outro pessoa, povo ou nação não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso semelhante, um auxílio (cf. Gn 2,18.20), que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus. Daqui a importância de despertar a consciência religiosa dos homens e dos povos.

Assim, a exploração, a opressão e o aniquilamento dos outros são excluídos. Estes fatos, na divisão atual do mundo em blocos contrapostos, vão confluir no perigo de guerra e na preocupação excessiva pela própria segurança, muitas vezes à custa da autonomia, da livre decisão e da própria integridade territorial das nações mais débeis, que estão abrangidas nas camadas zonas de influência ou nos cinturões de segurança.

As estruturas de pecado e os pecados que nelas vão convergir opõem-se com igual radicalidade à paz e ao desenvolvimento, porque o desenvolvimento, na conhecida expressão da Encíclica de Paulo VI, é o novo nome da paz.

Deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. Com efeito, a paz do mundo é inconcebível se não se chegar, por parte dos responsáveis, ao reconhecimento de que a interdependência exige por si mesma a superação da política dos blocos, a renúncia a todas as formas de imperialismo econômico, militar ou político, e a transformação da recíproca desconfiança em colaboração. Esta última, precisamente, é o procedimento próprio da solidariedade entre os indivíduos e entre as nações.

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era *Opus iustitiae pax*: a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (cf. Is 32,17; Tg 3,18), *Opus solidaritatis pax*: a paz é fruto da solidariedade.

A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, unidos, construirmos, dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor.

**40.** A solidariedade é indubitavelmente uma virtude cristã. Na exposição que precede já foi possível entrever numerosos pontos de contato entre ela e a caridade, sinal distintivo dos discípulos de Cristo (cf. Jo 13,35).

A luz da fé, a solidariedade tende a superar-se a si mesma, a revestir-se das dimensões especificamente cristãs da gratuidade total, do perdão e da reconciliação. O próximo, então, não é só um ser humano com os seus direitos e a sua igualdade fundamental em relação a todos os demais; mas torna-se a imagem viva de Deus Pai, resgatada pelo sangue de Jesus Cristo e tornada objeto da ação permanente do Espírito Santo. Por isso, ele deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que o ama o Senhor; e é preciso estarmos dispostos ao sacrifício por ele, mesmo ao sacrifício supremo: dar a vida pelos próprios irmãos (cf. 1Jo 3,1-6).

E então, a consciência da paternidade comum de Deus, da fraternidade de todos os homens em Cristo, filhos no Filho, e da presença e da ação vivificante do Espírito Santo conferirá ao nosso olhar para o mundo como que um novo critério para o interpretar. Por cima dos vínculos humanos e naturais, já tão fortes e estreitos, delineia-se, à luz da fé, um novo modelo de unidade do gênero humano, no qual deve inspirar-se em última instância a solidariedade. Este supremo modelo de unidade, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três Pessoas, é o que nós cristãos designamos com a palavra *comunhão*. Esta *comunhão*, especificamente cristã, ciosamente preservada, alargada e enriquecida com o auxílio do Senhor, é a alma da vocação da Igreja para ser sacramento, no sentido já indicado.

A solidariedade, portanto, deve contribuir para a realização deste designio divino, tanto no plano individual como no da sociedade nacional e internacional. Os mecanismos perversos e as estruturas de pecado, de que falamos, só poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente. Só desta maneira muitas energias positivas poderão soltar-se inteiramente, em prol do desenvolvimento e da paz.

Muitos santos canonizados pela Igreja oferecem admiráveis testemunhos desta solidariedade e podem servir de exemplo nas difíceis circunstâncias atuais. Entre todos, quereria recordar: São Pedro Claver, que se pôs ao serviço dos escravos, em Cartagena das Índias; e São Maximiliano Maria Kolbe, que ofereceu a sua vida em favor de um prisioneiro que lhe era desconhecido, no campo de concentração de Auschwitz-Oswiecim".

#### **Nota:165**

**LE, 20:** "Com base em todos estes direitos, juntamente com a necessidade de os garantir por parte dos mesmos trabalhadores, surge ainda um outro direito: o direito de se associar, quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de sindicatos. Os interesses vitais dos homens do trabalho são até certo ponto comuns a todos; ao mesmo tempo, porém, cada espécie de trabalho, cada profissão, possui uma sua especificidade, que deveria encontrar nestas organizações de maneira particular o seu reflexo próprio. Os sindicatos têm os seus ascendentes, em certo sentido, já nas corporações artesanais da Idade Média, na medida em que tais organizações uniam entre si os homens que pertenciam ao mesmo ofício, isto é, agremiavam-nos em base ao trabalho que eles faziam. No entanto, os sindicatos também diferem dessas corporações neste ponto essencial: os modernos sindicatos cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus justos direitos, em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção. Constitui sua tarefa a defesa dos interesses existenciais dos trabalhadores em todos os setores em que entram em causa os seus direitos. A



experiência histórica ensina que as organizações deste tipo são um elemento indispensável da vida social, especialmente nas modernas sociedades industrializadas. Isto, evidentemente, não significa que somente os trabalhadores da indústria possam constituir associações deste gênero. Os representantes de todas as profissões podem servir-se delas para garantir seus respectivos direitos. Existem, com efeito, os sindicatos dos agricultores e dos trabalhadores intelectuais; como existem também as organizações dos dadores de trabalho. Todos, como já foi dito acima, se subdividem em grupos e subgrupos segundo as particulares especializações profissionais.

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura de classe da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta luta deve ser compreendida como um empenho normal das pessoas em prol do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas não é uma luta contra os outros. Se ela assume um caráter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a luta pela luta, ou então para eliminar o antagonista. O trabalho tem como sua característica, antes de mais nada, unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. A luz desta estrutura fundamental de todo o trabalho à luz do fato de que, afinal, o trabalho e o capital são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social a união dos homens para se assegurarem os direitos que lhes cabem, nascida das exigências do trabalho, permanece um fator construtivo de ordem social e de solidariedade, fator do qual não é possível prescindir.

Os justos esforços para garantir os direitos dos trabalhadores, que se acham unidos pela mesma profissão devem ter sempre em conta limitações que impõe a situação econômica geral do país. As exigências sindicais não podem transformar-se numa espécie de egoísmo de grupo ou de classe, embora possam e devam também tender para corrigir no que respeita ao bem comum da inteira sociedade tudo aquilo que é defeituoso no sistema de propriedade dos meios de produção, ou no modo de os gerir e de dispor deles. A vida social e econômico-social é certamente como um sistema de vasos comunicantes, e todas e cada uma das atividades sociais, que tenham como finalidade salvaguardar os direitos dos grupos particulares, devem adaptar-se a tal sistema.

Neste sentido, a atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da política, entendida como uma prudente solicitude pelo bem comum. Ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de fazer política no sentido que hoje comumente se vai dando a esta expressão. Os sindicatos não têm o caráter de partidos políticos que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Com efeito, se for esta a situação, eles perdem facilmente o contato com aquilo que é o seu papel específico, que é o de garantirem os justos direitos dos homens do trabalho no quadro do bem comum de toda a sociedade, e, ao contrário, tornam-se um instrumento da luta para outros fins.

Ao falar da tutela dos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões, é preciso naturalmente ter sempre diante dos olhos aquilo de que depende o caráter subjetivo do trabalho em cada profissão; mas, ao mesmo tempo, ou primeiro que tudo, aquilo que condiciona a dignidade própria do sujeito do trabalho. E aqui apresentam-se múltiplas possibilidades para a ação das organizações sindicais, inclusive também para um seu empenho por coisas de caráter instrutivo, educativo e de promoção da auto-educação. A ação das escolas, das chamadas universidades operárias e populares, dos programas e dos cursos de formação, que desenvolveram e continuam ainda desenvolvendo atividades neste campo, é uma ação benemérita. Deve-se sempre desejar que, graças à ação dos seus sindicatos, o trabalhador não só possa ter mais, mas também e sobretudo possa ser mais; o que equivale a dizer, possa realizar mais plenamente a sua humanidade sob todos os aspectos.

Ao agirem em prol dos justos direitos dos seus membros, os sindicatos lançam mão também do método da greve, ou seja, da suspensão do trabalho, como de uma espécie de ultimatum dirigido aos órgãos competentes e, sobretudo, aos dadores de trabalho. É um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política. Além disso, não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralização da vida sócio-econômica; ora, isto é contrário às exigências do bem comum da sociedade, o qual também corresponde à natureza, entendida retamente, do mesmo trabalho."

#### **Nota:166**

**LE, 20:** "Ao agirem em prol dos justos direitos dos seus membros, os sindicatos lançam mão *também do método da 'greve'*, ou seja, da suspensão do trabalho, como de uma espécie de 'ultimatum' dirigido aos órgãos competentes e, sobretudo, aos dadores de trabalho. É um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado *o direito à greve*, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. *Não se pode abusar dele;* e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política. Além disso, não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralização da vida sócio-econômica; ora isto é contrário às exigências do bem comum da sociedade, o qual também corresponde à natureza, entendida rectamente, do mesmo trabalho".

**Nota:167**

**LE, 20:** “A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura ‘de classe’ da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um *expoente da luta pela justiça social*, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta ‘luta’ deve ser compreendida como um empenhamento normal das pessoas ‘em prol’ do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas *não é uma luta ‘contra’ os outros*.”

Se ela assume um carácter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a ‘luta’ pela luta, ou então para eliminar o antagonista. O trabalho tem como sua característica, antes de mais nada, unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. A luz *desta estrutura fundamental* de todo o trabalho – à luz do facto de que, afinal, o ‘trabalho’ e o ‘capital’ são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social – a união dos homens para se assegurarem os direitos que lhes cabem, nascida das exigências do trabalho, permanece um factor construtivo de *ordem social* e de *solidariedade*, factor do qual não é possível prescindir”.

**Nota:168**

**SRS, 19:** “Há outro fenómeno, também ele típico do período mais recente embora não se encontre em toda parte que é sem dúvida igualmente indicativo da interdependência existente entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos. É a questão da dívida internacional, a que a Pontifícia Comissão *Justitia et Pax*, há pouco, consagrou um documento.

Não se poderia aqui deixar em silêncio a estreita relação entre este problema, cuja gravidade crescente já tinha sido prevista pela *Populorum Progressio*, e a questão do desenvolvimento dos povos.

A razão que levou os povos em vias de desenvolvimento a aceitarem a oferta de abundantes capitais disponíveis foi a esperança de os poderem empregar em atividades de desenvolvimento. Por conseguinte, a disponibilidade dos capitais e o fato de os aceitar a título de empréstimo podem considerar-se uma contribuição para o próprio desenvolvimento o que é desejável e legítimo em si, embora talvez imprudente e, nalguns casos, precipitado.

Tendo mudado as circunstâncias, tanto nos países endividados como no mercado financeiro internacional, o instrumento escolhido para dar uma ajuda ao desenvolvimento transformou-se num mecanismo contraproducente. E isto quer porque os países devedores, para satisfazerem os compromissos da dívida, se vêem obrigados a exportar os capitais que seriam necessários para aumentar ou pelo menos para manter o seu nível de vida, quer porque, pela mesma razão, eles não podem obter novos financiamentos igualmente indispensáveis.

Por força deste mecanismo, o meio destinado ao desenvolvimento dos povos tornou-se um freio e, em certos casos, até mesmo uma acentuação do subdesenvolvimento.

Estas verificações devem levar a refletir como diz o recente documento da Pontifícia Comissão *Justitia et Pax* sobre o caráter ético da interdependência dos povos; e, para permanecer na linha das presentes considerações, também sobre as exigências e as condições da cooperação para o desenvolvimento, inspiradas igualmente em princípios éticos”.

**Nota:169**

**LE, 24:** “A última parte das presentes reflexões sobre o tema do trabalho humano, a propósito do 90º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*, convém dedicá-la à espiritualidade do trabalho no sentido cristão da expressão. Dado que o trabalho na sua dimensão subjetiva é sempre uma ação pessoal, *actus personae*, daí se segue que é o homem todo que nele participa, com seu corpo e seu espírito, independentemente do fato de ser um trabalho manual ou intelectual. E é também ao homem todo que é dirigida a Palavra do Deus vivo, a mensagem evangélica da Salvação, na qual se encontram muitos ensinamentos como que luzes particulares concernentes ao trabalho humano. Ora, é necessária uma assimilação adequada de tais ensinamentos; é preciso o esforço interior do espírito humano, guiado pela fé, pela esperança e pela caridade, para dar ao trabalho do homem concreto, com a ajuda desses ensinamentos, aquele sentido que ele tem aos olhos de Deus, e mediante o qual o mesmo trabalho entra na obra da salvação conjuntamente com as suas tramas e componentes ordinárias e, ao mesmo tempo, muito importantes.

Se a Igreja considera como seu dever pronunciar-se a respeito do trabalho, do ponto de vista do seu valor humano e da ordem moral em que ele está abrangido, e se ela reconhece nisso uma sua tarefa importante incluída no serviço que presta à inteira mensagem evangélica, a mesma Igreja vê simultaneamente um seu dever particular na promoção de uma espiritualidade do trabalho, suscetível de ajudar todos os homens a aproximarem-se de Deus, Criador e Redentor, através dele, e a participarem nos seus designios salvíficos quanto ao homem e ao mundo, e a aprofundarem na sua vida a amizade com Cristo, assumindo mediante a fé uma participação viva na sua tríplice missão: de Sacerdote, de Profeta e de Rei, como ensina, usando expressões admiráveis, o Concílio Vaticano II”.

**Nota:170**

**Gn 2,2-3:** “No sétimo dia, Deus terminou todo o seu trabalho; e no sétimo dia, ele descansou de todo o seu trabalho. Deus então abençoou e santificou o sétimo dia, porque foi nesse dia que Deus descansou de todo o seu trabalho como criador”.

**Nota:171**

**LE, 26:** “Esta verdade, segundo a qual o homem, mediante o trabalho, participa na obra do próprio Deus, seu Criador, foi particularmente posta em relevo por Jesus Cristo, aquele Jesus de quem muitos dos seus primeiros ouvintes em Nazaré ficavam admirados e exclamavam: Donde lhe veio tudo isso? E que sabedoria é essa que lhe foi dada?... Porventura não é este o carpinteiro...?. Com efeito, Jesus não só proclamava, mas sobretudo punha em prática com as obras o Evangelho que lhe tinha sido confiado, a Palavra da Sabedoria eterna. Por esta razão, tratava-se verdadeiramente do evangelho do trabalho, pois aquele que o proclamava era ele próprio homem do trabalho, do trabalho artesanal como José de Nazaré. E ainda que não encontremos nas suas

palavras o preceito especial de trabalhar, e sim, até mesmo, uma vez, a proibição de se preocupar de maneira excessiva com o trabalho e com os meios para viver contudo, ao mesmo tempo, a eloquência da vida de Cristo é inequívoca: ele pertence ao mundo do trabalho e tem apreço e respeito pelo trabalho humano; pode-se mesmo dizer mais: ele encara com amor este trabalho, bem como as suas diversas expressões, vindo em cada uma delas uma linha particular da semelhança do homem com Deus, Criador e Pai. Não foi ele, porventura, que disse Meu Pai é o agricultor..., transpondo de diversas maneiras para o seu ensino aquela verdade fundamental sobre o trabalho que já se encontra expressa em toda a tradição do Antigo Testamento, a começar pelo Livro do Gênesis?

Nos Livros do Antigo Testamento não faltam freqüentes referências ao trabalho humano, assim como às diversas profissões exercidas pelo homem; assim, por exemplo: ao médico, ao farmacêutico, ao artesão-artista ao artífice do ferro esta expressão poder-se-ia referir ao trabalho do operário siderúrgico de hoje ao oleiro, ao agricultor, ao estudioso, ao navegador, ao trabalhador da construção, ao músico, ao pastor e ao pescador. E são conhecidas as belas palavras dedicadas ao trabalho das mulheres. O próprio Jesus, nas suas parábolas sobre o Reino de Deus, refere-se constantemente ao trabalho humano: ao trabalho do pastor, do agricultor, do médico, do sementeiro, do amor, do servo, do feitor, do pescador, do comerciante e do operário. E fala também das diversas atividades das mulheres. Apresenta o apostolado sob a imagem do trabalho braçal dos ceifeiros ou dos pescadores. E, enfim, refere-se também ao trabalho dos estudiosos.

Este ensino de Cristo sobre o trabalho, baseado no exemplo da própria vida vivida durante os anos de Nazaré, encontra um eco bem forte no ensino do Apóstolo São Paulo. Dedicando-se provavelmente à confecção de tendas, São Paulo sentia-se ufano de trabalhar no seu ofício, graças ao qual podia, muito embora sendo apóstolo, ganhar por si mesmo o seu pão de cada dia: Trabalhamos noite e dia, entre fadigas e privações, para não sermos pesados a nenhum de vós. Daqui derivam as suas instruções a respeito do trabalho, que têm um caráter de exortação e de preceito: A esses tais ordenamos e incitamos, no Senhor Jesus Cristo, que trabalhem em paz, para poderem assim comer o pão ganho por eles próprios, são palavras suas, escritas aos Tessalonicenses. Com efeito, notando que alguns levam uma vida preguiçosa, em lugar de trabalharem, o Apóstolo, no mesmo contexto, não hesita em dizer: Se alguém não quer trabalhar, abstenha-se também de comer. E numa outra passagem, ao contrário, ele estimula: Qualquer coisa que fizerdes, fazei-a com todo o coração, como se fora para o Senhor, e não para os homens, sabendo que do Senhor recebereis como recompensa a herança.

Os ensinamentos do Apóstolo das Gentes, como se vê, têm uma importância-chave para a moral e para a espiritualidade do trabalho humano. Eles são complemento importante para aquele grande, se bem que discreto, evangelho do trabalho que nós encontramos na vida de Cristo, nas suas parábolas e em tudo quanto Jesus foi fazendo e ensinando.

Com base nestas luzes, que emanam da própria Fonte, a Igreja proclamou sempre o que segue e cuja expressão contemporânea encontramos no ensino do Concílio Vaticano II: A atividade humana, do mesmo modo que procede do homem, assim também para ele se ordena. De fato, quando trabalha, o homem não transforma apenas as coisas materiais e a sociedade, mas realiza-se a si mesmo. Aprende muitas coisas, desenvolve as próprias faculdades, sai de si e supera-se a si mesmo. Este desenvolvimento, se for bem compreendido, vale mais do que os bens exteriores que se possam acumular... É a seguinte, pois, a norma para a atividade humana: segundo o plano e a vontade de Deus, ser conforme com o verdadeiro bem da humanidade e tornar possível ao homem, individualmente considerado ou como membro da sociedade, cultivar e realizar a sua vocação integral.

No contexto de tal visão dos valores do trabalho humano, ou seja, de tal espiritualidade do trabalho, explica-se perfeitamente aquilo que no mesmo ponto da Constituição pastoral do Concílio se lê sobre o justo significado do progresso: O homem vale mais por aquilo que é do que por aquilo que tem. Do mesmo modo tudo o que o homem faz para conseguir mais justiça, uma fraternidade mais difundida e uma ordem mais humana nas relações sociais, excede em valor os progressos técnicos. Com efeito, tais progressos podem proporcionar a base material para a promoção humana, mas, por si sós, de modo nenhum são capazes de a realizar.

Esta doutrina sobre o problema do progresso e do desenvolvimento tema tão dominante na mentalidade contemporânea poderá ser entendida somente como fruto de uma espiritualidade do trabalho já provada, e somente sobre a base de uma tal espiritualidade é que ela pode ser realizada e posta em prática. Esta é a doutrina e ao mesmo tempo o programa que lançam as raízes no evangelho do trabalho”.

#### **Nota:172**

**LE, 27:** “Há ainda um outro aspecto do trabalho humano, uma sua dimensão essencial, em que a espiritualidade fundada no Evangelho penetra profundamente. Todo o trabalho, seja ele manual ou intelectual, anda inevitavelmente unido à fadiga. O Livro do Gênesis exprime isto mesmo de maneira verdadeiramente penetrante, ao contrapor àquela bênção original do trabalho, contida no próprio mistério da Criação e ligada à elevação do homem como imagem de Deus, a maldição que o pecado trouxe consigo: Maldita seja a terra por tua causa! Com trabalho penoso tirarás dela o alimento todos os dias da tua vida. Esta pena ligada ao trabalho indica o caminho da vida do homem sobre a terra e constitui o anúncio da morte: Comerás o pão com o suor da fronte, até que voltes à terra da qual foste tirado.... Como que fazendo-se eco destas palavras, assim se exprime o autor de um dos Livros Sapienciais: Refleti em todas as obras realizadas por minhas mãos e em todas as fadigas a que me submeti.... Não há homem algum sobre a terra que não possa fazer suas estas palavras.

O Evangelho profere, em certo sentido, a sua última palavra a propósito disto ainda, no mistério pascal de Jesus Cristo. E é aqui que é preciso ir procurar a resposta para estes problemas tão importantes para a espiritualidade do trabalho humano. No mistério pascal está contida a Cruz de Cristo, a sua obediência até à morte, que o Apóstolo contrapõe àquela desobediência que pesou desde o princípio na história do homem sobre a terra. Aí está contida também a elevação de Cristo que, passando pela morte de cruz, retorna para junto dos seus discípulos com a potência do Espírito Santo pela Ressurreição.

O suor e a fadiga, que o trabalho comporta necessariamente na presente condição da humanidade, proporcionam aos cristãos e a todo o homem. dado que todos são chamados para seguir a Cristo, a possibilidade de participar no amor à obra que o mesmo Cristo veio realizar. Esta obra de salvação foi realizada por meio do sofrimento e da morte de cruz. Suportando o que há de penoso no trabalho em união com Cristo

crucificado por nós, o homem colabora, de algum modo, com o Filho de Deus na redenção da humanidade. Mostrar-se-á como verdadeiro discípulo de Jesus, levando também ele a cruz de cada dia nas atividades que é chamado a realizar.

Cristo, suportando a morte por todos nós, pecadores, ensina-nos com o seu exemplo ser necessário que também nós levemos a cruz que a carne e o mundo fazem pesar sobre os ombros daqueles que buscam a paz e a justiça; ao mesmo tempo, porém, constituído Senhor pela sua Ressurreição, ele, Cristo, a quem foi dado todo o poder no céu e na terra, opera já pela virtude do Espírito Santo, nos corações dos homens... purificando e robustecendo aquelas generosas aspirações que levam a família dos homens a tentar tornar a sua vida mais humana e a submeter para esse fim toda a terra.

No trabalho humano, o cristão encontra uma pequena parcela da cruz de Cristo e aceita-a com o mesmo espírito de redenção com que Cristo aceitou por nós a sua Cruz. E, graças à luz que, emanando da Ressurreição do mesmo Cristo, penetra dentro de nós, descobrimos sempre no trabalho um vislumbre da vida nova, do novo bem, um como que anúncio dos céus novos e da nova terra, os quais são participados pelo homem e pelo mundo precisamente mediante o que há de penoso no trabalho. Mediante a fadiga e nunca sem ela. Ora, tudo isto, por um lado, confirma ser indispensável a cruz numa espiritualidade do trabalho humano; por outro lado, porém, patenteia-se nesta cruz, no que nele há de penoso, um bem novo, o qual tem o seu princípio no mesmo trabalho: no trabalho entendido em profundidade e sob todos os aspectos, e jamais sem ele.

E será já este novo bem fruto do trabalho humano uma pequena parcela daquela nova terra onde habita a justiça? E em que relação permanecerá ele com a Ressurreição de Cristo, se é verdade ser aquilo que multiformemente é penoso no trabalho do homem uma pequena parcela da Cruz de Cristo? O Concílio procura responder também a esta pergunta, indo haurir luz nas mesmas fontes da Palavra revelada: É certo que nos é lembrado que nada aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se se perde a si mesmo (cf. Lc 9,25). A expectativa da nova terra, porém, não deve enfraquecer, mas antes estimular a solicitude por cultivar esta terra, onde cresce aquele corpo da nova família humana, que já consegue apresentar certa prefiguração em que se vislumbra o mundo novo. Por conseguinte, embora se deva distinguir cuidadosamente o progresso terreno do crescimento do reino de Cristo, todavia, na medida em que tal progresso pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, tem muita importância para o reino de Deus.

Procuramos, ao longo das presentes reflexões dedicadas ao trabalho humano, pôr em realce tudo aquilo que parecia indispensável, dado que é mediante ele que devem multiplicar-se sobre a face da terra não só os frutos da nossa atividade, mas também a dignidade do homem, a comunhão fraterna e a liberdade. O cristão que está atento em ouvir a Palavra de Deus vivo, unindo o trabalho à oração, procure saber que lugar ocupa o seu trabalho não somente no progresso terreno, mas também no desenvolvimento do Reino de Deus, para o qual todos somos chamados pela potência do Espírito Santo e pela palavra do Evangelho.

Ao concluir estas minhas reflexões, é-me grato dar-vos, a todos vós, veneráveis Irmãos e caríssimos Filhos e Filhas, de todo o coração, uma propiciadora Bênção Apostólica.

Este documento, que eu havia preparado para que fosse publicado a 15 de maio passado, no 90º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*, só pôde ser revisto definitivamente por mim depois da minha permanência por enfermidade no hospital".

#### **Nota:173**

**LE, 20:** "Com base em todos estes direitos, juntamente com a necessidade de os garantir por parte dos mesmos trabalhadores, surge ainda um outro direito: o direito de se associar, quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de sindicatos. Os interesses vitais dos homens do trabalho são até certo ponto comuns a todos; ao mesmo tempo, porém, cada espécie de trabalho, cada profissão, possui uma sua especificidade, que deveria encontrar nestas organizações de maneira particular o seu reflexo próprio.

Os sindicatos têm os seus ascendentes, em certo sentido, já nas corporações artesanais da Idade Média, na medida em que tais organizações uniam entre si os homens que pertenciam ao mesmo ofício, isto é, agremiavam-nos em base ao trabalho que eles faziam. No entanto, os sindicatos também diferem dessas corporações neste ponto essencial: os modernos sindicatos cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus justos direitos, em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção. Constitui sua tarefa a defesa dos interesses existenciais dos trabalhadores em todos os setores em que entram em causa os seus direitos. A experiência histórica ensina que as organizações deste tipo são um elemento indispensável da vida social, especialmente nas modernas sociedades industrializadas. Isto, evidentemente, não significa que somente os trabalhadores da indústria possam constituir associações deste gênero. Os representantes de todas as profissões podem servir-se delas para garantir seus respectivos direitos. Existem, com efeito, os sindicatos dos agricultores e dos trabalhadores intelectuais; como existem também as organizações dos dadores de trabalho. Todos, como já foi dito acima, se subdividem em grupos e subgrupos segundo as particulares especializações profissionais.

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura de classe da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta luta deve ser compreendida como um empenho normal das pessoas em prol do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas não é uma luta contra os outros. Se ela assume um caráter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a luta pela luta, ou então para eliminar o antagonista. O trabalho tem como sua característica, antes de mais nada, unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. À luz desta estrutura fundamental de todo o trabalho à luz do fato de que, afinal, o trabalho e o capital são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social a união dos homens para se assegurarem os direitos que lhes cabem, nascida das exigências do

trabalho, permanece um fator construtivo de ordem social e de solidariedade, fator do qual não é possível prescindir.

Os justos esforços para garantir os direitos dos trabalhadores, que se acham unidos pela mesma profissão devem ter sempre em conta limitações que impõe a situação econômica geral do país. As exigências sindicais não podem transformar-se numa espécie de egoísmo de grupo ou de classe, embora possam e devam também tender para corrigir no que respeita ao bem comum da inteira sociedade tudo aquilo que é defeituoso no sistema de propriedade dos meios de produção, ou no modo de os gerir e de dispor deles. A vida social e econômico-social é certamente como um sistema de vasos comunicantes, e todas e cada uma das atividades sociais, que tenham como finalidade salvaguardar os direitos dos grupos particulares, devem adaptar-se a tal sistema.

Neste sentido, a atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da política, entendida como uma prudente solicitude pelo bem comum. Ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de fazer política no sentido que hoje comumente se vai dando a esta expressão. Os sindicatos não têm o caráter de partidos políticos que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Com efeito, se for esta a situação, eles perdem facilmente o contato com aquilo que é o seu papel específico, que é o de garantirem os justos direitos dos homens do trabalho no quadro do bem comum de toda a sociedade, e, ao contrário, tornam-se um instrumento da luta para outros fins.

Ao falar da tutela dos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões, é preciso naturalmente ter sempre diante dos olhos aquilo de que depende o caráter subjetivo do trabalho em cada profissão; mas, ao mesmo tempo, ou primeiro que tudo, aquilo que condiciona a dignidade própria do sujeito do trabalho. E aqui apresentam-se múltiplas possibilidades para a ação das organizações sindicais, inclusive também para um seu empenho por coisas de caráter instrutivo, educativo e de promoção da auto-educação. A ação das escolas, das chamadas universidades operárias e populares, dos programas e dos cursos de formação, que desenvolveram e continuam ainda desenvolvendo atividades neste campo, é uma ação benemérita. Deve-se sempre desejar que, graças à ação dos seus sindicatos, o trabalhador não só possa ter mais, mas também e sobretudo possa ser mais; o que equivale a dizer, possa realizar mais plenamente a sua humanidade sob todos os aspectos.

Ao agirem em prol dos justos direitos dos seus membros, os sindicatos lançam mão também do método da greve, ou seja, da suspensão do trabalho, como de uma espécie de ultimatum dirigido aos órgãos competentes e, sobretudo, aos dadores de trabalho. É um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política. Além disso, não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralização da vida sócio-econômica; ora, isto é contrário às exigências do bem comum da sociedade, o qual também corresponde à natureza, entendida retamente, do mesmo trabalho".

#### **Nota: 174**

**LE, 14:** "O processo histórico aqui brevemente apresentado que sem dúvida já saiu da sua fase inicial, mas continua ainda e tende mesmo a se tornar extensivo às relações entre nações e continentes, exige um esclarecimento também sob um outro ponto de vista. Quando se fala da antinomia entre trabalho e capital não se trata, como é evidente, apenas de conceitos abstratos e de forças anônimas que agem na produção econômica. Por detrás de um e de outro dos dois conceitos, há homens, os homens vivos e concretos. De um lado, aqueles que executam o trabalho sem serem proprietários dos meios de produção; e do outro lado, aqueles que desempenham a função de patrões e empresários e que são os proprietários de tais meios, ou então representam os proprietários. E assim, portanto, vem inserir-se no conjunto deste difícil processo histórico, desde o início, o problema da propriedade. A Encíclica *Rerum Novarum*, que tem por tema a questão social, põe em realce também este problema, recordando e confirmando a doutrina da Igreja sobre a propriedade e sobre o direito de propriedade privada, mesmo quando se trata dos meios de produção. E a Encíclica *Mater et Magistra* fez a mesma coisa.

O princípio a que se alude, conforme foi então recordado e como continua sendo ensinado pela Igreja, diverge radicalmente do programa do coletivismo, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo, nos decênios que se seguiram à publicação da Encíclica de Leão XIII. E, ao mesmo tempo, ele difere também do programa do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo. Neste segundo caso, a diferença esta na maneira de compreender o direito de propriedade, precisamente. A tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens.

Por outras palavras, a propriedade, segundo o ensino da Igreja, nunca foi entendida de maneira a poder constituir um motivo de contraste social no trabalho. Conforme já foi recordado acima, a propriedade adquire-se primeiro que tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho. E isto diz respeito, de modo particular, à propriedade dos meios de produção. Considerá-los isoladamente, como um conjunto à parte de propriedades, com o fim de os contrapor, sob a forma do capital, ao trabalho e, mais ainda, com o fim de explorar o trabalho, é contrário à própria natureza de tais meios e à da sua posse. Estes não podem ser possuídos contra o trabalho, como não podem ser possuídos para possuir, porque o único título legítimo para a sua posse e isto tanto sob a forma da propriedade privada, como sob a forma da propriedade pública ou coletiva é que eles sirvam ao trabalho; e que, conseqüentemente, servindo ao trabalho, tornem possível a realização do primeiro princípio desta ordem, que é a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. Sob este ponto de vista, em consideração do trabalho humano e do acesso comum aos bens destinados ao homem, é também para não se excluir a socialização, dando-se as condições oportunas, de certos meios de produção. No espaço

dos decênios que nos separam da publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, o ensino da Igreja tem vindo sempre recordar todos estes princípios, remontando aos argumentos formulados numa tradição bem mais antiga, por exemplo, aos conhecidos argumentos da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino.

No presente documento, que tem por tema principal o trabalho humano, convém confirmar todo o esforço com o qual o ensino da Igreja sobre a propriedade sempre procurou e procura assegurar o primado do trabalho e, por isso mesmo, a subjetividade do homem na vida social e, especialmente, na estrutura dinâmica de todo o processo económico. Deste ponto de vista, continua sendo inaceitável a posição do capitalismo rígido, que defende o direito exclusivo da propriedade privada dos meios de produção, como um dogma intocável na vida económica. O princípio do respeito do trabalho exige que tal direito seja submetido a uma revisão construtiva, tanto em teoria como na prática. Com efeito, se é verdade que o capital entendido como o conjunto dos meios de produção é ao mesmo tempo o produto do trabalho de gerações, também é verdade que ele se cria incessantemente graças ao trabalho efetuado com a ajuda do mesmo conjunto dos meios de produção, que aparecem então como um grande banco de trabalho, junto do qual, dia a dia, a presente geração dos trabalhadores desenvolve a própria atividade. Trata-se aqui, como é óbvio, das diversas espécies de trabalho, não somente do trabalho chamado manual, mas também das várias espécies de trabalho intelectual, desde o trabalho de concepção até ao de direção.

Sob esta luz, as numerosas proposições enunciadas pelos peritos da doutrina social católica e também pelo supremo Magistério da Igreja adquirem um significado de particular relevo. Trata-se de proposições que dizem respeito à propriedade dos meios de trabalho, à participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas, o chamado acionariado do trabalho, e coisas semelhantes. Independentemente da aplicabilidade concreta destas diversas proposições, permanece algo evidente que o reconhecimento da posição justa do trabalho e do homem do trabalho no processo de produção exige várias adaptações, mesmo no âmbito do direito da propriedade dos meios de produção. Ao dizer isto, tomam-se em consideração, não só as situações mais antigas, mas também e antes de mais nada a realidade e a problemática que se criaram na segunda metade deste século, pelo que se refere ao Terceiro Mundo e aos diversos novos países independentes que foram aparecendo especialmente na África, mas também em outras latitudes no lugar dos territórios coloniais de outrora.

Se, por conseguinte, a posição do capitalismo rígido tem de ser continuamente submetida a uma revisão, no intuito de uma reforma sob o aspecto dos direitos do homem, entendidos no seu sentido mais amplo e nas suas relações com o trabalho, então, sob o mesmo ponto de vista, deve afirmar-se que estas reformas múltiplas e tão desejadas não podem ser realizadas com a eliminação apriorística da propriedade privada dos meios de produção. Convém, efetivamente, observar que o simples fato de subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para os socializar de maneira satisfatória. Assim, eles deixam de ser a propriedade de um determinado grupo social, os proprietários privados, para se tornarem propriedade da sociedade organizada, passando a estar sob a administração e a fiscalização diretas de um outro grupo de pessoas que, embora não tendo a propriedade, em virtude do poder que exercem na sociedade, dispõem deles a nível da inteira economia nacional, ou então a nível da economia local.

Este grupo dirigente e responsável pode desempenhar-se das suas funções de maneira satisfatória, do ponto de vista do primado do trabalho; mas pode também cumpri-las mal, reivindicando, ao mesmo tempo, para si o monopólio da administração e da disposição dos meios de produção, sem se deter quanto a isso nem sequer diante da ofensa aos direitos fundamentais do homem. Deste modo, pois, o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, não significa só por si, certamente, a socialização desta propriedade. Poder-se-á falar de socialização somente quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade, quer dizer, quando cada um dos que a compõem, com base no próprio trabalho, tiver garantido o pleno direito a considerar-se comproprietário do grande banco de trabalho em que se empenha juntamente com todos os demais. E um dos caminhos para alcançar tal objetivo poderia ser o de associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital e dar possibilidades de vida a uma série de corpos intermediários com finalidades económicas, sociais e culturais: corpos estes que não de usufruir de uma efetiva autonomia em relação aos poderes públicos e que não de procurar conseguir os seus objetivos específicos mantendo entre si relações de leal colaboração recíproca, subordinadamente às exigências do bem comum, e que não de, ainda, apresentar-se sob a forma e com a substância de uma comunidade viva; quer dizer, de maneira a que neles os respectivos membros sejam considerados e tratados como pessoas e estimulados a tomar parte ativa na sua vida”.

**Nota: 175**

**SRS, 38-40:** “38. É um caminho longo e complexo, e, além disso, encontra-se sob constante ameaça, quer pela intrínseca fragilidade dos designios e realizações humanas, quer pela mutabilidade das circunstâncias externas assaz imprevisíveis. Todavia, é preciso ter a coragem de enveredar por ele e, se já tiverem sido dados alguns passos, ou já tiver sido percorrida uma parte do trajeto, ir até o fim.

No contexto destas reflexões, a decisão de pôr-se a caminho ou de continuar a marcha comporta, antes de tudo, um valor moral que os homens e as mulheres que acreditam em Deus reconhecem como requerido pela vontade divina, único e verdadeiro fundamento de uma ética absolutamente vinculante.

É para desejar que mesmo os homens e as mulheres desprovidos de uma fé explícita venham a convencer-se de que os obstáculos interpostos ao desenvolvimento integral não são apenas de ordem económica, mas dependem de atitudes mais profundas que, para o ser humano, se configuram em valores absolutos. Por isso, é de esperar que todos aqueles que em relação aos seus semelhantes são responsáveis, de uma maneira ou de outra, por uma vida mais humana, inspirados ou não por uma fé religiosa, se deem plenamente conta da urgente necessidade de uma mudança das atitudes espirituais, que determinam o comportamento de cada homem naquilo que diz respeito a si mesmo e nas relações com o próximo, com as comunidades humanas, mesmo as mais distantes, e com a natureza; e isto em virtude de valores superiores, como o bem comum, ou, para repetir a feliz expressão da Encíclica *Populorum Progressio*, o pleno desenvolvimento do homem todo e de todos os homens.

Para os cristãos, como para todos aqueles que reconhecem o significado teológico preciso da palavra pecado, a mudança de comportamento, de mentalidade ou de maneira de ser chama-se, na linguagem bíblica, conversão (cf. Mc 1,15; Lc 13,3.5; Is 30,15). Esta conversão designa especificamente uma relação com Deus, com a culpa

cometida e Com as suas conseqüências; e, portanto, relação com o próximo, indivíduo ou comunidade. É Deus em cujas mãos estão os corações dos poderosos e os de todos os homens, que pode, segundo a sua própria promessa, transformar por obra do seu Espírito os corações de pedra em corações de carne (cf. Ez 36,26).

No caminho da desejada conversão, rumo à superação dos obstáculos morais para o desenvolvimento, pode-se já apontar, como valor positivo e moral, a consciência crescente da interdependência entre os homens e as nações. O fato de os homens e as mulheres, em várias partes do mundo, sentirem como próprias as injustiças e as violações dos direitos humanos cometidas em países longínquos, que talvez nunca visitem, é mais um sinal de uma realidade interiorizada na consciência, adquirindo assim uma conotação moral.

Trata-se antes de tudo da interdependência apreendida como sistema determinante de relações no mundo contemporâneo, com as suas componentes econômica, cultural, política e religiosa e assumida como categoria moral. Quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta correlativa, como atitude moral e social e como virtude, é a solidariedade. Esta, portanto, não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos. Esta determinação está fundada na firme convicção de que as causas que entravam o desenvolvimento integral são aquela avidez do lucro e aquela sede do poder de que se falou. Estas atitudes e estas estruturas de pecado só poderão ser vencidas pressupondo o auxílio da graça divina com uma atitude diametralmente oposta: a aplicação em prol do bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para perder-se em benefício do próximo em vez de o explorar, e para servi-lo em vez de o oprimir para proveito próprio (cf. Mt 10,40-42; 20,25; Mc 10,42-45; Lc 22,25-27).

**39.** A prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispendo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, não de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros.

Sinais positivos no mundo contemporâneo são, ainda, a maior consciência de solidariedade dos pobres entre si, as suas intervenções de apoio recíproco e as manifestações públicas no cenário social sem recorrer à violência, mas tornando presentes as próprias necessidades e os próprios direitos perante a ineficácia e a corrupção dos poderes públicos. Em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, a Igreja sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres, a discernir a justiça das suas solicitações e a contribuir para as satisfazer, sem perder de vista o bem dos grupos no quadro do bem comum.

O mesmo critério aplica-se, por analogia, nas relações internacionais. A interdependência deve transformar-se em solidariedade, fundada sobre o princípio de que os bens da criação são destinados a todos: aquilo que a indústria humana produz, com a transformação das matérias-primas e com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos.

Superando os imperialismos de todo gênero e os desígnios de conservar a própria hegemonia, as nações mais fortes e mais dotadas devem sentir-se moralmente responsáveis pelas outras, a fim de ser instaurado um verdadeiro sistema internacional que se apóie no fundamento da igualdade de todos os povos e seja regido pelo indispensável respeito das suas legítimas diferenças. Os países economicamente mais débeis, ou que se encontram nos limites da sobrevivência, com a assistência dos outros povos e da comunidade internacional, não de ser postos em condições de dar também eles uma contribuição para o bem comum, mediante os seus tesouros de humanidade e de cultura que, de outro modo, se perderiam para sempre.

A solidariedade ajuda-nos a ver o outro pessoa, povo ou nação não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso semelhante, um auxílio (cf. Gn 2,18.20), que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus. Daqui a importância de despertar a consciência religiosa dos homens e dos povos.

Assim, a exploração, a opressão e o aniquilamento dos outros são excluídos. Estes fatos, na divisão atual do mundo em blocos contrapostos, vão confluir no perigo de guerra e na preocupação excessiva pela própria segurança, muitas vezes à custa da autonomia, da livre decisão e da própria integridade territorial das nações mais débeis, que estão abrangidas nas camadas zonas de influência ou nos cinturões de segurança.

As estruturas de pecado e os pecados que nelas vão convergir opõem-se com igual radicalidade à paz e ao desenvolvimento, porque o desenvolvimento, na conhecida expressão da Encíclica de Paulo VI, é o novo nome da paz.

Deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. Com efeito, a paz do mundo é inconcebível se não se chegar, por parte dos responsáveis, ao reconhecimento de que a interdependência exige por si mesma a superação da política dos blocos, a renúncia a todas as formas de imperialismo econômico, militar ou político, e a transformação da recíproca desconfiança em colaboração. Esta última, precisamente, é o procedimento próprio da solidariedade entre os indivíduos e entre as nações.

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era *Opus iustitiae pax*: a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justiça e com a mesma força de inspiração bíblica (cf. Is 32,17; Tg 3,18), *Opus solidaritatis pax*: a paz é fruto da solidariedade.

A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, unidos, construirmos, dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor.

**40.** A solidariedade é indubitavelmente uma virtude cristã. Na exposição que precede já foi possível entrever numerosos pontos de contato entre ela e a caridade, sinal distintivo dos discípulos de Cristo (cf. Jo 13,35).

A luz da fé, a solidariedade tende a superar-se a si mesma, a revestir-se das dimensões especificamente cristãs da gratuidade total, do perdão e da reconciliação. O próximo, então, não é só um ser humano com os seus direitos e a sua igualdade fundamental em relação a todos os demais; mas torna-se a imagem viva de Deus Pai, resgatada pelo sangue de Jesus Cristo e tornada objeto da ação permanente do Espírito Santo. Por isso, ele

deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que o ama o Senhor; e é preciso estarmos dispostos ao sacrifício por ele, mesmo ao sacrifício supremo: dar a vida pelos próprios irmãos (cf. 1Jo 3,1-6). E então, a consciência da paternidade comum de Deus, da fraternidade de todos os homens em Cristo, filhos no Filho, e da presença e da ação vivificante do Espírito Santo conferirá ao nosso olhar para o mundo como que um novo critério para o interpretar. Por cima dos vínculos humanos e naturais, já tão fortes e estreitos, delinea-se, à luz da fé, um novo modelo de unidade do gênero humano, no qual deve inspirar-se em última instância a solidariedade. Este supremo modelo de unidade, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três Pessoas, é o que nós cristãos designamos com a palavra comunhão. Esta comunhão, especificamente cristã, ciosamente preservada, alargada e enriquecida com o auxílio do Senhor, é a alma da vocação da Igreja para ser sacramento, no sentido já indicado.

A solidariedade, portanto, deve contribuir para a realização deste desígnio divino, tanto no plano individual como no da sociedade nacional e internacional. Os mecanismos perversos e as estruturas de pecado, de que falamos, só poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente. Só desta maneira muitas energias positivas poderão soltar-se inteiramente, em prol do desenvolvimento e da paz.

Muitos santos canonizados pela Igreja oferecem admiráveis testemunhos desta solidariedade e podem servir de exemplo nas difíceis circunstâncias atuais. Entre todos, quereria recordar: São Pedro Claver, que se pôs ao serviço dos escravos, em Cartagena das Índias; e São Maximiliano Maria Kolbe, que ofereceu a sua vida em favor de um prisioneiro que lhe era desconhecido, no campo de concentração de Auschwitz-Oswiecim”.

**Nota:176**

CNBB, **Por uma Nova Ordem Constitucional, 118**: “A greve deve ser reconhecida como direito a todos os trabalhadores indistintamente, como forma legítima de ação sindical, embora seja o último recurso nas negociações trabalhistas. Portanto, também para os trabalhadores nos serviços essenciais para a vida da sociedade deve ser reconhecido o uso do direito de greve, cabendo ao Estado, mediante apropriadas medidas legais, assegurar o funcionamento mínimo necessário destes serviços essenciais. Os trabalhadores não podem sofrer sanções penais pessoais por terem participado de greve, observadas as devidas condições estabelecidas em legislação específica”.

**LE, 20**: “Com base em todos estes direitos, juntamente com a necessidade de os garantir por parte dos mesmos trabalhadores, surge ainda um outro direito: o direito de se associar, quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de sindicatos. Os interesses vitais dos homens do trabalho são até certo ponto comuns a todos; ao mesmo tempo, porém, cada espécie de trabalho, cada profissão, possui uma sua especificidade, que deveria encontrar nestas organizações de maneira particular o seu reflexo próprio. Os sindicatos têm os seus ascendentes, em certo sentido, já nas corporações artesanais da Idade Média, na medida em que tais organizações uniam entre si os homens que pertenciam ao mesmo ofício, isto é, agremiavam-nos em base ao trabalho que eles faziam. No entanto, os sindicatos também diferem dessas corporações neste ponto essencial: os modernos sindicatos cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus justos direitos, em confronto com os empregadores e os proprietários dos meios de produção. Constitui sua tarefa a defesa dos interesses existenciais dos trabalhadores em todos os setores em que entram em causa os seus direitos. A experiência histórica ensina que as organizações deste tipo são um elemento indispensável da vida social, especialmente nas modernas sociedades industrializadas. Isto, evidentemente, não significa que somente os trabalhadores da indústria possam constituir associações deste gênero. Os representantes de todas as profissões podem servir-se delas para garantir seus respectivos direitos. Existem, com efeito, os sindicatos dos agricultores e dos trabalhadores intelectuais; como existem também as organizações dos donos de trabalho. Todos, como já foi dito acima, se subdividem em grupos e subgrupos segundo as particulares especializações profissionais.

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura de classe da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta luta deve ser compreendida como um empenho normal das pessoas em prol do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas não é uma luta contra os outros. Se ela assume um caráter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a luta pela luta, ou então para eliminar o antagonista. O trabalho tem como sua característica, antes de mais nada, unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. A luz desta estrutura fundamental de todo o trabalho à luz do fato de que, afinal, o trabalho e o capital são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social a união dos homens para se assegurarem os direitos que lhes cabem, nascida das exigências do trabalho, permanece um fator construtivo de ordem social e de solidariedade, fator do qual não é possível prescindir.

Os justos esforços para garantir os direitos dos trabalhadores, que se acham unidos pela mesma profissão devem ter sempre em conta limitações que impõe a situação econômica geral do país. As exigências sindicais não podem transformar-se numa espécie de egoísmo de grupo ou de classe, embora possam e devam também tender para corrigir no que respeita ao bem comum da inteira sociedade tudo aquilo que é defeituoso no sistema de propriedade dos meios de produção, ou no modo de os gerir e de dispor deles. A vida social e econômico-social é certamente como um sistema de vasos comunicantes, e todas e cada uma das atividades sociais, que tenham como finalidade salvaguardar os direitos dos grupos particulares, devem adaptar-se a tal sistema.

Neste sentido, a atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da política, entendida como uma prudente solicitude pelo bem comum. Ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de fazer política no sentido que hoje comumente se vai dando a esta expressão. Os sindicatos não têm o caráter de partidos



políticos que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Com efeito, se for esta a situação, eles perdem facilmente o contato com aquilo que é o seu papel específico, que é o de garantirem os justos direitos dos homens do trabalho no quadro do bem comum de toda a sociedade, e, ao contrário, tornam-se um instrumento da luta para outros fins.

Ao falar da tutela dos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões, é preciso naturalmente ter sempre diante dos olhos aquilo de que depende o caráter subjetivo do trabalho em cada profissão; mas, ao mesmo tempo, ou primeiro que tudo, aquilo que condiciona a dignidade própria do sujeito do trabalho. E aqui apresentam-se múltiplas possibilidades para a ação das organizações sindicais, inclusive também para um seu empenho por coisas de caráter instrutivo, educativo e de promoção da auto-educação. A ação das escolas, das chamadas universidades operárias e populares, dos programas e dos cursos de formação, que desenvolveram e continuam ainda desenvolvendo atividades neste campo, é uma ação benemérita. Deve-se sempre desejar que, graças à ação dos seus sindicatos, o trabalhador não só possa ter mais, mas também e sobretudo possa ser mais; o que equivale a dizer, possa realizar mais plenamente a sua humanidade sob todos os aspectos.

Ao agirem em prol dos justos direitos dos seus membros, os sindicatos lançam mão também do método da greve, ou seja, da suspensão do trabalho, como de uma espécie de ultimatum dirigido aos órgãos competentes e, sobretudo, aosadores de trabalho. É um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política. Além disso, não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralização da vida sócio-econômica; ora, isto é contrário às exigências do bem comum da sociedade, o qual também corresponde à natureza, entendida retamente, do mesmo trabalho”.

**Nota:177**

**Por uma Nova ordem Constitucional, 105-119:** “**105.** Toda pessoa tem o direito e o dever de contribuir para o bem comum através de seu trabalho. Cabe a toda a sociedade e, especialmente, aos poderes públicos, a obrigação de empenhar-se para conseguir o pleno emprego.

**106.** Na questão do acesso ao trabalho, de sua remuneração e estabilidade, não será tolerada nenhuma discriminação por sexo, raça, idade, deficiência física, ideologia ou confissão religiosa.

**107.** Deverá ser aperfeiçoada a legislação específica que regulamenta o trabalho da mulher, assegurando-lhe o pleno desenvolvimento como mulher, esposa e mãe.

**108.** Será preciso, igualmente, preservar e aperfeiçoar uma legislação específica para regulamentar o trabalho do menor, que, impedindo a discriminação salarial e outros abusos prejudiciais, garanta seu desenvolvimento humano e intelectual.

**109.** Sejam multiplicadas as escolas profissionalizantes para capacitação do menor, afim de que possa entrar adequadamente no mercado de trabalho.

**110.** A Constituição deve garantir ao trabalhador a remuneração capaz de prover dignamente às suas necessidades básicas e às de sua família (alimentação, saúde, habitação, educação, transporte, lazer e futuro assegurado).

**111.** Deve-se atribuir prioridade à remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital, estabelecendo também limites máximos de ganhos, seja no serviço público, seja nas empresas estatais e particulares, impedindo desníveis excessivos de remuneração. Diante deste dispositivo constitucional, não poderão ser invocados supostos direitos adquiridos que não passam de privilégios abusivos. A servidores públicos, inclusive aos que exercem os vários poderes do Estado, não devem ser admitidas vantagens superiores às concedidas aos trabalhadores em geral.

**112.** Ao desempregado se deve assegurar o “salário-desemprego” suficiente para sua manutenção e de sua família. Compete à sociedade, à iniciativa privada e ao Estado oferecer oportunidades de trabalho aos desempregados.

**113.** Os aposentados por idade, tempo de serviço ou invalidez têm o direito de receber salários iguais aos recebidos no tempo de sua atividade, corrigidos na mesma época e na mesma proporção de sua respectiva categoria profissional. Aos aposentados deve ser garantida remuneração suficiente para sua digna manutenção e a de seus eventuais dependentes. Em qualquer hipótese, a aposentadoria nunca será inferior ao salário mínimo.

**114.** O trabalhador tem o direito de receber nas horas de trabalho, instrução necessária para seu aperfeiçoamento e atualização profissional.

**115.** Todas as empresas têm a obrigação de proteger a saúde e a vida de seus empregados e não poderão colocá-los em perigo, mesmo que seja mediante o pagamento de um adicional de salário.

**116.** Não se deverá conceder alvará de instalação à empresa que não tenha garantido os meios necessários à segurança dos trabalhadores e a um funcionamento não poluidor.

**117.** A liberdade e autonomia sindical e intersindical devem ser asseguradas a todos os trabalhadores em nível local, nacional e internacional.

**118.** A greve deve ser reconhecida como direito a todos os trabalhadores indistintamente, como forma legítima de ação sindical, embora seja o último recurso nas negociações trabalhistas. Portanto, também para os trabalhadores nos serviços essenciais para a vida da sociedade deve ser reconhecido o uso do direito de greve, cabendo ao Estado, mediante apropriadas medidas legais, assegurar o funcionamento mínimo necessário destes serviços essenciais. Os trabalhadores não podem sofrer sanções penais pessoais por terem participado de greve, observadas as devidas condições estabelecidas em legislação específica.

**119.** Como primeiros interessados, os trabalhadores têm o direito de participar, através de organizações sindicais, na elaboração da legislação trabalhista, não excluído o direito de avaliar a permanência ou não da instituição da Justiça do Trabalho”.

**Nota:178**

**Por uma Nova Ordem Constitucional, 126-127:** “**126.** Cabe aos mesmos poderes decretar a desapropriação de bens, terras e propriedades sempre que a justiça social exigir. Essa mesma justiça exige que o valor da desapropriação não inclua a valorização decorrente da aplicação de recursos públicos.

**127.** A realização da justiça social exige a implantação de reforma agrária e de reforma do uso do solo urbano que favoreçam o acesso à posse e uso de terra rural ou urbana nas seguintes condições:

- garantir a terra para quem realmente nela trabalha;
- proibir despejos daqueles que estão efetivamente utilizando a terra no campo e na cidade para o sustento de sua família, cabendo ao Estado a regularização fundiária através de legislação específica;
- propiciar uma política agrária e uma política agrícola adequadas, que dêem condições ao homem do campo para permanecer na terra e cultivá-la;
- criar mecanismos que impeçam a concentração fundiária sendo na própria Constituição fixado o módulo máximo para uma propriedade rural;
- implantar uma justiça agrária que previna os conflitos ou agilize sua solução;
- propiciar uma política relativa ao uso do solo urbano que possibilite o acesso à moradia a todos os cidadãos. Tal política implica na necessidade de impedir a estocagem de áreas urbanas e reprimir a especulação imobiliária”.

**Nota:179**

O CONIC já realizou dois Seminários sobre a dívida externa, um na Alemanha, Sankt Augustin, Bonn, de 25 de março a 3 de abril de 1987 e outro em São Paulo, de 28 a 30 de março de 1988. O Seminário de Sankt Augustin, entre outras, faz a seguinte proposta: “Auditoria imparcial para verificação da legitimidade da dívida, reavaliação da mesma e seu cancelamento parcial”. cf. Comunicado Mensal da CNBB, abril, 1987, p.628.

**Nota:180**

**DGAP 25, 102-104:** “**102.** Atendo-se, pois, à sua própria vocação, o poder político deve saber desvincular-se de interesses particulares, para poder encarar a sua responsabilidade pelo que se refere ao bem de todos, passando mesmo para além das fronteiras nacionais. Tomar a sério a política, nos seus diversos níveis – local, regional, nacional e mundial – é afirmar o dever do homem, de todos os homens de reconhecerem a realidade concreta e o valor da liberdade de escolha que lhes é proporcionada, para procurarem, juntos, o bem da cidade, da nação e da humanidade. A política é uma maneira exigente – se bem que não seja a única, de viver o compromisso cristão, ao serviço dos outros.

**103.** A fé cristã não despreza a atividade política; pelo contrário, a valoriza e a tem em alta estima. A Igreja sente como seu dever evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política. Primeiro, no sentido mais amplo que visa o bem comum. Corresponde-lhe precisar os valores fundamentais de toda a comunidade... Mostrando o interesse da Igreja pela política, a apresenta como forma de dar culto ao único Deus, dessacralizando e ao mesmo tempo consagrando o mundo a Ele. Segundo, a realidade concreta desta tarefa fundamental se faz, normalmente, através da política partidária, isto é, dos grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais, segundo seus próprios critérios ou ideologias.

**104.** A relação fé-política tem adquirido especial relevância nos últimos anos, causa de muita generosidade mas também de muitas incompreensões e mesmo perseguição. Problemas candentes desafiam a ação pastoral e a reflexão teológica:

- como se dá a opção política partidária dos cristãos;
- qual o estímulo e o acompanhamento da Igreja aos cristãos comprometidos na política partidária;
- como conciliar o engajamento na política partidária com o engajamento pastoral”.

**Nota:181**

**GS, 36:** “Hoje em dia, muitos temem que a vinculação da atividade humana à moral e à religião prejudique a autonomia das pessoas e da sociedade, constituindo um empecilho para o progresso da ciência.

É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando.

É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que lhes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé.

Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé.

Quando, porém, se entende por autonomia das coisas terrenas, a pretensão de que não foram criadas por Deus e que se pode delas usar sem qualquer referência ao criador, é claro que se trata de uma falsa idéia, a ser rejeitada por todo aquele que reconhece a Deus. Sem o criador a criatura se reduz a nada. Aliás todas as pessoas que têm fé, independentemente da religião que professam, reconhecem a voz e a manifestação de Deus nas criaturas. O esquecimento de Deus torna o mundo incompreensível.

**Nota:182**

Religião designa a ligação do homem com Deus. O ser religioso cristão decorre da encarnação do Filho de Deus na história dos homens. Ele instaurou o Reino de Deus para realizar, integralmente, os valores humanos na realidade da convivência social, que abrange as dimensões cultural, política e econômica. E fundou a Igreja para que estivesse a serviço do Reino. Sobre o Reino de Deus, cf. parte I, item 3.6.

**GS, 42:** “A união da família humana é favorecida e aperfeiçoada pela unidade, em Cristo, da família dos filhos de Deus.

A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social, mas religiosa, da qual, entretanto, emanam luz e forças que servem para fundamentar e fortalecer a comunidade humana, de

acordo com a lei divina. Dependendo das circunstâncias, a Igreja pode, e em certos casos deve, suscitar iniciativas em favor de todos, especialmente dos pobres, como o são as obras de misericórdia.

A Igreja reconhece o que há de bom nos movimentos sociais de nossos dias, especialmente na evolução para maior unidade do mundo, nos processos sadios de socialização, nas organizações civis e nas associações econômicas.

A promoção da unidade está intimamente vinculada à missão própria da Igreja que, em Cristo, é o sacramento, isto é, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Mostra ao mundo que a verdadeira união social externa provém da união das mentes e dos corações, da fé e da caridade, indissolivelmente ligadas à união que se funda no Espírito Santo. A força que a Igreja pode dar à sociedade vem do vigor da fé e do amor. Resulta da vida, não de qualquer domínio externo que possa exercer, utilizando-se de meios puramente humanos.

Por sua natureza e missão, a Igreja não está vinculada a nenhuma forma de cultura nem a nenhum sistema político, econômico ou social. Graças à sua universalidade, porém, estabelece um laço estreitíssimo de união entre as diversas comunidades e nações humanas, desde que nela confiem e lhe reconheçam a plena liberdade de ação. Por isso a Igreja aconselha não apenas aos seus filhos, mas todos os seres humanos, que superem as dissensões entre nações e raças, passando a viver num espírito familiar de filhos de Deus, que consolidará internamente todas as justas associações entre os homens.

O concílio considera com todo respeito tudo que há de verdadeiro, de bom e de justo nas mais diversas instituições sociais. Declara que a Igreja quer ajudar e promover todas essas instituições, no que dela dependa e que tenha relação com sua missão. O que mais deseja é estar a serviço do bem de todos, gozando de plena liberdade em qualquer regime que seja, desde que reconheça os direitos fundamentais da pessoa e da família e as necessidades do bem comum".

**Nota:183**

**GS, 76:** "É muito importante, especialmente numa sociedade pluralista, que haja um clima de respeito mútuo entre a comunidade política e a Igreja e se distinga claramente a atividade política individual e comunitária dos fiéis, exercida em seu próprio nome, por inspiração da consciência cristã, e a ação que exercem em nome da Igreja, juntamente com seus pastores.

Em virtude de sua competência e função, como sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa, a Igreja não se confunde de maneira alguma com a comunidade política, nem está presa a nenhum sistema político determinado.

A comunidade política e a Igreja, em suas respectivas esferas de ação, são independentes e autônomas. As duas estão a serviço da mesma vocação pessoal do ser humano, embora a títulos diversos. Este serviço será tanto mais eficaz, para o bem de todos, quando houver cooperação entre ambas, de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar.

O ser humano não está totalmente encerrado na esfera política. Vive, na história, sua vocação integral, que aponta para a eternidade. Nessa perspectiva, a Igreja, baseada no amor que tem por nós o Redentor, deve contribuir para que prevaleça cada vez mais o amor nas relações humanas, nacionais e internacionais. Deve pregar a verdade do Evangelho e iluminar com sua doutrina e com o testemunho dos fiéis todas as esferas da atividade humana, promover a liberdade e a responsabilidade políticas dos cidadãos.

Ao serem enviados ao mundo para anunciar a todos Cristo, Salvador do mundo, os apóstolos e seus sucessores se baseiam no poder de Deus, que manifesta a força do Evangelho através da fraqueza do presépio. Todos os que se consagram ao ministério da palavra divina devem adotar os meios e as maneiras de agir próprias do Evangelho, que diferem profundamente dos caminhos trilhados pelo poder civil.

Na atual condição humana, as realidades terrestres estão intimamente conexas com as que superam este mundo. A própria Igreja precisa das coisas temporais para cumprir sua missão. Mas não deposita sua esperança nos eventuais privilégios que obtenha dos governos. Pelo contrário, está disposta a renunciar mesmo ao exercício de direitos adquiridos quando o exigirem o testemunho da sinceridade de sua missão ou se modificarem as condições de vida.

Sempre porém, e em toda parte, que lhe seja possível pregar livremente a fé e manifestar a sua doutrina social, não deixará de cumprir sua função entre os seres humanos. Dará a conhecer seu ponto de vista ético, mesmo a respeito das realidades políticas, desde que o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas. Falará de tudo, mas unicamente na perspectiva do Evangelho e do bem de todos, de acordo com as mais diversas circunstâncias de tempo e lugar.

Aderindo fielmente ao Evangelho e exercendo sua missão no mundo, a Igreja, que deve promover e elevar tudo que há de verdadeiro, bom e belo na humanidade, consolida a paz entre os seres humanos, para a glória de Deus".

**Nota:184**

cf. **João Paulo II**, carta aos bispos do Brasil sobre a Missão da Igreja (9.4.1986), n.2.

**Nota:185**

**Medellín, Pobreza da Igreja, 2:** "Um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte. Agora, nos escutais em silêncio, mas ouvimos o grito que sobe de vosso sofrimento, disse o papa aos camponeses colombianos.

E chegam igualmente até nós as queixas de que a hierarquia, o clero e os religiosos são ricos e aliados dos ricos. Sobre isso devemos esclarecer que com muita freqüência se confunde a aparência com a realidade. Muitos fatores têm contribuído para a formação desta imagem de uma Igreja hierárquica rica. Os grandes edifícios, as residências dos párocos e religiosos, quando são superiores às dos bairros em que vivem; os veículos próprios, às vezes luxuosos; a maneira de vestir herdada de outras épocas, são alguns desses fatores. O sistema de espórtulas e pensões escolares para o sustento do clero e para a manutenção das obras educacionais tornam-se mal vistos e até têm contribuído para a formação de uma opinião exagerada sobre o montante das somas percebidas.

Acrescentamos a isso o exagerado sigilo em que se tem mantido o movimento econômico de colégios, paróquias e dioceses, ambiente de mistério que agiganta as sombras e ajuda a criar fantasias; e casos isolados de condenável enriquecimento que foram generalizados. Tudo isso tem levado à convicção de que a Igreja, na América Latina, é rica".

**Nota:186**

**Puebla, 89:** "O clamor pode ter parecido surdo naquela ocasião. Agora é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador".

**Nota:187**

**Por uma Nova Ordem Constitucional, art. 10:** "Nessa perspectiva de mudança mais profunda, é mister afirmar que a nova Constituição não deverá restringir-se à reorganização do Estado e de suas relações com a sociedade. Ela deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade, na sua dimensão social, política, econômica, cultural e internacional. Modelo que se baseará nas exigências éticas da sociedade humana e na extensão da cidadania efetiva a todos os brasileiros e brasileiras sem exceção. Dentro desse novo modelo, caberá a todos os cidadãos o papel de participar co-responsavelmente no empenho pelo aperfeiçoamento social e ao Estado a função de promover para o bem comum, caracterizando uma democracia orgânica e participativa".

**Nota:188**

Paulo VI se apresentou na ONU como especialista em humanidade (João Paulo II em Puebla).

**Nota:189**

**Mc 2,27:** "E Jesus acrescentou: O sábado foi feito para servir ao homem, e não o homem para servir ao sábado".

**Nota:190**

**Lc 20,25:** "Então Jesus disse: Pois dêem a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus."

**Nota:191**

**Jo 19,11:** "Jesus respondeu: Você não teria nenhuma autoridade sobre mim, se ela não lhe fosse dada por Deus. Por isso, aquele que me entregou a você, tem pecado maior".

**Nota:192**

**Mc 10,42-44:** "Jesus chamou-os e disse: Vocês sabem: aqueles que se dizem governadores das nações têm poder sobre elas, e os seus dirigentes têm autoridade sobre elas. Mas, entre vocês não deverá ser assim: quem de vocês quiser ser grande, deve tornar-se o servidor de vocês, e quem de vocês quiser ser o primeiro, deverá tornar-se o servo de todos".

**Nota:193**

**João Paulo II,** Aos construtores da sociedade Pluralista de hoje, Salvador, 1980, n.7: "Propondo-vos esta mensagem de justiça e de amor, a Igreja é fiel à sua missão e tem a consciência de servir ao bem da sociedade. Ela não considera que seja tarefa sua entrar nas atividades políticas, mas ela sabe que está a serviço do bem da humanidade. A Igreja não combate o poder, mas proclama que é para o bem da sociedade e para a salvaguarda de sua soberania, que o poder é necessário; e só isso o justifica. A Igreja está convencida de que é seu direito e seu dever promover uma pastoral social, isto é, exercer uma influência, através dos meios que lhe são próprios, para que a vida da sociedade se torne mais justa, graças à ação conjunta, decidida mas sempre pacífica, de todos os cidadãos".

**Nota:194**

**Jo 13,15:** "Eu lhes dei um exemplo: vocês devem fazer a mesma coisa que eu fiz".

**Nota:195**

**Puebla, 515:** "A Igreja falando ainda em geral, sem distinguir o papel que compete a seus diversos membros sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política. Por isso ela critica aqueles que tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social e política, como se o pecado, o amor, a oração e o perdão não tivessem importância aí".

**Nota:196**

**Puebla, 521 e 523:** "521. Devemos distinguir dois conceitos de política e compromisso político: primeiro, a política em sentido mais amplo que visa o bem comum, no âmbito nacional e no âmbito internacional. Corresponde-lhe precisar os valores fundamentais de toda a comunidade a concórdia interna e a segurança externa conciliando a igualdade com a liberdade, a autoridade pública com a legítima autonomia e participação das pessoas e grupos, a soberania nacional com a convivência e solidariedade internacional. Define também os meios e a ética das relações sociais. Neste sentido amplo, a política interessa à Igreja e, portanto, a seus pastores, ministros da unidade. É uma forma de dar culto ao único Deus, dessacralizando e ao mesmo tempo consagrando o mundo a Ele (LG 34).

**523.** Segundo: a realização concreta dessa tarefa política fundamental se faz normalmente através de grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais segundo seus próprios critérios ou ideologias. Neste sentido se pode falar de "política de partido". As ideologias elaboradas por esses grupos, embora se inspirem na doutrina cristã, podem chegar a diferentes conclusões. Por isso, nenhum partido político, por mais inspirado que esteja na doutrina da Igreja, pode arrogar-se a representação de todos os fiéis, já que seu programa concreto nunca poderá ter valor absoluto para todos (João Paulo II, Discurso Inaugural, I, 4; AAS, LXXI, p.190)".

**Nota:197**

**GS, 43:** "O concílio exorta os fiéis, cidadãos de uma e de outra cidade a se deixarem conduzir pelo espírito do Evangelho e, ao mesmo tempo, a cumprir fielmente seus deveres terrestres.

Afastam-se da verdade todos aqueles que, sabendo que não temos aqui morada permanente, mas buscamos a futura, julgam poder negligenciar suas obrigações temporais, pensando não lhes estar sujeitos por causa da fé, segundo a vocação a que cada um foi chamado.

Não é menor o erro daqueles que, pelo contrário, julgam poder mergulhar nos negócios terrenos independentemente das exigências da religião, pensando que esta se limita a determinados atos de culto e ao fiel cumprimento de certos preceitos morais. Esta divisão entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos é um dos mais graves erros do nosso tempo. Os profetas, no Antigo Testamento, já o condenavam como um escândalo e Jesus Cristo, no Novo Testamento, o ameaça com pesadas penas.

Evite-se a perniciosa oposição entre as atividades profissionais e sociais, de um lado, e as religiosas, de outro. O cristão que não cumpre suas obrigações temporais, falta a seus deveres para com o próximo e para com Deus e põe em risco a sua salvação eterna.

Alegrem-se, ao contrário, os cristãos que, seguindo o exemplo de Cristo, que trabalhou como operário, exercem todas as suas atividades unificando os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técnicos numa síntese vital com os bens religiosos, sob cuja direção tudo se orienta para a glória de Deus. Competem aos leigos, embora sem exclusividade, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente, observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam. Trabalharão em cooperação com os demais, na busca dos mesmos objetivos. Imbuídos de fé e lhe reconhecendo claramente as exigências, tomarão e procurarão levar a bom termo as iniciativas que se fizerem necessárias. A lei divina se aplica às realidades temporais através dos leigos, agindo de acordo com sua consciência, devidamente formada. Mas os leigos devem contar com as luzes e a força espiritual dos sacerdotes. Não pensem, porém, que seus pastores sejam peritos ou tenham respostas prontas e soluções concretas para todas as questões que possam surgir. Não é esta a sua missão. Seu papel específico é contribuir com as luzes da sabedoria cristã, fiéis à doutrina do magistério.

Em geral, as soluções se apresentarão como decorrência da visão cristã em determinadas circunstâncias. Muitas vezes acontece que outros cristãos, igualmente sinceros, pensarem de maneira diversa. Mesmo que a solução proposta por uma das partes decorra, aos olhos da maioria, dos mais autênticos princípios evangélicos, não pode pretender a exclusividade, em nome da autoridade da Igreja. Todos devem se empenhar num diálogo de esclarecimento recíproco, segundo as exigências da caridade e do bem comum.

Os leigos que têm responsabilidade na Igreja, estão obrigados a agir, no mundo, de acordo com o espírito cristão, sendo, entre os seres humanos, testemunhas de Cristo.

Bispos encarregados de governar a Igreja de Deus e sacerdotes, preguem de tal forma a mensagem de Cristo que todas as atividades temporais dos fiéis sejam iluminadas pelo Evangelho.

Os pastores devem estar conscientes de que seu modo de viver o dia-a-dia é responsável pela imagem que se tem da Igreja e da opinião que se forma a respeito da verdade e da força da mensagem cristã. Pela vida e pela palavra, juntamente com os religiosos e com os fiéis, mostrem que a Igreja, com todos os seus dons, pela sua simples presença, é fonte inexaurível das virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa.

Dediquem-se aos estudos, para se tornarem capazes de dialogar com pessoas das mais variadas opiniões, tendo no coração o que diz o concílio: A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus.

Graças ao Espírito Santo a Igreja se manterá sempre como esposa fiel a seu Senhor e nunca deixará de ser, no mundo, sinal da salvação. Isto não quer dizer que entre os seus membros, não tenha havido muitos, através dos séculos, que foram infiéis ao Espírito de Deus, tanto clérigos como leigos. Ainda hoje a Igreja não ignora a distância que existe entre a mensagem que anuncia e a fraqueza humana daqueles a quem foi confiado o Evangelho. Devemos tomar conhecimento de tudo que a história registra a respeito dessas infidelidades e condená-las vigorosamente, para que não constituam obstáculo à difusão do Evangelho. Mas a Igreja tem consciência de quanto a experiência da história contribui para amadurecer suas relações com o mundo. Conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja, como mãe, exorta seus filhos a se purificarem e a se renovarem, para que o sinal de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja".

**Nota:198**

**Puebla, 514:** "A fé cristã não despreza a atividade política; pelo contrário, a valoriza e a tem em alta estima".

**Nota:199**

**EN, 30:** "São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado "Terceiro Mundo", com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização".

**Nota:200**

**Jo 17,21–23:** "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste. Eu mesmo dei a eles a glória que tu me deste, para que eles sejam um, como nós somos um. Eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade, e para que o mundo reconheça que tu me enviaste e que os amaste, como amaste a mim".

**Nota:201**

cf. **João Paulo II**, carta aos bispos do Brasil sobre a Missão da Igreja (9.4.1986), n.2.

**Nota:202**

**Instrução Libertatis Conscientia, 72:** "O ensinamento social da Igreja nasceu do encontro da mensagem evangélica e de suas exigências, resumidas no mandamento supremo do amor, com os problemas que emanam da vida da sociedade. Ele constituiu-se como uma doutrina, usando os recursos da sabedoria e das ciências humanas, diz respeito ao aspecto ético desta vida e leva em consideração os aspectos técnicos dos problemas, mas sempre para julgá-los do ponto de vista moral.

Essencialmente orientado para a ação, esse ensinamento desenvolve-se em função das circunstâncias mutáveis da história. É por essa razão que, com princípios sempre válidos, ele comporta também juízos contingentes. Longe de constituir um sistema fechado, ele permanece constantemente aberto às questões novas que não cessam de se apresentar; requer a contribuição de todos os carismas, experiências e competências.

Perita em humanidade, a Igreja oferece, em sua doutrina social, um conjunto de princípios de reflexão, de critérios de julgamento, como também de diretrizes de ação, para que sejam realizadas as mudanças profundas que as situações de miséria e de injustiça estão a exigir, e isso de uma maneira que sirva ao verdadeiro bem dos homens".

**Puebla, 1227:** "Neste contato e diálogo deve circular, numa atitude de escuta sincera e acolhedora, a problemática trazida por eles do seu próprio ambiente temporal. Assim poderemos descobrir os critérios,

normas e caminhos por onde aprofundar e atualizar a doutrina social da Igreja, no sentido da elaboração duma ética capaz de formular as respostas cristãs aos grandes problemas da cultura contemporânea. Exortamos a todos a lutarem contra a corrupção econômica em seus diversos níveis, tanto na administração pública como nos negócios particulares, pois com ela causa-se grave prejuízo à grande maioria”.

**Nota:203**

**Libertatis Conscientia, 80:** “Não compete aos pastores da igreja intervirem diretamente na construção política e na organização da vida social. Tal tarefa faz parte da vocação dos leigos, agindo por sua própria iniciativa, juntamente com seus concidadãos. Eles devem realizá-la, conscientes de que a finalidade da Igreja é difundir o reino de Cristo para que todos os homens sejam salvos e que, por eles, o mundo seja efetivamente ordenado a Cristo.

A obra da salvação aparece, pois, indissolivelmente unida à missão de melhorar e elevar as condições de vida humana neste mundo.

A distinção entre ordem sobrenatural da salvação e ordem temporal da vida humana deve ser vista ao interno de um único desígnio de Deus, o de recapitular todas as coisas em Cristo. É por isso que, em um e outro campo, o leigo, ao mesmo tempo fiel e cidadão, deve deixar-se guiar constantemente pela consciência cristã.

A ação social, que pode comportar uma pluralidade de caminhos concretos, terá sempre em vista o bem comum e será conforme à mensagem e ao ensinamento da igreja. Evitar-se-á que a diferença de opiniões prejudique o sentido da colaboração, conduza à paralisia dos esforços ou produza desorientação no povo cristão.

A orientação dada pela doutrina social da Igreja deve estimular a aquisição das competências técnicas e científicas indispensáveis. Ela estimulará a busca da formação moral do caráter e o aprofundamento da vida espiritual. Fornecendo princípios e conselhos da sabedoria, essa doutrina não dispensa a educação para a prudência política, indispensável para o governo e gestão das realidades humanas”.

**Nota:204**

**Puebla, 530:** “Os leigos dirigentes da ação pastoral não devem empregar sua autoridade em função de partidos ou ideologias”.

**Nota:205**

**CT, 53:** “E passo agora a tocar um outro problema. Como já tive ocasião de dizer recentemente aos membros da Comissão Bíblica, o termo aculturação, ou inculturação, apesar de de ser um neologismo, exprime muito bem uma das componentes do grande mistério da Encarnação. Nós podemos dizer da catequese, como da evangelização em geral, que ela é chamada a levar a força do evangelho ao coração da cultura e das culturas. Para isso, a catequese tem de procurar conhecer essas culturas e as suas componentes essenciais; ela deve aprender as suas expressões mais significativas; e deve também saber respeitar os seus valores e riquezas próprias. É deste modo que ela poderá propor a tais culturas o conhecimento do mistério escondido e ajudá-las a que façam surgir da sua própria tradição viva expressões originais da vida, de celebração e de pensamento cristãos. É preciso recordar, entretanto, duas coisas:

- por um lado, a mensagem evangélica não é isolável pura e simplesmente da cultura em que ela primeiramente se inseriu (o mundo bíblico e mais concretamente o meio cultural onde viveu Jesus de Nazaré), nem mesmo, sem perdas graves, das culturas em que ela já se exprimiu ao longo dos séculos; ela não surge de maneira espontânea de nenhum humo cultural; depois transmite-se sempre através de um diálogo apostólico que se achará inevitavelmente inserido num certo diálogo de culturas;

- por outro lado, a força do Evangelho por toda a parte é transformadora e regeneradora. Quando ela penetra numa cultura determinada, quem se maravilhará de que ela aí aperfeiçoe muitos elementos? Deixaria de haver catequese se o Evangelho tivesse que alterar-se no contato com as culturas.

Se sucedesse esquecer estas coisas, chegar-se-ia simplesmente àquilo que São Paulo chama, com uma expressão muito forte, desvirtuar a Cruz de Cristo.

Algo bem diferente é a diligência que parte, com prudência e com discernimento, de elementos - religiosos ou de outro género - que fazem parte do património cultural de um grupo humano, com o intento de ajudar as pessoas a compreenderem melhor a integridade do mistério cristão. Os catequetas autênticos sabem bem que a catequese deve encarnar-se nas diferentes culturas e nos diferentes meios: basta pensar nos povos tão diversos, nos jovens do nosso tempo e nas circunstâncias tão variadas em que se encontram os homens de hoje; estes, apesar de tudo, não aceitam que a catequese se empobreça, por abdicação ou por uma atenuação da luz da sua mensagem e por adaptações, mesmo de linguagem, que porventura comprometessem o bom depósito da fé, ou ainda por concessões em matéria de fé ou de moral; eles estão persuadidos de que a verdadeira catequese deve acabar por enriquecer essas culturas, ajudando-as a superar os aspectos deficientes ou até mesmo inumanos que nelas existam e comunicando aos valores lídimos das mesmas a plenitude de Cristo”.

**Nota:206**

**EN, 63, 65:** “63. As Igrejas particulares profundamente amalgamadas não apenas com as pessoas, como também com as aspirações, as riquezas e as limitações, as maneiras de orar, de amar, de encarar a vida e o mundo, que caracterizam este ou aquele aglomerado humano, têm o papel de assimilar o essencial da mensagem evangélica, de a transpor, sem a mínima traição à sua verdade essencial, para a linguagem que esses homens compreendam e, em seguida, de a anunciar nessa mesma linguagem.

Uma tal transposição há de ser feita com o discernimento, a seriedade, o respeito e a competência que a matéria exige, no campo das expressões litúrgicas, como de igual modo no que se refere à catequese, à formulação teológica, às estruturas eclesiais secundárias e aos ministérios. E aqui linguagem deve ser entendida menos no aspecto semântico ou literário do que naquele aspecto que se pode chamar antropológico e cultural.

O problema é sem dúvida delicado. A evangelização perderia algo da sua força e da sua eficácia se, porventura, não tomasse em consideração o povo concreto a que se dirige, não utilizasse a sua língua, os seus sinais e símbolos; depois, não responderia também aos problemas que esse povo apresenta, nem atingiria a sua vida real. De outro lado, a evangelização correria o risco de perder a sua força e de se desvanecer se fosse despojada ou fosse deturpada quanto ao seu conteúdo, sob o pretexto de a traduzir melhor; o mesmo sucederia, se ao querer adaptar uma realidade universal a um espaço determinado, se sacrificasse essa

realidade ou se destruísse a unidade, sem a qual já não subsiste a universalidade. Ora, sendo assim, só uma Igreja que conserva a consciência da sua universalidade e demonstra de fato ser universal, pode ter uma mensagem capaz de ser entendida por todos, passando por cima de demarcações regionais.

Uma legítima atenção para com as Igrejas particulares não pode senão vir a enriquecer a Igreja. Tal atenção, aliás, é indispensável e urgente. Ela corresponde às aspirações mais profundas dos povos e das comunidades humanas, a descobrirem cada vez mais a sua fisionomia própria.

**65.** Neste sentido, precisamente, havemos por bem dizer uma palavra clara e repassada de afeto paterno, na altura do encerramento das sessões do Sínodo, insistindo sobre a função do sucessor de São Pedro como princípio visível, vivo e dinâmico da unidade entre as Igrejas e, por conseguinte, da universalidade da única Igreja. Insistíamos também na mesma ocasião na grave responsabilidade que sobre nós incumbe, mas que nós compartilhamos com os nossos Irmãos no Episcopado, de manter inalterável o conteúdo da fé católica que o Senhor confiou aos Apóstolos: traduzido em todas as linguagens, este conteúdo nunca há de sofrer amputações ou ser mutilado; mas sim, revestido pelos símbolos próprios de cada povo, explicitado com as expressões teológicas que têm em conta os meios culturais, sociais e até mesmo raciais diversos, ele deve permanecer o conteúdo da fé católica tal como o magistério eclesial o recebeu e o transmite".

**Nota:207**

**2Tm 1,14:** "Guarde o bom depósito com o auxílio do Espírito Santo que habita em nós".

**Nota:208**

**GS, 53:** "O ser humano alcança plenamente sua humanidade pelo cultivo dos bens da natureza e dos valores. É a cultura. Natureza e cultura, pois, implicam-se mutuamente, sempre que se trata da vida humana.

Num sentido amplo, a palavra cultura indica tudo com que o ser humano desenvolve e aperfeiçoa os seus diferentes dons da alma e do corpo. Procura dominar a terra com seu conhecimento e seu trabalho. Procura tornar mais humana a vida social, tanto familiar como civil, com o progresso dos costumes e das instituições. Finalmente, exprime, comunica e conserva, através de suas obras, suas grandes experiências espirituais e seus desejos de todos os tempos, para o proveito de todo o gênero humano.

Daí o aspecto histórico e social da cultura, que leva a se entender a palavra num sentido sociológico ou etnológico.

Nesse sentido, fala-se de pluralidade de culturas. Das diversas maneiras de utilizar as coisas, de trabalhar e de se exprimir, de prestar culto religioso, de educar, de legislar e de organizar as instituições sociais, de progredir no saber e nas artes e de cultivar o belo, nascem a diversidade nas condições de vida e as várias formas de entender o que é bom para o ser humano. Dessa forma, os usos tradicionais passam a ser patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se assim uma esfera definida e histórica, em que se inserem os seres humanos de qualquer povo ou época e na qual vão haurir as expressões do progresso humano e civil".

**Nota:209**

**Puebla, 386:** "Com a palavra "cultura" indica-se a maneira particular como em determinado povo cultivam os homens sua relação com a natureza, suas relações entre si próprios e com Deus (GS 53b), de modo que possam chegar a "um nível verdadeira e plenamente humano" (GS 53a). É "o estilo de vida comum" (GS 53c) que caracteriza os diversos povos; por isso é que se fala de "pluralidade de culturas" (GS 53c)".

**Nota:210**

**GS, 53c:** "O ser humano alcança plenamente sua humanidade pelo cultivo dos bens da natureza e dos valores. É a cultura. Natureza e cultura, pois, implicam-se mutuamente, sempre que se trata da vida humana.

Num sentido amplo, a palavra cultura indica tudo com que o ser humano desenvolve e aperfeiçoa os seus diferentes dons da alma e do corpo. Procura dominar a terra com seu conhecimento e seu trabalho. Procura tornar mais humana a vida social, tanto familiar como civil, com o progresso dos costumes e das instituições. Finalmente, exprime, comunica e conserva, através de suas obras, suas grandes experiências espirituais e seus desejos de todos os tempos, para o proveito de todo o gênero humano.

Daí o aspecto histórico e social da cultura, que leva a se entender a palavra num sentido sociológico ou etnológico.

Nesse sentido, fala-se de pluralidade de culturas. Das diversas maneiras de utilizar as coisas, de trabalhar e de se exprimir, de prestar culto religioso, de educar, de legislar e de organizar as instituições sociais, de progredir no saber e nas artes e de cultivar o belo, nascem a diversidade nas condições de vida e as várias formas de entender o que é bom para o ser humano. Dessa forma, os usos tradicionais passam a ser patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se assim uma esfera definida e histórica, em que se inserem os seres humanos de qualquer povo ou época e na qual vão haurir as expressões do progresso humano e civil".

**Nota:211**

**GS, 59:** "Baseada nesses princípios, a Igreja lembra a todos que a cultura está a serviço da integridade da pessoa humana, do bem da comunidade e de toda a sociedade. Deve-se pois cultivar o espírito pelo desenvolvimento da capacidade de admiração e da percepção interior, da contemplação e da elaboração de um juízo pessoal, do sentido religioso, moral e social.

Decorrência imediata da natureza humana, racional e social, a cultura requer sempre uma justa liberdade para se exprimir e uma legítima autonomia, segundo seus próprios princípios. Requer respeito e goza de certa imunidade, de acordo com os direitos da pessoa e da comunidade, tanto particular como universal, dentro dos limites do bem comum.

Recordando o que foi dito pelo Concílio Vaticano I, há duas ordens de conhecimento, distintas entre si, a da fé e a da razão. Nada impede que a Igreja use no seu âmbito próprio os princípios e os métodos das artes e disciplinas da cultura humana, sem que, porém, deixe de lhes reconhecer uma justa liberdade, afirmando, pois, a legítima autonomia da cultura humana, especialmente das ciências.

Para tanto é preciso que se respeitem as exigências da ordem moral e da utilidade comum, que haja liberdade de pesquisa e de opinião, que se possa divulgar e cultivar toda espécie de expressão artística, a começar pela informação objetiva sobre tudo que acontece.

Não compete à autoridade pública determinar a forma das expressões culturais, mas criar condições de apoio às atividades culturais, inclusive das minorias. É importante insistir que a cultura não seja desviada de seu fim, e colocada a serviço do poder político ou econômico".

**Nota:212**

**Puebla, 420:** “Os fatos acima indicados são os desafios que Igreja há de enfrentar. Neles se manifestam os sinais dos tempos, que apontam o futuro para onde vai o movimento da cultura. A Igreja deve discerni-los, para poder consolidar os valores e derrubar os ídolos que alentam esse processo histórico”.

**Nota:213**

**Puebla, 42:** “Somam-se a isto as angústias produzidas pelo abuso do poder, típicas dos regimes de força. Angústia causadas pela repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de delação, de violação da privacidade, de pressões exageradas, de torturas, de exílios. Angústias em numerosas famílias pelo desaparecimento de seus entes queridos, dos quais não conseguem ter a menor notícia. Insegurança total por detenções sem ordem judicial. Angústias ante uma justiça submissa ou manietada. A Igreja, como afirmam os Sumos Pontífices, “por força de um autêntico compromisso evangélico”, deve fazer ouvir a sua voz, denunciando e condenando estas situações, sobretudo quando os governos ou responsáveis se confessam cristãos”.

**Nota:214**

**EN, 19:** “Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação”.

**Nota:215**

**Gaudium et Spes, 36:** “Hoje em dia, muitos temem que a vinculação da atividade humana à moral e à religião prejudique a autonomia das pessoas e da sociedade, constituindo um empecilho para o progresso da ciência.

É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando.

É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que lhes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé.

Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé.

Quando, porém, se entende por autonomia das coisas terrenas, a pretensão de que não foram criadas por Deus e que se pode delas usar sem qualquer referência ao criador, é claro que se trata de uma falsa idéia, a ser rejeitada por todo aquele que reconhece a Deus. Sem o criador a criatura se reduz a nada. Aliás todas as pessoas que têm fé, independentemente da religião que professam, reconhecem a voz e a manifestação de Deus nas criaturas. O esquecimento de Deus torna o mundo incompreensível”.

**Nota:216**

**Mt 28,19:** “Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”.

**Nota:217**

**EN, 19:** “Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação”.

**Nota:218**

**João Paulo II**, ao P. Conselho da Cultura, L' Osservatore Romano. (ed. port.) n. 6, 8 de fev. de 1987, p.53.

**Nota:219**

**GS, 55:** “Cresce a cada dia o número de mulheres e homens, dos mais diversos grupos e nações, que têm consciência de ser criadores e artífices da cultura da comunidade a que pertencem.

Cresce também, cada vez mais, no mundo, o senso de autonomia e de responsabilidade, contribuindo enormemente para a maturidade espiritual e moral do gênero humano.

Isto se torna ainda mais evidente se considerarmos a unificação da humanidade e o dever que nos é imposto de construir um mundo melhor, na verdade e na justiça.

Somos, por isso, testemunhas do nascimento de um novo humanismo, em que o ser humano se define principalmente pela sua responsabilidade para com seus irmãos e para com a história”.

**Nota:220**

**Puebla, 413, 421, 424, 399, 393:** “413. Esta cultura impregnada de fé e, com freqüência sem uma catequese conveniente, manifesta-se nas atitudes próprias da religião de nosso povo, penetradas de um profundo sentimento de transcendência e ao mesmo tempo da proximidade de Deus. Traduz-se em uma sabedoria popular com expressões contemplativas que orienta o modo peculiar como o homem latino-americano vive sua relação com a natureza e com os outros homens num sentido de trabalho e festa, de solidariedade de amizade e parentesco. Traduz-se igualmente no sentimento de sua própria dignidade que não é diminuída pela vida pobre e singela que leva.

**421.** A cultura urbano-industrial, inspirada na mentalidade científico-técnica, promovida pelas grandes potências e marcada pelas ideologias mencionadas, pretende ser universal. Os povos, as culturas particulares, os diversos grupos humanos, são convidados, e mais ainda, obrigados a integrar-se nela.

**424.** Nesta encruzilhada histórica, alguns grupos étnicos e sociais se fecham em si mesmos, defendendo sua própria cultura, num isolamento infrutuoso; outros, em contrapartida, se deixam absorver facilmente pelos estilos de vida que instaura o novo tipo de cultura universal.



**393.** Sempre submetidas a novos desenvolvimentos, à interpenetração e ao encontro recíprocos, passam às culturas, em seu processo histórico, por períodos em que se vêem desafiadas por novos valores ou desvalores e pela necessidade de realização de novas sínteses vitais. Nestes períodos, a Igreja se sente chamada a estar presente juntamente com o Evangelho, particularmente nas fases em que decaem e morrem velhas formas, segundo as quais o homem organizou seus valores e sua convivência para dar lugar a sínteses novas. É melhor evangelizar as novas formas culturais logo ao nascer e não quando já cresceram e se estabilizaram. É este o desafio global que no momento a Igreja enfrenta, já que “se pode falar, com razão, de uma nova época da história humana” (GS 54). Por isso a Igreja da América Latina procura dar novo impulso à evangelização em nosso Continente.

**399.** A tarefa da evangelização da cultura em nosso Continente deve ser focalizada sobre o pano de fundo de uma arraigada tradição cultural, desafiada pelo processo de transformação cultural que a América Latina e o mundo inteiro vêm vivendo nos tempos modernos e que atualmente chega a seu ponto de crise”.

**Nota:221**

**SRS, 49d:** “Neste Ano Mariano, que promulguei visando a que os fiéis católicos olhem cada vez mais para Maria, que nos precede na peregrinação da fé e com solicitude maternal intercede por nós junto do seu Filho e nosso Redentor, desejo confiar-lhe, a ela e à sua intercessão, a difícil conjuntura do mundo contemporâneo, os esforços que se fazem e se farão, muitas vezes à custa de grandes sofrimentos, desejando contribuir para o verdadeiro desenvolvimento dos povos, proposto e anunciado pelo meu predecessor Paulo VI.

Como fez sempre a piedade cristã, apresentamos à Santíssima Virgem as situações individuais difíceis, para que ela, expondo-as a seu Filho, obtenha dele que sejam aliviadas e mudadas. Mas apresentamos-lhe também as situações sociais e a própria crise internacional com os seus aspectos preocupantes de miséria, desemprego, falta de alimentos, corrida armamentista, desprezo dos direitos humanos e situações ou perigos de conflito parcial ou total. Tudo isto queremos depor filialmente diante do seu olhar misericordioso, repetindo uma vez mais, com fé e esperança, a antiga antifona: Santa Mãe de Deus, não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos sempre de todos os perigos, ó Virgem gloriosa e bendita.

Maria Santíssima, nossa Mãe e Rainha, é aquela que, dirigindo-se a seu Filho, disse: Não tem mais vinho (Jo 2,3); e é também aquela que louva a Deus Pai, porque: Derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e aos ricos despediu-os de mãos vazias (Lc 1,52-53). A sua solicitude materna interessa-se pelos aspectos pessoais e sociais da vida dos homens sobre a Terra.

Diante da Santíssima Trindade, entrego confiante a Maria o que expus nesta Carta para convidar todos os homens a refletirem e a empenharem-se ativamente a fim de promover o verdadeiro desenvolvimento dos povos, como eficazmente afirma a oração da missa votiva homônima: Ó Deus, que destes a todas as gentes uma única origem e quereis reuni-las numa só família, fazei com que os homens se reconheçam irmãos e promovam na solidariedade o desenvolvimento de todos os povos, para que (...) sejam reconhecidos os direitos de cada pessoa e a comunidade humana conheça uma era de igualdade e de paz”.